

RELATÓRIO DA CONSULTA DO PÚBLICO

Estudo de Impacte Ambiental

“IC 25 - VIA RÁPIDA DE GONDOMAR”

Instituto de Promoção Ambiental

Março 1997

EQUIPA DE TRABALHO

Elaboração:

- *Margarida Grossinho*

Secretariado

- *Ana Paula Sousa*
- *Luís Miguel de Menezes*
- *Sandra Veloso*

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

2. PERÍODO DE CONSULTA

3. DOCUMENTOS DIVULGADOS E LOCAIS DE CONSULTA

4. DIVULGAÇÃO DA CONSULTA DO PÚBLICO

5. ANÁLISE DOS PARECERES RECEBIDOS

6. CONCLUSÕES

ANEXOS

- Edital
- Certificado de Afixação do Edital
- Ofícios Circulares
- Lista de Entidades e Orgãos de Imprensa convidados a participar na Consulta do Público e na Audiência Pública
- Anúncio
- Anúncios Publicados
- Nota de Imprensa
- Pareceres Recebidos

RELATÓRIO DE CONSULTA DO PÚBLICO DO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL DO "IC 25 - VIA RÁPIDA DE GONDOMAR"

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do preceituado no artigo 4º do Decreto-Lei nº 186/90 de 6 de Junho e do artigo 4º do Decreto Regulamentar nº 38/90 de 27 de Novembro, procedeu-se à Consulta do Público sobre o Estudo de Impacte Ambiental do Projecto "IC 25 - Via Rápida de Gondomar".

2. PERÍODO DE CONSULTA

Considerando que o Projecto se integra na lista do anexo I do Decreto-Lei nº 186/90, a Consulta do Público decorreu durante 40 dias, tendo o seu início no dia 20 de Janeiro e o seu final no dia 17 de Março.

3. DOCUMENTOS DIVULGADOS E LOCAIS DE CONSULTA

O Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi disponibilizado para consulta nos seguintes locais:

- Instituto de Promoção Ambiental
- Câmara Municipal de Gondomar
- Câmara Municipal do Porto
- Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Norte

O Resumo Não Técnico esteve disponível para consulta na seguintes Juntas de Freguesia:

- Junta de Freguesia de Campanhã
- Junta de Freguesia de S. Cosme
- Junta de Freguesia de Valbom
- Junta de Freguesia de Rio Tinto
- Junta de Freguesia de Baguim do Monte

4. DIVULGAÇÃO DA CONSULTA

A divulgação desta consulta foi feita por meio de:

- Afixação de Editais nas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia acima referidas;

- Colocação do resumo não técnico na Home Page do IPAMB na Internet;

- Envio de um folheto informativo acerca da consulta do público (500 exemplares) enviados às Câmaras e Juntas de Freguesia e distribuídos na audiência pública.

- Publicação de um anúncio, envio de RNT e de nota de imprensa para os seguintes jornais:

- Jornal O Público (nível nacional)
- Jornal Comércio de Gondomar
- Jornal de Notícias

- Envio de nota de imprensa e RNT para os seguintes rádios e jornais:

- Jornal Forum Ambiente
- Jornal O Independente
- Jornal O Expresso
- Jornal Diário de Notícias
- Jornal A Capital
- Notícias do Ambiente
- Jornal de Notícias
- Revista AreaDados
- Jornal A Voz do Nordeste (Macedo de Cavaleiros)
- Jornal O Mensageiro de Bragança
- Agência LUSA
- Rádio Renascença
- Antena I
- TSF
- Rádio Clube de Gondomar
- Rádio Prisma (Gondomar)
- Rádio Activa (Porto)
- Rádio Festival do Norte (Porto)
- Rádio Nova (Porto)
- Rádio Placard (Porto)

- Envio de ofício circular e RNT às entidades constantes no anexo.

5. AUDIÊNCIA PÚBLICA

No âmbito da Consulta Pública teve lugar uma audiência que se realizou no dia 17 de Fevereiro, pelas 20h30m no Auditório Municipal de Gondomar - S. Cosme.

Participaram cerca de 40 pessoas.

Os principais objectivos e programa de trabalho da audiência foram os seguintes:

- O processo de Avaliação de Impacte Ambiental no âmbito do MARN.
- Procedimento da Consulta Pública na Avaliação de Impacte Ambiental.
- Apresentação e descrição do projecto e respectivo EIA.
- Debate.

As observações e principais problemas levantados durante a sessão encontram-se esquematizadas na tabela da Audiência Pública.

A acta da audiência pública encontra-se anexa ao presente relatório.

6. PROGRAMA DE RÁDIO

Realizou-se ainda, no dia 19 de Fevereiro, no programa de rádio "Tardes de Telefonia" da Antena Um, um debate sobre as audiências públicas no processo de avaliação de impacte ambiental. Neste programa, que teve a duração de uma hora, foi comentada e debatida, a título exemplificativo, a audiência pública do IC 25 que teve lugar em Gondomar no dia 17 de Fevereiro.

7. PARECERES RECEBIDOS

No período da Consulta Pública foram recebidos 8 pareceres apresentados por um conjunto de instituições e particulares: Câmara Municipal do Porto, Junta de Freguesia de Campanhã, Direção Geral de Florestas, Zona Florestal do Grande Porto, Albino Rogério Moreira P. e três abaixo-assinados de cerca de 1200 residentes em Gondomar.

As principais questões levantadas encontram-se sintetizadas no Quadro Resumo dos Pareceres Recebidos.

No âmbito da consulta recebemos um pedido de esclarecimento por parte do senhor Joaquim Santos, respondido através do envio de documentação complementar.

Um dos pareceres, apresentado pelo senhor Albino Moreira P. refere-se à EN 108 e ao IC 24, não se enquadrando assim no projecto em análise. O documento é apresentado em anexo a este relatório, não sendo contudo referido nas conclusões.

Em anexo, ao presente relatório encontram-se todos os documentos remetidos por aquelas entidades.

8. CONCLUSÕES

No âmbito da Consulta Pública foram analisados 8 pareceres apresentados por autarquias, Instituições da Administração Central ou Regional e por cidadãos.

Da consulta pública ressaltou a importância da Via Rápida para a região e sobretudo para os cidadãos que diariamente se deslocam do concelho de Gondomar até ao Porto.

As conclusões resultantes serão apresentadas por sublanços por se apresentarem em fases de elaboração diferentes: estudo prévio - selecção de alternativas (1º sublanço); e projecto de execução (2º sublanço).

1º Sublanço

Em relação a este troço a Câmara Municipal do Porto criticou o EIA pelo facto da comparação das duas alternativas não ser correcta, penalizando a Alternativa I.

A Câmara Municipal do Porto e a Junta de Freguesia de Campanhã consideram ser a alternativa I a solução mais favorável, nomeadamente pelo facto de não inviabilizar os projectos propostos para a recuperação e valorização do Vale de Campanhã.

Sobre este troço da Via Rápida pronunciaram-se igualmente a Direcção Geral de Florestas e a Zona Florestal do Grande Porto, em relação ao bosquete existente no vale do Rio Tinto. A sua preservação poderá passar pela declaração de interesse público do mesmo.

Na audiência pública focaram-se ainda problemas relativos à afectação de solos agrícolas, corte de parcelas, afectação de poços, minas e ao efeito de barreira.

2º Sublanço

Em relação ao segundo sublanço - que se desenvolve essencialmente no concelho de Gondomar - muitas das questões foram apresentadas no decorrer da audiência pública e prendem-se com a afectação (demolição) de casas de habitação e oficina, afectação de parcelas agrícolas e sobretudo em relação ao efeito de barreira - corte de acessos, e ao ruído. Em relação a este último aspecto foi mesmo enviado um abaixo assinado pondo em causa a eficácia das medidas propostas para minimizar este impacte, nomeadamente a insonorização de fachadas.

Um outro abaixo assinado assinala a importância da Rua de Pevidal solicitando o seu restabelecimento local.

O facto da Via Rápida terminar, nesta fase, na Estrada de D. Miguel, trouxe alguma preocupação para as populações dado que se trata de uma via com muito tráfego e com problemas de segurança. As suas razões foram apresentadas num abaixo-assinado que recolheu cerca de um milhar de assinaturas e ainda no decorrer da audiência pública.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS NA AUDIÊNCIA PÚBLICA

S Cosme - Gondomar , 17 de Fevereiro de 1997

NOME	PRINCIPAIS PONTOS ABORDADOS
José António Oliveira	<ul style="list-style-type: none"> ● Habitação junto á futura via rápida.Pretende ser esclarecido acerca do tipo de protecção acústica que vai ser implementada junto da sua residência.
Jerónimo Monteiro	<ul style="list-style-type: none"> ● Perguntou primeiro se o processo de avaliação e consulta do público é eficaz ou já está tudo decidido. ● Questionou o facto da Rua de pevidal não ser restabelecida o que irá trazer problemas para os seus habitantes. É uma rua onde passam os transportes públicos. ● A Estrada de D. Miguel, uma via com grande tráfego e problemas de segurança vai ver acrescidos os seus problemas com o IC 25 a terminar nesta via. ● Lamentou a ausência dos representantes autárquicos e chamou a atenção para um conjunto habitacional em construção, cuja publicidade refere o acesso fácil á Via Rápida, o que não se verificará.
Joaquim Marques da Rocha	<ul style="list-style-type: none"> ● Reside em Pego Negro - próximo do início da via, no Porto. ● Estranha que os proprietários não tenham ainda sido chamados, e já está tudo decidido. ● Problemas com expropriações (2 hectares de vinha, mata de pinheiros e eucaliptos. ● Chamou igualmente a atenção para o corte de parcelas agrícolas, sem que fossem restabelecidas as acessibilidades. ● Perguntou qual a faixa non aedificandi a estabelecer junto á Via Rápida. ● Problemas de expropriações. ● Nó foi alterado de modo a que permitisse a ligação ao campo de futebol de Gondomar inviabilizando o restabelecimento da Rua de Pevidal.
Branca Martins Pereira	<ul style="list-style-type: none"> ● Proprietária de terrenos pede para não ser prejudicada nas expropriações.
Albino Rogério Moreira Poços	<ul style="list-style-type: none"> ● As obras na EN 108 deviam contemplar faixas de ultrapassagem, parqueamento, zonas de descanso, para facilitar o acesso ao Porto, uma vez que o IC 25 não vai captar tráfego desta via. Os transportes públicos provocam inúmeras filas pelo facto de não haver zonas para paragem exteriores á via.
Arminda Conceição Pereira Mata	<ul style="list-style-type: none"> ● Co-proprietária de um terreno com seis lotes para construção, vai ser afectada pela Via Rápida. Perguntou se este aspecto vai ser considerado nas expropriações.
João Vieira da Silva	<ul style="list-style-type: none"> ● Morador na rua Cosme Ferreira de Castro. Pretende saber se o edifício com quatro inquilinos vai ser demolido e o que acontecerá relativamente á sua oficina e terreno anexo.

NOME	PRINCIPAIS PONTOS ABORDADOS
Fernando Aristides Moreira Rodrigues	<ul style="list-style-type: none"> • Morador na Rua de Carregais pretende saber, como vai ser feito o restabelecimento da rua, se a garagem nas traseiras da sua casa vai ser afectada pela nova Via. • Deseja ainda saber qual a forma de insonorização prevista para a sua residência.
António Luis Pimenta Dias	<ul style="list-style-type: none"> • Colocou o problema de articulação entre a nova via e o interface modal de ligação ao metro. • Chamou a atenção para o facto da Estrada de D. Miguel vir a receber 17 000 veículos dia, no início da exploração se não se fizer rapidamente a ligação ao IC 24 e para os problemas daí decorrentes.
Carlos Teixeira	<ul style="list-style-type: none"> • A quantos metros fica o IC 25 da Rua Novas das Areias? • Que tipo de insonorização está prevista para estas casas?

QUADRO RESUMO DOS PARECERES RECEBIDOS

PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS			
NOME	Projecto e Estudo de Impacte Ambiental (EIA)	Ambiente Natural	Socioeconomia, Ordenamento do Território, Património e Sugestões
AUT Câmara Municipal do Porto	<p>“ ... a solução proposta pela CMP ... é a que melhor responde aos diferentes parâmetros do EIA...”</p> <p>Crítica-se o EIA pelo facto de se considerar que a avaliação dos impactos ambientais das duas alternativas foi tendenciosa em desfavor da solução apresentada pela câmara. É feita uma análise justificativa desta afirmação descritor por descritor.</p>	<p>Críticas à análise do EIA:</p> <p>Geologia ... a introdução do factor custo no impacte geológico não é muito curial, sobretudo tendo em atenção que não foram ponderados quaisquer outros custos directos ou indirectos na obra. “</p> <p>Solos A avaliação da área agrícola afectada mostra que a alternativa dois é mais gravosa, apesar de no EIA se ter considerado as duas alternativas semelhantes.</p> <p>Recursos Hídricos A avaliação da afectação da linhas de águas considera três aspectos: obstrução das linhas de água, abaixamento do nível freático e contaminação das linhas de água. o parecer considera que a sua valorização negativa não é suficientemente justificada. Obstrução - refere-se no texto que todas as linhas de água serão ou sobrepassadas em viaduto ou restabelecidas por passagens hidráulicas.</p>	<p>Ruído “É duvidoso que a solução em túnel produza mais ruído do que a solução da via a cota alta (...) isso só acontecerá durante a fase de construção ...”</p> <p>Qualidade do ar “ ... está também por justificar que a solução de um túnel de 100 m possa ter impacte negativo superior ... do que a passagem da via a céu aberto. “</p> <p>Socioeconomia Não concorda com o texto do EIA que refere que a alternativa II é mais favorável apesar de desalojar um maior número de pessoas. “Parece óbvio que as expectativas da melhoria das condições de vida das populações poderão ser conseguidas de forma mais eficaz e económica através da recuperação do seu local de vivência e não pelo recurso à sua destruição. O realojamento próximo do local de habitação é uma medida referida para todos os casos à excepção do lugar de Tirares.</p>

PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	
NOME	Projecto e Estudo de Impacte Ambiental (EIA)
Câmara Municipal do Porto (Cont.)	<p>Rebaixamento do nível freático - esta conclusão é meramente deduzida dos trabalhos de escavação do túnel uma vez que não foram realizados trabalhos de prospecção geotécnica.</p> <p>Quanto à contaminação das linhas de água - "... trata-se também de uma dedução, a partir do perfil da Alternativa I junto ao nó de Cartes, dado não existir projecto de drenagem ..."</p> <p>Aspectos ecológicos</p> <p>A alternativa I aproxima-se de um bosque mas "... não se trata de destruição do bosque, mas de a via passar 25 metros mais perto ou mais longe das árvores existentes. "</p> <p>Considera-se ainda surpreendente que " em tão extensa paisagem, o único biótopo de interesse é detectado ao lado de uma grande via de trânsito ... "</p> <p>Paisagem</p> <p>Os aspectos negativos referenciados reportam-se à fase de construção do túnel, ignorando o impacto da alternativa II sobre o lugar de Tirares. É privilegiada "... a leitura da paisagem a partir do automóvel, em detrimento da percepção da inserção da via na paisagem, a partir de qualquer ponto. "</p>
	<p>Ambiente Natural</p>
	<p>Socioeconomia, Ordenamento do Território, Património e Sugestões</p> <p>Efeito de barreira - Nada indica no texto "... que qualquer das alternativas possa ser mais favorável .. " contido na síntese final considera-se a alternativa II melhor.</p> <p>Ordenamento do Território</p> <p>O Parque Oriental e o Parque Lúdico-Tecnológico " ... alicerçam-se na convicção que será fundamental contar com o património construído no local, com a qualificação do ambiente urbano, com o recurso às potencialidades naturais, com a mobilização dos residentes, com o equilíbrio entre áreas livres/áreas construídas, etc, sendo toda a sua especificidade salvaguardada na definição da rede viária.</p> <p>" ... o conceito de parque poderá vir a perder-se num emaranhado de arruamentos locais e vias de estatuto nacional de escala desfasada que, dando ênfase à correção das acessibilidades, retalharão o território em parcelas sobrantes, condicionando irremediavelmente projectos que se anunciavam como inovadores ... "</p> <p>Crítica-se ainda o facto de os projectos para a zona passarem de condicionantes a elemento condicionado ao propor-se nas medidas de minimização da Alternativa II o seu ajustamento face ao projecto.</p>

PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS			
NOME	Projecto e Estudo de Impacte Ambiental (EIA)	Ambiente Natural	Socioeconomia, Ordenamento do Território, Património e Sugestões
Câmara Municipal do Porto (Cont.)			<p>Património Construído</p> <p>Dado que: - a área do Parque Oriental representa a única mancha do espaço urbano do Porto que mantém ainda algumas das características da antiga cintura rural da cidade; a importância do Parque Oriental em termos de ordenamento do território, a importância do núcleo de Tirares - do o seu grau de conservação ao nível da estrutura que representa; a importância histórica e paisagística do muro da circunvalação, a sua afectação pela Alternativa II é um impacte negativo, directo e permanente.</p> <p>A análise deste descritor deveria ter recorrido a critérios complementares como a paisagem, a ecologia e a socioeconomia local.</p>
AUT	<p>Em relação ao projecto considera que " a alternativa II trará muito mais impactos negativos para a freguesia de Campanhã, nomeadamente na possível inviabilização da implementação do Parque Oriental do Porto e do Parque Lúdico-Tecnológico constantes do Plano para o Vale de Campanhã, como ainda uma maior deslocação/realojamento de residentes da freguesia e maior afectação de zonas residenciais e do património cultural construído numa maior extensão, decidiu manifestar o seu apoio incondicional à ... Alternativa I ..."</p>		

PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS			
NOME	Projecto e Estudo de Impacte Ambiental (EIA)	Ambiente Natural	Socioeconomia, Ordenamento do Território, Património e Sugestões
IAC	Zona Florestal do Grande Porto " ... Da área de actuação destes serviços, só o bosque existente no vale do Rio Tinto, tem interesse em preservar, por isso caso entendam, poderá ser aplicado o Dec.-Lei n.º 28468 de 15/02/38 (classificação de interesse público). "		
IAC	Direcção Geral de Florestas " A Direcção Regional de Florestas emite parecer favorável quanto ao empreendimento em apreço, existindo no entanto m bosque no vale de Rio Tinto o qual interessa preservar, podendo ... ser aplicado o disposto no Decreto-Lei n.º 28468, de 1938.02.15 - classificação de interesse público. "		
C	Albino Rogério Moreira Poças A JAE considera a EN 108 - Via Turística mas esta não satisfaz as populações residentes na zona oeste do concelho, dadas as condições em que circula o elevado tráfego existente., Assim, o " futuro IC 24 deveria entroncar com a EN 108 o mais próximo possível de Melres, servindo com este traçado Ferreirinha, Gens, Covelo e Medas, sendo estas as freguesias do concelho de pior acessibilidade. "		

PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS			
NOME	Projecto e Estudo de Impacte Ambiental (EIA)	Ambiente Natural	Socioeconomia, Ordenamento do Território, Património e Sugestões
C	Abaixo-assinado de 4 residentes na Rua do Pinheiro Manso (S. Cosme-Gondomar)		<p>Ruído/impacte paisagístico</p> <p>As casas de habitação ficarão muito próximas da via.</p> <p><i>“Considerando que as medidas previstas para minimizar tais factores negativos nos parecem claramente insuficientes, vimos assim apelar para que sejam consideradas um conjunto de medidas minimizadoras do ponto de vista ambiental no sentido de minimizar EFECTIVAMENTE uma situação que nos parece demasiado penalizadora para os moradores.”</i></p>
C	Abaixo-assinado de 246 residentes em Gondomar	<p>Considerando que o projecto vai provocar efeito de barreira, impedir a circulação de peões (nomeadamente crianças e jovens em idade escolar), obrigando a deslocações superiores a 1000 metros, ou a atravessar com grande risco a via rápida; que o tráfego motorizado será obrigado a utilizar a rotunda, levando a um aumento dos percursos, solicita-se que sejam tomadas “ as devidas providências no sentido de serem encontradas alternativas e soluções viáveis para os problemas aqui identificados, com o objectivo de minimizar os prejuizos e inconveniente que poderão causar aos moradores e à população de Gondomar em geral.”</p>	<p>A Rua de Pevidal não vai ser restabelecida.</p> <p>A importância desta rua infere-se de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - existir há 65 anos; - ter habitações individuais e colectivas; - Ser servida por 9 carreiras de transportes públicos que fazem a ligação de Gondomar ao Porto. - Dar acesso pedonal aos estabelecimentos de ensino às crianças residentes nas zonas de Pevidal, Santo André, S. Miguel, Ermentão, Regatinho, Grandá, etc. - Dar acesso ao centro cívico da vila;

PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	
NOME	Projecto e Estudo de Impacte Ambiental (EIA)
	<p>Abaixo-assinado de 246 residentes em Gondomar (cont.)</p>
	<p>Abaixo-assinado de 927 residentes em Gondomar</p>
	<p>Solicitam " ... as devidas providências no sentido de ser encontrada uma alternativa à Estrada de D. Miguel e prometida uma solução viável, antes de iniciada a "IC 25" aos moradores e à população de Gondomar em geral".</p>
	<p>Ambiente Natural</p>
	<p>Socioeconomia, Ordenamento do Território, Património e Sugestões</p>
	<p>Dar acesso a transportes não autorizados na Via Rápida (bicicletas, motorizadas, tractores, automóveis isentos de carta de condução)</p> <p>A Travessa Padre Andrade e Silva também não será restabelecida.</p> <p>A alteração das acessibilidades pelo projecto vai provocar um efeito de barreira entre vizinhos e familiares hoje distantes apenas 500 metros.</p> <p>A Estrada D. Miguel tem características de Via Rápida, mas apresenta variações bruscas de limite de velocidade (80, 50 e 40).</p> <p>- A insegurança levou a que seja conhecida como a "Estrada da morte" devido ao grande número de acidentes ocorridos, alguns dos quais mortais.</p> <p>- Junto à via existe diversos estabelecimentos de ensino.</p> <p>- O IC 25 irá provocar na estrada de Miguel um acréscimo do Tráfego Médio Diário Anual 16 930 (veículos/dia) passando para 34 530 no ano de 2007. Contudo, esta via não tem o mínimo de condições para escoar tráfego intenso.</p> <p>É possível estudar uma alternativa à Estrada de D. Miguel.</p>

Legenda:

AUT - Autarquias

C - Cidadãos

IAC - Instituições da Administração Central, Regional ou Local

**RELATÓRIO DA CONSULTA DO PÚBLICO DO ESTUDO
DE IMPACTE AMBIENTAL "IC 25 - VIA RÁPIDA DE GONDOMAR"**

Instituto de Promoção Ambiental

Margarida Grossinho

Março de 1997

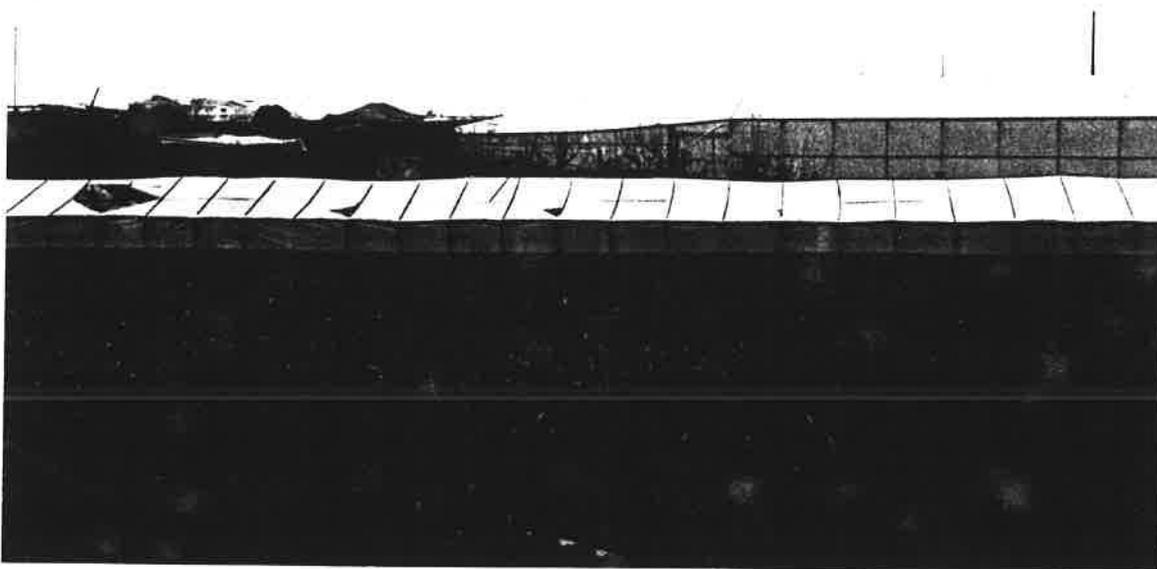
ANEXOS

Visita ao IC 25 Via Rápida de
Gondomar 1

16 de Janeiro de 1997

Viaduto de Parnal de

Sobre as estufas na direcção do poste eléctrico





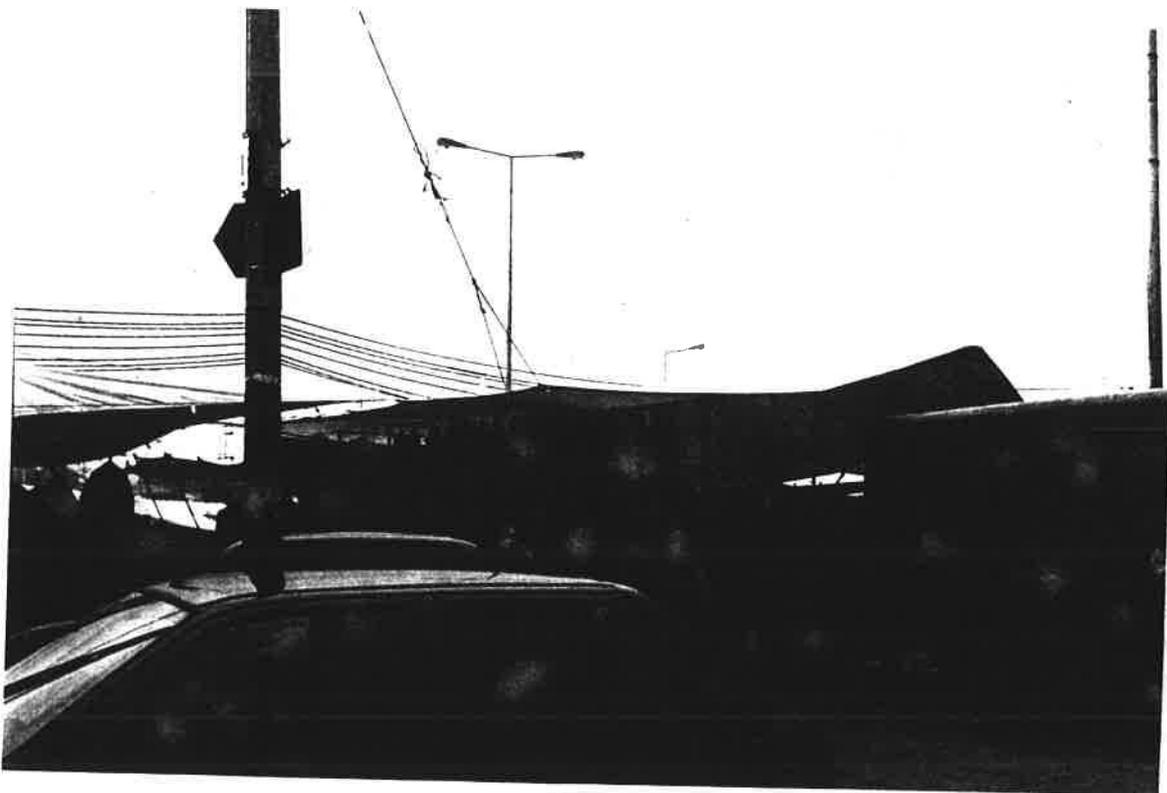
Casas sob o viaduto de Ronaldo



Viaduto termina junto à garagem (edifício isolado)
faz uma curva para evitar as casas e entra na
zona florestal (eucaliptos).



Nº 4 no lanceiro



Feira Este recinto vai
ser atravessado pela via



Parte Castelo



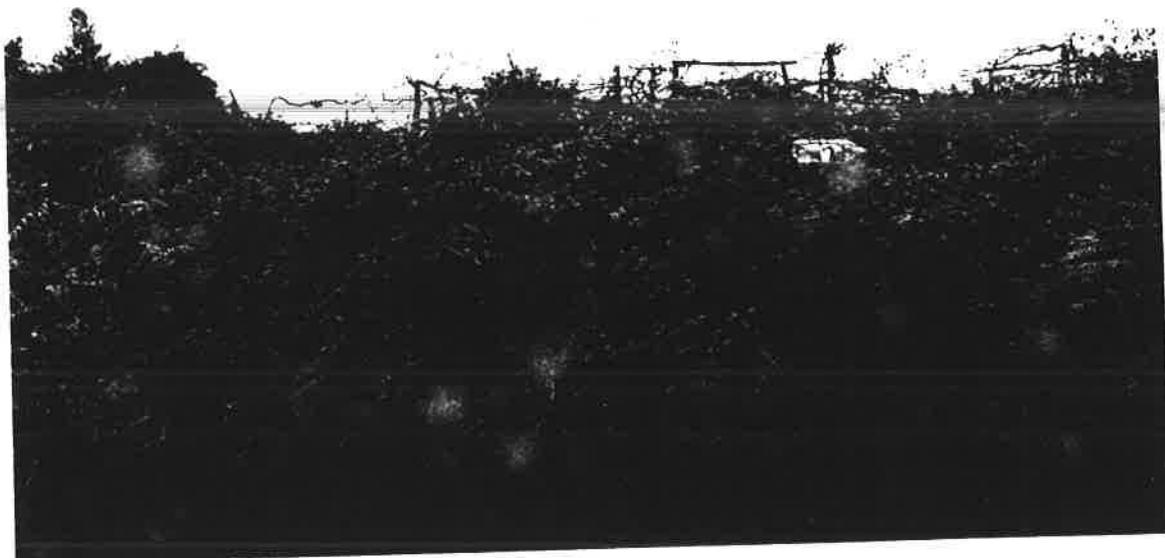
Via Direccional de Bordonnau
Vai ligar à Via Rápida através de uma
rotunda



Restabelecimento 5 A

Casas afetadas. Acessibilidades alteradas
(Paragem)





lixo da via (Restabelecimento
5A)



Bondos marinhos (junto à Ps 3)
Casa amarela da via ser demolida



Gondomarinho (eixo da via)
junto ao Restabelecimento 4.1 (Ps 3)



Zona de Gondomarinho. Casa amarelada
naí a baixo. Fábrica está desactivada



Baixa onde passa a estrada. 2 casas
vão abaixo. A azul é a que tinha a
palagem.

Casa isolada na direcção da Palmeira (via passa
ao lado. No Pinhal fica o nó das Azeias
Atrás crecha o Bairro do Cerco



Nó 3 em viaduto sobre o Rio Tinto (nos eucali
Vale do Rio Tinto Agricultado



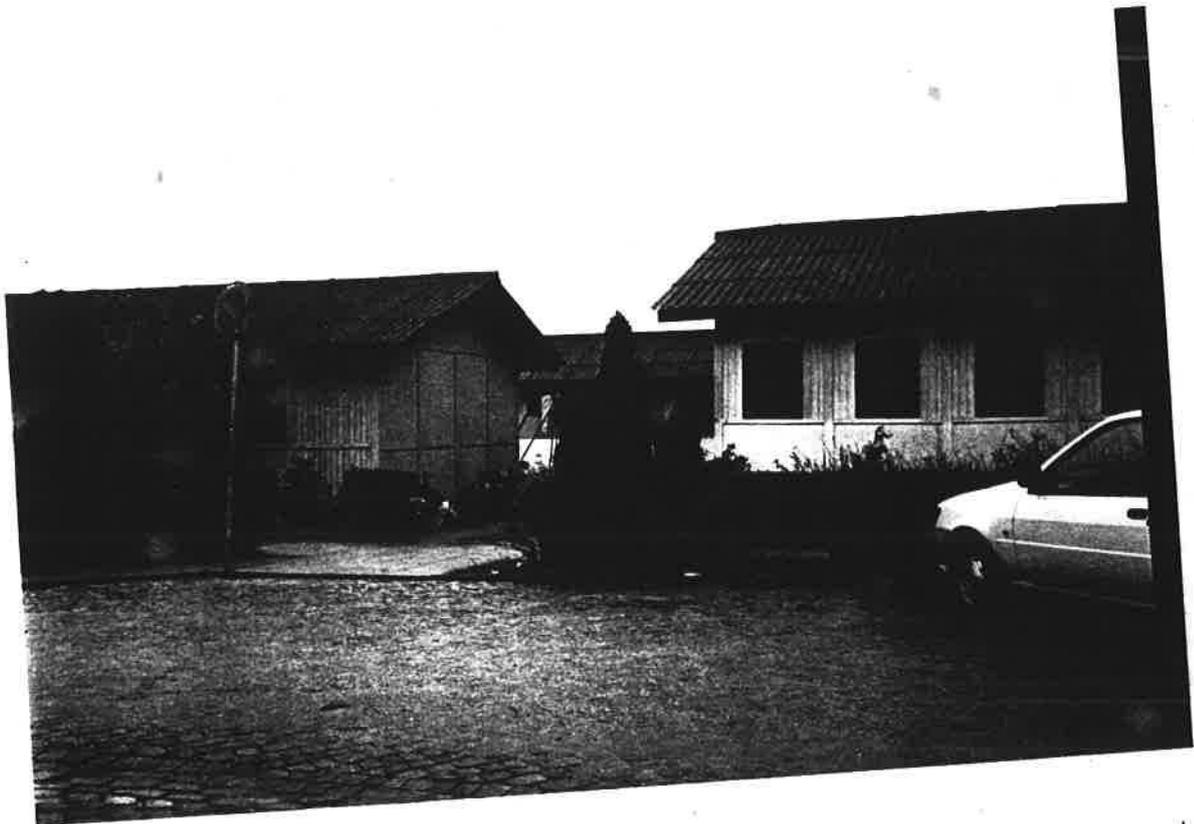
Agricultura no Vale do Rio Tinto



Ponte antiga sobre o Rio Tinto



Horto da C. R. do Porto



Bairro junto ao rio
das Areias



Barracô s unde vazi passal a nra



Pr. das Areias



Bosquete sobeiros, cavalhos
eucaliptos



Solução da Câmara passa entre o prédio azul
e o castanho. Casa branca mais pequena vai
abaixo.



Tilares. Via passa junto ao
bosquete



Via passa entre o prédio azul e o prédio rosa



Lugar de Tirales

Posto fronteiro de Campolã



Igreja de Campolã. Muro do Camitén's
vai ser reforçado



Tirares ao longe Bairro do Cerco

ACTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROJECTO "IC 25 - VIA RÁPIDA DE GONDOMAR"

Realizou-se no passado dia 17 de Fevereiro de 1997, pelas 20 horas e 30 horas em Gondomar, no Auditório Municipal (de S. Cosme), uma Audiência Pública integrada no Processo da Consulta do Público do Projecto "IC 25 - Via Rápida de Gondomar".

Esta audiência teve a seguinte agenda e objectivos:

- Apresentação e descrição do projecto e respectivo Estudo de Impacte Ambiental (EIA)
- Esclarecimento de dúvidas surgidas;
- O Processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) no âmbito do Ministério do Ambiente;
- Procedimentos da Consulta do Público de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Debate.

Na audiência estiveram presentes cerca de 40 pessoas que participaram activamente no debate.

Foram constituídas duas mesas:

Mesa de Moderação

- Eng.º Aníbal Ramos (DGA - Coordenador da CA)
- Dr.ª Margarida Grossinho (IPAMB)
- Dr. Pedro Raposo (IPAMB)

Mesa do Proponente

- Eng.º Ausberto Rocha e Silva (JAE)
- Eng.ª Luisa Pereira (COBA - Projecto)
- Dr.ª Sofia Arriaga e Cunha (COBA - EIA)
- Eng.º Felix Filho (COBA - EIA)

Abriu a sessão o Dr.º Pedro Raposo do Instituto de Promoção Ambiental.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Começou por agradecer a presença de todos, apresentando as duas mesas. O Eng.º Aníbal Ramos da DGA, coordenador da Comissão de Avaliações, Dr.º Pedro Raposo do IPAMB e Dr.ª Margarida Grossinho também do IPAMB e um das pessoas que faz parte da Comissão de avaliação, na mesa do proponente tenho o Eng.º Ausberto Ramos e Silva da Junta Autónoma das Estradas, a Eng.ª Luisa Pereira da COBA, a Dr.ª Sofia Arriaga e Cunha também da empresa COBA e o Eng.º Felix Filho da mesma empresa. Estas duas últimas pessoas são responsáveis pelo Estudo de Impacte Ambiental. Eu passava então a palavra ao Eng.º Aníbal Ramos para que fizesse uma curta exposição sobre o Processo de Avaliação de Impacte.

Eng.º Aníbal Ramos - DGA

Boa noite a todos. Foi nomeada uma Comissão do Ministério do Ambiente para fazer a apreciação dos Impactes Ambientais deste projecto. Esta Comissão é constituída por cinco técnicos, eu serei o coordenador de todo esse processo de Avaliação que caberá a elaboração de um parecer a apresentar à Senhora Ministra do Ambiente sobre o empreendimento e o Impacte que ele causará em toda a envolvente, inclusivamente todos os impactes sociais.

Esta Comissão está a trabalhar à cerca de dois meses, já realizou uma visita ao traçado, já fez algumas reuniões, e hoje vê integrado num processo de oscultação de opinião do público, ou seja, das interessadas que serão afectados pelo empreendimento. Estamos aqui para essencialmente expor e tirar algumas dúvidas sobre o traçado que vos é apresentado naquelas cartas que ali estão fixadas e para também ouvir as opiniões de quem do público quiser fazer reclamações, apresentar dúvidas, pedir esclarecimentos ou até elaborar protestos.

De todos é sabido que, o problema da acessibilidade de Gondomar ao Porto é um problema tradicional. Eu como morador durante vinte anos no Concelho por alguma coincidência, calhou-me a coordenação deste Estudo, e portanto, tenho uma ideia, não digo totalmente precisa, mas uma ideia bastante alargada dos problemas das acessibilidades da circulação entre o Gondomar e o Porto. Há vinte anos, ou há trinta anos atrás, eu para frequentar no Porto o Liceu Alexandre Herculano, que muitos jovens na altura frequentavam, e que aqui moravam, demorava cerca de hora e meia para na minha residência na Freguesia de Medas em Gondomar para atingir o Liceu Alexandre Herculano. Saía todos os dias na camioneta das seis da manhã para as aulas das oito e trinta no Liceu Alexandre Herculano. Portanto nessa altura, nós os jovens, chegávamos ao Porto por volta das sete e pouco, estava tudo fechado, estavam os cafés fechados. E nós passávamos uma hora e tal a circular de Inverno e de Verão nas ruas do Porto, algumas vezes até nos entretínhamos a deitar milho às Pombas na Av. dos Aliados. De maneira que era um problema de acessibilidade que no fundamental se mantém. Na altura a circulação rodoviária era muito mais escassa do que é agora,

os problemas de transportes colectivos e públicos não são agora da dimensão que existiam na altura, mas de qualquer modo as vias de circulação que já existiam há trinta anos, no essencial continuam, são as mesmas que trinta anos depois dão acesso dos moradores de Gondomar ao Porto. Isto é evidente que cria problemas sociais e estrangulamentos sócio-económicos drásticos e daí o surgimento deste Projecto. Claro que é indiscutível que é necessário ligar mais rapidamente Gondomar ao Porto. ~~Punha-se logo à partida como efectuar essa ligação, se era o metro, metropolitano, se era por rodovia, se era por caminho de ferro, se era por linha de metro.~~ Esta discussão de alternativas claramente está um pouco ultrapassada porque estamos perante um Projecto concreto de uma via rápida, no entanto se algum dos presentes quiser opinar o assunto nós registaremos a sua opinião com o peso que nesta altura se lhe poderá dar.

Portanto nós estamos sobretudo aqui para ouvir a posição das pessoas, tirar dúvidas que forem necessárias, anotar as reclamações que quiserem porventura formalizar e tomar em consideração no parecer final que iremos apresentar superiormente à Ministra, à Senhora Ministra do Ambiente que irá concertar e poderá introduzir modificações ou alterações ao Estudo que aqui é apresentado.

Era esta introdução que eu teria que fazer, está patente ainda um período de consulta do público, até ao próximo dia dezassete de Março. Portanto as pessoas para além de hoje poderão escrever, expor por escrito ao Ministério do Ambiente, todas as reclamações, todos os reparos que quiserem formalizar sobre o Estudo. É para isso que nós aqui estamos no dia de hoje. Obrigado.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Agradece ao Eng.º Aníbal Ramos.

Eu passava a palavra à Dr.ª Margarida Grossinho, para ela apresentar uma breve síntese da Consulta do Público.

Dr.ª Margarida Grossinho - IPAMB

Muito boa noite. Só umas breves palavras para vos explicar um pouco o que é a consulta. Portanto, paralelamente o meu colega já disse que este projecto entrou no Ministério do Ambiente e está em avaliação. Paralelamente essa avaliação que é feita pelos técnicos do Ministério, decorre a consulta do público. Esta consulta do público teve início no dia vinte de Janeiro, e como disse o meu colega vai prolongar-se até dezassete de Março. Para além de todos os esclarecimentos que foram dados nesta sessão, os estudos estão ainda disponíveis na Câmara Municipal do Porto e na Câmara Municipal de Gondomar e ainda na Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais no Porto e em Lisboa, no Instituto de Promoção Ambiental

Um resumo, portanto, tentando explicar de uma forma mais acessível este projecto e seus problemas e, os aspectos positivos que ele terá, que se pensa que irá ter, está disponível nas juntas de Freguesia, portanto, são São Cosme, Valbom, Rio Tinto, Baguim do Monte e ainda em Campanhã.

Pronto, durante este período até ao dia dezassete de Março podem enviar as vossas sugestões, reclamações, podem entregar nas Juntas de Freguesia, nas Câmaras Municipais ou enviar directamente para Lisboa. No documento que está aí têm aqui a nossa direcção, portanto podem-nos enviar ou entregar directamente na Câmara. Para além disso vai haver um debate. Esta sessão tem duas partes, uma de apresentação e outra de debate, e tudo quanto for dito aqui nesta sessão está a ser gravado e vai ser transcrito para uma acta. Portanto todas as vossas posições ficarão registadas. Essa acta, bem como todos os pareceres que nos fizerem chegar vão ser postos no relatório de consulta do público que vai ser enviado conjuntamente com o relatório da Comissão de Avaliação à Senhora Ministra. E é com base nesses dois documentos que vai ser feito, portanto, que vai ter lugar a decisão do Ministério do Ambiente.

Pronto, se depois houver mais alguma questão que quiserem pôr acerca do processo, nós estaremos disponíveis para tirar as dúvidas que surgirem. Muito Obrigado.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Eu passaria então a palavra à mesa do proponente para que seja feita uma breve descrição do Projecto assim como do respectivo Estudo de Impacte Ambiental. Engº Ausberto Rocha e Silva.

Engº Ausberto Rocha e Silva - JAE

A Junta Autónoma das Estradas propõe-se executar nos Concelhos do Porto e de Gondomar a Via Rápida de Gondomar que como disse o Senhor Engº Aníbal Ramos, vai resolver um dos principais problemas de acessibilidade no Concelho de Gondomar.

É uma via que há muito que é esperada e ansiada por toda a população e pensamos, portanto, desta vez, vir a resolver esse problema que é importante para o desenvolvimento do próprio Concelho.

Estamos aqui hoje juntamente com a equipa projectista para vos apresentar o nosso projecto, todos os estudos antecedentes desse projecto, e ao mesmo tempo responder às vossas perguntas e esclarecer aquilo que entenderem.

Eu vou-me socorrer do retroprojector para vos enquadrar o lanço na via rodoviária. Portanto, aqui neste mapa esquemático, está representada a rede rodoviária no Concelho de Gondomar. Vê-se ainda um bocado do Concelho de Valongo. Como vemos, portanto, vemos que a Via Rápida de Gondomar que aqui está representada por o IC 25 em vários tons de vermelho e azul. É uma via que vai ligar o IC 23 ao IC 24. O IC 23 é via de Cintura interna do Porto e Gaia e o IC 24 é uma via que contorna toda a zona metropolitana com início no IC 1, que aqui não está representado, em Perafita, Matosinhos e depois irá fechar no IC 1 também no nó de Espinho. Portanto trata-se de uma grande circular, exterior de toda esta zona, que neste momento só parcialmente está construída, sobretudo no Concelho de Maia, que os planos e as novas propostas do Plano Rodoviário consideram e muito bem, por que será uma via de extrema importância para ordenar todo o tráfego da zona metropolitana.

Portanto como disse, a via rápida tem início aqui na Cintura Interna no nó de Freixo, junto à actual Ponte do Freixo e irá terminar no IC 24. Poderemos considerá-la dividida em três lanços, que ali estão representados num vermelho escuro, vermelho mais vivo e o azul. Neste momento o que nos traz cá é sobretudo os lanço que estão representados a vermelho, porque desses lanços dispomos actualmente de um projecto de execução que é o lanço que está representado a vermelho, concretamente entre o nó das Areias e a Estrada de Dom Miguel. O outro entre o nó do Freixo e o nó das Areias encontra-se em estudo prévio, e o lanço que está representado a azul é uma intenção do Plano Rodoviário para concretizar a prazo.

Enfim, olhando para o mapa e vendo que se trata de uma via que vai articular duas Circulares, uma Circular Interna e uma Circular Externa. Facilmente nos apercebemos da sua importância para o funcionamento do sistema viário. Para além disso dado o número, o número substancial de nós que ela vai ter no seu percurso, facilmente vai facilitar portanto toda a acessibilidade a todo este hinterland entre as duas Circulares.

Esta via rápida terá, prevê-se que venha a ter no tramo mais carregado um tráfego da ordem dos vinte e tal, vinte e cinco mil veículos na data da abertura, o que por si só também diz da importância que esta via vai ter portanto para a região.

Portanto eu iria pedir aos meus colegas da equipa projectista para vos falarem mais em detalhe de todo este projecto, mas gostava ainda de salientar que relativamente ao lanço do estudo prévio, nós dispomos de dois traçados alternativos que se encontram ainda em discussão. São dois traçados que se desenvolvem sensivelmente no mesmo corredor mas, que terão algumas particularidades, sobretudo a nível do Impacte Ambiental são salientados. Uma foi desenvolvida pela nossa equipa projectista, outra foi desenvolvida nos serviços do planeamento da Câmara Municipal do Porto, e que nos apresentam portanto em contraponto à nossa própria solução. Não há ainda uma decisão relativamente à adopção de um traçado ou outro, mas é importante que se depois se tome consciência das várias diferenças e das vantagens e inconvenientes de cada uma dessas soluções.

Relativamente ao lanço a vermelho, é o lanço que está em projecto, enfim é o que está exposto na parede lateral deste Auditório, o que poderão consultar depois em

pormenor , ou fazer qualquer pergunta de pormenor se assim julgarem conveniente. O lanço em azul, como disse, é uma intenção de a prazo completar a rede conforme o Plano Rodoviário, que está neste momento em apreciação também no Parlamento e que se espera que venha a ser brevemente aprovado.

Gostava ainda de salientar que este troço, portanto que está em projecto, constitui um investimento total da ordem dos sete milhões e meio de contos, dos quais cinco milhões e duzentos mil correspondem à obra em si, empreitada, e dois mil e duzentos ou dois mil e trezentos a estimativa prevista para as expropriações. Portanto o investimento do estado e da Junta com esta obra atinge estes montantes.

Antes de passar a palavra aos meus colegas, gostaria de deixar ficar aqui os nossos agradecimentos às Câmaras Municipais, quer do Porto quer de Gondomar e aos seus técnicos por a colaboração que nos prestaram durante a execução de todos estes estudos. Colaboração que se traduziu no carrilamento de informação sobre o seu próprio território e também sugestões que foram desenvolvendo e que foram sugestões que foram apresentando, e que nós fomos trabalhando e discutindo até chegarmos à solução final do traçado que do nosso ponto de vista se nos aparece de uma forma satisfatória e meritória, e que espero que também da parte deles façam o mesmo juízo.

Muito obrigado. Ficarei depois à vossa disposição para as perguntas que entenderem fazer. Passaria então a palavra aqui aos meus colegas da equipa projectista que é a COBA.

Eng^a Luisa Pereira - COBA - Projecto

Muito obrigado. O meu nome é Luisa Pereira. Eu fui a pessoa que na COBA estive a coordenar a parte do traçado. E irei fazer-vos uma descrição sumária do IC 25, a parte que está agora em projecto, portanto a parte do estudo prévio como a parte do projecto de execução. E vou recorrer de umas transparências para possamos falar um pouquinho melhor.

Bom, o IC 25, tal como o Eng^o Rocha e Silva falou há pouco, foi dividido em dois sub-lanços inicialmente, que são as partes que estão representadas a verde. E irei fazer primeiro uma apreciação relativamente ao primeiro sub-lanço, que tem duas alternativas ainda em aberto e depois iria para aparte do projecto de execução que tem dados muito mais concretos daqui para a frente.

Em termos gerais eu gostaria de dizer que o IC 25 tem no primeiro sub-lanço uma extensão de mil e setecentos metros e o segundo sub-lanço terá uma de quatro mil quinhentos e setenta. Podemos dizer relativamente aos primeiros mil e setecentos metros que as alternativas não vão variar, não vão fazer variar a extensão, mas sim os corredores, que embora coincidentes serão duas variantes.

A questão que se põe é essencialmente a seguinte, inicialmente no estudo prévio , que foi também com a empresa projectista COBA que o fez, havia um

corredor que nesta fase que estamos a apresentar também é coincidente. Com o desenrolar do projecto de execução, e era essa fase que estávamos a caminho do IC 25. A Câmara Municipal do Porto fez algumas sugestões, que se prendiam essencialmente, com um Parque oriental da sua cidade e que o traçado que apresentávamos em estudo prévio iria viabilizar alguns equipamentos que eles pretendem introduzir, e então ficamos com o seguinte: nas plantas que vocês têm fixadas na parede tem a alternativa um que é a solução que é apresentada, ou proposta, pela Câmara Municipal do Porto que terá por um lado os seguintes inconvenientes. Ela irá disponibilizar o espaço em que eles pretendem pôr o parque oriental, ela irá sim introduzir na malha urbana do Bairro do Cerco do Porto, e indo neste ponto de vista acarretar alguns custos superiores àqueles que inicialmente estavam previstos no estudo prévio. Porque sabemos todos nós que ao fazer a introdução de um traçado numa estrutura urbana, ela vai á partida acarretar custos de estrutura de suporte, e tem na solução prevista a execução de um túnel, a restabelecer uma Praceta existente que a Câmara propôs.

Relativamente à alternativa dois, que era a do estudo prévio que a COBA desenvolveu inicialmente. Ela terá uma menor afectação do Bairro do Cerco do Porto mas, por outro lado nós iríamos ocupar parte do Bairro do lugar da Tirares, que é um núcleo um pouco degradado. Mas que a Câmara tem prevista a sua reabilitação e iríamos realmente cortar um pouco desse parque. Ocupação que estamos a fazer não é muito extensa, se de qualquer forma a Câmara prevê alguns inconvenientes nela.

Relativamente aos nós deste primeiro sub-lanço, existe um nó que se localiza na zona do Peso da Régua, e ambas as alternativas são semelhantes. E nós fomos caminhando ao longo do estudo prévio para uma solução que foi no nosso entendimento assegurar as ligações que futuramente a Câmara Municipal do Porto irá localizar nessa zona.

As alternativas que apresentamos têm configurações para o nó que são distintas, no entanto, por um lado a solução que a COBA desenvolveu, estabelece as ligações à rede viária existente, enquanto que a solução tem desenvolvida ou que apresenta também pressupõe vias que futuramente irá construir, e portanto, é ali que aparecem algumas diferenças relativamente ao nó.

Relativamente ao nó dois, que já vai fazer parte da empreitada que é levada agora a concurso, os nós também apresentam configurações distintas, embora viabilizem tanto um como outra as eventuais ligações que a Câmara pretende fazer e actualmente ela estabelece ligações à rede existente. E é aqui que eu iria caminhar um pouco para o segundo sub-lanço, e iria dizer o seguinte: a empreitada que agora é levada a concurso, que é a do segundo sub-lanço, pretende estabelecer a ligação a Gondomar. E portanto ela vai-se estabelecer da seguinte forma: futuramente a ligação feita ao nó do Freixo, quando o primeiro sub-lanço for construído, mas para já a construção vai pressupor um restabelecimento que é uma via de duas por duas, desde o nó dois até à Estrada da Circunvalação até ao troço actualmente já duplicado. Temos ali uma via que ligará à cidade do Porto em condições perfeitamente boas e com boas características. Foi preocupação da Junta Autónoma das Estradas, como o primeiro sub-lanço tinha algumas questões em aberto, fazer uma ligação de Gondomar à cidade

do Porto em condições razoáveis, que é para isso que na realidade Gondomar precisa de via.

E então eu ia agora fazer a descrição do projecto de execução do segundo lanço. Ela tem três nós, portanto começa no nó dois, tem o nó três e o nó quatro. O número de restabelecimentos são sete. No segundo sub-lanço são três e estamos a apontar para três no primeiro sub-lanço. O número de nós são efectivamente quatro na totalidade e três pertencem a este sub-lanço. O nó dois que foi designado como nó das Areias, estabelece a ligação entre a ligação a Estrada da Circunvalação e a Rua das Areias. O nó três localiza-se na zona de Carregais e vai estabelecer actualmente a ligação da Rua de Carregais e futuramente prevê ou permite a ligação de uma via que a Câmara Municipal de Gondomar pretende fazer nesta zona. O nó quatro da mesma forma também é uma rotunda desnivelada como os casos anteriores para permitir que à rotunda se faça também ligações posteriores da Câmara Municipal de Gondomar do lado de Valbom.

Actualmente já estamos a fazer a ligação à via direccional que já tem um troço construído, e do lado Poente da Câmara Municipal de Gondomar tem prevista para a via estruturaste de Valbom que será feita do lado Poente do nó quatro.

Relativamente às obras de arte destes, do IC 25, relativamente ao primeiro sub-lanço estima-se que tenhamos trezentos e cinquenta metros de viadutos. Essencialmente eles serão na passagem na baixa de Rio Tinto, exactamente e eventualmente no nó 1 também será feito ali um viaduto porque estamos a atravessar a zona da linha de água de Cartes.

Do segundo sub-lanço já temos o valor confirmado que o projecto está pronto. Temos mil e quatrocentos metros de viadutos. Eles foram essencialmente localizados nas baixas, portanto os vales foram todos atravessados em viadutos. Houve inclusivamente uma passagem do traçado de uma zona que inicialmente estava prevista no estudo prévio, num vale para uma encosta, para não fazermos o atravessamento de zonas de vale que estão normalmente com culturas e isso acarreta impactes negativos que nós minimizamos sempre que possível pelo viaduto ou tentamos retirar de lá o traçado, tal como fizemos ali no Km 1 do segundo sub-lanço.

O que eu vos queria dizer mais além dos viadutos, as obras de arte que temos em projecto neste momento são sete no segundo sub-lanço, sete passagens superiores e prevê-se que se faça mais uma passagem superior no primeiro sub-lanço a restabelecer a estrada da Circunvalação, e temos mais duas passagens inferiores no nó dois quando se fizer as restantes ligações para o lado do Porto. O que neste momento existe em projecto são ligações para o lado de Gondomar, de entrada e saída para Gondomar.

Relativamente aos perfis transversais tipo destas vias, portanto estas vias têm duas faixas de rodagem com separador central. São vias vedadas por questões de segurança dos utentes da própria via e dos que vivem na envolvente dela. Nós vamos ter dois perfis transversais tipo. O primeiro sub-lanço, dada a localização estar perfeitamente integrada da cidade do Porto dá continuação à VCI vai restabelecer ao

fim ao cabo a própria estrada da Circunvalação naquele troço. Irá ter duas faixas de rodagem com três vias cada, separados por um separador rígido de betão, que vocês já devem ter visto.

Relativamente ao segundo sub-lanço, ela terá por questões de estudo de tráfego, só necessita de ter para já duas vias em cada faixa de rodagem. No entanto ficou possível, ou permitem com largura que estavam a atribuir à plataforma, futuramente, quando for necessário, alargar para três vias e com a utilização de separador central, ela permita o alargamento para três vias.

O número de restabelecimentos eu penso que já referi, mas só queria chamar a atenção para mais uma questão. Nós, no decorrer do processo, tal como o Eng.º Rocha e Silva referiu, tivemos diversas reuniões com as Câmaras Municipais de Gondomar e do Porto e quisemos deixar o número de restabelecimentos que as Câmaras achem necessários e inclusivamente os nós dimensionados para a Câmara fazer as ligações que pretende para o seu Concelho. E os restabelecimentos tivemos exactamente o mesmo procedimento, ou seja, restabelecemos todas as vias que interrompemos e fizemos outra que achamos necessário que fossem restabelecidas para a circulação futura fosse a melhor possível com a via rápida de Gondomar.

Eu penso que não tenho mais nada para vos dizer, ficarei ali na mesa. Quando for a questão das vossas perguntas, quando for a altura das vossas perguntas estarei ao vosso dispor. Muito obrigado.

Eng.º Felix Filho - COBA - EIA

Muito boa noite. E para ganharmos tempo, vou começar a minha apresentação, a Luisa não precisa de ter pressa. O meu nome é Felix Filho. Eu actuei como coordenador geral do Estudo de Impacte Ambiental, que envolveu uma vasta equipa de técnicos. Eu quero agradecer a esses colegas e agradecer também a colaboração e empenho dos colegas da Junta Autónoma de Estradas e os técnicos da Câmara de Gondomar e Porto que nos auxiliaram em termos de informações.

Antes de mais nada, vou pedir ajuda da Dr.ª Sofia Pinto, que participou do mesmo estudo, para ganharmos tempo em termos de apresentação das transparências.

Eu gostaria de começar por dar uma ideia geral para aqueles que não estão informados do que é um Estudo de Impacte Ambiental. Para aqueles que já estão, eu peço desculpas, vou demorar um pouco de tempo mas é apenas para tentar uniformizar em termos de informação, e dar algumas informações básicas sobre o Estudo de Impacte Ambiental. Nós desenvolvemos aqui este estudo de acordo com quatro etapas. A primeira que nós chamamos de definição no âmbito dos estudos, ou seja, definição de áreas e aspectos ambientais críticos. E depois a segunda etapa é a caracterização da situação ambiental de referência e passam para depois para a terceira que é a determinação de avaliação dos Impactes Ambientais e a última é a formulação de Medidas de Minimização, compensação ou monitorização.

Eu quero dizer que os estudos foram efectuados de uma forma integrada, entre os técnicos que participaram do Estudo de Impacte Ambiental e do projecto rodoviário, de forma que podia haver uma troca de informação tanto indicando por os colegas do Projecto Rodoviário quais seriam as condicionantes ambientais importantes a ter em atenção no estudo como também por a equipa dos técnicos do Estudo de Impacte Ambiental ~~poderem ter uma ideia das dificuldades técnicas no~~ Projecto Rodoviário. Na primeira etapa, ou seja, definição dos aspectos críticos, nós recorremos a contactos com informadores privilegiados, ou seja, pessoas do local, técnicos das Autarquias. Recorremos também a estudos efectuados anteriormente para ter uma ideia daqueles aspectos mais importantes que deviam receber uma cobertura mais aprofundada no estudo de Impacte Ambiental.

Quero chamar também a atenção que em termos depois de avaliados os Impactes Ambientais foram formuladas algumas medidas de mitigação para reduzir ou evitar esses impactes e algumas dessas medidas já foram introduzidas no Projecto da via, e tem outras medidas que dependeram da actualização de outras entidades.

Apenas também para dar uma ideia de quais são os aspectos que são abordados no Estudo de Impacte Ambiental, eu gostaria de deixar claro que nós abordamos e que é normalmente feito, tanto os aspectos ambientais biofísicos como do ambiente sócio-economico e cultural. Entre os aspectos biofísicos foram abordados clima, geologia, geomorfologia, recursos hídricos, etc. Quando do ambiente acústico e em termos sócio-economico-culturais uma série de aspectos relacionados com a população, tanto a nível da sócio-economia regional, sócio-economia local, plano de ordenamento do território, áreas de uso condicionado, aspectos relacionados com o património cultural construído. E esses aspectos é obvio não foram abordados todos com a mesma extensão, o mesmo grau de profundidade, dada aquela etapa que definimos quais eram os aspectos principais. Alguns desses aspectos receberam uma abordagem mais detalhada e aprofundada no Estudo de Impacte Ambiental.

Bom só para dar uma ideia que já foi apresentado aqui, para aqueles que chegaram mais tarde, se representar ali entre dois círculos azuis, nós temos o primeiro sub-lanço que está agora em apreciação e depois do circulo azul até ao final é segundo sub-lanço. A via atravessa em termos de freguesias, atravessa no Porto as Freguesias de Campanhã, em Gondomar as freguesias de São Cosme e Valbom. Esta região, como se caracteriza esta região, tem alguns aspectos que são particulares, que eu gostaria aqui deixar uma nota breve sobre eles. Em primeiro lugar como nós podemos ver por esse quadro, e eu chamo a atenção à última coluna onde nós mostramos a densidade populacional de algumas freguesias aqui da zona. Podemos ver ali por exemplo São Cosme, apresentava em 1991 cerca de mil e oitocentos habitantes por quilometro quadrado. Chamo a atenção ali em baixo no quadro de Portugal Continental, apresenta uma densidade de cento e sete. Estamos falando então de valores dezoito vezes mais elevados do que a média nacional. E assim para as outras freguesias que estão aqui em consideração. E portanto fica claro e evidente que está tratando de uma zona densamente povoada.

Queria chamar a atenção aqui também de alguns aspectos que depois vão ser úteis para depois avaliarmos os Impactes Ambientais associados à Via Rápida de Gondomar. A partir do primeiro nó, o nó de Cartes, a via sai da estrada da Circunvalação e num pequeno trecho ela coincide com o traçado desta circulação e atravessa o muro e a vala do Cerco do Porto, que é uma estrutura do século XIX, que tem uma importância em termos de testemunho da história da Cidade. Não é nenhum elemento classificado, nem em vias de classificação mas tem o seu valor porque está associado à história da Cidade do Porto. Ela atravessa também um posto fronteiriço que era utilizado antigamente para recolher taxas de aqueles que entravam na Cidade do Porto e para também cobrar portagem, tão em voga hoje em dia. Depois havia a partir do nó de Cartes, no que se trata ao primeiro sub-lanço, temos duas alternativas. Uma a alternativa um, que corre um pouco mais ao Norte e que atravessa o Bairro do Cerco do Porto, atravessa lá Muidades, uma unidade de Actividades de Tempos Livres e alguns edifícios na Rua de Valpaços para quem conhece essa zona. E depois ela coincide novamente no nó dois com a alternativa número dois. A alternativa número dois por sua vez sai ali do mesmo nó, e entra mais dentro no Vale do Rio Tinto. E atravessa parte do Lugar de Tirares, que também é um conjunto que apresenta uma certa coerência arquitectónica. E por isso também pode apresentar algum valor em termos do Património Cultural Construído. Até observamos lá, foram identificados alguns moinhos de rodízio que eram utilizados antigamente para produção de farinhas. A via depois segue para Sudoeste em direcção ao Bairro das Areias. Ainda no Porto temos ali o viaduto das Areias, já estamos no viaduto das Areias. Seguindo por aí, e um pouco mais para a frente, está o limite entre a Concelho do Porto e o Concelho de Gondomar e temos até um Bairro, além do Bairro das Areias, aquela zona do horto do Porto e tem um Bairro de realojamentos. Depois a via segue para o Sul, atravessamos zonas que não são muito ocupadas do ponto de vista habitacional. E chega depois mais em baixo em direcção a Carregais, aí sim, vamos encontrar uma ocupação habitacional mais intensa, onde a via atravessa a estrada nacional 209 e também a Rua Cosme Ferreira de Castro, lá em carregais. Ela desce depois em direcção à PS 4, ali na ligação entre Gondomarinho e Pevidal. E depois aproxima-se, e também são zonas com uma certa ocupação urbana, e depois ainda mais uma outra zona ali no futuro centro direccional de Gondomar, onde temos o nó quatro que vai fazer ligação à via direccional também que está prevista. A via continua em direcção depois à estrada de Dom Miguel, onde passa próximo a Ramalde. E também atravessa um Vale.

Isso apenas para dar uma breve panorâmica das zonas que são atravessadas e alguns aspectos que são importantes em termos de avaliação de impacte.

Passaria então para a próxima transparência, onde nós procuramos indicar os principais impactes negativos que foram identificados e avaliados aqui no Estudo de Impacte Ambiental. Existem outros impactos além destes e, apenas aqui procuramos mostrar um resumo daqueles que nós consideramos mais importantes.

É obvio e em primeiro lugar, como nós identificamos à pouco, é uma zona densamente povoada e para construir qualquer coisa, qualquer estrutura de desenvolvimento, há necessidade, e surgem situações de conflito entre a ocupação existente e a futura ocupação, e portanto há necessidade de demolir algumas habitações e algumas estruturas para poder depois implantar a via rápida de

Gondomar. Estamos falando aqui em termos de trinta a quarenta habitações, e que parece um número expressivo mas tratando-se da densidade populacional e duma zona urbana é um número relativamente baixo.

Um outro aspecto importante que o impacte ambiental que poderá ocorrer, está associado às actividades de construção. Vamos observar, poderemos observar principalmente para aquelas zonas habitacionais mais densas um aumento de incomodidade causado pelas obras, devido a movimentações de máquinas, a uma emissão de poeiras, a emissão de ruído que antes não se verificavam naquela zona. Assim como também para poder construir determinados trabalhos, há necessidade de bloquear determinados percursos pedonais ou percursos utilizados por veículos.

Também um outro aspecto que gostaria de chamar a atenção prende-se com a degradação da paisagem durante a construção. É obvio com os cortes e aterros que são necessários, que podem depois ser melhorados com medidas apropriadas. Mas também vamos inserir na paisagem uma estrutura diferente que é uma estrada. E isso poderá também, se não for muito cuidado, se não forem tomadas medidas cautelares, causar uma degradação da paisagem.

Um outro aspecto importante para as comunidades é o que nós chamamos de efeito barreira causado pela via, ou seja, essa vai ser uma via rápida com tráfego intenso e só por si já causaria uma espécie de barreira. Mas além do mais vai ser vedada, e não vai ser permitido o acesso marginal directo. Portanto vai constituir uma barreira fixa importante. É obvio que no estudo e no projecto foram tomadas medidas para permitir o atravessamento transversal da via, seja inferiormente ou superiormente. Mas no entanto isso pode causar alguns problemas em determinados trechos, porque não é possível em todos os trechos fazer atravessamentos.

Um outro aspecto importante prende-se com o aumento dos níveis de ruído, e aqui já não estamos falando do ruído provocado durante a construção, mas sim aquele provocado durante a exploração, durante o funcionamento normal da via. Vamos ter cerca de vinte a trinta mil veículos em média, e isso é obvio vai causar uma elevação dos níveis de ruído e que para determinados trechos onde nós observamos que há habitações e há edificios muito próximos, essas situações poderão causar impactes talvez um pouco inaceitáveis. E então é preciso adoptar medidas apropriadas nesses casos.

E por último um outro impacte indirecto prende-se com uma intensificação da urbanização nesses eixo Porto-Gondomar. Que é um efeito que está sempre associado, está muitas vezes associado a vias de comunicação. É obvio que a Via Rápida de Gondomar não tem associado apenas aspectos negativos, mas também tem aspectos positivos que são também muito importantes e nós aqui seleccionamos alguns. Existem outros que estão aqui situados no Estudo de Impacte Ambiental.

Apenas um que nós reportamos de mais importância, é o primeiro deles como já foi aqui testemunhado por pessoas com maior conhecimento da região. O primeiro beneficio mais importante da Via Rápida de Gondomar prendem-se com a melhoria da acessibilidade entre Gondomar e Porto. Se nós observarmos na região

5

5

metropolitana do Porto, o Concelho de Gondomar é o único que não tem ainda uma boa ligação à sede da área metropolitana que é a Cidade do Porto. É obvio que com essa melhoria da acessibilidade vamos ter um aumento do conforto e segurança no uso da rede rodoviária, tanto no futura rede viária que vai permitir viagens seguras, como também naquela rede viária existente. Onde por exemplo a 209 ou a estrada municipal 613 que possivelmente terão no futuro menos tráfego porque alguns veículos serão atraídos pela nova Via Rápida de Gondomar.

E é com isto, com as vias de comunicação com boa acessibilidade normalmente há um fomento das actividades económicas porque as vias de comunicação, eu costumo comparar isso, são como as veias que nós temos que transmitem o sangue para que todo o nosso corpo possa funcionar. E as vias de comunicação também funcionam assim na nossa economia e para o desenvolvimento.

E depois um outro aspecto também que é muito importante prende-se justamente com o facto de haver uma melhor ligação entre Gondomar e o Porto poder eliminar alguns desequilíbrios, algumas dissimetrias que se verificam hoje em termos em termos de área metropolitana como alguns indicadores económicos comprovam.

E no final alguns outros aspectos importantes prende-se com a diminuição do trafego como disse à pouco da rede viária existe e conseqüentemente uma diminuição dos níveis de ruído.

Dissemos à pouco que haveria algumas medidas que implicariam, que havia alguns impactes poderiam aplicar a adopção de medidas e vão aqui, cito também algumas medidas que nós reputamos das mais importantes. Existem outras citadas aqui no Estudo de Impacte Ambiental, existem quadros, resumos que apresentam detalhadamente algumas medidas e chamamos a atenção aqui para a primeira que tem a ver com aquele impacte, tentar controlar os impactes durante as obras, vamos já, propusemos, está aqui no Estudo, algumas medidas a serem seguidas por aqueles que irão construir, por aqueles que irão fiscalizar a construção da via rápida de Gondomar, no sentido de incomodar menos a vizinhança, no sentido de provocar menos poeira, menos ruído.

Propomos também que aquelas habitações que vão ter que ser demolidas, aquelas famílias que vão ter que ser realojadas, que se faça um realojamento atempado dessas famílias, antes de começar a construção ou, é lógico devemos propor, é normal neste tipo de situações, ou a via da indemnização. Tem alguns caminhos paralelos que estão previstos tanto para caminhos paralelos como para peões, para tentar quebrar, para tentar diminuir o efeito de barreira que poderá estar associado à Via Rápida de Gondomar. Serão também para controlar o impacte devido ao aumento dos níveis de ruído provocado pelo tráfego rodoviário na via. Prevê-se e já foram incluídos para o segundo lanço, temos aqui uns relatórios onde estão previstas algumas barreiras acústicas, cerca de mil e oitocentos metros de barreiras acústicas que estão previstas para controlar e proteger algumas habitações. Além naqueles casos onde existem habitações isoladas, então tecnicamente e economicamente não é recomendável construir uma barreira, a protecção das fachadas, o isolamento das fachadas de

algumas habitações. E por último chama-se a atenção também para tentar minimizar aquele impacte visual um tratamento paisagístico de toda a via.

Brevemente vou tentar que um dos aspectos importantes, creio eu, deste Estudo de Impacte Ambiental e também da consulta desse processo da consulta do público, prende-se justamente como nós ainda estarmos a considerar algumas alternativas, no caso alternativas de traçado para o primeiro sub-lanço, onde temos aquela primeira alternativa que corre um pouco mais ao Norte, que foi proposta pelo Gabinete do Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal do Porto. E um outro traçado, alternativa dois, que corre um pouco mais a Sul. Em termos do ponto de vista ambiental dos diversos aspectos, para tentar distingui-las qual, e tentarmos chegar a uma conclusão de qual é que seria mais recomendável do ponto de vista ambiental. No cômputo geral elas são muito semelhantes. Do ponto de vista do impacte ambiental, no entanto foi possível aqui através de alguns aspectos fazer a distinção, e aqui neste quadro apresentamos os quadros que estão a cor de rosa com o sinal menos indicam a menos favorável em relação aquele aspecto. A cor de verde de sinal mais indica a mais favorável, e o sinal de igual e a cor amarelo é que é difícil distinguir as duas em termos daquele aspecto ambiental. Nós analisamos do ponto de vista da geologia, dos solos, ocupação dos solos, clima, qualidade do ar, etc., e até em termos de paisagem para averiguar qual delas era mais recomendável. E chegamos à conclusão que do ponto de vista, por exemplo do ordenamento do território e do Património Cultural Construído a alternativa número um é a mais favorável. Porque em termos do ordenamento do território é que vai mais ao encontro da intenção da Câmara Municipal do Porto de criar um parque oriental naquela zona do Vale do Rio Tinto, e portanto é aquela que se aproxima mais de uma intenção da Câmara Municipal. Em termos do património cultural a alternativa um é a mais favorável porque a alternativa dois afecta o Lugar de Tirares como disse à pouco, onde existem alguns Moinhos. Existem também algumas estruturas que podem ter interesse de preservar. Por outro lado na maioria dos aspectos que foram analisados, a alternativa número dois mostrou-se mais favorável do ponto de vista ambiental. E principalmente porque na alternativa número um, no atravessamento do Bairro do Cerco do Porto, naquela rua de Vale do Paço é literalmente atravessada, há uma divisão, edifícios de um lado e do outro, passam muito próximos de edifícios de vários pisos e também afecta uma unidade de actividades de tempos livres, e dado esses diversos factores, chegou-se à conclusão, apesar de haver muita semelhança entre as duas alternativas, a alternativa número dois é a mais favorável do ponto de vista ambiental.

E finalmente, gostaria de dizer aqui algumas conclusões do estudo de impacte Ambiental. E a primeira delas é que da análise que foi feita por diversos especialistas dos contactos efectuados, e depois de uma análise cuidadosa de toda essa informação, chegou-se à conclusão que a Via Rápida de Gondomar é ambientalmente viável. Não existem aspectos ambientais que possa inviabilizar a Via Rápida de Gondomar, seja até no primeiro sub-lanço na alternativa um ou na alternativa dois.

A segunda conclusão é que nos parece óbvio que a Via Rápida vai ao encontro dos desejos da população de Gondomar e também a Via Rápida irá contribuir para reabilitação. Poderá contribuir para a reabilitação urbana daquela zona oriental do Porto.

E por último a conclusão da comparação daquelas duas alternativas é que para o primeiro sub-lanço, a alternativa número dois é a mais favorável do ponto de vista ambiental.

Gostaria apenas de finalizar indicando que grande parte de vocês, ou alguns entre vocês, já poderão consultar o resumo não técnico do estudo de Impacte Ambiental e gostaria apenas de deixar claro que existem aqui outros volumes no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental. E aqui eles vão apresentar informações mais detalhadas, e então é possível se houver algumas dúvidas há tempo de consultar esses estudos e depois fazer os devidos comentários, as dúvidas e críticas que acharem, ou julgarem pertinentes. Muito obrigado.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Antes de passar a palavra à audiência, eu gostaria de explicar as regras de acordo com as quais irá decorrer a sessão de esclarecimentos. No vossos lugares e juntamente com o folheto de esclarecimento têm uma ficha de inscrição, a qual devem preencher o vosso nome e entregar aqui na mesa. Serão feitas as perguntas em blocos de três e as respostas dadas a esse conjunto de perguntas, só para sistematizar um pouco a audiência. Devem dirigir-se aqui ao palco para fazerem as perguntas porque como foi dito pela minha colega, toda a sessão está a ser gravada para depois ser transcrita e poder fazer parte da avaliação deste processo.

Por isso eu agradecia que fizessem então a entrega das fichas de inscrição para que possamos dar início à sessão. Obrigado.

Eu já tenho uma inscrição, como entretanto não há mais pessoas que queiram entregar desde a vossa ficha, eu vou dar início ao debate. Chamo o Senhor José António Oliveira.

Sr. José António Oliveira

Boa noite a todos. Eu tinha uma dúvida que me toca particularmente porque eu estou no caso em que construí uma casa há cerca de quatro anos, e nessa altura não estava prevista, tanto quanto eu sabia, pelo menos com os contactos que eu tinha com a Câmara Municipal, qualquer via naquela localidade, e como estou num caso extremo, isto é, a casa que eu construí vai ser, vai estar muito próxima da via que vão construir. E como aqui falaram em minimizar alguns efeitos negativos, inclusivamente eu apontei três pontos: barreiras acústicas, isolamentos acústicos e barreiras arbustivas. Eu gostava de saber no meu caso particular, não sei se é possível, que tipos de medidas estão a pensar tomar concretamente, já que se trata de uma construção recente. Obviamente quem constrói, penso eu que não é difícil de perceber, procura o mínimo de comodidade até ambiental obviamente. Foi por isso que eu construí. Não

sei se no meu caso particular dar-me essa informação. Era esta a questão, não sei se me podem ajudar.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Antes de passar a palavra à mesa do proponente. De qualquer forma em relação a esta última questão, é necessário saber a localização exacta da habitação para que possa ser dada a resposta. Eu passava a palavra ao senhor Jerónimo Monteiro.

Sr. Jerónimo Monteiro

Muito boa noite. Em primeiro lugar e olhando para esta assembleia tenho a lamentar de que não haja aqui representatividade do Concelho de Gondomar. Não estou a por em causa os aspectos positivos de que uma Via Rápida traz em termos de desenvolvimento económico mas há três questões que em primeiro lugar gostaria de pôr. E antes de por essas três questões também e tendo a ver que esta sessão de esclarecimentos visa o impacte ambiental, eu gostaria de saber se valerá a pena o tempo que nós estamos aqui a perder ou se o projecto está aprovado e é ponto fixo, não há mais nada a alterar.

Os aspectos que eu gostaria de pôr e visto que foi dito pela senhora Eng^a da COBA de todas as vias que era interceptadas tinham ligação. Eu penso que não é verdade porque existe a Rua de Pevidal que é uma das Ruas quase centenária. Começou por Caminhe de Pevidal, hoje designada Rua de Pevidal. E por aquilo que eu sei a Rua vai tamponar, ou seja, a Via Rápida vai tamponar essa rua. Não há qualquer saída, é uma rua onde tem uma certa, bastantes moradias, moradias individuais. E é uma rua que também tem uma série de transportes colectivos, concretamente da Empresa de Transportes Gondomarense. Portanto as pessoas vão ficar, que ainda hoje utilizam esse meio de transporte para se deslocar para o Porto, vão ficar sem alternativa. Penso que não existe.

A outra questão tem a ver com o segundo sub-lanço, ela vai neste momento, ainda não está feito os novecentos metros para o ligar à chamada dita estrada de Dom Miguel que foi infelizmente, e que é do conhecimento daqui dos Gondomarense um aborto construído por esta Câmara a onde é rara a semana onde não haja acidentes graves. Inclusivamente já não tem conta o número de mortos que ocorreu na nossa via. E quando a via rápida, a IC 25 desaguar na estrada de Dom Miguel o perigo vai ser maior. Não está ainda previsto como é que vai ao fundo do viaduto de Ramalde desaguar em que via. Vai ficar também a tamponar a via rápida? Penso que era a primeira questão a pôr.

A outra questão também visa com as nossas Autarquias. É pena não estar cá ninguém. E tem um pouco a ver com a chamada viabilidade degradada. Como é do vosso conhecimento aqui nó quatro, está a ser construído um empreendimento onde se

estão a gastar milhares de contos, a construção de alto nível, construção de preços elevados e que as pessoas ao comprarem vão ser enganadas com o conto do vigário. Porque a própria publicidade que está a ser feita nesse edifício é que tem uma certa acessibilidade porque ela sai a cinquenta metros desse empreendimento, o chamado nó quatro. As pessoas ao comprarem aí vão ser enganadas infelizmente. Era uma questão extremamente importante e que devia ser conhecimento do consumidor. Era essas três questões que tinha a pôr.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Muito obrigado. Chamava o senhor Joaquim Marques da Rocha.

Sr. Joaquim Marques da Rocha

Ora meus senhores boa noite. Eu sou morador no local, já nas primeiras entradas das vias em Pego Negro. E dá-se o resultado, que eu sei que a via nunca entra no Bairro do cerco do Porto, tanto uma como outra. Também acompanhei estudos na Câmara Municipal do Porto, soube disso, e sei que o Impacte Ambiental vai ser terrível. E não se defendeu, chamou-se agora os proprietários quando se deviam ser chamados no princípio. Nós temos conhecimentos lá, até vêm dizer que não têm, até zoológicos estudos e tudo que têm lá. Têm lá achados arqueológicos, que eu até tenho um lá em casa achado lá, não foi descoberto nada pelos serviços competentes nem nada. Temos nas matas ali existentes plantas que não existe noutra parte. Ninguém soube descobrir isso. Fomos chamados agora. Eu já sei que já veio no Jornal de Notícias à quinze dias tanto o impacte ambiental e tudo já está tudo aprovado, que só falta entregar ao empreiteiro agora no dia dezassete ou vinte e sete, não sei já bem o dia. Para entregar as propostas. Está tudo já esclarecido, está tudo tratado, sem os proprietários ainda não foram chamados para receber um tostão. Não fomos chamados absolutamente para nada. Eu sou um dos proprietários que temos vinhas que vão ser prejudicadas este ano se pegar as construções. E não sabemos como vamos ser defendidos. Eu tenho lá dois hectares de vinha. E tenho matas que estou a deitar pinheiros e eucaliptos, mesmo no nó dois que até agora tem um desenho. Mas eu já vi outro desenho num oito que não atinge essa mata que eu deitei abaixo. Mas ainda não fui chamado para deitar ou não deitar mas eu é que estou a defender um bocadinho o meu caso.

Eu sou proprietário também onde foi a via da Cintura Interna que se fizeram lá grandes desastres até para certas famílias de proprietários. Cortaram-se casas agrícolas ao meio e não lhes deixaram passagens. E também queríamos saber, que os proprietários também não sabem a reserva que é preciso para a auto-estrada dos terrenos adjacentes. Também é certo que tem uma reserva. E os proprietários que vão ser expropriados já deviam saber disso tudo. Se podem construir à beira do percurso ou se não pode, como é e como não é. Ninguém sabe. Nós somos donos. Houve Juntas de Freguesias que sabiam disso tudo, que eu sei disso. Comissões de moradores

também sabem disso tudo. Impactes ambientais para baixas que quase não tem nada a ver do assunto. Ainda agora falaram do Bairro do Cerco do Porto, está a cinquenta metros o Bairro da via que vai passar.

Eu sou ali da beira, moro junto à Circunvalação. Cursos de água, tenho um poço que também veio desistir e não me vieram perguntar ainda se o poço tem água de primeira qualidade, se é de segunda, se como é. Tenho minas junto à Circunvalação da parte de cima, que abastece a parte de baixo, não foi visto isso que eu sei que não foi. Os proprietários deviam andar com essas equipas para ver o ambiente, deviam andar com eles. Não foram chamados. E é o que tenho a dizer. Mais alguma coisa que posso não me lembrar.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Muito obrigado. Antes de passar a palavra à mesa do proponente para que sejam respondidas as questões que foram postas e os esclarecimentos devidos, eu gostaria de referir que em relação às duas últimas intervenções que questionavam a validade desta audiência e o Processo de Avaliação de Impacte Ambiental, e que puseram de alguma forma as notícias que saíram nos Jornais à frente da avaliação que está a ser feita pelo Ministério, devem obviamente estar cientes de que a decisão final ainda não está tomada. Aliás isso foi referido no início da audiência quer por o meu colega Aníbal Ramos da Direcção Geral do Ambiente, quer pela minha colega Margarida Grossinho. O Processo está a decorrer, esta audiência faz parte das consulta do público. Só no final do período limitado para a referida consulta será feita uma análise de todas as participações que nos forem enviadas, incluindo a desta audiência. E é feita uma reunião ou mais da Comissão de avaliação, que vai ponderar os prós e os contras do Processo e nessa altura enviará, como disse o Eng.º Aníbal Ramos referiu, um relatório à Senhora Ministra do Ambiente, à qual será a palavra final em relação à avaliação que o Ministério do Ambiente está a fazer. Por isso, as noticias que têm saído valem pelo que valem e as pessoas em relação aos assuntos que conhecem certamente sabem distinguir entre a verdade e o que é falso. Neste caso têm que confiar na nossa palavra, é só o que me apraz dizer neste momento.

Eu passava então a palavra à mesa do proponente para que prestasse os esclarecimentos devidos.

Eng.º Aníbal Rocha - DGA

Eu posso iniciar as respostas e depois irei à equipa projectista para completar nos aspectos de mais detalhe que julgar conveniente.

Relativamente ao Senhor José Oliveira que coloca a questão relativamente à seu caso, eu gostaria de dizer que era necessário que nos localiza-se exactamente a sua

casa para depois podermos verificar a nível do projecto que medida de minimização é que está prevista para atenuar o impacte acústico que diz que poderá vir a ter.

Relativamente às questões do senhor Jerónimo Monteiro, uma das questões já foi respondida praticamente pelo Drº Pedro Raposo que quando questionava a questão do projecto estar aprovado e o que é que estava aqui a fazer, se valerá a pena ou não. ~~Obviamente que as coisas não estão aprovadas, não podem estar enquanto não se fizer~~ toda esta consulta, esperamos que no final da audiência pública da consulta do público que irá terminar no próximo mês e o Ministério do Ambiente possa dar o seu parecer e a partir daí nós possamos fazer formalmente a aprovação do projecto. Naturalmente que todas as questões que forem levantadas no decorrer desta consulta pública serão ponderadas e estamos sempre a tempo de aquilo que se verificar que é pertinente que de facto está mal e é necessário corrigir e o corrigir. É esse portanto o objectivo.

Relativamente à Rua que diz que não está restabelecida, nós estamos convencidos que procedemos ao restabelecimento de todas as ruas, caminhos, estradas que julgamos que justificam ser restabelecidas. Normalmente e neste caso fizemos também o mesmo, ouvimos as Autarquias que com conhecimento de mais pormenor das movimentações quer de veículos quer de pessoas nos locais. Estão em boas condições para nos aconselhar qual a rua ou caminho que deve ser objecto de um restabelecimento próprio. Quando nem sempre é possível ou economicamente justificável estar a fazer atravessamentos de toda o tipo existente, caminho que é atravessado por traçados. O que se procura assegurar é que de facto a mobilidade fique de facto assegurada sem digamos custos ou incómodos para os utentes. Poderemos analisar esse caso particular se assim o desejar mas de facto relativamente aos restabelecimentos tivemos já o acordo portanto da Autarquia relativamente a tudo aquilo que está no projecto.

Quanto à estrada de Dom Miguel a via termina efectivamente na estrada de Dom Miguel mas, termina de uma forma provisória. Prevê-se o prosseguimento desta via no futuro até ao IC 24, como tive oportunidade de esclarecer no início da minha intervenção. O atravessamento da Rua de Dom Miguel será feito em principio inferiormente, portanto no futuro possivelmente haverá uma passagem inferior ou um túnel e imediatamente antes existirá um nó, que irá fazer a articulação da via rápida com a estrada de Dom Miguel. Neste momento o que está projectado é uma inserção, ortogonal clássica, o que nos parece projectada nas devidas condições de segurança e que poderá resolver bem, portanto a circulação no local. Quanto ao aumento de tráfego que esta via poderá induzir na estrada de Dom Miguel, efectivamente isso poderá acontecer mas de facto não compete à Junta Autónoma de Estradas ir resolver qualquer problema a nível da estrada de Dom Miguel. É uma consequência natural. Sempre que se abre qualquer nova ou qualquer nó, naturalmente que isso vai gerar também tráfego nas estradas municipais. E é uma consequência natural e normalmente e portanto cada um terá que tratar das vias que estão no seu âmbito e nas suas competências.

Fala também das habitações que estão a ser construídas junto ao nó quatro, obviamente que eu me parece que essa questão será mais do foro da Autarquia. Nós, julgo que devemos ter acautelado portanto todas as questões ambientais que se

prendem com essas habitações, mas poderemos também em pormenor, com o auxílio dos nossos consultores avaliar isso em pormenor.

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Joaquim Rocha, que nos falou do Bairro do Cerco do Porto, como foi referido já várias vezes ao longo desta sessão, trata-se de uma zona onde o traçado não tem ainda neste momento, isto é, o traçado ainda não está perfeitamente definido. O corredor está efectivamente, não podem passar por outro sítio. Temos que chego ao nó do Freixo, temos que nos sobrepôr à Circunvalação actual em parte. Tem duas alternativas do traçado, a primeira passa mais próximo do Bairro do Cerco do Porto do que a outra, mas seja qual for aquela que venhamos a adoptar, e isso resulta naturalmente da análise que irá ser feita das suas vantagens e dos seus inconvenientes. Inclusive também de todas as observações e comentários que vierem a ser feitos no âmbito desta consulta pública. Portanto seja qual for o traçado que viermos a adoptar, certamente que vão ser como acontece ao longo do traçado do qual já temos o projecto aqui assim no Concelho de Gondomar. Irá ser dotada de dispositivos que estiverem tecnicamente ao nosso alcance para minimizar os impactes que vierem a acontecer ao nível do Bairro do Cerco do Porto. Colocou uma questão relativamente à aprovação do projecto mas julgo que já foi respondida anteriormente.

Quanto às expropriações, elas não começaram possivelmente, e irão ser nos próximos, não queria fixar rigorosamente datas mas muito brevemente irão iniciar os primeiros contactos com os proprietários para se consumarem as expropriações.

Relativamente à zona da inibição da construção que também foi aqui colocada, podemos dizer que se irá aplicar esta via uma zona non aldificandi de trinta e cinco metros ao eixo e nunca menos de vinte metros do limite da zona das estradas, isto é, do limite da crista ou base dos taludes.

Eu não sei se alguns dos colegas da COBA quer prestar algum esclarecimento de mais pormenor relativamente às questões que foram colocadas.

Relativamente à casa, efectivamente conviria vir aqui assim no nosso projecto pudesse se quiser fazer o favor de localizar exactamente para podermos dar depois uma resposta a esse caso.

Eng.º Felix Filho - COBA

Já conseguimos aqui localizar a casa. De facto ela situa-se numa zona próxima da futura via e por acaso ao lado já está previsto o isolamento acústico da fachada e provavelmente nesse caso terá que ser considerado isso. Digo isolamento isolado porque talvez tecnicamente ou do ponto de vista económico não seja recomendável construir uma barreira acústica. Portanto provavelmente teremos que prever isolamento da fachada da via voltada para a via. E até já está prevista na rua, temos aqui, já está previsto, temos um outro documento que é um projecto já de execução da protecção de habitações isoladas.

Sr. António Oliveira

Desculpe, estou a retomar a ideia, mas eu gostava que fosse, se fosse possível, porque eu sou um leigo na matéria, se fosse possível ser mais concreto no tipo de medidas, exemplificar o tipo de medidas para eu ficar mais esclarecido. Muito obrigado.

Eng.º Felix Filho - COBA

Certo. Então o isolamento de fachada pode envolver várias medidas mas normalmente aquela que é mais comum, mais adoptada e que já é por sua vez bastante adoptar um vidro, ou seja, nas janelas que são as zonas numa fachada que são propensas à transmissão do ruído. Adoptar um vidro mais espesso, cerca de oito milímetros de espessura, e com isto já conseguimos reduzir bastante os níveis sonoros.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Eu agradecia que em relação à última intervenção do Senhor Joaquim Rocha que fizessem alguns comentários à questão do Património Arqueológico e os aspectos ecológicos como é que foram tratados e os levantamentos que aparentemente havia alguma dúvidas.

Eng.º Felix Filho - COBA

Antes de mais nada eu gostaria só de fazer um pequeno reparo aqui no pronunciamento do Senhor Jerónimo Monteiro. É que eu gostaria só de fazer um esclarecimento é que na minha intervenção chamei a atenção que havia alguns restabelecimentos do ponto de vista técnico ou económico não poderiam ser efectuados. É possível que alguns deles aqui das vias afectadas não seja possível restabelecer.

Agora quanto às questões colocadas pelo Senhor Joaquim Rocha, eu gostaria de chamar a atenção do ponto de vista do Património Cultural Construído, chamamos a atenção que nenhum desse elementos estão classificados ou em via de classificação, mas podem apresentar um interesse. Já em documento que recebemos da Câmara Municipal do Porto que há um grande interesse em preservar, por exemplo o muro e a vala do Cerco do Porto. Há também interesse de preservar o Posto Fronteiriço da Campanhã que estava associado e que esta sendo proposto no estudo de Impacte Ambiental e depois posteriormente é algo que poderá ser levado em consideração

numa próxima fase do projecto. Relocalização de alguns desse elementos, por exemplo no caso do Posto Fronteiriço tentar aproveitar depois a estrutura e depois recolocá-la num local próximo ali da zona. É obvio que vai ser feita uma consulta à Autarquia e também à Junta de Freguesia para escolher o melhor local para a colocação do novo lugar do Posto Fronteiriço. Em termos do Muro, também a ideia é a mesma, aproveitar o próprio material do Muro e fazer outros Muros que serão necessários construir para a implantação da Via Rápida de Gondomar. No caso de ser adoptada a alternativa dois que afecta algumas estruturas do Lugar de Tirares, então aí a ideia é tentar evitar, e no traçado aqui tomou-se o cuidado de afectar aquelas estruturas mais importantes como aqueles Moinhos, tenho noticias que existem dois Moinhos ali na zona. É tentar evitar afectar esses elementos.

Do ponto de vista ecológico, foram feitos estudos daqui da zona e observa-se que é uma zona bastante afectada pela acção humana, portanto existem poucos elementos que ainda apresentem um valor natural de interesse. Notamos que ali na baixa de Rio Tinto, precisamente existe um pequeno bosquete que ainda apresenta alguns Sobreiros, alguns carvalhos cerquinho e pinheiros mansos. Vai numa alternativa como na outra afectar aquele bosquete, e aqui terão que ser adoptadas medidas rígidas e concretas para afectar o menos possível essas árvores. Algumas árvores já são bastante antigas.

E eu creio que depois da afectação de poços, pelo momento, depois é uma fase posterior, se entrarmos na fase de execução, é feito um levantamento no campo e são levantados os poços, minas de água que poderão ser afectados pela via, pela construção da via. E depois é feito um entendimento entre os proprietários para ver a melhor forma de tentar compensar essas perdas.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Muito obrigado. Eu chamaria agora a Senhora Branca Martins Pereira.

Sra. Branca Martins Pereira

Muito boa noite a todos. Sou uma Senhora de sessenta e sete anos e é a primeira vez que assisto a uma audiência desta e não estou habituada. De maneira como estou lá, não é, tenho alguns terrenos e receio que seja prejudicada. E é só isto que tenho para dizer.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Muito obrigado. Dava a palavra ao Senhor Albino Rogério Moreira Poços.

Sr. Albino Rogério Moreira Poços

Eu queria fazer uma pergunta ao Senhor Eng^o Felix Filho de Junta Autónoma de Estradas que está cá como representante da Junta Autónoma das Estradas, relativamente ao seguinte: eu moro no extremo de Gondomar, na zona das Medas e penso que aquela zona é uma zona bastante prejudicada para a acessibilidade. Todos sabemos que a nacional 108 é uma estrada que está péssima, que estão a serem realizadas as obras para melhoramentos. Esta estrada, quando vim para esta audiência pensei que fosse contemplado que esta estrada viesse a desviar uma parte do trânsito que circula na nacional 108, mas pelos vistos não está contemplado. Eu queria dizer o seguinte, eu fico admirado porque oiço falar que a estrada nacional 108 é considerada uma estrada turística e como tal as obras que vão ser realizadas não contemplam uma série de questões que eu achava que deviam ser contempladas. Nomeadamente a criação de faixas de ultrapassagem, estacionamento nas zonas das paragens para os autocarros, uma rectificação do traçado e parques de descanso. Julgo que estas medidas serão necessárias para tornar melhor a acessibilidade ao Porto, uma vez que esta via não vai desviar o trânsito. Era só isto . Obrigadíssimo.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Muito obrigada. Passava a palavra agora à Senhora Arminda Conceição Pereira Mata.

Sra. Arminda Conceição Pereira Mata

Eu moro na estrada da Circunvalação e eu e os meus irmãos temos lá uma quintazinha que nos partiram um bocado para cada irmão e foi pedida uma urbanização. Nós tivemos que urbanizar para fazer um lote para cada irmão. Temos lá seis lotes cada um com vinte e dois metros de frente e eu perguntava se será justo depois de fazer tudo isto, ocupar agora a nossa quinta. Por outro lado a rua que vai cortar os lotes ao meio, e eu pergunto se o proprietário vai ser beneficiado por onde a rua passa. Era só isto que eu queria saber.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Passava a palavra à mesa do proponente.

Eng.º Rocha e Silva - JAE

Relativamente à questão da Senhora Branca Pereira, sobre que é proprietária e tem receio dos prejuízos que possa vir a ter, relativamente a isso só poderei dizer que se efectivamente os seus terrenos forem atingidos pela estrada, haverá uma indemnização pela expropriação e para todos os danos causados. Essas indemnizações serão determinadas de acordo com o código das expropriações. Esse código prevê que todas as indemnizações, todos os prejuízos devem ser indemnizados e inclusivamente a custos de mercado que de uma maneira geral que nos processos expropriativos tem todos os meios ao seu dispor para exigir que todos os seus eventuais prejuízos sejam compensados. Aliás esta resposta é de certa maneira dirigida à Senhora Arminda Conceição que se refere aos lotes que serão atingidos ou não, é uma questão de sabermos ao certo se efectivamente vai ser expropriada ou não. No caso de o ser, naturalmente que será compensada através de uma indemnização que no nosso ponto de vista será o mais justa possível. Mas naturalmente terá ao seu dispor todos os meios que a lei facultará para exigir.

Quanto à questão colocada pelo Senhor Albino Poças relativamente à estrada nacional 108, bom ela foge um bocado do âmbito daqui da nossa audiência que se prende com a Via Rápida de Gondomar. Efectivamente nesta primeira fase não vai tirar tráfego da estrada nacional 108, no futuro cremos que poderá haver, uma vez que de acordo com a proposta de revisão do Plano Rodoviário que está neste momento para aprovação, prevê-se o estabelecimento em boas condições, de Melres até ao IC 24, exactamente no ponto onde a Via Rápida de Gondomar irá interceptar o IC 24. Quanto isso tiver efectivamente construído, naturalmente que será a longo prazo, não se prevê de imediato a construção dessa via. O tráfego será certamente aliviado. O projecto que neste momento está a ser implementado, é um projecto de mera beneficiação de pavimentos e drenagem. Creio que vai incluir a rectificação de uma outra curva daquela de facto mais perigosa mas de facto não foi objecto da Junta relativamente com este projecto fazer uma transformação profunda, uma grande reparação na estrada nacional 108. Efectivamente é apenas um projecto de beneficiação de pavimentos, melhoria da drenagem, sinalização, segurança, isso sim, dotada de protecção necessária, da sinalização necessária para que ela seja o mais segura possível. Relativamente aos parques, áreas de repouso, paragens para autocarros, portanto isso implicava efectivamente uma reparação muito mais profunda que não esteve no âmbito desta empreitada que está agora a iniciar.

Sr. Albino Poças

Eu acho que é necessário ter em consideração que aquela estrada servida pelos autocarros da Gondomarense, que fazem a cobrança, essa cobrança é feita pelo motorista, chegam a estar quatro ou cinco minutos parados na via, na faixa de rodagem. Acho que isso não oferece condições nenhuma de segurança e, sabemos que muitas das paragens estão colocadas em cima de curvas. Portanto é isso que me refiro. Por isso é que digo para criarem zonas de estacionamento nas paragens. Eu acho que isso é fundamental. Assim como acho necessário criarem faixas de ultrapassagem porque circulam lá muitos veículos pesados nomeadamente veículos das areias, que

são veículos com tractor, portanto veículos grandes, que muitas vezes circulam das Medas até ao Porto sempre atrás de um veículo desses, que muitas vezes acabam por nos prejudicar. Muitas vezes nos veículos porque a queda das areias desses carros partem os vidros. Por isso é que considero isso mesmo necessário.

Eng.º Rocha e Silva- JAE

Eu compreendo a sua questão e não digo que de facto todas as questões que está a colocar não sejam pertinentes e que não trouxessem um benefício significativo à estrada nacional 108. No entanto, como digo a intervenção, o neste momento é apenas uma intervenção de beneficiação de pavimento, não se quis ir mais longe neste momento. É uma extensão muito grande, são cerca de trinta e tal quilómetros que se vão beneficiar, é um custo de empreitada muito elevado. É possível que com outro tipo de intervenção possamos resolver essas questões. São questões mais caras, que implicam mais tempo de preparação. Obrigam a expropriações, obrigam portanto a um projecto com um nível de detalhe diferente daquele que se pretende implementar agora. A estrada nacional 108 de facto irá ser cada vez, isto é, com a entrada em funcionamento do resto da rede, progressivamente ela irá pelo menos não irá ter mais tráfego do que aquele que tem porque não é só a Via Rápida de Gondomar mas haverá outras estradas que estão previstas serem construídas que irão retirar algum tráfego à estrada nacional 108, nomeadamente uma alternativa à 106 entre Entre-os-Rios e Penafiel, que poderá canalizar através do IP 4 o tráfego que se destina mais para a zona de entre os rios. E portanto a estrada nacional 108 não poderá vir a sofrer grandes transformações daqui para o futuro, será uma estrada que se irá progressivamente beneficiando, desta vez é o pavimento, numa outra fase seguinte poderá ser as próprias paragens de autocarros, poderá ser as áreas de repouso mas irá possivelmente ter outro tipo de intervenção muito diferentes desta.

Eng.º Felix Filho - COBA

Desculpe, eu vou pedir licença ao Senhor morador e ao Senhor Eng.º Rocha e Silva. Também nós gostaríamos de fornecer um esclarecimento adicional à Senhora Arminda Mota quanto à questão da preocupação dos lotes afectados. Vou pedir à Dr.ª Sofia Cunha para fornecer esses esclarecimentos.

Dr.ª Sofia Arriaga e Cunha

Quando se desenvolve um projecto desta natureza, e em fase do projecto de execução, portanto acompanhando, estando já desenvolvida para o segundo sub-lanço, e se-lo-à para o primeiro quando ele for desenvolvido com o projecto de execução, é desenvolvido um projecto de expropriações. Nesse projecto são identificadas todas as benfeitorias existentes nas parcelas a expropriar incluindo edifícios, poços, apoios

agrícolas, e inclusivamente as propriedades que são atravessadas pela estrada. São propostos caminhos que permitam a acessibilidade entre os diversos lados da estrada. Nós no estudo de Impacte Ambiental e na experiência que já temos em estudos desta natureza, temos vindo a notar que esta constitui de facto uma das grandes preocupações da população. Nesse sentido temos desenvolvido um esforço para analisar com cuidado todo o processo, seja acompanhado ou antecedido de uma negociação que permite portanto identificarmos todas as parcelas que são divididas ao meio ou que são cortadas em parte significativa da sua área no sentido de promover a permuta de cedência de terrenos. Este processo consiste numa negociação efectuada pelos proprietários vizinhos a serem afectados, que no sentido de permitir que a divisão de propriedade seja sentida de forma menos negativa possível, ou seja, por exemplo dois vizinhos confinantes que ficam com a estrada ao meio das suas propriedades. A ideia é tentar que negoceiem no sentido de um ficar com a propriedade de um lado, outro do outro. Isto eu sei que na prática é extremamente difícil de fazer, muitas vezes é difícil de fazer, os vizinhos não se entendem, as questões são diferentes, o que fica de um ou de outro não considerado compatível para as duas pessoas em causa. No entanto é uma das tentativas que temos feito e do desenvolvimento deste estudo tivemos o um cuidado muito particular no sentido de identificar parcela a parcela quais eram as situações que nos considerávamos que podiam ser executadas, portanto, ou negociação com o vizinho dos diversos extremos da propriedade ou com trocas. Depois havia, verificámos que havia várias parcelas pertencentes ao mesmo proprietário ao longo do traçado. Poderia haver uma reorganização, portanto um processo de emparcelamento feito pelas pessoas que vierem a ser afectadas no sentido de minimizar o atravessamento da estrada.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Muito obrigado. Eu passava então a palavra ao Senhor João Vieira da Silva.

Sr. João Vieira da Silva

Boa noite. Eu sou morador na Rua Cosme Ferreira de Castro. Dá-se o seguinte: quando estiveram lá atirar as medidas para fazer a estrada, a gente preocupou-se porque o prédio de quatro inquilinos, se realmente aquele prédio era atingido. Disseram que não e há coisa de cinco ou seis meses atrás apareceu lá uma empresa a tirar a identificação aos inquilinos todos, que aquele prédio estava condenado. Dá-se o seguinte: eu gostava de saber, eu vou ver se isso corresponde à verdade, se ela vai a baixo ou não. Gostava de saber. Eu sou um pequeno industrial, tenho uma oficina e tenho um bocado de terreno. Estou lá há vinte anos. E gostava de saber se isso viesse a concretizar, o prédio ir a baixo, continuava ater as mesmas condições, ter a tal dita oficina para desempenhar as minhas funções. É a minha única actividade que eu tenho. E também gostava de saber se esse prédio vai ou não a baixo, porque a gente ainda está indeciso por disseram que não e outras foram lá, uma empresa identificar os inquilinos todos e diziam que o prédio ia a baixo. E gostava de

saber também se mantinha as mesmas condições que eu tenho, um bocado de terreno e oficina, porque indemnizações a mim não me interessa. O que me interessa era as condições que eu tenho mais ou menos actuais. Se isso se viesse a concretizar, se o prédio fosse a baixo, era isso. E gostava de saber se realmente aí no projecto se o prédio vai a baixo ou não.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Muito obrigado. Chamo agora o Senhor Fernando Aristides Moreira Rodrigues.

Sr. Fernando Aristides Moreira Rodrigues

Ora boa noite. Eu desejava fazer três perguntas à Senhora Eng^a Luisa Pereira. Portanto moro na Rua de Carregais e gostava de saber em relação à Rua de Carregais qual é o nível que passa o viaduto, penso que é o PS 3.

Outra pergunta que gostava de saber era o seguinte: gostava de saber se a via apanha a minha casa, e eu já consultei o processo. É o caso nove do processo do Impacte Ambiental, é o caso nove. E gostava de saber se a via apanha a garagem, as traseiras da minha garagem. Porque que de facto apanhar as traseiras da minha garagem com tanto terreno no sentido contrário, à primeira vista parece-me uma coisa bastante bizarra, mas enfim.

Outra pergunta que gostava de saber é do Impacte Ambiental, eu gostava de saber nesse caso nove e no caso dez, porque pronto é um amigo portanto que mora ao lado, gostava de saber qual era o método ou pelo menos o princípio que tenha utilizado em termos de vedação acústica. Porque desculpe lá o Senhor Eng.º, passar de um vidro de seis para oito, porque a mim pessoalmente não me convence porque eu sou um bocado entendido na matéria, portanto isso a mim não me convence muito. Eu gostava de saber o meu caso, uma vez que foi dado aqui a este amigo esse exemplo de passar de seis para oito que resolve o problema de poluição. Eu como estou um bocado metido na matéria, a mim não me convence. Portanto gostaria, pelo menos o meu caso que me esclarecesse qual é o método de isolamento acústico. Muito obrigado.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Muito obrigado. Eu lembro a audiência que já só tenho uma inscrição por isso agradecia que se houver mais pessoas que queiram intervir durante os esclarecimentos que vão ser prestados agora, após esta intervenção que me entregassem as fichas de participação. Chamo então o Senhor António Luís Pimenta.

Sr. António Luís Pimenta Dias

Boa noite. Eu queria fazer duas perguntas. Uma prende-se com uma medida prevista no quadro dos principais Impactes Ambientais e as medidas contra propostas. E tem haver com o problema da melhoria das acessibilidades entre centros urbanos importantes. Aqui refere uma das medidas é a adopção do interface modal com ligação à rede do metro, nó um ou nó dois, e eu como até sei no PDM de Gondomar inicialmente estava previsto que a linha do metro de Gondomar viesse exactamente por esta Via Rápida. Gostava de saber porque essa indefinição do nó um ou nó dois e isso efectivamente se tem em vista também permitir digamos que esse interface modal sirva ao Concelho de Gondomar. Por que não o nó três? Essa era a primeira questão que eu queria colocar.

Depois a segunda questão era, volto ainda a uma questão que já foi aqui levantada e que tem a ver com a estrada de Dom Miguel, ou seja com o desenvolvimento da via rápida na estrada de Dom Miguel. Eu gostaria de perguntar à Junta Autónoma das Estradas se efectivamente considera que não é um assunto que lhe diga respeito porque tal quanto eu pude perceber no Estudo de Impacte Ambiental, do resumo não técnico, o aumento de veículo no tramo cinco, naquela parte final da via, prevêem que seja em 1997 cerca de dezassete mil veículos dia e que no ano de 2007 duplique, isto é, passe aos trinta e cinco mil veículos dia. Eu penso que se esta previsão está acertada, isso vai incrementar muito o trânsito na Dom Miguel. E se entretanto se de facto não é concluído o IC 24 de forma a fechá-lo nos Carvalhos, e se não é construída a ligação desta via rápida a esse IC 24, será que para a estrada de Dom Miguel não vai ser canalizado muito o trânsito, por exemplo que se desloque para Valongo Cidade. Era isso que eu queria dizer. Obrigado.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Muito obrigado. Passava então a palavra à mesa do proponente.

Engª Rocha e Silva -JAE

Portanto, relativamente ao Senhor João Vieira da Silva conviria que ele viesse junto daqui assim do projecto localizar o seu prédio para que possamos dar uma resposta se ele é ou não expropriado.

Eng.º Felix Filho- COBA

O edifício vai ser afectado, a dúvida é se também a oficina vai ser afectada pela via, pelas expropriações. Sugerimos então que consulte o projecto e o processo de expropriação que já está disponível na Junta do Porto.

Eng.º Rocha e Silva - JAE

Sim, pode de facto consultar o processo de expropriações que se encontra na Direcção de Serviços Regionais, e lá será informado se facto o prédio é expropriado ou não.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor António Luís Dias, em relação à primeira questão eu não sei se a entendi na totalidade. Julgo que se refere se vai haver junto portanto à Via Rápida, utilizando o mesmo canal o traçado do metro e se essa circulação se irá fazer no nó um ou nó dois. Não sei se foi exactamente isto que colocou. Eu de facto tive dificuldade de perceber.

Sr. António Luís Pimenta Dias

O que eu queria saber exactamente era onde é que se vai situar o interface intermodal que está previsto numa das medidas mitigadoras de impacte. Portanto a ligação ao metro de superfície. Portanto se o estudo aponta para o nó um ou nó dois e eu gostava de saber porque essa escolha.

Eng.º Rocha e Silva - JAE

Eu pedia então à colega o favor de esclarecer.

Eng.ª Sofia Arriaga e Cunha - COBA

Portanto a escolha não é nossa, a escolha decorre do próprio desenvolvimento do Projecto do metro. Portanto na altura em que nós desenvolvemos o estudo houve, está em projecto ou a intervenção do projecto desenvolver o metro que poderia ir até ao nó um ou até ao nó dois. Portanto nesse sentido a única coisa que nós propomos, e que poderá estar eventualmente ligada como medida de minimização é que sejam feitos interfaces modais no sitio onde terminar o metro. Portanto é um projecto evolutivo, vai-se desenvolvendo por lanços, portanto se ele terminar no nó um deverá ser feito uma interface modal no nó um, se terminar no nó dois, será no nó dois. Se for até ao nó três, tanto melhor, essa interface, modal será no nó três. Portanto aqui neste caso é apenas compatibilizar a transposição do modo rodoviário, portanto, os transportes rodoviários em transportes públicos ou individual, como a rede do

metropolitano. Portanto é uma recomendação, a sua execução depende do proponente desta via, mas é uma recomendação para melhorar a qualidade da vida da população que usufrui desse transporte público.

Eng.º Rocha e Silva - JAE

Relativamente à questão que colocou referente à estrada de Dom Miguel. Eu já à bocadinho abordei esta questão, o que se passa, o que se vai passar com a estrada de Dom Miguel é exactamente a mesma coisa que se vai passar com o restante sistema viário, o municipal ou local, que está instalado junto aos nós, naturalmente que vai haver uma atracção grande do tráfego para esses locais. Por isso é perfeitamente normal a acessibilidade à via fazer-se através dos nós e naturalmente nessa proximidade todo o sistema viário local vai ter um acréscimo do tráfego. Naturalmente que essas consequências desse acréscimo de tráfego nessas vias locais são da responsabilidade da autarquia e não da Junta. Na estrada de Dom Miguel vai acontecer exactamente a mesma coisa, mesmo no futuro quando nós prosseguirmos com a via no sentido nascente, será estabelecido ali assim um nó e a estrada de Dom Miguel será a via que lhe dará acesso a esse nó. É sempre assim, terá de naturalmente, se as condições de circulação se tornarem mais difíceis na estrada de Dom Miguel terá que haver medidas naturalmente de reforço da segurança nesse local, mas que obviamente competirá à autarquia.

Relativamente à rua de Carregais, colocada por um senhor morador na rua de Carregais, eu pedia então à colega Luisa Pereira se poderá a dar a informação que é pedida.

Eng^a Luisa Pereira - COBA

Relativamente ao Senhor Fernando Rodrigues morador na rua de Carregais, ele colocou duas questões. Primeiro perguntou quais eram as cotas do viaduto, do Rio Torto que é integrado no nó três. Relativamente a essa questão as cotas do viaduto são variáveis, ele inicia-se com uma cota de 66 metros e meio ou seja, ele esta acima do terreno natural cerca de seis metros.

Sr. Fernando Rodrigues

Eu pedi em relação à Rua de Carregais.

Eng^a Luisa Pereira - COBA

Portanto quer falar relativamente à passagem superior sobre a Via na Rua de Carregais. Relativamente a essa questão o que lhe posso dizer é que a passagem superior é constituída sobre as cotas da Rua de Carregais. Relativamente à Rua que vai ser construída, portanto que vai ser restabelecida, a Via Rápida de Gondomar passa inferiormente à Rua de Carregais. A diferença de cotas será da ordem de cerca do eixo oito metros e meio. Portanto aquela rua tem realmente uma inclinação bastante forte. Estudaram-se ali algumas hipóteses de fazermos um restabelecimento, não sobre a estrada existente mas ganhando com uma certa volta algum desenvolvimento para diminuir a inclinação actual. No entanto havia alguns compromissos urbanísticos da parte da Câmara Municipal de Gondomar dum loteamento que é visível na Rua de Carregais que nos impediu de fazer o restabelecimento, não modificámos as condições actuais em termos de restabelecimento. Eu não sei se consegui tirar as suas dúvidas.

Sr. Fernando Rodrigues

Se eu estou a perceber vai passar por baixo da rua existente.

Eng^a Luisa Pereira - COBA

Exactamente, a rua passa inferiormente à estrada de Carregais.

Sr. Fernando Rodrigues

A outra pergunta era se apanhava a garagem do caso nove.

Eng^a Luisa Pereira - COBA

Relativamente à casa nove que eu penso que é proprietário, ela não será expropriada, a oficina que você fala.

Sr. Fernando Rodrigues

Não é uma oficina, é uma garagem.

Eng^a Luisa Pereira - COBA

Perdão, peço desculpas. Relativamente à garagem, eu penso que ela também não é expropriada, mas não tenho aqui o processo das expropriações comigo. Mas tal como dissemos à pouco ao Senhor, se quiser esclarecer esta questão, poderá dirigir-se à Junta Autónoma das Estradas, à Rua de Camões ao Porto e esclarecer.

Sr. Fernando Rodrigues

Se acontecer depois de tanto terreno, tantas centenas de metros em terrenos lineares e atinge uma garagem.

Eng^a Luisa Pereira - COBA

Eu compreendo os vossos anseios, é sempre assim, nós pensamos que dá para chegar para lá um bocadinho mas nem sempre nestas coisas é fácil. E o que às vezes parece que é um metro noutros sítios vamos lesar as pessoas em quatro ou cinco e vamos afectar outras habitações.

Relativamente às questões do isolamento da fachada, isto não é da minha área, poderá um dos meus colegas dar a devida justificação e tentar convence-lo que isto são projectos feitos por especialistas também.

Eng.^o Felix Filho - COBA

Então se me permite eu vou tentar esclarecer o Senhor Fernando Rodrigues e também o Senhor José Oliveira e que perguntou e parece que não ficou convencido também da resposta do vidro grosso. O que normalmente, acontece um pouco de teoria, quanto maior é a espessura, do vidro, da parede, maior é o grau de atenuação do ruído. E está comprovado cientificamente que um vidro de oito milímetros já tem um índice de redução sonora já bastante elevada e o que se faz é a substituição dos painéis existentes de vidro, por painéis com oito milímetros. Além disso esses vidro, entre o vidro e a caixilharia vai haver um perfil de material resistente, tipo uma borracha, onde ela prende que também ajuda a reduzir as vibrações e ajuda a reduzir a transmissão de ruído atrás das paredes. Além do mais, caso seja necessário, também a caixilharia é adoptado um tipo de material vedante, são resinas vedantes para tentar vedar qualquer tipo de frinchas ou fissuras que existam na caixilharia. Grosso modo, esse é o tipo, é o primeiro passo em termos de isolamento da fachada e que se tem mostrado bastante eficaz em muitos dos casos.

Sr. Fernando Rodrigues

Pronto, eu sei o que é que provavelmente está a falar do vidro duplo, mas é em termos de vidro, está a falar de vidro duplo.

Eng.º Felix Filho - COBA

Pode ser vidro duplo, mas pode ser também um vidro mais espesso. Não é necessariamente um vidro duplo.

Sr. Fernando Rodrigues

Mas como o Senhor Eng.º sabe, não há só uma caixilharia, também há uma caixa de estores onde o ruído passa. O Eng.º não pode esquecer disso. Pode pôr um vidro muito grosso, aquilo que quiser mas se existir uma caixa de estore e normalmente todas as casas tem uma caixa de estore, provavelmente o ruído vai estar lá dentro, não é?

Eng.º Felix Filho - COBA

Tem toda a razão. Exactamente. E nessa casa como disse o primeiro passo tratamos da zona envidraçada, se não se mostrar muito eficaz, ou já previamente no estudo mais detalhado, isso numa fase mais avançada se for verificada que na fachada existe outros elementos que possam auxiliar a transmissão do ruído, como citou os estores, por exemplo, então há necessidade depois de utilizar um tipo de tratamento para isolar. E existem medidas para isolar os estores.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Eu gostaria de saber se há mais inscrições, no caso de mais alguém querer participar. Tenho ali um pedido.

Sr. Jerónimo Monteiro

Não gostava de estar a repisar os pontos que foquei, mas talvez completar um pouco a minha intervenção. Realmente a Rua de Pevidal, eu consultei o processo, tenho conhecimento à longa data do que se passa. A Rua de Pevidal não vai ser restabelecida. A Rua de Pevidal, porque quem não está dentro da sua localização, é uma rua que liga à Rua Cosme Ferreira de Castro e da Cosme Ferreira de Castro,

Gondomarinho, e Gondomarinho Porto. Mas também liga ao centro de Gondomar. As pessoas que vão ficar a poente da Via Rápida, vão ficar tamponadas e não têm um acesso directo, nem para o centro de Gondomar. Terão de dar uma volta muito grande, assim como o acesso ao Porto. Essa era a primeira questão.

Pelo que me apercebo, e não sou muito viajado mas conheço o país de Norte a sul, e conheço as principais Vias Rápidas que foram construídas nestes anos, concretamente a IP 5, a IP 4 tenho conhecimento que foram feitas passagens inclusivamente através de túneis para passagem de gado. Concretamente no Marão e noutras partes. Não tenho conhecimento de nenhum lado de que a Junta Autónoma das Estradas tenha interesse de tamponar uma rua. Sei perfeitamente o que está por detrás disto, que são interesses da Câmara, e é pena não estarem aqui os nossos autarcas. Porque o nó quatro inicialmente no primeiro estudo que foi feito pela COBA nunca esteve localizado nesse ponto. Estava localizado mais a Sul. E portanto, como a Via Rápida passa a nível inferior da Rua de Pevidal, penso que não seria muito difícil e muito dispendioso fazer uma sub-elevação através de uma ponte para a rua não ficar tamponada. Era essa questão.

A outra questão tem a ver mais uma vez com a estrada de Dom Miguel. Eu não sei se realmente a Junta Autónoma das Estradas fez algum estudo do tráfego que a estrada de Dom Miguel tem dada a sua ligação à marginal, à estrada 108. Esta estrada, a dita estrada de Dom Miguel teve vários projectos. Só que os projectos foram concluídos às forças das marés dos interesses de alguns Gondomarenses. Ela começa na estrada de Valongo, tem o primeiro troço que não afecta grande habitabilidade. Depois passa pelo alto da Serra em cima da Serra, onde se tem dado muitos acidentes mortais e a seguir quando ela chega precisamente ao ponto onde vai ligar a chamada IC 25, nesse ponto ela teve dois projectos. Um deles o traçado ia sair junto da barragem que não foi concluído e que passava pelo meio dos montes. O segundo era desviado e tinha apenas um custo de quarenta mil contos que infelizmente as mortes que daí já surgiram e principalmente em Jovim já pagaram essa factura. Se realmente não houver qualquer desvio todo o trânsito do alto do Concelho concretamente Melres, Foz de Sousa, Jovim e até inclusivamente da marginal vai ser canalizado para essa estrada. A estrada de Dom Miguel, não é uma estrada de Dom Miguel, é um caminho que está localizado com moradias, sem qualquer passeio, com várias escolas, escolas primárias e uma escola C+S, onde já houve acidentes mortais. E não há, infelizmente protecção. Essa estrada como deve ser do conhecimento da Junta Autónoma das Estradas, uma parte pertencia-lhe, era uma estrada que estava empedrada com paralelepípedos e como é do conhecimento técnico, uma estrada quando tem esse tipo de pavimento não permite grandes velocidades aos automobilistas. A própria vibração acaba por provocar ruído quer no transeunte, quer no próprio condutor. E o condutor não se sente grande vontade para dar grandes velocidades. E eu não sei porque, por isso é que não estão cá os nossos autarcas. Gastaram dinheiro ao tirar os paralelepípedos, puseram lá um tapete e depois de gastarem esse dinheiro puseram placas de proibido exceder os quarenta quilómetros horários, e essa já desapareceu. E tem outras a proibir exceder os cinquenta quilómetros horários. Numa estrada onde se dá velocidades de cinco e cinquenta, ainda ontem se deu um acidente que ficaram três carros desfeitos. Há provas que estava a própria Guarda Republicana e os Bombeiros que tiveram que lavar a estrada.

Por isso penso que em termos de Impacte Ambiental era importante que se fizesse um estudo do tráfego que temos na estrada de Dom Miguel e concretamente da segurança das pessoas que lá vivem.

Uma questão que embora tenha sido aqui tocada mas muito ao de leve, mas no entanto foi focada pela Junta Autónoma das Estradas, quer inclusivamente pela COBA através do Senhor Eng.º, e que foi projectado num acetato, é a indemnização adequada. Eu gostava de perguntar o que é que entende por indemnização adequada. Também me toca um pouco este processo. E por aquilo que sei, a própria COBA adjudicou a uma empresa para vir para Gondomar. Um Senhor com uma certa idade, um pouco antiquado a fazer as avaliações. E a maior parte das avaliações foram consultas, tenho conhecimento disso e o posso provar, nas finanças. E onde o que lhe interessou foi ver o valor matricial em muitos dos casos, e no caso concreto não paga o terreno. Era esta questão que tinha para por. Muito obrigado.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Eu passava a palavra ao Senhor José António Oliveira.

Senhor José António Oliveira

Eu voltava à questão ao Senhor Eng.º Felix Filho porque disse à pouco que não fiquei convencido. De facto não fiquei convencido por dois motivos simples. E acho que o Senhor Eng.º entende-os melhor que eu. Primeiro a construção é recente. Segundo ela foi feita, foi realizada num local onde era e continua a ser zona verde, portanto, onde não se previa qualquer tipo de construção posterior. Terceiro, parece-me manifestamente insuficiente quando se fala aqui em várias medidas para minimizar os efeitos negativos. Falar-se de medidas que no fundo é engrossar os vidros que eu tenho em casa. Quer dizer, quando se faz uma construção de raiz, quando se projecta uma coisa que tem custos pessoais obviamente espero tirar daí os proveitos, obviamente. Desculpar-me-á o termo mas é o que eu sinto, parece-me ridículo falar de vidro mais grosso numa circunstância desta. A casa não está há vinte anos nem há trinta anos, está há quatro anos, portanto eu acho que quando se fala em Impacte Ambiental, é evidente é um caso pessoas já aqui falaram nos seus casos pessoais, deve-se ter em conta essas circunstâncias. Há um investimento feito, há expectativas que se criam e obviamente que essa expectativa e esses investimentos deve ser reservado. E sinceramente é muito pouco numa circunstância daquelas falar apenas nesta barreira que falou, no caso dos vidros duplos, ou outra circunstância ligada aos vidros duplos. Portanto não fiquei convencido, dificilmente me irá convencer, porque obviamente tenho as minhas ideias, são as ideias que pensei antes de vir para cá. E portanto era isto que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Passava a palavra ao Senhor Carlos Teixeira.

Sr. Carlos Teixeira

Boa noite. Eu gostava de fazer só três perguntas. Eu gostava de saber a quantos metros é que fica a IC 25 da Rua Nova das Areias. O que é que então está previsto em termos de minimização dos ruídos, se são barreiras sonoras, se são aumento da grossura dos vidros também.

E qual a ligação mais próxima à IC 25, isto é, da Rua Nova das Areias. E é só isto. Muito obrigado.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Passava então a palavra ao proponente.

Eng.º Rocha e Silva - JAE

Eu relativamente às questões do Senhor Jerónimo Monteiro, de facto elas em parte são dirigidas à autarquia do que propriamente à Junta, mas naquilo que diz respeito à Junta a questão da estrada de Dom Miguel, ela não é uma estrada da JAE, é uma estrada camarária. Enfim, todas as questões que forem colocadas relativamente a esta estrada penso que terão de ser de facto dirigidas à autarquia.

Relativamente ao restabelecimento, queria dizer que estou a identificar, não pelo nome da rua mas pelo local estou a identificar o restabelecimento. Recordo-me que de facto toda esta zona foi discutida muito em pormenor com a Câmara Municipal de Gondomar. Esta e outras neste projecto, e em qualquer projecto da Junta, nós entendemos que o interlocutor privilegiado nestas coisas é de facto a autarquia. É à autarquia que compete o planeamento do Concelho e é a autarquia que gere portanto o seu território. E no que diz respeito à articulação dos nossas vias com todo o sistema local, com todo o sistema viário local devemos de facto ouvi-los e na medida do possível conciliar bem os projectos. Foi o que se fez aqui. Gostaria que confirmasse se de facto a via a que se refere é esta para nós podermos esclarecer qual é de facto o percurso que haverá que fazer para passar de um lado para outro na rua que se refere.

Quanto à questão da indemnização. A questão da indemnização adequada é um imperativo da própria lei. O processo expropriativo decorre ou é apoiado no código das expropriações que é o primeiro a favor de uma indemnização justa. Claro que isso pode ser subjectivo. A Junta faz as suas avaliações através dos seus técnicos e dos

peritos que contrata para o efeito. Durante o processo expropriativo é proposta uma determinada indemnização e o proprietário tem o direito de não aceitar e esperar que essa indemnização venha a ser fixada pelos tribunais. Não tem qualquer dispêndio com essa atitude. Compete à entidade expropriante promover todas as demarques a nível judicial para o efeito. E aí naturalmente que o sistema judicial garantirá todos os seus direitos na questão da expropriação.

Não sei se querem acrescentar alguma coisa ou se deseja efectivamente confirmar a rua a que se refere para que possamos estar a falar todos do mesma coisa.

Sr. Jerónimo Monteiro

A Via Rápida passa cerca de três metros a nível inferior da Rua de Pevidal. E também posso informar que o primeiro nó ou mesmo dos primeiros estudos o nó, esse nó quatro estava localizado mais a Sul, ou seja, depois do local onde agora se realiza a feira de Gondomar. Era aí que estava o nó. Mas como houve contratempos e os nossos autarcas que muitas vezes não dão a cara, ou só dão a cara quando só bem lhes interessa, houve contrapartidas dos nossos autarcas e da Junta Autónoma das Estradas de fazer precisamente o nó e com outra configuração. O nó que era feito ao fundo da feira tinha uma configuração circular e o nó número quatro vai ter uma configuração oval, de modo a que fizesse uma ligação ao campo de futebol de Gondomar. E é essa ligação que vai tamponar a rua.

Também sei que no primeiro sub-lanço todas as avaliações que foram feitas, foram novamente revistas porque as avaliações foram tão baixas, tão baixas que só havia reclamações.

Eng.º Rocha e Silva - JAE

Não sei a que lanço se refere.

Sr. Jerónimo Monteiro

Ao primeiro sub-lanço.

Eng.º Rocha e Silva - JAE

Não, como o primeiro sub-lanço está a ser feito ainda o processo de avaliação. Não está ainda aprovado. Só será no momento em que for publicado no Diário da

República a planta das expropriações. A partir daí é que está concluído. E naturalmente que tenha havido estudos e que as coisas não sejam fixadas à primeira.

Sr. Jerónimo Monteiro

Entretanto as pessoas conseguem saber os valores das expropriações. Consegue-se saber sem estar publicado.

Eng.º Rocha e Silva - JAE

Só ouvindo as pessoas que estão a participar nessa avaliação, doutra maneira não tem carácter definitivo. Obviamente porque só no momento em que for confrontada com uma proposta concreta pela pessoa responsável da JAE que o contactar para o efeito. Só isso é que tem efectivamente valor.

Sr. Jerónimo Monteiro

É que é oficial. Só nesse momento é que é oficial. Eu acho que não.

Eng.º Rocha e Silva - JAE

Isso previamente é aprovado.

Sr. Jerónimo Monteiro

De qualquer maneira ninguém me evita de eu ter que contratar um advogado. E não é a Junta Autónoma das Estradas que paga o advogado.

Eng.º Rocha e Silva -. JAE

Em primeira instância não tem que contratar nenhum advogado. Não tem qualquer intervenção, nem a entidade expropriante, nem o expropriado tem qualquer intervenção na fixação da indemnização por o Tribunal de primeira instância. Depois cada uma das partes pode recorrer. E a partir daí, em segunda instância, já poderá haver dispêndio já de uma entidade ou de outra se houver recursos. Mas em primeira

instância não terá qualquer custo para o expropriado. Para a expropriante tem, para o expropriado não tem.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Excepcionalmente estava a deixar haver diálogo, que não é costume. Mas dado que não havia mais inscrições e a discussão estava a decorrer de uma forma mais ou menos ordeira, deixei prosseguir mas, habitualmente isto não é permitido por uma questão simples. É que isto tem que ser transcrito e depois gera-se confusão e ninguém sabe muito bem quem é que está a intervir.

Não sei se a mesa do proponente quer prestar mais esclarecimentos.

Eng.ª Luisa Pereira - COBA

Relativamente à questão que o Senhor colocou da localização do nó quatro, ela nunca foi sobre o mercado, ela sempre foi no sítio onde actualmente existe o nó quatro. A configuração alterou-se tal como eu disse, e os meus colegas disseram no início, por questões de ligações futuras de vias que as Câmara iram construir. Portanto a via neste momento é direccional, é normal que assim seja e já está previsto isto na fase de estudo prévio. E portanto a localização do nó sempre foi aquela do estudo prévio, que foi o estudo que era oficial antes do projecto de execução.

Relativamente à Rua de Pevidal e voltando um pouco atrás, nunca estive em causa, pelo menos que nos parecesse a nós no acompanhamento do Projecto o campo de futebol a rua do Pevidal é perfeitamente restabelecida através do restabelecimento seis do nó quatro do lado Sul. E do lado Norte continua a ter acessibilidade à Rua Ferreira Cosme tal qual como tem actualmente. A passagem, ou transposição da Via Rápida de Gondomar, penso não se justificar pelo facto de ter duas passagens superiores à via, cem metros à frente no nó. Portanto com esta proximidade, três passagens superiores a uma via. Penso que em todas as vias que falou talvez não existam porque economicamente não é justificável. Eu não sei, se tiver alguma dúvida à cerca da acessibilidade que agora a Rua de Pevidal terá, tal como o Eng.º Rocha e Silva disse à pouco, pode-se dirigir e depois nós esclarecemos. Mas penso que nas plantas isso é explícito. Portanto da parte Norte será através da Via Direccional e da parte Sul será através do restabelecimento do nó quatro.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Eu não tenho mais inscrições. Não sei se mais alguém quer intervir?

Eng.º Rocha e Silva - JAE

Eu penso que ainda não se respondeu ao Senhor Carlos Teixeira.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Tem toda a razão aliás.

Eng.º Rocha e Silva - JAE

Colocou uma questão referente à distância da Rua Nova das Areias.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

E novamente o comentário em relação da insonorização da IC 25

Eng.º Rocha e Silva - JAE

Portanto, foi feito o restabelecimento da Rua das Areias através de uma passagem superior que está localizada cerca de trinta metros para poente da Rua das Areias.

Relativamente à questão acústica, pedia outra vez ao Eng.º Felix Filho para responder.

Eng.º Felix Filho - COBA

Bom, em primeiro lugar, o Senhor José Oliveira ainda não se convenceu e realmente sinto muito que não se convença. Gostaria apenas de esclarecer que a Via Rápida de Gondomar já está prevista à longos anos. Já temos um estudo prévio, que é o corredor já reservado há muitos anos, prevista no PDM da Câmara de Gondomar e também do Porto. E portanto são situações que são difíceis de resolver. Em termos de insonorização são aqueles meios técnicos que são utilizados. Se não se sentirem satisfeitos têm todo o direito de exigir algo mais, isso vai depender das negociações com o dono da obra.

Em relação ao Senhor Carlos Teixeira só pedia, como foi feito nos outros casos, se pudesse apontar aqui nas plantas que nós temos aqui ao seu dispor, a localização exacta para que possamos tentar responder às suas duvidas.

A casa do Senhor Carlos Teixeira, a habitação que ele se referiu, localiza-se além daqui desta faixa que nós temos aqui nas plantas. Portanto, então muito provavelmente não vai ser afectada em termos de ruído.

Dr.º Pedro Raposo - IPAMB

Uma vez que não tenho mais inscrições, vou dar por encerrada a sessão. Resta-me agradecer a todos os presentes, ao público, ao proponente e à equipa de Impacte Ambiental, e Câmara de Gondomar que mais uma vez pelos meios técnicos e o auditório que disponibilizou ao Instituto de Promoção Ambiental. Muito obrigado a todos e muito boa noite.

A Audiência foi encerrada às 23 horas e 25 minutos.

Moderou

Secretariou

Três vezes a audiência

Transcreveu e dactilografou

D.ª Dulce TS Samuel

DPP/425/Ofício Circular nº 0169
15.Jan.1997

Consulta do Público do Estudo de Impacte Ambiental "IC25 - Via Rápida de Gondomar".

Exmo Senhor

Em cumprimento do preceituado no nº 2 do artº 4º do Decreto-Lei nº 186/90 de 6 de Junho e do artº 4º do Decreto Regulamentar nº 38/90 de 27 de Novembro, faço saber que por período de 40 dias, fica patente para Consulta do Público o Estudo de Impacte Ambiental "IC25 - Via Rápida de Gondomar", nos seguintes locais:

- Instituto de Promoção Ambiental
Praça Duque de Saldanha, 31-1º - 1050 LISBOA - Tel: 311 3270/2 Fax: 353 4710
- Câmara Municipal de Gondomar
4420 GONDOMAR
- Câmara Municipal do Porto
4000 PORTO
- Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais - Norte -
R. Formosa, 254, 4000 PORTO

O Resumo Não Técnico pode ser consultado nas Juntas de Freguesia de Campanhã, S. Cosme, Valbom, Rio Tinto e Baguim do Monte encontra-se disponível na Internet.

A consulta decorrerá entre, 20 de Janeiro e 17 de Março devendo os comentários e sugestões ser entregues nos locais acima referidos durante o período de consulta.

Será realizada uma Audiência Pública no dia 17 de Fevereiro, pelas 20.30 horas, no Auditório Municipal de Gondomar, sito na Av.25 de Abril, S. Cosme, 4420 GONDOMAR.

Este projecto será apresentado no programa da Antena Um - "Tardes de Telefonia", na frequência 96.4, no próximo dia 22 de Janeiro entre as 15 e as 16 horas da tarde.

Com os melhores cumprimentos,

O Director de Serviços



(Helder Gil)

ANEXO: Resumo Não Técnico e Folheto.

IPM/sv

Consulta pública na Internet: <http://www.ipamb.pt>
E-mail: ipamb@mail.telepac.pt

**LISTA DE ENTIDADES CONVIDADAS A PARTICIPAR NA CONSULTA DO PÚBLICO
DO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL " IC 25 Usina Pimenta da Moura**

Liga para a Protecção da Natureza	Estrada do Calhariz de Benfica, 187	1500 LISBOA
Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente	Travessa Moinho de Vento, 17-c/v Dt*	1200 LISBOA
Secretariado Nacional da Associação Nacional de Conservação da Natureza	Rua do Salitre, 139-B	1250 LISBOA
Associação dos Arquitectos Portugueses	Pça da Restauração, 477, 1º	4000 PORTO
Associação Industrial Portuguesa	Praça das Indústrias	1300 LISBOA
Associação Portuguesa de Recursos Hídricos	Av. do Brasil, 101	1799 LISBOA CODEX
Direcção Regional do Porto do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico	Casa Ramalde - Rua Igreja Ramalde	4100 PORTO
Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas	Rua do Século, 79-r/c esqº	1200 LISBOA
Associação Portuguesa dos Engenheiros do Ambiente	Rua Cidade da Horta, 14-B Sala 22	1000 LISBOA
Núcleo Regional do Norte da Associação Portuguesa dos Engenheiros do Ambiente	Universidade de Aveiro	3800 AVEIRO
Associação Portuguesa de Biólogos	Rua José Ricardo, 11-2º E	1900 LISBOA
Associação Portuguesa de Sociologia	ISCTE - Av. das Forças Armadas	1600 Lt
Zona Florestal do Grande Porto	Rua Mouzinho de Albuquerque, 113, 11º	4100 PORTO
Zona Agrária do Grande Porto	Estrada Nova - Amorim	4480 VILA CONDE
Associação Portuguesa de Antropologia	a/c - Filipe Reis ISCTE - Av. das Forças Armadas	1600 LISBOA
Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial	Rua de Arroios, 96-3º esqº	1100 LISBOA
Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente	Vila Correia, 16-3º Dtº	1400 LISBOA
Instituto Florestal	Av. João Crisóstomo, 28	1000 LISBOA

**LISTA DE ENTIDADES CONVIDADAS A PARTICIPAR NA CONSULTA DO PÚBLICO
DO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL “**

Instituto de Ambiente e Desenvolvimento	Universidade de Aveiro	3800 AVEIRO
União dos Sindicatos do Porto	Rua de Santa Catarina, 922-2º	4000 PORTO
Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses	Rua Victor Cordon, 1-3º	1200 LISBOA
União Gerat de Trabalhadores	Rua Buenos Aires, 11	1200 LISBOA
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Rua Domingues Sequeira, 72-3º	1300 LISBOA
Associação Nacional de Freguesias	Rua José Ribeiro de Almeida	2475 BENEDITA
Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente/UNL	FCT/UNL - Quinta da Torre	2825 MONTE DA CAPARICA
Universidade do Porto	R. D. Manuel II	4000 PORTO
Associação Comercial e Industrial de Gondomar	R. Padre Crispim G. Leite, 47, S. Cosme	4420 GONDOMAR
Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto - GEAP	R. Antº Cardoso, 175	4100 PORTO
Associação Regional para a Protecção do Património Cultural e Natural - ARPA	R. Heroísmo, 6	4300 PORTO
FAPAS	R. Formosa, 303, 2º traseiras - Stº Idefonso	4000 PORTO
Comissão Anti-Ruido e Defesa do Ambiente	R. Augusto Luso, 68, 1º	4000 PORTO
Departamento de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto	a/c Prof. Susana Oliveira Jorge R. Aníbal Cunha, 101, 3º dto Trascias-Fr	4050 PORTO
Clube Gondomarense	R. Monte Castro - S. Cosme	4420 GONDOMAR
Associação Recreativa Valboense “Luz e Vida”	r. Dr. Albino Montenegro - Valbom	44210 GONDOMAR
Associação Recreativa Valboense “1º de Dezembro”	R. Dr. Barreto Costa - Valbom	4420 GONDOMAR
Deolinda dos Santos Martins	Trav. Pego-Negro, 90, Campanhã	4300 PORTO
Amadeu Soares Pinheiro	Estrada Exterior da Circumvalação, 522 Rio Tinto	4420 GONDOMAR
José Moreira	Estrada Exterior da Circumvalação, 232 Rio Tinto	4435 GONDOMAR
Serafim Neves Carvalho	Estrada Exterior da Circumvalação, 220, Rio Tinto	4435 GONDOMAR

**LISTA DE ENTIDADES CONVIDADAS A PARTICIPAR NA CONSULTA DO PÚBLICO
DO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL “**

Joaquim Luis Pinto da Mota	Estrada Exterior da Circumvalação, 232-Fraseiras Rio Tinto	4435 GONDOMAR
Alfredo Ribeiro Machado dos Anjos	Trav. da Corjeira de Baixo, 40, 1º esq.	4300 PORTO
Antº França de Castro e Moura	R. dos Carregais, 7 S. Cosme	4420 GONDOMAR
António da Mota	Trav. das Águas Férreas de Campanhã, 212, casa 13	4300 PORTO
Mª Manuela Coutinho de Almeida Rodrigues	R. Carregais, 806 S. Cosme	4420 GONDOMAR
José Manuel Pinto de Castro Apriceto	R. Carregais, 827 S. Cosme	4420 GONDOMAR
Armando de Oliveira Castro e Moura	R. Carregais, 8 S. Cosme	4420 GONDOMAR
José Jesus Reis	R. Carregais, 401-Azenha S. Cosme	4420 GONDOMAR
José Tomé de Castro Moutinho	R. N. Srª de Fátima, 83 S. Cosme	4420 GONDOMAR
António Teixeira Torres	R. Novais da Cunha, 753 S. Cosme	4420 GONDOMAR
João David Silva Ferreira	R. Novais da Cunha, 622, 1º S. Cosme	4420 GONDOMAR
Delfim França Castro Neves	R. Novais da Cunha, 413 S. Cosme	4420 GONDOMAR
Miguel Carvalho da Silva	R. Cosme Ferreira de Castro, 281 S. Cosme	4420 GONDOMAR
Durbalino de Sousa Fortes	Caminho de Pevidal, 507 S. Cosme	4420 GONDOMAR
Josefina Mª Castro Neves Fortes	Caminho do Pevidal, 507 S. Cosme	4420 GONDOMAR
rosa da Conceição do Rio Pereira de Sousa	R. Pevidal, 517 S. Cosme	4420 GONDOMAR
Jerónimo Ribeiro de Castro	Caminho do Pevidal, 542 S. Cosme	4420 GONDOMAR
Belmiro Fernando Moreira	R. Pevidal, 733 S. Cosme	4420 GONDOMAR
Antº Jorge Soares Pereira	R. Pinheiro Manso, 351 S. Cosme	4420 GONDOMAR
Alexandre Ribeiro da Silva	R. Pinheiro Manso, 359 S. Cosme	4420 GONDOMAR
Joaquim Antº Ferreira Santos	R. Pinheiro Manso, 396 S. Cosme	4420 GONDOMAR
Mª Manuela Ferreira Santos Oliveira	R. Pinheiro Manso, 408 S. Cosme	4420 GONDOMAR
Albertino Pinto Vieira Leite	R. Pinheiro Manso, 390 S. Cosme	4420 GONDOMAR
Mª Pereira das Neves	R. do Pereiro, 203 S. Cosme	4420 GONDOMAR

DPP/425/Ofício Circular nº 0167
15.Jan.1997

Consulta do Público dos Estudos de Impacte Ambiental do "IC25-Via Rápida de Gondomar".

Exmo Senhor

Encontra-se a decorrer no Ministério do Ambiente o processo de Avaliação de Impacte Ambiental "IC25-Via Rápida de Gondomar". Desta Avaliação faz parte a Consulta do Público.

Ao pretender-se obter uma alargada participação das entidades interessadas e dos cidadãos na apreciação do projecto, junto enviamos os elementos necessários para objecto de divulgação.

A Consulta Pública é desencadeada mediante a divulgação do Resumo Não Técnico, do qual constam os efeitos mais importantes que o projecto pode gerar no ambiente.

Caso este projecto seja objecto de notícia na imprensa escrita, agradecemos que nos façam chegar a mesma, para efeitos de inclusão no Relatório da Consulta do Público.

Para qualquer esclarecimento adicional é favor contactar:

•Drª Margarida Grossinho: Tel. (01) 311 32 70/2 ou Fax. (01) 353 47 10

Com os melhores cumprimentos.

O Director de Serviços



(Helder Gil)

ANEXO: Resumo Não Técnico,
Nota de Imprensa e Folheto.

IPM /sv

Consulta pública na Internet: <http://www.ipamb.pt>
E-mail: ipamb@mail.telepac.pt

**LISTA DOS ORGÃOS DE IMPRENSA CONVIDADOS A PARTICIPAR NA
DIVULGAÇÃO DA CONSULTA DO PÚBLICO DO ESTUDO DE IMPACTE
AMBIENTAL "IC 25 - via rap. do doutor"**

Redacção do Jornal Forum Ambiente	Rua do Comércio, 8-1º	1200 LISBOA
Redacção do Jornal "O Público"	Rua Amílcar Cabral, Lote 1	1700 LISBOA
Redacção do Jornal de Notícias	a/c Sr. Alfredo Maia - Rua Gonçalo Cristovão, 195	4000 PORTO
Redacção do Jornal "O Independente"	Rua Actor Taborda, 27-1º	1000 LISBOA
Redacção do Jornal "O Expresso"	a/c Sr. Mário de Carvalho - Rua Duque de Palmela, 37-2º	1200 LISBOA
Redacção do Jornal "A Capital"	Av. Infante D. Henrique, 334	1800 LISBOA
Redacção do Jornal "O Correio da Manhã"	Rua Mouzinho da Silveira, 27	1200 LISBOA
Redacção do Jornal "Diário de Notícias"	Av. da Liberdade, 266	1200 LISBOA
Redacção do Jornal "Primeiro de Janeiro"	Rua Coelho Neto, 65	4000 PORTO
Redacção da Agência Lusa	a/c Sr. António Neves - Rua Dr. João Couto, Lote C - Apartado 4292	1507 LISBOA CODEX
Redacção do Notícias do Ambiente	Ed. Bartolomeu Dias, 1-2º D - Cais de Alcântara	1300 LISBOA
Redacção da Revista "Visão"	a/c Sr. Paulo Chitas - Av. da Liberdade, 232, r/c	1298 LISBOA CODEX
Redacção do "Jornal de Notícias"	a/c Sra Eduarda Ferreira - R. Rodrigues Sampaio, 18, 4º	1100 LISBOA
Redacção da Revista Arcadados	a/c Sr. Jorge Santos - Av. Conselheiro Fernando de Sousa, 19- 5º	1070 LISBOA
Redacção da T.S.F. - Rádio Jornal	a/c do Sr. José Milheiro - Av. de Ceuta, 1	1300 LISBOA
Redacção da Rádio Renascença	Rua Capelo, 5	1200 LISBOA
Redacção da Antena Um	Rua do Quelhas, 2	1200 LISBOA
Radio Clube de Gondomar	R. Cosme Ferreira de Castro, 527	4420 GONDOMAR
Radio Prisma	Tv. Infante D. Henrique, 38 - Sotelo	4420 GONDOMAR
Radio Activa	R. Costa Cabral, 279, 3º	4200 PORTO
Radio-Festival de Norte	R. Alegria, 582, 9º Esq. Frte	4000 PORTO
Radio Nova	R. João de Deus Barros, 265- Foz do Douro	4100 PORTO
Radio Placard	R. Camões, 340, 1º	4000 PORTO

DPP/425/Ofício Circular nº 0168
15.Jan.1997

Consulta do Público do Estudo de Impacte Ambiental "IC25 Via Rápida de Gondomar".

Exmo Senhor

Está a decorrer no Ministério do Ambiente o processo de Avaliação de Impacte Ambiental do projecto acima referido. Desta Avaliação faz parte a Consulta do Público.

Assim, de acordo com o preceituado no nº 2 do artº 4º do Dec-Lei nº 186/90, de 6 de Junho e do artº 4º do Dec.Regulamentar nº 38/90, de 27 de Novembro, deverá o Resumo Não Técnico deste projecto ficar patente para Consulta durante 40 dias nessa Junta de Freguesia.

No âmbito do processo da Consulta do Público serão consideradas e apreciadas as exposições e reclamações que, apresentadas por escrito, especificamente se relacionem com o projecto.

Estas contribuições irão permitir o fornecimento de complementos de avaliação à Comissão de Avaliação e aos decisores contribuindo para a associação do público à decisão final.

Sendo as Autarquias simultaneamente participantes obrigatórios do processo de consulta e dinamizadores do envolvimento das populações locais, solicita-se o maior empenhamento na divulgação, nomeadamente na afixação de editais em locais de maior afluência e na distribuição do folheto "Participação Pública" aos cidadãos directa ou indirectamente afectados.

Agradece-se ainda, a colocação do Resumo Não Técnico em local de fácil acesso e em condições de poder ser consultado.

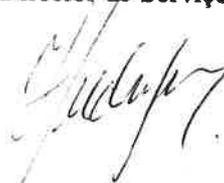
Os comentários emitidos pelas instituições locais ou público interessado deverão ser dirigidos ao Presidente do Instituto de Promoção Ambiental, podendo ser entregues na Câmara Municipal ou enviados directamente para estes Serviços até ao último dia da Consulta do Público.

Para qualquer esclarecimento adicional é favor contactar:

- Dr^a Margarida Grossinho
- Tel. (01) 311 32 70/2 Fax. (01) 353 47 10

Com os melhores cumprimentos.

O Director de Serviços



(Helder Gil)

ANEXO: Edital, Resumo Não Técnico e Folhetos referidos.

IPM/sv

**LISTA DE JUNTAS DE FREGUESIA CONVIDADAS A PARTICIPAR NA CONSULTA
DO PÚBLICO DO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL "IC 25 - VIA RÁPIDA DE
GONDOMAR"**

NOME	MORADA	LOCALIDADE
Junta de Freguesia de Campanhã	Praça da Corujeira, 212	4300 - PORTO
Junta de Freguesia de S. Cosme	R. S. João Ribeira da Ribeira - S. João da Ribeira	4420 GONDOMAR
Junta de Freguesia de Valbom	R. Dr. Joaquim Manuel da Costa, 477, R7C	4420 VALBOM
Junta de Freguesia de Rio Tinto	Largo do Mosteiro	4435 RIO TINTO
Junta de Freguesia de Baguim do Monte	R. D. António Barroso, 33,	4435 BAGUIM DO MONTE



Exmo Senhor
Presidente da Câmara Municipal do Porto
4000 PORTO

Processo nº DPP/425/Ofício Circ. nº 0165
Data 15.JAN.1997

Assunto:

Consulta do Público do Estudo de Impacte Ambiental "IC25 - Via Rápida de Gondomar".

Exmo Senhor

Está a decorrer no Ministério do Ambiente o processo de Avaliação de Impacte Ambiental do projecto acima referido. Desta Avaliação faz parte a Consulta do Público.

Assim, de acordo com o preceituado no nº 2 do artº 4º do Dec-Lei nº 186/90, de 6 de Junho e do artº 4º do Dec.Regulamentar nº 38/90, de 27 de Novembro, deverá o Estudo de Impacte Ambiental e o Resumo Não Técnico deste projecto ficar patente para Consulta durante 40 dias nessa Autarquia.

No âmbito do processo da Consulta do Público serão consideradas e apreciadas as exposições e reclamações que, apresentadas por escrito, especificamente se relacionem com o projecto.

Estas contribuições irão permitir o fornecimento de complementos de avaliação à Comissão de Avaliação e aos decisores contribuindo para a associação do público à tomada de decisão final.

Sendo as Autarquias simultaneamente participantes obrigatórios do processo de consulta e dinamizadores do envolvimento das populações locais, solicita-se o maior empenhamento na divulgação, nomeadamente na afixação de editais em locais de maior afluência e na distribuição do folheto "Participação Pública" aos cidadãos directa ou indirectamente afectados.

Agradece-se ainda, a colocação dos Estudos em locais de fácil acesso e em condições de poderem ser consultados.

Os comentários emitidos pelas instituições locais ou público interessado deverão ser dirigidos ao Presidente do Instituto de Promoção Ambiental, podendo ser entregues nesse local ou enviados directamente para estes Serviços.

Consulta pública na Internet: <http://www.ipamb.pt>
E-mail: ipamb@mail.telepac.pt

Rua de 'O Século', 63 • 1200 LISBOA Codex • PORTUGAL • Tel.: (01) 321 13 60 • Fax: (01) 343 27 77



Uma vez terminada a consulta, todos os contributos deverão ser enviados para este Instituto que, no prazo de cinco dias úteis, elaborará o relatório da respectiva consulta a ser presente à Senhora Ministra do Ambiente.

Para qualquer esclarecimento adicional é favor contactar:

- Dr^a Margarida Grossinho
- Tel. (01) 311 32 70/2 Fax. (01) 353 47 10

Com os melhores cumprimentos.

O Director de Serviços

(Helder Gil)

ANEXO: Edital, Folhetos e EIA referidos.

IPM/sv



INSTITUTO
DE PROMOÇÃO
AMBIENTAL

Exmo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Gondomar
4420 GONDOMAR

PROCESSO Nº:
DPP/425/Ofício Circ. nº 0165
DATA:
15.JAN.1997

PROCESSO Nº:

OBJEITO:
Consulta do Público do Estudo de Impacte Ambiental "IC25 - Via Rápida de Gondomar".

Exmo Senhor

Está a decorrer no Ministério do Ambiente o processo de Avaliação de Impacte Ambiental do projecto acima referido. Desta Avaliação faz parte a Consulta do Público.

Assim, de acordo com o preceituado no nº 2 do artº 4º do Dec-Lei nº 186/90, de 6 de Junho e do artº 4º do Dec.Regulamentar nº 38/90, de 27 de Novembro, deverá o Estudo de Impacte Ambiental e o Resumo Não Técnico deste projecto ficar patente para Consulta durante 40 dias nessa Autarquia.

No âmbito do processo da Consulta do Público serão consideradas e apreciadas as exposições e reclamações que, apresentadas por escrito, especificamente se relacionem com o projecto.

Estas contribuições irão permitir o fornecimento de complementos de avaliação à Comissão de Avaliação e aos decisores contribuindo para a associação do público à tomada de decisão final.

Sendo as Autarquias simultâneamente participantes obrigatórios do processo de consulta e dinamizadores do envolvimento das populações locais, solicita-se o maior empenhamento na divulgação, nomeadamente na afixação de editais em locais de maior afluência e na distribuição do folheto "Participação Pública" aos cidadãos directa ou indirectamente afectados.

Agradece-se ainda, a colocação dos Estudos em locais de fácil acesso e em condições de poderem ser consultados.

Os comentários emitidos pelas instituições locais ou público interessado deverão ser dirigidos ao Presidente do Instituto de Promoção Ambiental, podendo ser entregues nesse local ou enviados directamente para estes Serviços.

Consulta pública na Internet: <http://www.ipamb.pt>
E-mail: ipamb@mail.telopec.pt

Rua de 'O Século', 63 • 1200 LISBOA Codex • PORTUGAL • Tel: (01) 321 13 60 • Fax: (01) 343 27 77



Uma vez terminada a consulta, todos os contributos deverão ser enviados para este Instituto que, no prazo de cinco dias úteis, elaborará o relatório da respectiva consulta a ser presente à Senhora Ministra do Ambiente.

Para qualquer esclarecimento adicional é favor contactar:

- Dr^a Margarida Grossinho
- Tel. (01) 311 32 70/2 Fax. (01) 353 47 10

Com os melhores cumprimentos.

O Director de Serviços

(Helder Gil)

ANEXO: Edital, Folhetos e EIA referidos.

IPM/sv



Exmo Senhor
Director da Direcção Regional do Ambiente e
Recursos Naturais do Norte
Rua Formosa, 254
4000 PORTO

Processo nº DPP/425/Ofício nº 0166
Data 15.Jan.1997

Processo nº

Processo nº

Consulta do Público do Estudo de Impacte Ambiental "IC25 - Via Rápida de Gondomar".

Exmo Senhor Director

Como é do conhecimento de V. Exa. está a decorrer no Ministério do Ambiente o processo de Avaliação de Impacte Ambiental do projecto acima referido. Desta Avaliação faz parte a Consulta do Público. Assim, de acordo com o preceituado no nº 2 do ponto 5.3 dos "Procedimento para o Processo de AIA de Projectos", deverá o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) e o Resumo Não Técnico (RNT) deste projecto ficar patente para Consulta durante 40 dias nesses Serviços.

Agradece-se a colocação desses documentos em locais de fácil acesso e em condições de poderem ser consultados bem como a afixação do edital. No âmbito do processo da Consulta do Público serão consideradas e apreciadas as exposições e reclamações que, apresentadas por escrito, especificamente se relacionem com o projecto.

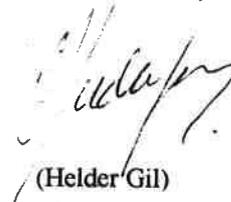
Os comentários emitidos pelas instituições locais ou público interessado deverão ser dirigidos ao Presidente do Instituto de Promoção Ambiental, podendo ser entregues nessa DRARN ou enviados directamente para estes Serviços. Uma vez terminada a consulta, todos os contributos deverão ser enviados para este Instituto que, no prazo de cinco dias úteis, elaborará o relatório da respectiva consulta.

Para qualquer esclarecimento adicional é favor contactar:

- Dr^a Margarida Grossinho
- Tel. (01) 315 37 42 Fax. (01) 353 47 10

Com os melhores cumprimentos.

O Director de Serviços



(Helder Gil)

ANEXO: Edital, EIA, RNT e PP referidos.

IPM/sv

Consulta pública na Internet: <http://www.ipamb.pt>
E-mail: ipamb@mail.telepac.pt

Rua de 'O Século', 63 • 1200 LISBOA Codex • PORTUGAL • Tel.: (01) 321 13 60 • Fax: (01) 343 27 77

ANÚNCIO

CONSULTA PÚBLICA

“IC25 - Via Rápida de Gondomar”

Prof. Doutor José Guerreiro, Presidente do Instituto de Promoção Ambiental, em cumprimento do preceituado no nº 2 do artº 4º do Decreto-Lei nº 186/90 de 6 de Junho e do artº 4º do Decreto Regulamentar nº 38/90 de 27 de Novembro, faço saber que por período de 40 dias, fica patente para Consulta do Público o Estudo de Impacte Ambiental “IC25 - Via Rápida de Gondomar” nos seguintes locais:

- Instituto de Promoção Ambiental
Praça Duque de Saldanha, 31-1º - 1050 LISBOA - Tel: 3113270/2 Fax: 3534710
- Câmaras Municipais de:
Porto e Gondomar
- Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Norte
R. Formosa, 254, 4000 PORTO

Resumo Não Técnico pode ser consultado nas Juntas de Freguesia de Campanhã, S. Cosme, Valbom, Rio Tinto e Baguim do Monte e encontra-se disponível na Internet.

No programa da Antena Um - “Tardes de Telefonía” no dia 22 de Janeiro, das 15 às 16 horas irá proceder-se à apresentação do projecto supra-mencionado. No decorrer do programa poderão ser colocadas questões através do telefone 01-382 00 20.

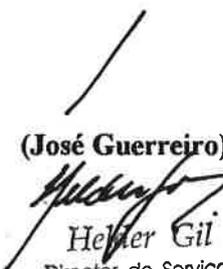
Irá realizar-se uma audiência pública no dia 17 de Fevereiro pelas 20H30M, no Auditório Municipal de Gondomar, sito na Av. 25 de Abril, S. Cosme, Gondomar.

A Consulta decorrerá entre 20 de Janeiro e 17 de Março, devendo os comentários e sugestões ser entregues nos locais acima referidos durante o período de consulta.

Lisboa, 15 de Janeiro de 1997


O Presidente

(José Guerreiro)


Helter Gil
Director de Serviços

NOTA DE IMPRENSA

CONSULTA PÚBLICA

“IC25 -Via Rápida de Gondomar”

Iniciou-se no dia 20 de Janeiro de 1997 a Consulta do Público do IC25. Este período que se estenderá até ao dia 17 de Março representa a oportunidade para as populações se pronunciarem sobre o projecto, apresentando comentários e sugestões tendentes a torná-lo social e ambientalmente melhor.

Dada a importância desta nova via e as consequências que terá ao passar próximo de aglomerados urbanos, entendeu este Serviço ser necessário chegar a todos aqueles que irão ser afectados - de forma positiva ou negativa. Para atingir esse objectivo e para além de todos os procedimentos legais (colocação de anúncios num jornal nacional e local e envio de editais para as Câmaras e Juntas de Freguesia), recorrer aos meios de comunicação social e às associações locais cujo o papel é fundamental como difusores de informação e como forças vivas passíveis de conseguir dinamizar as populações no sentido de conhecerem e se pronunciarem sobre a nova via.

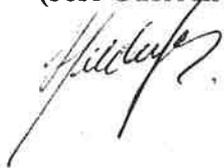
Este projecto será apresentado no decorrer do programa da Antena I - “Tardes de Telefonia “, no qual estarão presentes representantes do Ministério do Ambiente e da JAE. Os cidadãos poderão colocar questões sobre o processo de avaliação, consulta do público e especificamente o estudo de impacte ambiental e sobre o projecto do IC25 através do telefone 01 - 382 00 20. O programa que será emitido na frequência 96.4 terá lugar no próximo dia 22 de Janeiro entre as 15 e as 16 horas da tarde.

Este tipo de iniciativa não inviabiliza a realização de uma audiência pública prevista para o dia 17 de Fevereiro, pelas 20.30 horas, no Auditório Municipal de Gondomar, pretendendo apenas servir de complemento a mesma.

Lisboa, 21 de Janeiro de 1997


O Presidente

(José Guerreiro)



EDITAL

CONSULTA PÚBLICA

“IC25 - Via Rápida de Gondomar”

Prof. Doutor José Guerreiro, Presidente do Instituto de Promoção Ambiental, em cumprimento do preceituado no nº 2 do artº 4º do Decreto-Lei nº 186/90 de 6 de Junho e do artº 4º do Decreto Regulamentar nº 38/90 de 27 de Novembro, faço saber que por período de 40 dias, fica patente para Consulta do Público o Estudo de Impacte Ambiental “IC25 - Via Rápida de Gondomar” nos seguintes locais:

- Instituto de Promoção Ambiental
Praça Duque de Saldanha, 31-1º - 1050 LISBOA - Tel: 3113270/2 Fax: 3534710
- Câmaras Municipais de:
Porto e Gondomar
- Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Norte
R. Formosa, 254, 4000 PORTO

Resumo Não Técnico pode ser consultado nas Juntas de Freguesia de Campanhã, S. Cosme, Valbom, Rio Tinto e Baguim do Monte e encontra-se disponível na Internet.

No programa da Antena Um - “Tardes de Telefonía” no dia 22 de Janeiro, das 15 às 16 horas irá proceder-se à apresentação do projecto supra-mencionado. No decorrer do programa poderão ser colocadas questões através do telefone 01-382 00 20.

Irá realizar-se uma audiência pública no dia 17 de Fevereiro pelas 20H30M, no Auditório Municipal de Gondomar, sito na Av. 25 de Abril, S. Cosme, Gondomar.

A Consulta decorrerá entre 20 de Janeiro e 17 de Março, devendo os comentários e sugestões ser entregues nos locais acima referidos durante o período de consulta.

Lisboa, 15 de Janeiro de 1997

 O Presidente

(José Guerreiro)



Helger Gil
Director de Serviços

NOTA DE IMPRENSA

CONSULTA PÚBLICA

“IC25 - Via Rápida de Gondomar”

Prof. Doutor José Guerreiro, Presidente do Instituto de Promoção Ambiental, em cumprimento do preceituado no n.º 2 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 186/90 de 6 de Junho e do art.º 4.º do Decreto Regulamentar n.º 38/90 de 27 de Novembro, faço saber que por período de 40 dias, fica patente para Consulta do Público o Estudo de Impacte Ambiental “IC25 - Via Rápida de Gondomar” nos seguintes locais:

- Instituto de Promoção Ambiental
Praça Duque de Saldanha, 31-1.º - 1050 LISBOA - Tel: 3113270/2 Fax: 3534710
- Câmaras Municipais de:
Porto e Gondomar
- Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Norte
R. Formosa, 254, 4000 PORTO

Resumo Não Técnico pode ser consultado nas Juntas de Freguesia de Campanhã, S. Cosme, Valbom, Rio Tinto e Baguim do Monte e encontra-se disponível na Internet.

No programa da Antena Um - “Tardes de Telefonia” no dia 22 de Janeiro, das 15 às 16 horas irá proceder-se à apresentação do projecto supra-mencionado. No decorrer do programa poderão ser colocadas questões através do telefone 01-382 00 20.

Irá realizar-se uma audiência pública no dia 17 de Fevereiro pelas 20H30M, no Auditório Municipal de Gondomar, sito na Av. 25 de Abril, S. Cosme, Gondomar.

A Consulta decorrerá entre 20 de Janeiro e 17 de Março, devendo os comentários e sugestões ser entregues nos locais acima referidos durante o período de consulta.

Lisboa, 15 de Janeiro de 1997

↳ O Presidente

(José Guerreiro)


Hélder Gil
Director do Serviços

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

A Consulta do Público

Determinados projectos que, pela sua natureza, dimensão ou localização, sejam susceptíveis de provocar incidências significativas no ambiente, estão sujeitos a um processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), prévio ao licenciamento.

A listagem desses projectos bem como as normas desse processo, encontram-se consignadas no DL 186/90 de 6 de Junho e no DR 38/90 de 27 de Novembro.

Das várias fases que integram este processo de AIA, da responsabilidade da Ministra do Ambiente, ressaltam a avaliação dos Estudos de Impacte Ambiental (EIA), previamente elaborados pelo responsável do projecto, e a Consulta do Público.

Esta modalidade de consulta deverá proporcionar uma alargada participação antes de o projecto ser licenciado.

Desencadeada através da divulgação de um resumo não técnico do EIA e da colocação do próprio estudo em locais de fácil consulta, visa fornecer ao cidadão a informação necessária sobre o projecto, potenciais incidências geradas no ambiente e quais as medidas propostas para as evitar, reduzir ou compensar, permitindo-lhe assim influenciar a decisão sobre o projecto.

É pois essencial que a população possa familiarizar-se com o projecto, tome conhecimento do EIA e dos argumentos que o sustentam, uma vez que os valores privilegiados pelo promotor não coincidem necessariamente com aqueles dos cidadãos chamados a viver com o projecto. Esta consulta sendo uma operação de participação envolvendo o público, os responsáveis pelo projecto e a

Administração, possibilita ao cidadão ou às suas organizações representativas expressar a sua opinião e, nomeadamente nas audiências públicas, fornecer aos órgãos competentes para a tomada de decisão uma visão integrada e global do projecto em apreço e das reacções do público afectado.



Projecto " IC 25 - Via Rápida de Gondomar" em Consulta do Público

AJAE pretende construir uma Via Rápida que sirva de alternativa à EN 209 na ligação entre o Porto e

Gondomar. A nova via, foi dividida em 2 trechos. O 1º sublanço (com 2 alternativas de traçado e com cerca de 6,3 km) inicia-se após o nó do Freixo ao km 14+200 da Estrada da Circunvalação e terminará na Rua das Areias.

O 2º sublanço, com cerca de 4,6 km desenvolve-se desde a Rua das Areias até à intersecção com a EN 209-1. O projecto prevê ainda uma ligação (com cerca de 900 m) da Via Rápida de Gondomar com a Estrada de D. Miguel.

O Estudo de Impacte Ambiental

Sendo de leitura aconselhável descrevem-se em breves linhas alguns dos tópicos principais quanto à sua estrutura e conteúdo.

Para além de identificar o promotor deverá explicitar a razão de ser do seu projecto, sua relação com o meio e os objectivos pretendidos. Das diversas escolhas possíveis indicará quais as razões que levaram à solução apresentada (Definição do Projecto). Onde, quando, como e com que objectivos se pretende implementar o projecto são algumas das principais questões às quais o EIA deverá responder (Descrição do Projecto).

Ao traçar um retrato fiel do meio na zona de influência do projecto descreverá todos os elementos susceptíveis de serem afectados (Caracterização da Situação de Referência).

Será então possível identificar e prever as repercussões imediatas e os efeitos, positivos e negativos, a curto e longo prazo gerados pelo projecto. Deverá avaliá-los segundo critérios precisos e por métodos reconhecidos indicando se são directos ou indirectos, de curto ou longo prazo e qual a sua grandeza (Análise dos Impactes).

Na sequência desta análise, o Estudo deverá ainda apontar quais as medidas que devem ser tomadas para diminuir ou compensar os impactes negativos (Medidas de Minimização), bem como propor o acompanhamento ambiental do mesmo (Medidas de Monitorização).

As Dúvidas ...

- 1 Como posso ter acesso à informação?
- 2 Posso participar?
- 3 Como devo participar?
- 4 Quando devo participar?
- 5 Quem me pode esclarecer?
- 6 Para quê participar?
- 7 Como saberei o resultado?

... as Respostas

Como posso ter acesso à informação?

O Estudo de Impacte Ambiental referente ao projecto "IC 25 - Via Rápida de Gondomar" encontra-se disponível nas Câmaras Municipais do Porto e de Gondomar e ainda na Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Norte e no Instituto de Promoção Ambiental, em Lisboa.

O documento resumo do Estudo de Impacte Ambiental (Resumo Não Técnico), também se encontra disponível nas Juntas de Freguesia de Campanhã, S. Cosme, Valbom, Rio Tinto e Baguim do Monte.

Para mais informações poderá consultar os editais afixados nas Câmaras e Juntas acima mencionadas ou contactar directamente o Instituto de Promoção Ambiental.

Posso participar?

Todos os cidadãos interessados, as suas organizações representativas, nomeadamente as associações de defesa do ambiente, bem como as autarquias da região abrangidas, podem participar neste processo de consulta do público na Avaliação de Impacte Ambiental de projectos (artº 4 do DR 38/90).

Como devo participar?

Após consultar a documentação disponível nos locais já indicados, poderá emitir as suas opiniões, sugestões ou reclamações por escrito e dirigidas ao Presidente do Instituto de Promoção Ambiental. Poderão ser entregues nos locais de consulta ou serem enviados directamente para aquele Instituto. Só poderão ser contemplados os pareceres que se relacionem com o projecto em causa:

Quando devo participar?

A consulta do público é aberta por um determinado período indicado nos anúncios e nos respectivos editais de acordo com a legislação em vigor. No caso presente está a decorrer desde o dia 20 de Janeiro até ao dia 17 de Março. Será durante este período que poderá emitir o seu parecer. Todos aqueles que forem entregues fora de prazo não poderão ser contemplados por força do nº 5 do artº 4 do DR.38/90.

Quem me pode esclarecer?

Se após a consulta ao Estudo de Impacte Ambiental disponível ainda subsistirem dúvidas, deverão solicitar os devidos esclarecimentos junto dos serviços das Câmaras Municipais onde o mesmo se encontra ou contactar o Instituto de Promoção Ambiental. Em última instância este organismo providenciará a resposta a dar pelos responsáveis do projecto.

Com vista a proporcionar um melhor esclarecimento e debate sobre o projecto e respectivo Estudo de Impacte Ambiental, o Instituto de Promoção Ambiental vai promover a realização de uma audiência pública com a presença dos responsáveis do projecto, no local e data a seguir indicado:

**Gondomar, no Auditório Municipal,
Av. 25 de Abril, S. Cosme.**

Esta audiência é aberta ao público em geral.

Para mais informações poderá consultar os editais afixados nas Câmaras e Juntas de Freguesia já referidas ou contactar directamente o Instituto de Promoção Ambiental.

Para quê participar?

oda a participação entregue dentro dos prazos, será considerada no Relatório da Consulta do Público e analisada pela Comissão de Avaliação do Estudo de Impacte Ambiental. Esta participação servirá não só como complemento de avaliação bem como as questões pertinentes abordadas serão incorporadas no parecer da Comissão de Avaliação.

Ambos os documentos servirão de base ao parecer a emitir pela Ministra do Ambiente.

A entidade competente para a aprovação do projecto deve ter em consideração aquele parecer conforme o preceituado na lei.

Através deste procedimento, pretende-se que sejam tidos em conta na tomada de decisão as preocupações e os valores envolvidos (sociais, culturais, patrimoniais, económicos e ambientais), manifestados na participação.

Como saberei o resultado?

Após a finalização do processo de Avaliação de Impacte Ambiental o Instituto de Promoção Ambiental informará todos os que participaram na consulta sobre os seus resultados, disponibilizando o relatório da consulta do público, parecer da Comissão de Avaliação, o parecer do Ministro do Ambiente e a decisão da entidade competente para a aprovação do projecto.

**Direcção Regional do Ambiente e Recursos
Naturais do Norte
R. Formosa, 244
4000 PORTO TELEF. (02) 312 312**

Propriedade e edição

**Instituto de Promoção Ambiental
DPP- Divisão de Participação do
Público**

**Prç. Duque de Saldanha, 31 - 1º
1050 Lisboa**

**Telef: (01)311 32 70 Fax: (01)353
47 10**

Tiragem: 500 exemplares

**Para efeitos de divulgação este
documento pode ser reproduzido.**

**Consulta pública na Internet:
http://www.ipamb.pt/cidadao
E-mail: ipamb@mail.telepac.pt**

		PROC. Nº	
ENT. 3679	Data: 97.08.2		
C. Directivo	<input type="checkbox"/>	DAT	<input type="checkbox"/>
Presidente	<input type="checkbox"/>	DFA	<input type="checkbox"/>
V. Presidente	<input type="checkbox"/>	DMTE	<input type="checkbox"/>
DSFA	<input type="checkbox"/>	CDI	<input type="checkbox"/>
DSPC	<input checked="" type="checkbox"/>	DAADA	<input type="checkbox"/>
Gab. Jurídico	<input type="checkbox"/>	DPP	<input checked="" type="checkbox"/>
Secretariado	<input type="checkbox"/>	RAF	<input type="checkbox"/>
Outros: _____			
Data: 14/3/97		Rúbrica:	



Câmara Municipal do Porto
Presidência

Dr. Viegas da Silva
21/13/97
em nome do Conselho
de

97/3/24

Exmº Senhor
Presidente do Instituto de Promoção Ambiental
Praça Duque de Saldanha, 31-1º
1050 LISBOA

ASSUNTO: Inquérito Público relativo ao Estudo de Impacte Ambiental Via Rápida de Gondomar

Na sequência do ofício/circular nº 0165-DPP/425, desse Instituto, de 15.01.97, através do qual é lançado o Inquérito Público relativo ao Estudo de Impacte Ambiental da Via Rápida de Gondomar (IC-25), informo V. Exª que até ao fim do prazo estipulado, 17 de corrente mês, não deu entrada nos serviços desta Autarquia qualquer parecer, sugestão ou reclamação sobre aquele estudo.

Considerando que aquela infraestrutura é parte integrante do sistema viário fundamental da Cidade do Porto e da sua Região, e que o seu traçado percorre uma zona de grande sensibilidade ambiental, esta Câmara Municipal, na sequência dos estudos desenvolvidos e aprovados para o local, propôs uma alternativa de traçado (I) à apresentada pela JAE/COBA (II), ambas objecto de análise no EIA.

Com o objectivo de contribuir para um maior esclarecimento das razões que levaram esta Câmara Municipal a apresentar uma alternativa de traçado, os serviços ligados ao Planeamento Urbanístico e ao Património Cultural procederam a uma análise pormenorizada do EIA, consubstanciada no Relatório de Síntese que se anexa, e que mostra, claramente, que aquele estudo não considerou de forma coerente e completa as duas alternativas em jogo, prejudicando a solução proposta pela CMP que, como ali se demonstra é a que melhor responde aos diferentes parâmetros do EIA.

Fj .../...



Câmara Municipal do Porto
Presidência

.../...

Esperando que o prosseguimento deste trabalho conduza à escolha de uma solução que contribua para um desenvolvimento equilibrado da Cidade, e disponibilizando-me, desde já, para os esclarecimentos complementares, que V. Ex^a julgar necessários para a conclusão deste processo, apresento

Os meus melhores cumprimentos

Porto, Paços do Concelho, 18 de Março de 1997

O Presidente da Câmara

(Dr. Fernando Gomes)



ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - Via Rápida de Gondomar

**RELATÓRIO DA ANÁLISE EFECTUADA PELOS SERVIÇOS MUNICIPAIS
DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO E DO PATRIMÓNIO CULTURAL**

Aspecto ambiental	Impactes	Alternativa I	Alternativa II
Geologia	<ul style="list-style-type: none">• constituição de grandes escavações junto a edifícios habitacionais	menos favorável	mais favorável

(extracto do resumo do EIA)

Descrição da acção analisada

Trata-se da **escavação, em túnel, de 100m sob uma extremidade do Bairro do Cerco do Porto**

Análise da valoração proposta no EIA

A solução urbanística da **escavação é analisada em alternativa ao aterro e consequente destruição do lugar de Tirares.**

Considera-se como **positivo o impacto geomorfológico do depósito de terras excedentes sobre o lugar de Tirares**, por favorecerem o uso na obra de parte dos excedentes produzidos pelas escavações do 2º sub-lanço (localizado no Concelho de Gondomar - ver pg. 2.19).

Considera-se como **negativo o impacte geomorfológico da escavação no Bairro do Cerco, por a obra ser "mais difícil e mais cara" (I).** (ver pg.4.4).

Parece evidente que a **introdução do factor custo no impacte geológico não é muito curial**, sobretudo tendo em atenção que não foram ponderados quaisquer outros custos directos ou indirectos da obra.



Câmara Municipal do Porto

Handwritten mark or signature in the top right corner.

Aspecto ambiental	Impactes	Alternativa I	Alternativa II
Solos	<ul style="list-style-type: none">afecção de áreas aluvionares	semelhante	semelhante

(extracto do resumo do EIA)

Descrição da situação analisada

Trata-se da **avaliação dos dois traçados no que diz respeito à sua sobreposição a áreas aluvionares** (geralmente áreas agrícolas ocorrentes nos leitos dos maiores cursos de água) .

Análise da valoração do EIA

Aparentemente há um lapso na valoração semelhante dos dois traçados , dado que a leitura da pag. 4.13 mostra, claramente, que a **afecção de área agrícola (potencialmente aluvionar) é claramente superior na Alternativa II (40,4% contra 44,7%)**. Aliás, assim teria que ser, dado que a **Alternativa I se destina justamente a desviar o traçado do núcleo rural de Tirares e da proximidade excessiva do Rio Tinto**, propondo em alternativa a sua inflecção para o Bairro do Cerco.

Aspecto ambiental	Impactes	Alternativa I	Alternativa II
Recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none">obstrução de linhas de águaabaixamento do nível freáticocontaminação dos recursos hídricos	menos favorável	mais favorável

(extracto do resumo do EIA)

Descrição da situação analisada

Trata-se da avaliação dos dois traçados no que diz respeito à **afecção das linhas de água**.



Análise da valoração do EIA

Nenhum dos três itens valorizados negativamente está suficientemente justificado no texto.

Quanto à **obstrução** de linhas de água é dito na pag. 2.17 do EIA que, pelo contrário, todas as linhas de água interceptadas em ambas as soluções ou o são em viaduto ou são reestabelecidas por passagens hidráulicas. Em nenhum ponto do texto é indicada qualquer obstrução, pelo que não se compreende a sua inclusão em síntese final.

Quanto ao **abaixamento do nível freático** é claramente dito no texto, pag. 3.39, não haver trabalhos de prospecção geotécnica que fundamentem a certeza de um abaixamento do nível freático, o qual é meramente deduzido dos trabalhos de escavação propostos no Bairro do Cerco.

Quanto à **contaminação das linhas de água** trata-se também de uma dedução, a partir da análise do perfil da Alternativa I junto ao nó de Cartes, dado não existir projecto de drenagem, como é afirmado na pag. 4.31. A dedução permite afirmar que a drenagem das escorrências, na Alternativa I, será feita para a Ribeira de Cartes, curso de água de caudal menor e mais sensível à carga poluente, embora tão perto da sua foz no Rio Tinto que a carga poluente logo se diluirá (!). Em contrapartida, na Alternativa II a análise permite concluir que a drenagem será feita para "pontos diversos" do solo e daí para a bacia do Rio Tinto.

A falta de rigor e a falta de estudos e projectos concretos não permitem fazer nenhuma das valorações negativas apresentadas em síntese.

Aspecto ambiental	Impactes	Alternativa I	Alternativa II
Qualidade do ar	• degradação da qualidade do ar	menos favorável	mais favorável
Componente acústica	• acréscimos no nível de ruído	menos favorável	mais favorável

(extracto do resumo do EIA)



Câmara Municipal do Porto

Descrição da situação analisada

Em ambos os aspectos a situação referenciada é a do **túnel a constituir no Bairro do Cerco do Porto**.

Análise da valoração do EIA

Depois de uma análise exaustiva dos níveis de ruído e poluição, provocados pelo traçado da via nos dois sub-lanços, é seleccionado como impacte negativo, ao nível de degradação da qualidade do ar e de produção de ruído, apenas e especificamente a solução de constituição de um túnel em escavação no Bairro do Cerco. **É duvidoso que a solução em túnel produza mais ruído do que a solução da via a cota alta**, sobre talude, a organizar em detrimento do núcleo rural de Tirares. Se assim for, **isso só acontecerá durante a fase de construção, o que não deveria ser valorizado em síntese final no mesmo nível que uma situação definitiva**.

Quanto à degradação da qualidade do ar, está também por justificar que a solução de um túnel de 100m possa ter impacte negativo superior, sobre a qualidade do ar no bairro, do que a passagem da via a céu aberto.

Aspecto ambiental	Impactes	Alternativa I	Alternativa II
Aspectos ecológicos	• afectação de biótipo de interesse	menos favorável	mais favorável

(extracto do resumo do EIA)

Descrição da situação analisada

Trata-se da **inflexão de traçado**, proposto na Alternativa I, de um troço da via para norte, entre os kms 0.900 e 1.100, **no sentido de evitar a destruição do lugar de Tirares**.

Análise da valoração do EIA

Efectivamente a inflexão proposta vai aproximar (ver pag. 3.23), em cerca de 25m, o traçado da Alternativa I de um bosquete, de alguma dimensão, existente a nascente da Circunvalação. No entanto, dado que essa aproximação não vem referenciada no impacte sobre o uso do solo é de deduzir que **não se trata de destruição do bosquete, mas de a via passar**



Câmara Municipal do Porto

25m mais perto ou mais longe das árvores existentes. A razão pela qual, em tão extensa paisagem, o único biótipo de interesse é detectado ao lado de uma via de grande trânsito (Circunvalação) é algo que não pode deixar de causar interrogação.

Aspecto ambiental	Impactes	Alternativa I	Alternativa II
Socioeconomia local	<ul style="list-style-type: none">• afectação das características socioeconómicas (em termos de condições de vida)• efeito barreira	menos favorável	mais favorável

(extracto do resumo do EIA)

Descrição da situação analisada

Trata-se da avaliação das **alterações às condições de vida** das populações, nomeadamente na **habitabilidade** (número de fogos demolidos pela passagem da via) e na **mobilidade** (possibilidade de atravessamento local sobre a via).

Análise da valoração do EIA

Relativamente ao impacte sobre a "dinâmica demográfica" o texto constata que na **Alternativa II** haverá **38 casos de realojamento contra 25 propostos pela Alternativa I** (ver pag. 4.107). Curiosamente, de seguida (ver pag. 4.109) considera que, apesar do maior número de realojamentos, a Alternativa II se apresenta mais favorável "na medida em que permitirá efectuar antecipadamente o realojamento das famílias para condições de habitabilidade mais favoráveis".

Parece óbvio que as expectativas de melhoria das condições de vida das populações poderão ser conseguidas de forma mais eficaz e económica através da recuperação do seu local de vivência e não pelo recurso à sua destruição. O realojamento das famílias, tão perto quanto possível dos locais de onde forem desalojadas, é aliás sempre recomendado nas "medidas mitigadoras" excepto no caso do núcleo de Tirares (!) (ver pag. 4.111).

Quanto à avaliação da permeabilidade, ou "efeito barreira", o 1º sub-lanço é analisado globalmente, nada indicando no texto (ver pags. 4.129 e 4.130) que qualquer das alternativas possa ser mais favorável, pelo que é



Câmara Municipal do Porto

despropositada a sua inclusão na síntese final. No entanto, não pode deixar de se fazer notar que a Alternativa I, ao propôr a permeabilidade da via no Bairro do Cerco do Porto e o reaproveitamento da EN12 como via local, minimiza o impacto negativo do "efeito barreira" e é claramente mais favorável nesse aspecto do que a Alternativa II.

Aspecto ambiental	Impactes	Alternativa I	Alternativa II
Ordenamento do Território	<ul style="list-style-type: none">• conflitos com planos de ordenamento• melhor integração com intenções urbanísticas	mais favorável	menos favorável

(extracto do resumo do EIA)

Descrição da situação analisada

Trata-se da confrontação do traçado com as determinações contidas nos instrumentos de planeamento e com estudos desenvolvidos na sua sequência.

Análise da valoração do EIA

Ao afirmar que o traçado da Via de Gondomar não conflitua com as intenções de planeamento assumidas pela CMP, o EIA refere questões importantes na estratégia definida pelos documentos em análise.

No entanto, não é só o traçado geométrico das vias que tem que se pôr em confronto, mas toda a vasta gama de pressupostos implícitos nas opções de planeamento, das quais ganham especial relevo o conceito de Parque Oriental e da sua componente específica designada, no Plano Estratégico do Vale de Campanhã, por Parque Lúdico-Tecnológico.

Estes dois sub-projectos alicerçam-se na convicção de que será fundamental contar com o património construído no local, com a qualificação do ambiente urbano, com o recurso às potencialidades naturais, com a mobilização dos residentes, com o equilíbrio entre áreas livres / áreas construídas, etc., sendo toda a sua especificidade salvaguardada na definição da rede viária.



Câmara Municipal do Porto

Assim, o presente item é transversal a muitos outros e, dessa forma, sofre directamente pela menor eficácia que em cada um deles, a alternativa II manifestamente apresenta.

Chama-se a atenção para aspectos, referidos subliminarmente, e que não vêm, nesta fase, devidamente equacionados os respectivos impactes: "...cabe referir a degradação do uso em alguns espaços exteriores, nomeadamente de recintos desportivos e de espaços verdes (em especial daqueles que virão a ser localizados no âmbito do projecto do Vale de Campanhã) que serão afectados pelo ruído, alterando o seu valor de uso e tornando-se menos atractivos como locais de descontração" (pág. 4-141). Medidas mitigadoras propostas: "as que vierem a ser adoptadas na fase de Projecto de Execução" (pág. 4-142)

O que se constata - e os custos que daí decorrem não são ponderados - é que o conceito de Parque poderá perder-se num emaranhado de arruamentos locais e vias de estatuto nacional de escala desfasada que, dando ênfase à correcção das acessibilidades, retalharão o território em *parcelas sobrantes*, condicionando irremediavelmente projectos que se anunciavam como inovadores, até, em termos nacionais.

Como medida mitigadora o EIA defende que "os planos, programas e projectos existentes ou em elaboração deverão ser adaptados e ajustados, recomendando-se medidas cautelares de ocupação do espaço na zona envolvente da Via Rápida, particularmente nas zonas dos nós, onde deverão ser executados Planos de Pormenor" (pág. 4-105). O Parque Oriental tomado até aqui, pela CMP, como condicionante do processo de transformação da zona oriental, transfigurou-se em elemento **condicionado**.

Aspecto ambiental	Impactes	Alternativa I	Alternativa II
Paisagem	• degradação da paisagem	menos favorável	mais favorável

(extracto do resumo do IEA)

Descrição da acção analisada

Magnitude do impacte visual da via.



Câmara Municipal do Porto

Análise da valoração do EIA

De todos os factores constituintes do elemento "paisagem" foram referidos, no texto do EIA, apenas dois como portadores de impactes negativos por parte da Alternativa I :

1. **A situação de escavação de túnel, a céu aberto no Bairro do Cerco, durante a fase de construção (ver pag. 4.186)**

2. **A percepção da paisagem, por parte do utente da via, que na Alternativa I não será possível durante a passagem no túnel já referido (ver pag. 4.192).**

Quanto ao primeiro ponto o seu impacte negativo é, mais uma vez, apenas referido à fase de construção, ignorando-se completamente o seu valor face às consequências definitivas sobre a paisagem da constituição de talude sobre o núcleo rural de Tirares. Num esforço supremo de academismo, o texto propõe, inclusivamente, que se considere positivamente o talude por ser possível, posteriormente, plantá-lo (!).

De notar também que na pag. 4.186 é concretamente referida a maior ocorrência de situações delicadas na Alternativa II (27% contra 21% da Alternativa I). Tal contabilização não parece, no entanto, ter qualquer influência nas conclusões.

Quanto à segunda vertente da análise (pag. 4.192) parece-nos curioso o conceito de privilegiar a leitura da paisagem, a partir do automóvel, em detrimento da percepção da inserção da via na paisagem, a partir de qualquer ponto.

Aspecto ambiental	Impactes	Alternativa I	Alternativa II
Património cultural construído	<ul style="list-style-type: none">destruição do trecho do muro da Circunvalaçãoafecção do lugar de Tirares	mais favorável	menos favorável

(extracto do resumo do EIA)

Descrição da acção analisada

Trata-se da valoração das acções que propõem a destruição do muro da Circunvalação e o desaparecimento do núcleo rural de Tirares.



Câmara Municipal do Porto

Análise da valoração proposta no EIA

Considerando que a área abrangida pelo **Parque Oriental** representa a **única mancha do espaço urbano** do Porto que mantém ainda algumas das **características da antiga cintura rural** da cidade;

Considerando a **importância atribuída ao espaço do Parque Oriental**, quer pelo zonamento **inserido em PDM**, quer pelo conjunto de **estudos e iniciativas** municipais a que tem sido sujeito;

Considerando a **importância do núcleo de Tirares nesse contexto**, dado o **seu estado de conservação** ao nível da estrutura que representa (**existência de moinho recuperável**);

Considerando a **importância histórica e paisagística do muro da Circunvalação**, em si próprio, e **no contexto de uma zona de Parque Urbano**;

É indubitável que a proposta da sua destruição, na Alternativa II, não pode deixar de ser considerada como um **impacte negativo, directo e permanente**. O que cabe perguntar é a razão da ausência de ponderação do património cultural nos parâmetros "paisagem", "aspectos ecológicos" e "socioeconomia local", contrariando todos os critérios actuais de avaliação da importância do património.



Câmara Municipal do Porto

CONCLUSÃO

Como resulta da análise anterior, é absolutamente notório que todos os impactes, avaliados negativamente, resultam da proposta de execução de 100m da via em túnel, sob o Bairro do Cerco, com o objectivo de preservar um núcleo rural, inserido no Parque Oriental da cidade.

Para além das objecções, manifestadas nos pontos anteriores, relativamente aos critérios de análise que permitiram, em cada parâmetro, concluir pelo impacte negativo, é sobretudo preocupante o critério final, que permitiu ponderar a Alternativa de traçado proposta pela CMP como menos vantajosa, a partir da colocação em pé de igualdade de impactes provisórios, resultantes da construção, como é o caso do ruído, com impactes definitivos e graves, como é o caso da destruição do lugar de Tirares.

Este critério, patente no resumo não técnico, aliás o único documento posto a debate público, tem origem na avaliação final do relatório do EIA, onde se lê na pag. 6.17: "...as informações coligidas permitem inferir que a Alternativa II (JAE/COBA) parece ser a mais vantajosa na maioria dos aspectos ambientais analisados, ...".

Não será demais reafirmar a nossa absoluta objecção a uma "síntese", na qual, exactamente a mesma acção - "destruição do núcleo rural de Tirares" - é avaliada positivamente num parâmetro - "geologia" - e avaliada negativamente noutro parâmetro - "ordenamento do território" - sem que nenhuma orientação, para lá do mero somatório, equacione o valor relativo dos impactes efectivamente causados. Não será demais afirmar que uma tal "síntese" carece dos elementos resolutivos que permitem tirar conclusões.

Assim, é nossa opinião, que o Estudo de Impacte Ambiental não analisa de forma coerente e completa as duas alternativas em jogo, contendo elementos que, por omissão, prejudicam a solução proposta pela CMP.

Porto, CMP, 14 de Março de 1997

PLANEAMENTO URBANÍSTICO

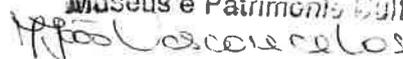
— D M E D P D M —

O Director de Departamento


Guilherme Ferreira (Eng.º)

A Director do Departamento de

Museus e Património Cultural





CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR

DIVISÃO DO AMBIENTE
CONTRIBUINTE Nº 680013512

NºS DE
TELEFONE

464 69 62
464 69 63
Fax: 464 69 64
464 69 65

Ex.^{ma} Senhora
Dr.^a Margarida Grossinho

Divisão de Participação do Público
Rua de O Século, 63 - 3.^o
1200 LISBOA

FAX: 01 - 322 35 08

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

Data

DA 53

97 MAR 17

Assunto: CONSULTA DO PÚBLICO DO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL "IC25 - VIA RÁPIDA DE GONDOMAR"

De acordo com o solicitado por V. Ex.^a, envio a Certidão de Afixação do Edital sobre a Consulta em epígrafe.

Informo ainda, que dos cidadãos interessados que participaram na Consulta, não foi recebido nenhum comentário nesta Câmara Municipal.

Com os melhores cumprimentos.

Por delegação do Presidente da Câmara
O Vereador responsável pela Divisão do Ambiente

(António Luis Pimenta Dias)

Ministério do Ambiente
Instituto de Promoção Ambiental

EDITAL

CONSULTA PÚBLICA

"IC25 - Via Rápida de Gondomar"

Prof. Doutor José Guerreiro, Presidente do Instituto de Promoção Ambiental, em cumprimento do preceituado no nº 2 do artº 4º do Decreto-Lei nº 186/90 de 6 de Junho e do artº 4º do Decreto Regulamentar nº 38/90 de 27 de Novembro, faço saber que por período de 40 dias, fica patente para Consulta do Público o Estudo de Impacte Ambiental "IC25 - Via Rápida de Gondomar" nos seguintes locais:

- Instituto de Promoção Ambiental
Praça Duque de Saldanha, 31-1º - 1050 LISBOA - Tel: 3113270/2 Fax: 3534710
- Câmaras Municipais de:
Porto e Gondomar
- Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Norte
R. Formosa, 254, 4000 PORTO

Resumo Não Técnico pode ser consultado nas Juntas de Freguesia de Campanhã, S. Cosme, Valbom, Rio Tinto e Baguim do Monte e encontra-se disponível na Internet.

No programa da Antena Um - "Tardes de Telefonia" no dia 22 de Janeiro, das 15 às 16 horas irá proceder-se à apresentação do projecto supra-mencionada. No decorrer do programa poderão ser colocadas questões através do telefone 01-382 00 20.

Irá realizar-se uma audiência pública no dia 17 de Fevereiro pelas 20H30M. no Auditório Municipal de Gondomar, sito na Av. 25 de Abril, S. Cosme, Gondomar.

A Consulta decorrerá entre 20 de Janeiro e 17 de Março, devendo os comentários e sugestões ser entregues nos locais acima referidos durante o período de consulta.

Lisboa, 15 de Janeiro de 1997

A CONSULTA PODERÁ SER FEITA
NA DIVISÃO DO AMBIENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR
RUA DA CAL - S. COSME - 4420 GONDOMAR

O Presidente

(José Guerreiro)

[Handwritten Signature]
Helcer Gil
Direcção Regional do Ambiente

Consulta pública na Internet: <http://www.ipamb.pt>
E-mail: ipamb@mail.telepac.pt

CERTIDÃO

Certifico que visitei hoje no edificio dos Paços do Munt
ulpio um edital de teor igual ao retro.

Paços do Município de Gondomar, 02/02/97

O Funcionário,





PROC. Nº	
ENT. 3015	Data: 97/3/7
C. Directivo <input type="checkbox"/>	DAT
Presidente <input type="checkbox"/>	DFA
V. Presidente <input type="checkbox"/>	DAITE
DSFA <input type="checkbox"/>	COI
DSRC <input checked="" type="checkbox"/>	DAADA
Gab. Jurídico <input type="checkbox"/>	DJP
Secretariado <input type="checkbox"/>	RAF
Outros: _____	
Data: 10/3/97	Rúbrica:

Junta de Freguesia de Campanhã

Praça da Corujeira, 202 - 4300 Porto
Telef. 572511 - Fax 5100705

Ao
Presidente
Instituto de Promoção Ambiental
Rua de "O Século", 63
1200 Lisboa Codex

Dr. Mariana de Gouveia
12/3/97
11/3/97

97/3/10

Porto, 97/02/26

N/Ref. 23 - N/PR

ASSUNTO: - Consulta do Público do Estudo do Impacto Ambiental "IC 25 Via Rápida Gondomar"

Exmo Senhor,

Para além do cumprimento estipulado na Lei, sobre a consulta Pública do impacto ambiental da "IC 25 Via Rápida Gondomar", também a Assembleia de Freguesia de Campanhã, reuniu para o mesmo efeito em 07 de Fevereiro de 1997.

Depois de um debate rico com a participação especial de alguns Técnicos presentes, a Assembleia de Freguesia, aprovou por unanimidade da proposta que se transcreve:

" A Assembleia de Freguesia de Campanhã, reunida em sessão extraordinária em 07 de Fevereiro de 1997, para apreciação do estudo de Impacte Ambiental resultante da construção de IC 25 - Via Rápida de Gondomar, depois de devidamente apreciadas as alternativas propostas para a sua execução(alternativa I e alternativa I I), considerando que a concretização de uma ou outra não trará mais ou menos benefícios para o Concelho de Gondomar, mas, constatando que a alternativa II trará muito mais impactos negativos para a Freguesia de Campanhã, nomeadamente na possível inviabilização da implementação do Parque Oriental do Porto e do Parque Lúdico-Tecnológico constantes do Plano para o Vale de Campanhã, como ainda uma maior deslocação/realojamento de residentes da Freguesia e maior afectação de zonas residenciais e do património cultural construído numa maior extensão, decidiu manifestar o seu apoio incondicional à denominada Alternativa I, repudiando assim a outra alternativa de execução proposta (Alternativa I I)."

Com os meus respeitosos cumprimentos, sou com estima e ao dispor,





AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS
REGIONAL DE AGRICULTURA DE ENTRE DOURO E MINHO
DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DAS FLORESTAS
(Ex-DELEGAÇÃO FLORESTAL DE ENTRE DOURO E MINHO)
ZONA FLORESTAL DO GRANDE PORTO

Exmo(a) Senhor(a)
IPAMB
Rua de "O Século", 63
1200 LISBOA Codex

Sua Referência
DPP/425/O. Circular n.º 0169

Sua Comunicação
15. Jan. 1997

Nossa Referência
GP/01

Data
1997/02/12

ASSUNTO: Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental "IC25 - Via Rápida de Gondomar"

Em referência ao assunto em epígrafe, verifica-se que da área de actuação destes serviços, só o bosquete existente no vale do rio Tinto, tem interesse em preservar, por isso caso entendam, poderá ser aplicada o Dec.-Lei n.º 28468 de 15/02/38 (classificação de interesse público).

Com os melhores cumprimentos,

1975

PROC. Nº		
Data: 9/2/97		
Directivo	<input type="checkbox"/>	DAT
Reservado	<input type="checkbox"/>	DFA
Resistente	<input type="checkbox"/>	DRA
DSEA	<input type="checkbox"/>	CD
DSPC	<input checked="" type="checkbox"/>	DAM
Lab. Jurídico	<input type="checkbox"/>	DPS
Secreariado	<input type="checkbox"/>	DAP
Outros: _____		
Data: 9/2/97		

X Heuchy
9/2/18

O Responsável pela Zona Florestal

Silvino Faria de Sousa
(Eng. Florestal)

Dr. Inês Gomes
M. REP
19/2/97

Jr. - Municipal Council
[Signature]
25/2/20

		PROC. Nº
ENT. 2243	Data: 27-2-20	
C. Directivo	<input type="checkbox"/>	DAT
residente	<input type="checkbox"/>	DFA
Presidente	<input type="checkbox"/>	DMTE
ISFA	<input type="checkbox"/>	CDI
DSPC	<input checked="" type="checkbox"/>	DAADA
Ass. Jurídico	<input type="checkbox"/>	DPP
Ass. Técnico	<input type="checkbox"/>	RAF
Outros: _____		
Data: <i>27/02/20</i> Rubrica: <i>[Signature]</i>		

Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental

FICHA DE PARTICIPAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

Nome: <i>Alvaro Roberto Moreira Pires</i>	
Morada: <i>Av. José Rodrigues Ferreira nº 350</i>	
Localidade: <i>MELRES - Concelho de</i>	Cod. Postal: <i>442</i>
telf.: <i>4760508</i>	Fax: <i>4761286</i>

2. COMENTARIOS

Fundo a IAE considero a EN 103 - Via turística, onde há um ~~tracado~~ ~~tracado~~ há várias obras e estruturas alargamento, rectificação do tracado. Criação de zona de estacionamento para zona de paragem de autocarros - entendendo que este não vai resolver, dada a volume de tráfego que se há devido à abertura, as populações próximas na freguesia Oeste do Concelho. Por este motivo entendo que o futuro da IC 24 deverá desviar-se com a EN 103 o mais próximo possível de Melres provendo com este tracado Ferras-nha, Geus, Corvelo e Redes, sendo estas as freguesias do Concelho de pior acessibilidade.

V.S.F.F

Gondomar, 15 de Março de 1997

*Instituto de Promoção Ambiental
12h RecP
24/3/97
Ligia Santos*

Instituto de Promoção Ambiental
DPP - Divisão de Participação do Público
Pr. Duque de Saldanha, 31 1º
1050 Lisboa

Ex.mos Senhores

Na sequência do ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL que nos foi enviado via CTT e da audiência pública promovida no Auditório Municipal de Gondomar, no pretérito dia 17 de Fevereiro de 1997, acerca do PROJECTO "IC 25 - VIA RÁPIDA DE GONDOMAR", gostaríamos de tecer as seguintes considerações:

1. Considerando que as nossas habitações, situadas na freguesia de S. Cosme, concelho de Gondomar, Rua do Pinheiro Manso 396 e 408, ficarão situadas muito perto da nova via;
2. tendo em consideração que se tratam de construções recentes;
3. considerando que a nova Via Rápida , IC 25, com o actual trajecto irá penalizar do ponto de vista sonoro, paisagístico e visual a situação dos moradores desse local;
4. considerando que as medidas previstas para minimizar tais factores negativos nos parecem claramente insuficientes, vimos assim apelar para que sejam consideradas um conjunto de medidas minimizadoras do ponto de vista ambiental no sentido de minimizar EFECTIVAMENTE uma situação que nos parece demasiado penalizadora para os moradores

Na esperança de podermos ser atendidos , apresentamos os nosso cumprimentos

Maria Manuela Oliveira

Maria Manuela Oliveira

Ligia Santos

Ligia Santos

José António Oliveira

José António Oliveira

Joaquim Oliveira

Joaquim Oliveira

3686		Data: 97/3/21	
C. Directivo	<input type="checkbox"/>	DAT	<input type="checkbox"/>
Presidente	<input type="checkbox"/>	DFA	<input type="checkbox"/>
V. Presidente	<input type="checkbox"/>	DMTE	<input type="checkbox"/>
CSA	<input type="checkbox"/>	CDI	<input type="checkbox"/>
DSPC	<input checked="" type="checkbox"/>	DAADA	<input type="checkbox"/>
Gab. Jurídico	<input type="checkbox"/>	DPP	<input checked="" type="checkbox"/>
Secretariado	<input type="checkbox"/>	RAF	<input type="checkbox"/>
Outros: _____			
Data: 24/3/97		Rúbrica: <i>[Signature]</i>	



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS
DIRECÇÃO-GERAL DAS FLORESTAS
 DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTECÇÃO E CONSERVAÇÃO FLORESTAL
 Divisão de Apoio à Gestão do Património Florestal Público e Comunitário

TELEFONE : 312 48 00

TELEFAX : 314 49 87

Ex.mo Senhor
Presidente do Instituto de
Promoção Ambiental
Praça Duque Saldanha, 31-1º
1 050 LISBOA

Sua Referência
 ofº circ. nº 169

Sua Comunicação
 1997.01.15

Nossa Referência
 37/DUF

Av. João Crisóstomo, 26-28
 1 050 LISBOA

30300

1997 -03- 20

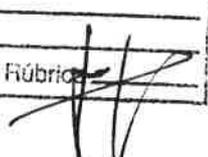
ASSUNTO: "Consulta do Público do EIA - IC 25 - Via Rápida de Gondomar"

Referenciando o vosso ofício mencionado em epígrafe e após vistoria ao local e apreciação do Resumo Não Técnico, informa-se V.Exa. de que a Direcção Geral das Florestas emite parecer favorável quanto ao empreendimento em apreço, existindo no entanto um bosquete no vale de Rio Tinto o qual interessa preservar, podendo por isso, caso assim seja entendimento, ser aplicado o disposto no Decreto-Lei nº 28468, de 1938.02.15 - classificação de interesse público.

Com os melhores cumprimentos,

O Director Geral


 Subdirector-Geral
 AMÂNDIO TORRES

		PROC. Nº	
ENT. 3753		Data:	97/3/24
C. Directivo	<input type="checkbox"/>	DAT	<input type="checkbox"/>
Presidente	<input type="checkbox"/>	DFA	<input type="checkbox"/>
V. Presidente	<input type="checkbox"/>	DMTE	<input type="checkbox"/>
DSFA	<input type="checkbox"/>	CDI	<input type="checkbox"/>
DSPC	<input checked="" type="checkbox"/>	DAADA	<input type="checkbox"/>
Gab. Jurídico	<input type="checkbox"/>	DPP	<input checked="" type="checkbox"/>
Secretariado	<input type="checkbox"/>	RAF	<input type="checkbox"/>
Outros: _____			
Data: 24/3/97		Rúbrica: 	

57/3/24



S. R.
MINISTÉRIO DO AMBIENTE
DIRECÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS DO NORTE

Instituto de Promoção Ambiental
Rua de O Século, 63-Cave
1200 Lisboa

Nossa Ref^o: of. n^o 1149/GAIA/97

Data: 19.03.97

Assunto: Consulta pública do Estudo de Impacte Ambiental da "IC 25 - Via Rápida de Gondomar" - contributo de moradores.

Para os devidos efeitos, junto se envia a V. Exas. documento recebido no âmbito da consulta pública do Estudo referido em epígrafe.

Com os meus cumprimentos.

O Director Regional

(Prof. Doutor José Manuel Macedo Dias)

Miguel

PROC. N ^o	
ENT. 3754	Data: 97/3/24
C. Directivo <input type="checkbox"/>	DAT <input type="checkbox"/>
Presidente <input type="checkbox"/>	DFA <input type="checkbox"/>
V. Presidente <input type="checkbox"/>	DMTE <input type="checkbox"/>
DSFA <input type="checkbox"/>	CDI <input type="checkbox"/>
DEPC <input checked="" type="checkbox"/>	DAADA <input type="checkbox"/>
Lab. Jurídico <input checked="" type="checkbox"/>	DPP <input checked="" type="checkbox"/>
Secretariado <input type="checkbox"/>	RAF <input type="checkbox"/>
Outros: _____	
Data: 24/3/97	Rúbrica:

97/3/24

Anexo: o referido.

PP/MA

Ao:
INSTITUTO DE PROMOÇÃO AMBIENTAL
Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais - Norte
Rua Formosa, 254
4000 PORTO

Assunto: Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental

“ IC 25 - Via Rápida de Gondomar “

Em conformidade com o preceituado no n.º 2 do Art. 4º do Decreto-Lei n.º 186/90 de 6 de Junho e do Art. 4º do Decreto Regulamentar n.º 38/90 de 29 de Novembro, os abaixo assinados, vêm expor o seguinte:

- 1.º - A solução apresentada em projecto, provoca o não restabelecimento da Rua de Pevidal:
 - 1.1 - A Rua de Pevidal tem mais de 65 anos; nela existem muitas habitações individuais e colectivas;
 - 1.2 - A Rua de Pevidal tem actualmente 9 carreiras diárias de transportes públicos da Empresa Gondomarense, único meio de transporte utilizado pela maioria dos moradores para a sua deslocação para o Porto e vice-versa;
 - 1.3 - A Rua de Pevidal dá acesso às crianças residentes na zona (Pevidal, S.to André, São Miguel, Ermentão, Regatinho, Granda, Etc.), que se deslocam, diariamente, a pé, para as escolas do ensino primário, básico e secundário, localizadas na zona do Monte Crasto, ou seja, a nascente do referido tamponamento (não restabelecimento);
 - 1.4 - A Rua de Pevidal dá acesso aos moradores, que se deslocam, diariamente, a pé, ao centro cívico da Vila - Câmara, Junta de Freguesia, Igreja, Cemitério, Serviços Municipalizados, Finanças, EDP, Notário, Centro de Saúde, Bancos, Centros Comerciais, Mercado, etc.;
 - 1.5 - A Rua de Pevidal dá acesso aos moradores, que se deslocam, diariamente, nos seus meios de transporte, ao Porto, aos serviços referidos no ponto anterior e a outras localidades. Muitos dos transportes aqui referidos **não são autorizados a circular na Via Rápida**, tais como: bicicletas, motorizadas, tractores, automóveis isentos de carta de condução, etc.;

- 1.6 - O não restabelecimento da **Rua de Pevidal** irá privar as famílias e vizinhos que residem a escassos 500 metros entre si, do relacionamento familiar e dos laços de amizade.
- 2.º - A solução apresentada em projecto, também provoca o não restabelecimento da **Travessa Padre Andrade e Silva**, com todos os inconvenientes já atrás referidos para a Rua de Pevidal.

Por consequência:

- 3.º - Considerando que as soluções do projecto são autênticas barreiras intransponíveis para as populações residentes nestas ruas e nas proximidades;
- 4.º - Considerando que os tamponamentos em causa vão obstar à normal frequência escolar dos alunos, muitos dos quais dentro da escolaridade obrigatória;
- 5.º - Considerando que a travessia da **via rápida em local de trânsito intenso** por crianças de tenra idade constitui um grave risco à sua integridade física;
- 6.º - Considerando que o acesso de veículos motorizados terá de ser feito exclusivamente pela rotunda, obrigando a um aumento superior do percurso;
- 7.º - Considerando que os peões, de todas as idades, irão atravessar a **via rápida** (para reduzir, obviamente, a distância em mais de 1000 metros), com todos os riscos de segurança (peões / condutores) que infelizmente são por demais conhecidos, e cujos resultados se traduzem na perda de vidas **Humanas** e em avultados prejuízos materiais;
- 8.º - Considerando que o “projecto ideal” para qualquer obra é concebido com erros, que poderão ser minimizados se o mesmo for criteriosamente analisado e criticado positivamente, o que deverá ocorrer antes de iniciada a dita “obra”;
- 9.º - Considerando que os problemas são sempre solucionáveis se forem devidamente estudados e atempadamente resolvidos;
- 10.º - Considerando a pertinência dos aspectos focados, a legítima preocupação e a ansiedade dos moradores;

Os abaixo assinados vêm muito respeitosamente solicitar a V.ª Ex.as se dignem tomar as devidas providências no sentido de serem encontradas alternativas e soluções viáveis para os problemas aqui identificados, com o objectivo de minimizar os prejuízos e inconvenientes que poderão causar aos moradores e à população de Gondomar em geral.

Nome:

B. I. N.º:

Antônio Manuel Fereido

6474081

Maria Isabel Jesus Oliveira

9853518

Benilde Margarida Silva Neves

7759379

Joni Joaquim Castro - São Felício

3290216

Luciano Fernando Sousa Torres

5970093

Moisés Harold Ferreira de Almeida

10557791

Victor Manuel Rosquita Ferreira

10075633

Cláudia Fátima Castro Neves Pereira Brito

1928286

~~Antonio Joaquim~~

5810757

Maria Celeste de Castro Neves

~~Maria Celeste de Castro Neves~~

8101774

Maria Rosa da Silva Sousa

3516344

~~Filipe Edistino Alves Marques~~

10173583

Maria dos Santos Almeida

1679751

Maria Fernanda Pereira Oliveira dos Santos

5821394

Manuel Martins Moreira

8515272

Manuel Horácio Oliveira

7969651

Branca Glória Oliveira da Silva

6905200

Rosa Maria Ferreira da Silva

6502477

Rosa Maria de Jesus Carvalho

10581198

Rosa Maria de Almeida

1679754

Antônio Hilto Teixeira da Costa

1865673

~~Antônio Hilto Teixeira da Costa~~

8097231

~~Antônio Hilto Teixeira da Costa~~

3160703

Nome:	B. I. N.º:
Mania Luise Pinto da Costa Paç Trigo	3983968
Branea Pinto da Costa Cardoso	7431796
Mania Adelaide Almeida das Neves	9709042
Jeronimo Casanova de Oliveira	572 1721
José Maria da Silva	1783719
Antônio Augusto Yacochi Jorda	3313423
Filipe Miguel Teixeira Sousa	10761244
Cláudia Joana Gonçalves T. Sousa	5778513
Raulo Sérgio Teixeira de Sousa	11894774
Cécilia de Deus Depoix	5712772
Tomás de Deus Depoix	11542721
Rebena das Santos Ribeiro	6680873
Clangarda Dora Montem. Sousa Femen	5834195
Vânia Isabel Sousa Ferreira	12295163
Montenorio Sousa Ferreira	10967046
Emacilda Conceição Neves Cardoso Corria	59104
Sérgio Existência Cardoso Corria	11898432
Luís Plácido Corria	5840415
Mania Teresa de Jesus Silva Napoleão	3438580
Mania Noêmia Frezeira das Neves	3699126
Mania Plácido das Neves	2726078
Mania Isabel Ferreira da Silva	2735698

Nome:

B. I. N.º:

Helena Frossesa Monteiro Monteiro	3459917
Maria Alice Horqueta Santos Fogalhoes	9967755
Fernando Elias Loureiro Silva	3626135
Carlos Alberto Silva Lopes	6439163
Filipe Bernardino das Sausa	11446075
FERNANDO EUGENIO MONTEIRO DOS SANTOS	11249102
Paulo Americo Ferreira Queiroz	10933219
João Antonio de Sant'Anna	3933213
Miguel Fernando Torres Martins	5984477
Paula Cristina Loureiro Silva Loureiro	3674664
Luís Sérgio Sousa Martins Couto	10580305
Andreia Tereza da Silveira Santos	10808966
Rui Manuel Vieira Martins	9733956
Maria Luísa Vieira Santos	3479677
Edna Carmen Coutinho Loureiro	43065400
Maria Gorete Jesus de Oliveira	3454717
Cláudia Silvana dos Anjos Rodrigues	11308526
Araceli Bragança Sousa Martins	1906644
FERNANDO BAIXA SILVA ESTUARDO NEVES	7761200
Sérgio Carlos Silva Lopes	11031026
Dr. Carlos Silva Rocha	11055912
Manuel Fernando Magalhães Branco Neves	8460469
Carlos Alberto dos Santos Batista	8224363
Rui Alberto Gomes	3362584 - Porto
Artur Manuel Pedroto Gomes	9902710

Nome: Joaquim da Sousa e Silva	B. I. N.º: 3786604
Jerônimo José Vazário Silva Roda	3994986
João Lúcio da Silva Costa	11122330
Joaquim Francisco Dias da Costa	3215267
Maria Teresa Madureira Costa	3316215
Qua Fernanda de Jesus da Silva Costa	1878498
Rui Faustino Neves Torres	10852746

Nome:

Luís Hinasstício M.F. Rocha 2.ª ed. 4/2/1977 - 7 B.I.N.º: 67058

~~Manoel Gomes~~ B.I. 040942

~~Manoel Campos~~ B.I. 71 82716 Lin

Silveira Maria Santos Soares B.I. 280515

Antônio José de Magalhães B.I. 3781329

Manoel Martins dos Santos Lisboa

Manuel A. F. M. Tavares B.I. 198269 LISBOA

Jose Ferreira de Sousa B.I. 311418 LISBOA 3936924 Lis

Albino Ribeiro Santos Lisboa 9466820 LISBOA

Albino Luis de Silva Toledo 7856886 LISBOA

Artur de Fátima Monteiro 326780 LISBOA

João Fernando da Silva Gomes ? B.T.

Manuel (Freitas) Nogueira B.T. 927188 Lisboa

Fernando Augusto da Silva ? B.T. 2779882 Lisboa

José António Ferreira dos Santos B.I. 595224 LISBOA

Manoel Avelino Nogueira da Silva B.I. 6685958 LISBOA

António Delfino dos Santos Ferreira LISBOA

B.I. 3693433 LISBOA

Nome: Isidoro Vieira Damico 6004-43 786

B.I.N.º:

Julio Ferreira Costa Lima 9970917 Lisb

José Cruz 7896510 Lis

Leopoldo Martins Pereira 10792019 Lisb

Frederico Antunes 2669203 Lis

António Carlos Marques De Freitas 9563081 Lisb

António Manuel dos Reis Gomes 2446013 Lisb

José Rui R. Santos 4306507 Lis

Humberto da Silva Sousa BT27029 Lisb

Esther Nilza de Sousa Pereira Lisb

Lisb BT 572720

Adelino Jorge Lopes Pereira 996144 Port

Laura Martins Franca 9039077 Lisb

José Carlos Franca Martins Monteiro 882565 Lisb

Nome:

B. I. N.º:

Luís Antônio Manuel Moreira Paris	3045212
Yong Chun de Silva Pinto	1028345
Isabel Silva Pinto	1070534
Isabel Isabel Cristina Barbosa Pinto	3384532
Arnaldo Antonio Almeida Gomes	11884338
José Ricardo Moreira de Paula	10360145
Amândio Teixeira Paula	10283453
Sandra Paula Paula	757628
Filipe	12282266
Yolanda Vidal	3174667
Carlos Fernando Cardoso	3006960
Helena Cristina Vidal	10845992
Cláudia Vidal	11000019
Vitor Manuel Gomes Vidal	12048233
Maria Rízia Vidal	12409015
Luís Paulo Gomes	3889145
Rui Manuel Almeida Gomes	11697396
Maria Lurinda Almeida N. Gomes	13041781
Juliana Luísa de Silva Paula	3776752
Jerônimo de Silva Paula	5956218
Bernardo Manuel Lopes L. Gonçalves	574847
Luís Paulo Paula	7594999

Nome:

Luiz Inácio da Silva Costa
) Maria Fernanda de Jesus da Silva Costa
Maria Teresa Madureira Costa
) Maria Fernanda Das da Costa

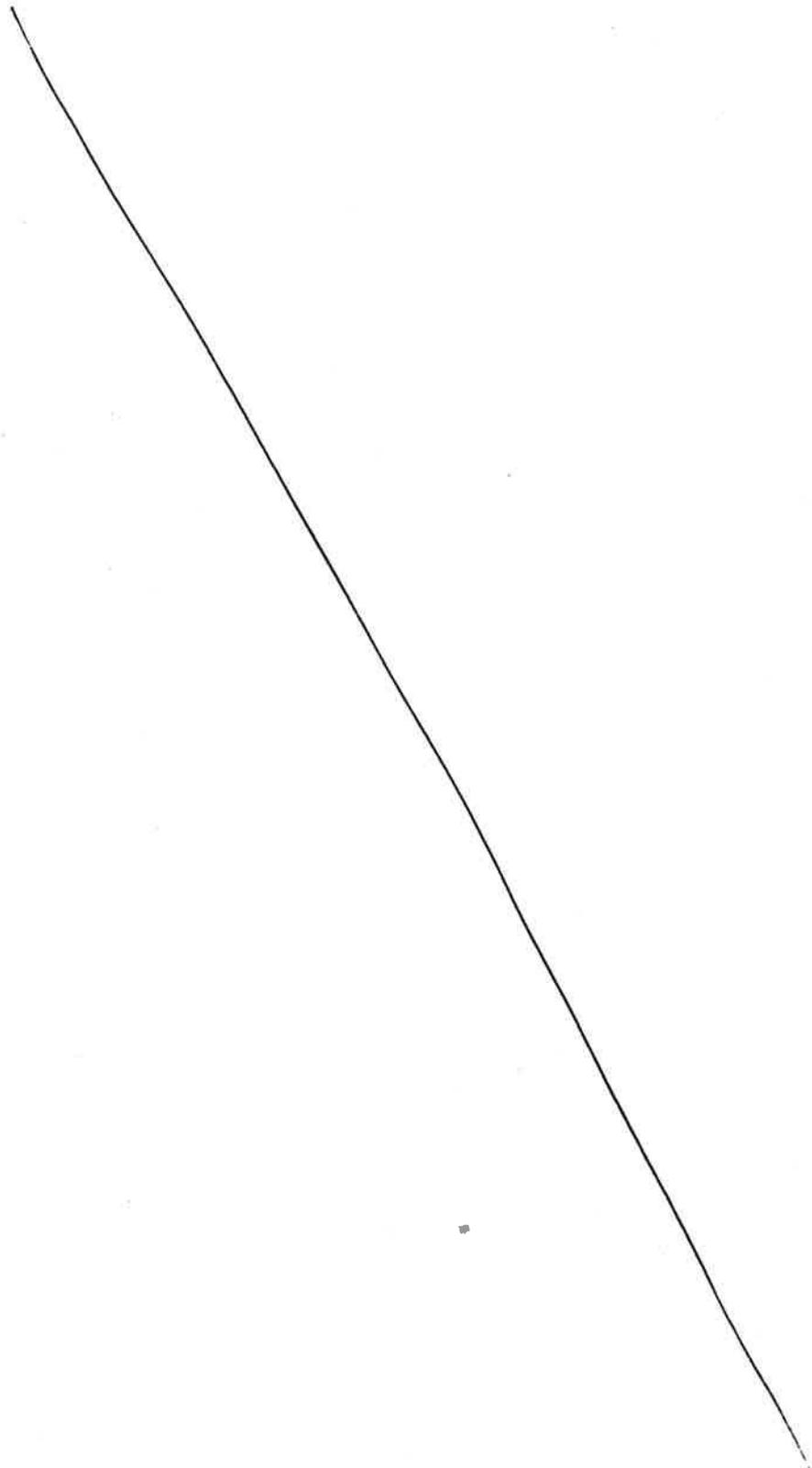
B. I. N.º:

19900030

1878498

3316215

3215267



Nome: Celeste Moura de Sales Monteiro B. I. N.º: 3009174
MARIA Celeste Ferreira Sousa

Paula Sofia Carvalho dos Santos - 1046004.

Alcides Fernando Santos Oliveira Neves Pinto 6865099

Helena Gomes Neves Pinto 32386050

Emilia de Oliveira 1902797

Marcos Fernando Almeida de Faria 4811391

Guaraciara de Karimurta Silva e Souza 1744521
Beatriz Baltazar Alves 2891761

Ana Paula Almeida Neves 5979892

Francisca Tais Sousa Pereira de Castro 7592388

Belmino Pereira 1876321

Amilcar Augusto Gonçalves de Sousa 3715691

Paula Beatriz Pereira e Silva 3836016

Thomaz Felipe Costa Ribeiro 5949439

Oliveria Maria Amos Mendes 6395612

Josefa Maria Castro Mendes 8050634

João Carlos Viana Costa 875775

Diogo Alves Pereira Ramos 3826610

Laura Maria Oliveira de Almeida 3680375

Rosa de Almeida Santos 3009536

Antônio Barbosa Ferreira 5257505

Nome: Helder Felipe Sousa da Silva → B. I. N.º: 767235

Maria de Fatima Rodrigues C. P. Silva → 960771

Rosalina da Conceição Sousa Liden Cardoso → 707482

José Paul Cardoso Cruz → 701826

Maria Alice de Jesus Brandão → 185282

Alexandra Sofia de Jesus Cruz → 12175712

Filipino de Jesus Brandão Cardoso Cruz → 670408

Fernanda Alves dos Santos Cardoso Fernandes → 587324

José José da Silva Leite → 5721628

José Carlos Moreira da Silva → 631282

Paulo Jorge Moreira da Silva → 728873

Maria Antónia Cruz Monteiro → 378557

Nome:

B. I. N.º:

Manuel Fernando Ribeiro Pereira

1994713

~~Manuel Fernando Pereira~~

2663182

Suzelinda Alves da Silva

Paulo Jorge Silva Loucheux

10356888

Lúcio da Silva Oliveira

3196560

Vânia Alpa dos Santos Oliveira

12303995

Gertrudes dos Santos Rocha Oliveira

5346373

Sandra Cristina Santos Oliveira

12535873

Ana Paula Sousa da Silva

5178102

Manuel Fernando Vieira da Silva

7003799

Margarida de Sousa Ferreira Pinto da Silva

7866681

Vânia de Fátima Araújo Silva

3909022

António Jorge Sousa Rodrigues

7048376

Natalia Pires Farias Francis Sousa

11185059

Paulo Manuel Silva Pereira

8228339

Vânia Sousa Almeida da Silva Pereira

9331098

Eduardo Alberto da Silva Paes Soares

11934198

Aparecida Almeida Pinto

8025674

Vânia Assaltina da Rocha Campelo Pinto

9367624

Paula Maria Campelo Pinto - 11982159

Nome:

B. I. N.º:

~~Antônio Maria Pereira Figueiredo~~
 Rosa da Conceição Castro Sousa Siqueira do

2832999

6898914

Francisco PEREIRA da Silva

6615143

Francelena Maria Feneis Baptista da Silva

5810892

Emília de Fátima Gomes Oliveira

6822485

Luzia Fátima Gomes de Almeida

7354772

Rosalina Fátima

7722963

Bentinho Jorge Inanca Duarte dos Santos

8424449

faço de Cam Sora fatto Flores-fração

nº-1618355

Nome:

B. I. N.º:

João Augusto Gonçalves ...
C. P. ...

110.1.1.2

- Francisca Sousa Freitas
- Vitor Hugo Teixeira de Castro
- Eugénia Rosa Teixeira Soares
- João de Sá Salgueiro José de Oliveira 7866752
- Luís Manuel da Silva Sousa Cerveira 7367432
- Alvaro Eduardo Marques Corqueira
- Lucília Paula e Sousa Carvalheiro 8197272
- João Pedro Paulo ... 8917562
- Maria Paula Barros Teixeira 6954995
- ... 3523126
- Natália Maria T. Rodrigues Salgueiro de Sá 9338078
- ... 1643744
- Maria César de Jesus Carvalheiro 9660058
- Rosalina Alves de Jesus Carvalheiro 1846929
- Almeida Alves Paiva 5842448
- ... 7033804
- ... Carvalheiro de Jesus

Nome: José Antonio Vargas Casarola da Silva - 10558054

B. I. N.º:

Rui Manuel da Silva Faria - 10007014
José Manuel Oliveira Rocha - 9161383.

~~António António~~ Guimarães - 0891928

Jaques Joaquim Oliveira Paiva - 10096416

Guarania, José Lopes Lameira Gonçalves 49514546

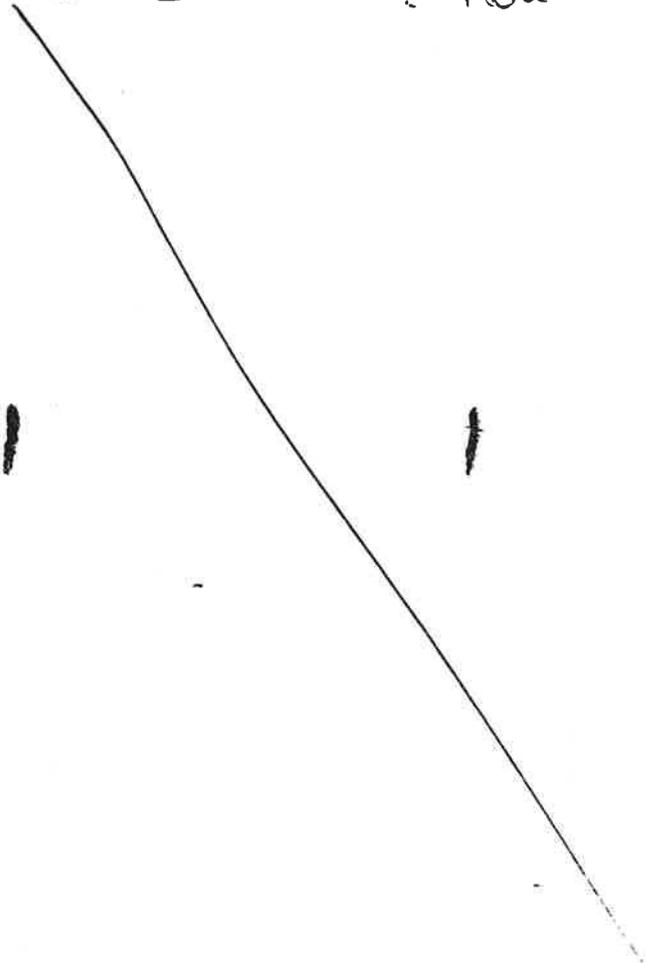
Maria Fátima Lopes Lameira Gonçalves 36251187

José Fernando José Lameira Gonçalves - 14016

Juana do Prato Gonçalves - 363655

Carla Alexandra Lopes Lameira Gonçalves 10601

José Filipe da Silva Figueira Monteiro 11883049



Nome:

B. I. N.º:

Jaria Augusta Ferreira	1920110
Alvaro Remondino da Silva Simões Oliveira	
Maria da Conceição Maria Silva	10278778
Luís Carlos Simões Oliveira	33196820
Maria Rita	3207321
Maria Rita	3654150
Antonio Sérgio de Sousa Dias Xavier	3146791
Jaqueline Sousa Pinto do L	1965558
Vera Lúcia Pinto da Costa Xavier	11941269
Maria de Lúcia Sousa Pinto da Costa Xavier	3321553
Antonio Dias Marinho	0733062
Ant. Margarida f. Inês R. Neves Camarero	3572185
António Arnaldo S. Carneiro	3452730
Diogo Manuel Oliveira Vieira das Neves	12144215

Nome: ~~Paulo P. S. P. Soares~~

Adelino Carneiro

Antônio José S. P. Soares

A. Ant. Fernando Manoel de SILVA

Maria Celente da Silva Garcia

B. I. N.º: 744456

= 965836

3584793

= 316926

6835069

VAI

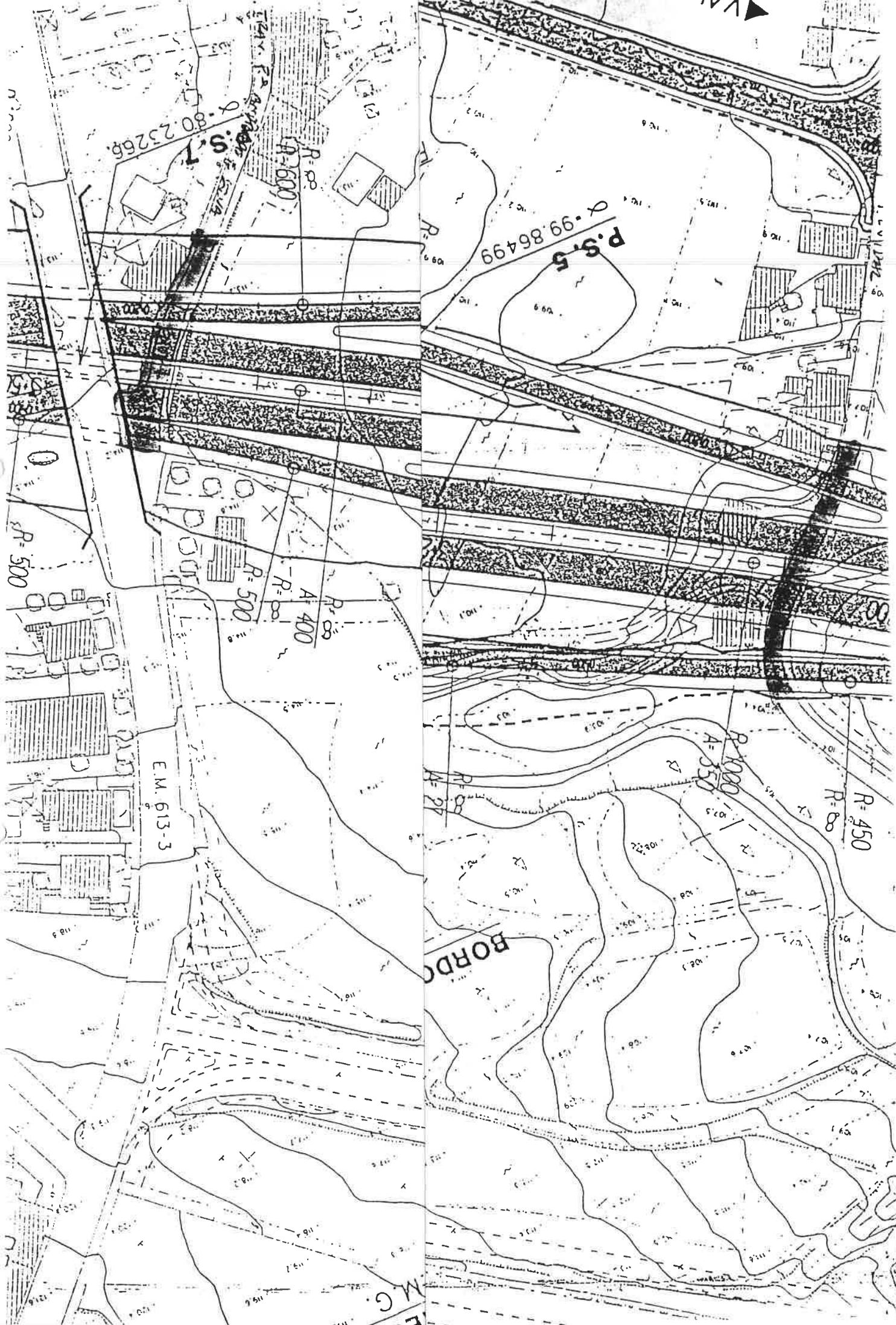
P.S. 7
Q. 80.25266

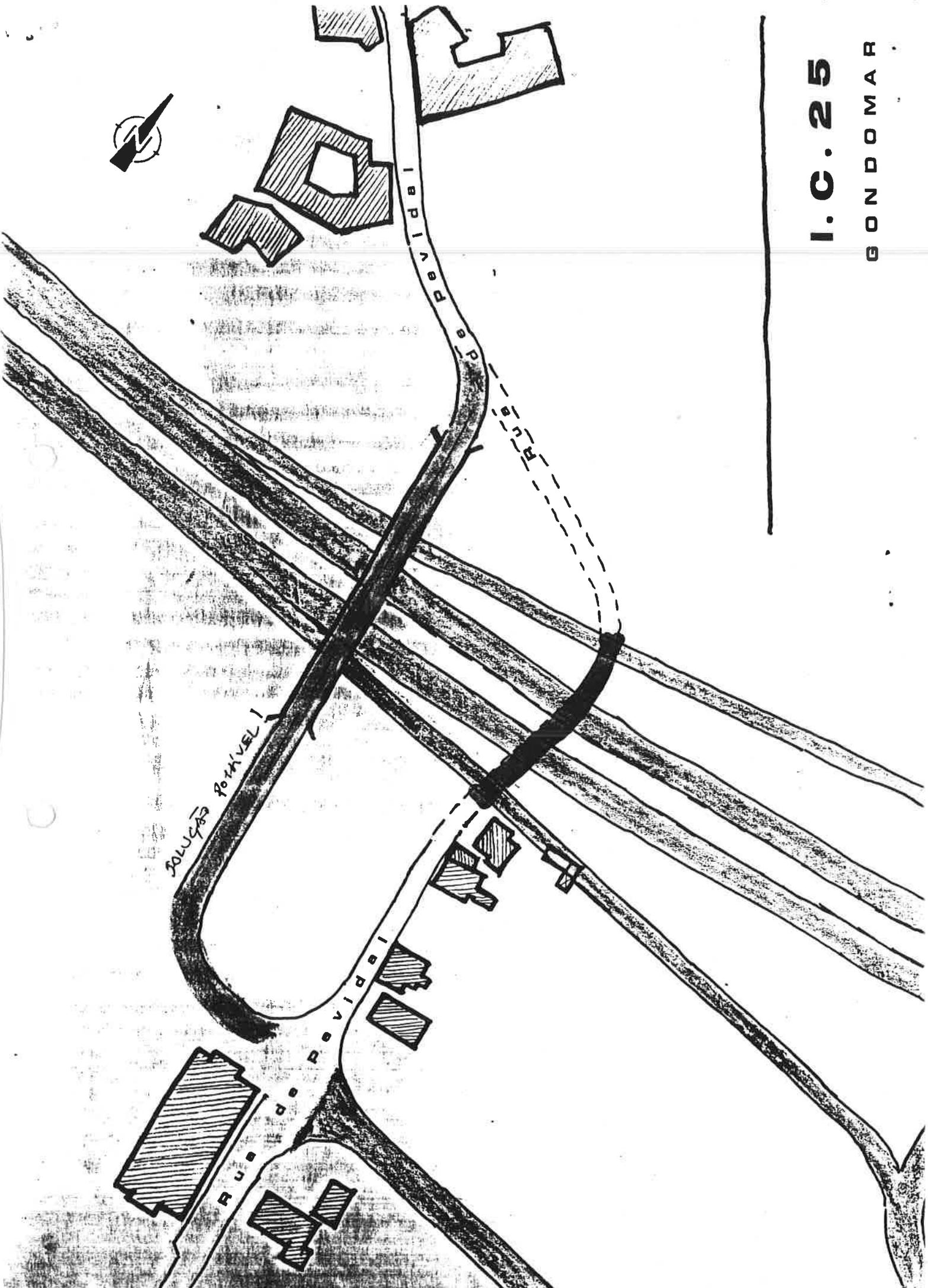
P.S. 5
Q. 99.86499

E.M. 613-3

BORDO

M.C.





I. C. 25
GONDOMAR

Dr. José Manuel Macedo Dias
26/3/97
[Signature]



S. R.
MINISTÉRIO DO AMBIENTE
DIRECÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS DO NORTE

Instituto de Promoção Ambiental
A/C Dra. Margarida Grossinho
Rua de O Século, f. Cave
1200 Lisboa

Nossa Ref: of. nº 1184/GAIA/97

Data: 21.03.97

Assunto: Consulta pública do Estudo de Impacte Ambiental da "IC25 - Via Rápida de Gondomar" - contributo de moradores.

Para os devidos efeitos, junto se envia a V. Exas. documento recebido no âmbito da consulta pública do Estudo referido em epígrafe.

Com os meus cumprimentos.

O Director Regional

(Prof. Doutor José Manuel Macedo Dias)

	PROC. Nº
ENT. 3785	Data: 27.3.97
<input type="checkbox"/> C. Directivo	<input type="checkbox"/> DAT
<input type="checkbox"/> Presidente	<input type="checkbox"/> DFA
<input type="checkbox"/> V. Presidente	<input type="checkbox"/> DMTE
<input type="checkbox"/> DSFA	<input type="checkbox"/> CDI
<input checked="" type="checkbox"/> DREC	<input type="checkbox"/> DAADA
<input type="checkbox"/> Sub. Jurídico	<input checked="" type="checkbox"/> DPP
<input type="checkbox"/> Secretariado	<input type="checkbox"/> RAF
Outros: _____	
Rúbrica: 25.3.97	

AS. 27/3/97
Impacte

Anexo: o referido (2ª via).

PP/MA

Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais - Norte
Rua Formosa, 254
4000 PORTO

Assunto: Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental

“ IC 25 - Via Rápida de Gondomar “

Em conformidade com o preceituado no n.º 2 do Art. 4º do Decreto-Lei n.º 186/90 de 6 de Junho e do Art. 4º do Decreto Regulamentar n.º 38/90 de 29 de Novembro, os abaixo assinados, vêm expor o seguinte:

- 1.º - A solução apresentada em projecto, irá desembocar na Estrada D. Miguel:
- 1.1 - A Estrada D. Miguel atravessa várias localidades, ao longo do seu percurso, com grande população (Alto da Serra, Cimo da Serra, Touta, Barraca, Estrada e Tronco);
- 1.2 - A Estrada D. Miguel foi construída com características de “via rápida”;
- 1.3 - A Estrada D. Miguel, desde a construção do seu 1º troço, foi rotulada, pela imprensa, Estrada da Morte;
- 1.4 - Ao longo da Estrada D. Miguel há sinalização vertical que impõe mudanças bruscas do limite de velocidade (80, 50 e 40 Km/h);
- 1.5 - Ao longo da Estrada D. Miguel há semáforos com sensores para controle da velocidade e também barras metálicas cravadas no pavimento;
- 1.6 - Ao longo da Estrada D. Miguel existem três escolas primárias e uma C + S;
- 1.7 - A Estrada D. Miguel já “ceifou” a vida Humana, infelizmente, a mais de uma dezena de pessoas, desde crianças a adultos, e uma grande parte por atropelamento;
- 1.8 - Na Estrada D. Miguel, desde Dezembro último a Fevereiro deste ano, foram vítimas de acidente mortal três pessoas: um adulto, uma criança e um estudante do 12.º ano, o que, estatisticamente falando, se estima em um acidente mortal/mês;
- 1.9 - A Estrada D. Miguel, em fase de projecto, teve vários traçados, infelizmente, alterados por razões desconhecidas do domínio público;

D. R. A. R. N.	
NORTE	
Entrada N.º
Folha N.º	Livro N.º
Proc.º	Data 27/03/77

- 1.10 - O estudo do traçado do último troço da **Estrada D. Miguel** era no sentido de evitar o seu prolongamento ao longo das ruas *Professor Egas Moniz* e *Santa Cruz*, da freguesia de Jovim. Infelizmente, mais uma vez foi esquecida a segurança das populações;
- 1.11 - As ruas referidas no ponto anterior não têm o mínimo de segurança rodoviária. É na rua de *Santa Cruz* que se situam a escola C + S e a escola primária da Estrada, da qual era aluno o pequeno *Bruno Alexandre* que no início de Novembro/95, foi vítima de atropelamento mortal, conforme foi noticiado pela imprensa;
- 1.12 - Ao longo da **Estrada D. Miguel** o número de acidentes brutais, por excesso de velocidade, já se cifra em várias dezenas.

Por consequência:

2. ° - Considerando que a “**IC 25 - Via Rápida de Gondomar**” irá provocar, na **Estrada D. Miguel**, um acréscimo do Tráfego Médio Diário Anual, estimado, para 1997, em **16930** (veículos/dia), cujo número passa para **34530** no ano de 2007;
3. ° - Considerando que os números atrás referidos, estimados pelo projectista, são deveras assustadores;
4. ° - Considerando que a **Estrada D. Miguel**, tanto para Norte como para Sul, não tem o mínimo de condições para “escoar” tráfego intenso com segurança rodoviária para peões e automobilistas;
5. ° - Considerando que a vida Humana não tem preço, e que a sua perda se traduz em avultados prejuízos morais e materiais;
6. ° - Considerando que os acidentes mortais são irrecuperáveis e que provocam um grande sofrimento no seio das famílias e a revolta das populações;
7. ° - Considerando que a opinião pública tem vindo a manifestar-se muito negativamente contra os responsáveis pelo traçado e execução da **Estrada D. Miguel** (autarcas, técnicos e interesses económicos);
8. ° - Considerando que a sinalização não é respeitada pela maioria dos condutores e que a totalidade dos acidentes graves se verifica pelo excesso de velocidade;
9. ° - Considerando que em muitos locais os condutores circulam a + de 150 Km/h;
- 10.° - Considerando que não há vontade política e competência para resolver o problema;
- 11.° - Considerando que há um certo alheamento, por parte das autoridades, para controlar os limites de velocidade e punir as manobras perigosas;

- 12.º - Considerando que é possível estudar e executar uma alternativa à **Estrada D. Miguel**;
- 13.º - Considerando que as lágrimas derramadas pela perda de vidas **Humanas** acabam sempre em manifestação de ódio e de contestação, mas que, infelizmente, caem no esquecimento;
- 14.º - Considerando a pertinência dos aspectos focados e a legítima preocupação dos moradores.

Os abaixo assinados vêm, muito respeitosamente, solicitar a V.ª Ex.as se dignem tomar as devidas providências no sentido de ser encontrada uma alternativa à **Estrada D. Miguel** e prometida uma solução viável, antes de iniciada a “**IC 25**”, aos moradores e à população de Gondomar em geral.

Junta-se em anexo, para melhor consciencialização e decisão, um pequeno dossier com notícias dos jornais, abaixo assinados e exposições das Associações de Pais bem como um conjunto de fotografias, cujos conteúdos prova a veracidade desta exposição e a legítima preocupação das populações.

A enviar:

À Presidência da República;

À Presidência da Assembleia da República;

Ao Gabinete do 1.º Ministro;

Ao Governador Civil do Porto;

À JAE;

À Câmara Municipal de Gondomar;

Às Juntas de Freguesia de:

S. Pedro da Cova

Fânzeres

Gondomar (S.Cosme)

Jovim

Nome:

B. I. N.º:

Carlos Freipe Leitão dos Santos

11505794

Jorge Manuel Palma Gomes

11059248

Piromé Jorge Pinto Fernandes de Sousa

11111549

Aracelia GIEIRO TEIXEIRO

11216901

Antônio Renato Gomes Pinto

11472879

Manoel Henrique Loureiro Alves

11459321

Paulo Manuel dos Santos Pereira

11517846

Nelson Filipe Oliveira Lopes

11499195

Edna Luiza Rodrigues Basto

11459822

Sônia Renato de Silva Sousa

11056716

Ryane Mariana Luvizini de Sá Coutinho

16119565

Luís Rafael da Silva Neto

11318052

Auristina Ardeica Zardieira Pereira

11213320

Bruno André Rodrigues de Sousa

11221602

José Bernardo Ramos

2730961

Jose Miguel Gonçalves Bahia Peixoto

11451825

Simpão Ricardo dos Santos Sousa

11497483

Maric Aurora Fortini Sousa Pereira

5650645

Cláudio Antonio Oliveira de Sousa

11595286

Pedro Augusto da Cruz Baptista

FERRIÃO

Yoaquim da Silva Almeida

11650156

Jorge Manuel Soares Gomes

Aracelia GIEIRO TEIXEIRO

11352718

Ricardo Julliy Paduana Alves

11310019

PEDRO GIEIRO BORGES FERREIRA

Manoel Ricardo da Rocha Bilibosi

1157734

Nome:

B. I. N.º:

Carlo Jose Ferreira Bato _____ 7583060

José Antonio Barbosa Aguiar _____ 11354962

Hugo Orlando Castro Oliveira _____ 11015940

Pedro Fernando Dias Ribeiro _____ 12300450

Margarida Fernandes Oliveira Dias _____ 6472137

José Manuel José Ant. Reis - 3144599

Américo Silva Celedoco - 2742387

Carlos Alberto Leitão Martins 1729558

Maria da Piedade Tavares Rodrigues - 7152298

José da Silva Martins - 9477569 - (23-3-74)

Maria Rosa da Silva - 3244932 -

Mateus Martin - 733068

Rui Jorge Oliveira Fernandes - 10819846

~~João~~ _____

Amadeu Fonseca Fernandes _____

Hugo André Dias Ribeiro _____ 11717950

Maria Rosa Barbosa Ferreira - 6525732

Ricardo Daniel Barbosa Silva - 12185780

Luís André Barbosa da Silva - 13178757

Joaquim Augusto José Aguiar Silva - 8006967

Luís Fernando Silva 1778243

Alexandra Lúcia Monteiro Teixeira 10930028

Yvone Catarina Monteiro Teixeira 12152015

Nome:

B. I. N.º:

David FERNANDE GARDOSO Bernardino

11238321

Maria da Conceição Neves dos Santos Carlos 3.134336

Josefa de Jesus Fátima Bernardino - 2460642

Antónia Moreira das Neves 3732552

Pedro Filipe da Silva Carvalho Gomes dos Santos

Antónia Lopes dos Santos - BI. 8490238

Luísa da Conceição Alves do Olio Silva 7407571213

Mania Bomilga virgínia Silva Pereira - 3173002

Maria do Carmo Pereira ~~dos Santos~~ - 707252

Luísa de Fátima Lopes Coelho Pereira - 2884312

Maria Fátima de Jesus Pereira - 7315320

Maria do Carmo Pereira - 723746

Maria Lídia de Jesus Silva Santos - 2725784

Maria do Carmo Lopes Rodrigues - 7396825

Maria Ribeiro das Santos Pereira - 3700335

Albino Bernardino Santos Pereira - 5990192

Maria do Carmo Pereira da Silva Monteiro - 3009174

Nome:	B. I. N.º:
Mario Natãlio Freitas Sousa Cruz	2727160
Maur Netherz Silva R-116	3445082
Maria Luísa Pereira Aguiar da Silva	3013055
Renia de Sá Saldete Pereira de Jesus Santos	3948956
Américo Filipe Soares da Costa e Silva	7766115
ANTONIO SOUSA ALVES	5835158
Oralinda dos Anjos Pereira	5695739
Matilde Maria da Silva Rodrigues	3922654
Rosa Odete Santos B. Rocha	9549160
Sandra Maria Barbosa Pinto	10895149
LUIS FILIPE PEREIRA NOBRE	5314903
Bernarda de Fátima Barroso Ferreira	12450544
A. Itand Guadalupe Emano de Jesus	819046
Lucia João Dias e da Silva	5553431
Paulo Agostinho C. T. F. F.	9847531
Graciele Maria Vaqueiro Teixeira de Sousa	9013066
Feresia Neves Silva	3876592
José Neves Oliveira Pereira	
Bernardino de Rocha Moreira	
Américo Pereira Tenreiro	5778092
Daniel Sérgio Oliveira Carneiro	12592937

Nome:

B. I. N.º:

Alguar
~~João~~ MANUEL REIS SOARES
~~Alguar~~

225719
10782972

10066035

Maria Antónia SILVA FERNANDES Rocha Soares

10789371

Tomás Jul. Benedito ~~João~~ _____ 8407481

Luís Pedro Silva Oliveira _____ 112175

João de Sousa Pereira _____ 725410

David Duarte Teixeira Torres _____ 868188

António José António Magalhães _____ 9548312

João José Cardoso Silva _____ 10359187

Paulo ~~António~~ _____ 1736816
17944877

Leonor Matos _____ 7184681

~~João~~ Joaquim Manuel Moreira de Sousa _____ 108761

José Manuel Gomes O. Barros _____ 490741

Luís Manuel Alentejo _____ 11313199

Fernando Teixeira Taras _____ 9241199

Silvestre Santos Pereira _____ 9553230

Armando António Costa e Silva Lourenço _____ 11186875

Carlos Manuel Barbosa de Oliveira _____ 10872439

António Fernando Maria Pauphós

Nome:

B. I. N.º:

Antônio Freitas Rê

7 25 0258

Maria Louva dos Santos B436426

RUA SAO LUIS DA SILVA BOQUEIRA ALTA/114133

Isaac José Silva da Cunha - 10 25 6950

Yocum Fernando Madalena do Nascimento

Emilia Rosa da Silva Boqueira Rêlt 9692050 / 10608624

Victor Manuel Pinheiro da Silva - 8 666 362

Manoel Fernando de Loure Viara Martins - 701 3970

~~Antônio Pinheiro dos Santos~~ 8872632

Paulo Filipe Ribeiro da Silva 10883528

Vir Jorge Gomes Paudo - 122 110 10

Jose Guedes dos Santos 3836247

Nome:

B. I. N.º:

Alfredo Valério Oliveira	5902393
Amélia F. da Cunha Oliveira	11092673
Rosa Sá Oliveira Cunha Figueira	4079001
Fernando Valério Nogueira Cunha	72460505
José Domingos Melo Vieira	
Amário Vieira da Silva	1988867
António Joaquim Ferreira Santos	
Isabel M. Santa Cruz	
Eva Maria Soares Nogueira Cavatão	7460583
Rosa Maria Soares Nogueira Cunha	8022096
António Manuel de Sousa Rocha	9758877
José Fernando Oliveira Cunha	3737035
Milica Pedrosa Ferreira	3318423
Cátia Teresa da Cunha Oliveira	12165756
Condeza Isabel Marques dos Santos	11024279
Dona Francisca Oliveira Sousa	11281234
Cláudia de Graça de Sousa Santa Maria	N. 10260460
Sandra Garrido Tavares Sousa	B.I. 11008354
Carlos Manuel Oliveira de Sousa	B.I. 11567503
António Manuel Gonçalves	B.I. 3017274
Manuel Ferreira Coimbra	B.I. 3586115

Nome:

B. I. N.º

ANNA GENOVEVA GENOVEVA

BI-386375

BI-3838450

BI-7317726

5965529

BI

Diana Paula Oliveira Ferreira

Aqui adeli Alicez Ann Rose

Kátia F.R. Fernandes

BI-347522

Maria Antonina

BI-6802188

Fernanda Maria Sousa Santos Cunha

BI-7427396

Odete Neves Martins Netto Chato

BI-8678685

Maria Odete Boello Ferreira Martins

BI-5775289

Plas do Carmo Alves Ribeiro Pires

BI-6107813

Janet Francisca Borges Saudez Pires

BI-5395210

Beriside Maria Leora Andra

BI-5820785

Maria Edalina Guiztela Rodrigues Lima Costa

BI-3312522

Maria Ester Rodrigues Elena

BI-1496794

Laura Regina de Silveira

BI-7504720

Ermetina de Oliveira

BI-5523595

Maria do Carmo Freitas Barbosa

BI-5835994

Luiz Estival Roly R. R.

BI-7843448

Maria Zicinha Fernandes

BI-3921735

Ana Maria Almeida Simoes Luna

BI-3864352

Thelma Hamyela Perlimbu Moreira

BI-8431847

Maria Isabel Lameira Lins

BI-826092

Nome:

B. I. N.º:

José Gonçalves Ribeiro Couto	3412484
Emmanuel Edipe Pio Couto Gonçalves Ribeiro	12065799
Maria de Fátima Pio Couto Ribeiro	7110734
José Samuel Pio Couto Ribeiro	7110745
Maria Eduarda Gonçalves Ribeiro Couto	6532194
Albertina Jesus Gonçalves	6532252
Manoel Modesto F. Machado	360156
Mariana Sofia Pereira <u>Teófilo</u>	5256865
Manuel B. Cruzado Santa Mãe	3320906
RAQUEL CRISTINA FERREIRA PEREIRA	12969207
Foto Rui Pereira Volhado	10819851
Maria Rosa Santos Oliveira Paiva	3797180
Samuel Joaquim Oliveira Paiva	10096416
Rosa Judalena de Oliveira Santos	2959144
Elsa Heria Cardoso Oliveira Pereira	10491118
Indaga Pastora Pereira Paiva	3981090
Miriam Fernando Vieira de Oliveira	5823642
Yosé Luis Névoa Pereira	9860626
Jose dos Santos Pieta	3470929
Sónia Maria Oliveira Pinto	10623993
Maria Amélia da Rocha Oliveira	5778092
Cesar Rui Oliveira Pinto	10106182
Fernando Manuel Rocha Oliveira	
Vitor Manuel Oliveira Pinto	
Paulo Alves Pereira	2833201

11/58

Nome:

B. I. N.º:

JOSE MANUEL MARTINS DE CARVALHO

10159097

Jose Manuel Santa Maria

10497998

HELDER FERNANDO CRIMBERG DE PINHO

11111546

Heldivardo Pinho Alves

10370459

Pedro Filipe Brandão de Sousa

11148313

Maria Eduarda da Silva

954168

Germanda Soares M. Carvalho

6151002

Guilherme Santos Pereira

7975494

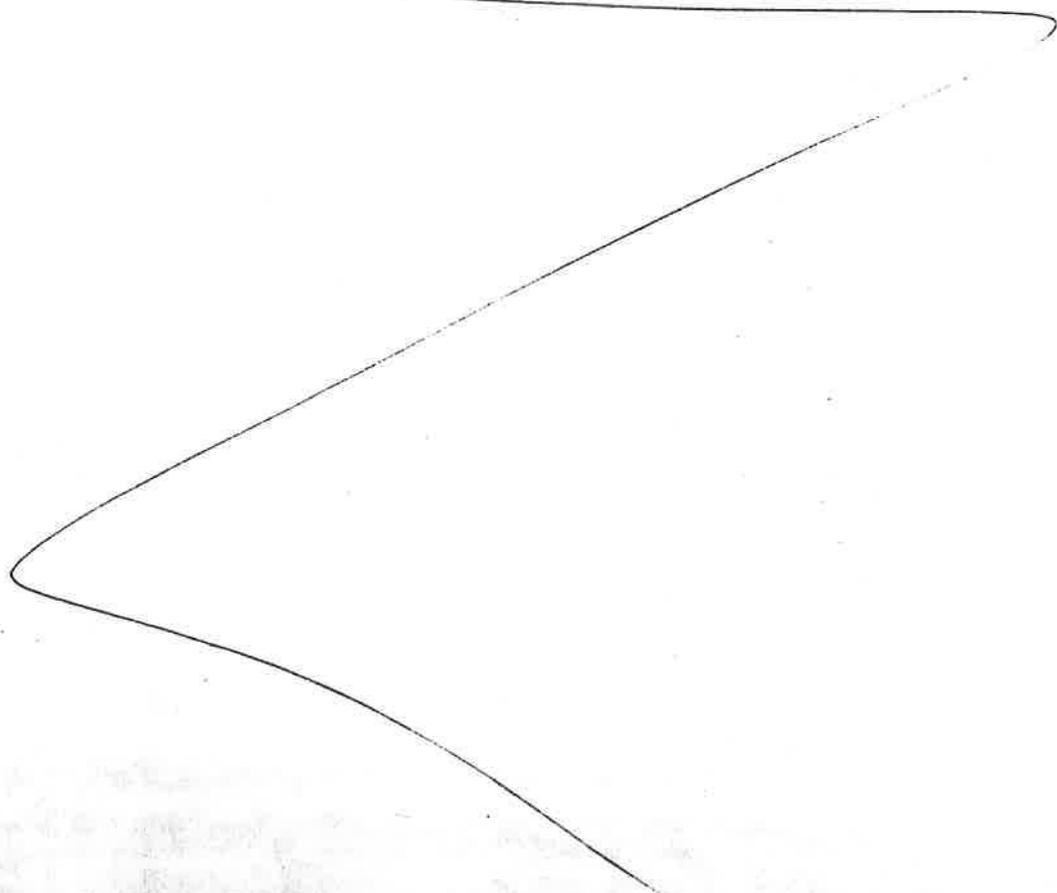
3999168

Agostinho Santos Rocha

2

Jose Maria Ferraz Moura

3985868



Nome:

B. I. N.º:

Rocely Oliveira Soares

Victor Manuel Goncalves Santos

Ángelo Fernando Jesus Ribeiro 119 81359

Ricardo Castro Macedo 9570230

Francisco Goncalves Vieira - 6460040

Maria Madalena de Sousa Moreira Vieira 9216627

Homel Delfino Oliveira Moreira

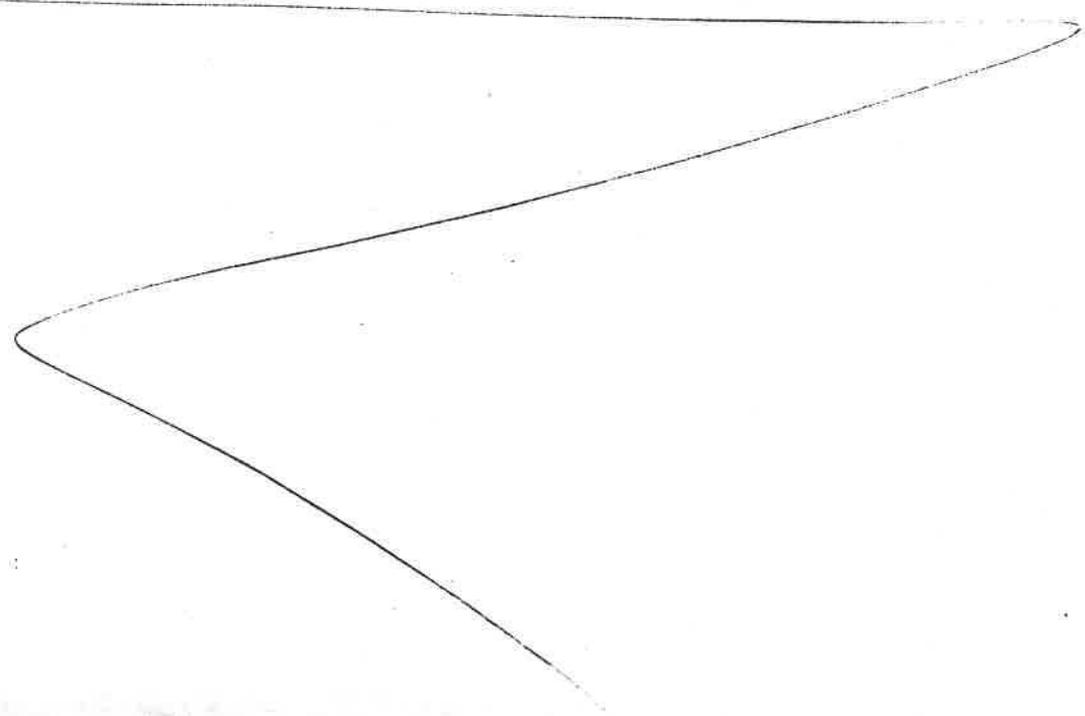
Silvia Maria Santos Moreira

Manuel Soares Quinto 3772623

Maria Tomazia da Silva Rodrigues Salas

Manuel Oliveira Nova FONSECA

Defensor da Oliveira Souza



13/58

Nome:

B. I. N.º:

Yanof Antonio Faia Carvalho

Marcia Alexandra Sofia Carvalho

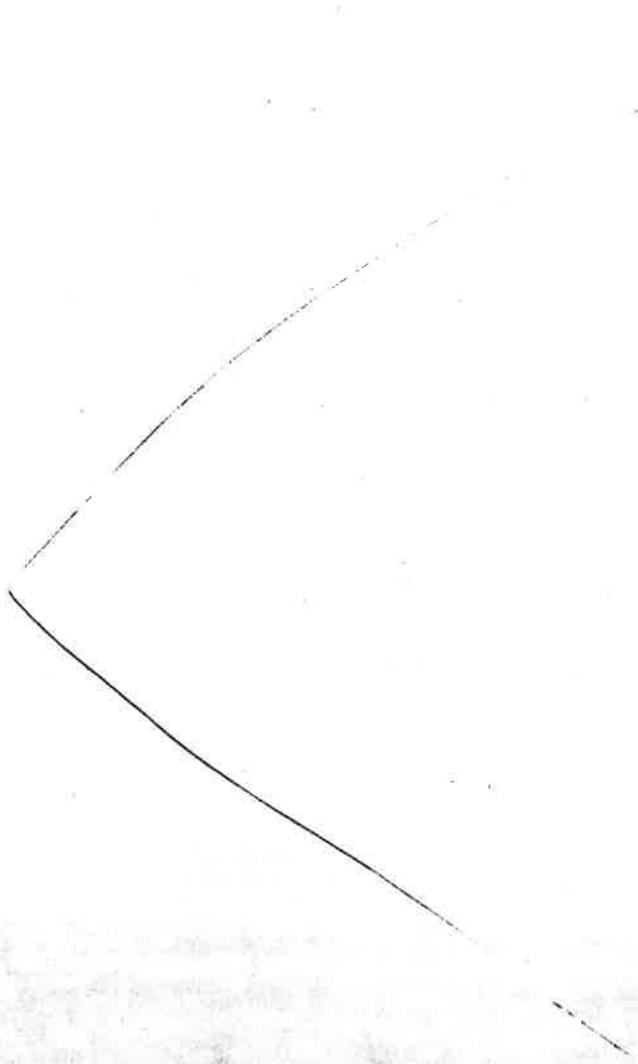
Guethermira Amelia Feixeira Faia

David Alvin Ross - 3861 905

Severin Marjia Vireic

Jose Roberto B... ..

1872 542



14/58

Nome:

B. I. N.º:

Maria Luiza Binto da Costa

11703400

LUCIA GAILA DOS SANTOS BARNES

3530068

de/p. Luiza de Moraes M...
de/p. Luiza de Moraes M...

Jose Manoel Oliveira Lapa

3569057

Gerardo de Carvalho Oliveira Lapa

5715116

Maria da Conceição Torres Fernandes

N.I.F. - 148830730

Antônio de Sousa Santos

3460672

João Fernando Almeida Santos

5818461

Maria Luiza Teixeira Nunes Teixeira Andrade

7900536

Maria Fernanda da Silva Leite Santos

8054295

Jose Maria de Jesus Andrade

7076920

João Carlos Reis Ramos Ferreira

9815911

Isabel Maria Reis Ramos Ferreira

11374698

Nelson Jorge Ramos Almeida

10808742

00712

Nome:

B. I. N.º:

- Ilana - do Martins Cavalos Ribeiro B.I.N.º 6986156
- Susana - do Martins Cavalos Ribeiro B.I.N.º 7553278
- Alfredo - da Silva Ferreira
- Luís - do Carmo Pereira
- Amélia - do Espírito Santo
- Luís - da Silva Pereira B.I.N.º 7035125
- Luís - da Silva Pereira B.I.N.º 1258602
- Luís - da Silva Pereira B.I.N.º 13014261
- José - do Pinto Sousa
- Rosina - da Conceição Martins
- Sónia - das Neves Martins Ribeiro B.I.N.º:
- Alvarado - do Carmo Martins
- Amélia - do Espírito Santo B.I. 3105696
- Ydineia - do Espírito Santo B.I. 5885767
- Luís - do Carmo Pereira
- Luís - do Carmo Pereira B.I. 12203309
- Luís - do Carmo Pereira B.I. 7744827
- Bruno - do Carmo Pereira Martins Cavaleiros Pereira

Nome:

B.I.N.º:

Manuel dos Santos Silva
Rua da Moura Moura Costa Carrilho
São João das Almas Coimbra
Rua Santa Francisca

3820763

5008323

3980417

4930915

José Adalberto Nunes Soares

4057431

10109936

Manuel Afonso Honório Monteiro

Filipe Ernesto Castro Martins

10738814

Manoel Fajal Costa Coelho

Manoel Fajal Costa Coelho →

2837534

Beni Manuel D. Almeida

5995633

Quilombo de São João de Matos, Vila Rica

Antônio Marques Ferreira

3541820

Paula da Conceição Barbosa Custódio

Nome:

B. I. N.º:

Francisco Xavier F. de Silva

1969263
9611196

Paula - para Luz Maria Miranda Silva

Armando Leonardo Silva

1672290

David Rocha Pereira

6625090
7277182

Amélia Maria Silva Castro

1738807

Armando Almeida Oliveira

9048376
5862009

António Jorge Sousa Rodrigues
e Luísa Miranda de Leites

Francisco António Soares

2693260
7665525

Maria Tereza Oliveira

Francisco José Ferraz

9324666

~~Francisco José Ferraz~~

1936120 25/01/94 X

Jorge Daniel San Carlos

3568228

Helena Afonso Gomes

6977813

José Afonso Almeida Silva

6922205

Ana Paula de Almeida de Sousa

Nome:

B. I. N.º:

Rogério José Tuzim Pereira Ezequiel Magalhães (filho)	10771314 3243587
Emílio Tuzim Tuzim Tuzim Ramos Rogério Tuzim Tuzim Tuzim Ramos	6602441 10624477
Paulo Carlos Silva Tuzim Ramos Abelina Tuzim Tuzim Tuzim Ramos	7379866 3243585
Manuel António Veiros de Carvalho Deolinda Manuela Oliveira da Silva	8214731 7379883
Deolinda Estela Oliveira dos Santos Rosa Maria da Tagalhães Tuzim Tuzim Ramos	3088405 3977122
Manuel Futuro da Rocha Gonçalves Cristina Tania Magalhães Tuzim Tuzim Ramos	7460617 5802421
Luísa Maria Veiros Gonçalves António Sérgio Cunha Martins	12512520 17739679
José Francisco da Silva Paulo Racilia da Conceição Magalhães Tuzim Tuzim Ramos	9960845 6986789
Maria Alina de Silva Ulugan Manuel Mano Velho Veiros da Costa	10137294 6475445
António Gabriel Associação Plegre Gualter Maximiano P. Ferreira	10877351 5782207
Paulo Sérgio Rodrigues da Rocha Leis Filipe Tuzim da Silva	04504289 07215013
Terêncio Aguiar de Sousa Emanuel de Sousa dos Santos	06026463 01268183
Luís Alexandre Rodrigues de Sousa Manuel Joaquim da Costa Tuzim Ramos	9570625 00990689
Paulo da Cunha Tuzim Ramos António da Cunha Tuzim Ramos	0903524 901525

Nome:

B. I. N.º:

José Maria Tarcim Dias — 3874558

Cláudio Gomes dos Passos Dias — 9155815

Roberto José Aguiar Dias — 12574139

Daniel S. T. ... — 5335333

José ... — 3117300

Antônio ... de Sousa ... — 425623 / P.S.P

Francisco ... Serrão

José ... Costa Almeida — 3685643

Manuel Alberto Ribeiro Martins de Oliveira — 5925557

Antônio Luis Ferreira da Rocha — 3435201

Florianópolis Ferreira — 5679455

Davi Antônio Vieira de Sousa — 6709919

José ... de Sousa — 1924651

John ... M...

Marina ... — 9217090

Antônio ... — 9692000

Antônio ... — 3459466

... — 3066834

Adão ... Silva ...

Nome:

B. I. N.º:

Francisco Amaro

3586290

Adilza Cecília

5814707

Rosa Cláudia Sousa Santos Lopes

6907429

José Rui Soares dos Santos

3222411

5699467

José António de Jesus Santo

1845980

Mãe Dorcas

3130528

Francisca da Silva Oliveira

868326

Maria Elisa Santos Seira

3693430

Maria Elisa Vias Oliveira Santos

1923644

Manuel António Ferreira da Costa

3894795

Jorge ALBERTO Gonçalves da Costa

10758294

Mauria da Graça Jesus Gonçalves da Costa 3484170

Robt Manuel Martins da Costa

7639443

Sara Maria Tardaro e Silva Castro

10662911

Cecília Castro Martins

3909074

Jdi Fernando Xavier Bragança

131312

Manuel António Martins da Costa

6723776

António Castro Ferreira Silva

5691096

António Eugénio dos Santos Ferreira

5901677

Fernando de Sousa Alves

Jorge Humberto Ferreira Ribeiro

Roberto Carlos Almeida

Luis Jorge Costa M. Almeida

10646036

Nome:

B. I. N.º:

... - 5786252
 ... - 5785794
 ...
 ...

- Maria Luiza Oliveira de Fátima Torres — 8227345
- Dr. Ros. Oliveira de Fátima Torres — 6379234
- Amélia Soares Coutinho — 9385653
- Luiz Carlos da Silva — 11483409
- Suzana Haus Oliveira Cruz — 9367666
- Cláudia Esteves de Sousa Oliveira Cruz — 7669925
- Luiz Carlos de Fátima Oliveira Cruz — 3835120
- Autônio Fernando da Silva — 1243438
- Carolina da Costa Ferreira — 3629201
- Dr. Jansen Silva Machado — ~~464157~~
7273833
- Humildade Imundo de Fátima Santos — 3721523
- Walter de Fátima Almeida de Souza — 6803292
- Antônio Melo Sousa e Mendes — 3817286
- Manoel Pereira de Fátima — 1715746
- Ima de Fátima de Sousa Santos —
- Ros. Maria Neves de Fátima dos Santos —
- ...

Nome:

B. I. N.º:

ANTONIO FERREIRA ALVES

± 593589

Antônio José Santos Costa B. 8594733

Maurício Bernardi D. 323513

Madalena dos Anjos Alves B. 758970

Antônio da Silva Rocha BI 2948295

Henri dos Neves Alves BI 11297043

David Augusto Rodrigues

Antônio dos Santos Almeida BI 91866

Donel Jorge dos Santos BI - 1039123

Antônio Gomes de Souza B. I. 7415809

Cláudio Silva Lima BI 3683274

Paulo Fernando dos Santos

Paulo Manoel Alves BRAGA - BI 2977304

BI - 707988

Henri Fernando Rocha Barbosa

B - 8352130

STÉPHANE

BI 16131799

Abelardo Rocha Lima

BI 359039

Henri dos Santos V. Souza

BI 38315

Antônio Martin Souza

BI 361037

Henri

Nome:

B. I. N.º:

José Maria ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

3045212

Barão de ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

07-9071

Vitor ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

3008388

Rod. ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

1721103

D. ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

2666557

Rua ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

3187804

José ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

3674340

Auto ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

3930408

ou ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

5781273

~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

4236430

José ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

3837111

Luís ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

7031603

MARCO JOSÉ ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

4735382

Luis ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

3038056

José ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

648507

Manuel ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

6915193

Rosa ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

1929137

Jaime ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

3827726

Rosa ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

2915764

José ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

7440221

José ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

7780154

José ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

7673527

José ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Almeida~~

2374812

Nome:

B. I. N.º:

Hania psr Soares Silva Leite ————— 5944458

Lucretia Barbara Simões da Paes ————— 3547316

Mário Ezequiel Castro Couto ————— 5947883

Manuel António Martins da Oliveira ————— 5786698

Manuel Maria da Silva ————— 5878346

Paulo Afonso da Silva ————— 0704135

Maria Luísa de Oliveira e Silva da Costa ————— 8654834

Aurora de Oliveira da Silva ————— 5974013

António Humberto Sousa Vieira ————— 7862907

Manuel Soares Pereira

Paulo Roberto de Resurreição

Manuel Fernando da Silva e Sousa ————— 3843463

António Luís Pereira Soares

David Martins Oliveira

José Manuel Ferreira Teixeira ————— 912 4407

João António Leite Almeida ————— 807205

Manuel António dos Santos Pereira

Maria Fernanda Jesus Leite Almeida Teixeira

Jeremias Cláudia Freire Costa

Deja Karlene Freire Costa

Manuel do Carmo Costa Jesus

Armando da Silva Almeida

Rosa Maria Miranda

Manuel L. B. I. n.º 1824832

Nome:

B. I. N.º:

Veli ... B.I. 287632-27/03/94
 Ma ... B.I. 1231-374
 E. ... B.I. 10714632

ALE ... VILHADO FERREIRA B-I 8516384-14/11/86

Mas ... Ferreira Soares

Au ... Ferreira Ferreira B.I. 8209304-01/06/85

Maria ... B.I. 10460043-01/06/85

Maria ...

Maria ...

Maria ...

Ama Maria ... 3241081

Alexandra ... 3197987

Maria ... 10730431

Jose ... 3700539

Jose Manuel ... 10984679

Paulo ... 10088505

Manuel ... 1724333

José ... 9692050

Maria ... 3724494

Maria ...

Maria ... 2721425



Nome:

B. I. N.º:

Teresa Maria Pereira da Silva Cunha

9244115

Albino dos Santos Cunha

7355215

Manoel da Costa Pereira

10227158

Fernanda Oliveira de Sousa

3202503

Manoel Pereira de Araújo

4955463

João Alberto de Sousa Martinheira de Lima

10522013

Manoel Pereira de Sousa

9260426

Gloria Martins Ferreira

6768949

Lucia Maria Martins Ferreira

952746

Nome:

B. I. N.º:

Paulo Filipe Barros	6937990
Abelardo Carlos de Silva	3843116
Flora ...	11305190
José ...	6630542
... Fernandes ...	9066590
* Maria José Santos Pinto Oliveira	8566084
Carlos Manuel Martins Silva Oliveira	6964891
Cláudio ...	6695415
... de Sousa ...	3843753
Manuel ...	7716091
Delmira Isabela das Neves Aguiar	1161897
Teresa ...	11018490
Paulo ...	11277191
Francisco ...	1454543
Christina Maria Amarel (Sueiras)	1153405
Ilionora ...	5859976
Heliz ...	5797429
Luana ...	3693966
Felmina ...	0677179
Rui ...	761236
... ..	5933885
... ..	3015333
... ..	2812377
... ..	3492661

Nome:

B. I. N.º:

Antonia Augusta das Neves Rafael

5801707

Maria Julia P. Pereira de Sousa Fragoso Aguiar

2836906

Luiz Augusto Paes

3157763

João Francisco de Almeida

2891117

~~João Francisco de Almeida~~

~~3837102~~

Ina Fátima Teixeira Coelho

3844919

René de S. Socorro R. Monteiro Ferreira

3017646

Adriano José de Moraes

1780782

Pedro Joaquim Andrade Cavalcas

33975033

Antônio Alves Feres de la Moura

3445008

Luiz Antônio Gomes Aguiar

6214587

~~Luiz Antônio Gomes Aguiar~~

~~0099744~~

Ribeiro Luiz Mendes Torres

3994265

Leandro José Antônio de Almeida

2847800

Vitória Almeida Ventura

5574750

João Luiz de Jesus da Silva

2730318

João Luiz de Jesus da Silva

5963033

Sergio Roberto Neves Cunha

10350892

Luiz Antônio B. de Almeida

7371893

Luiz Antônio B. de Almeida

2976920

José Antônio dos Santos Oliveira

3296657

José Antônio dos Santos Oliveira

858499

José Antônio dos Santos Oliveira

3248368

José Antônio dos Santos Oliveira

4636119

Nome:

B. I. N.º:

da Gilda Santos	1685549
Valério	3431617
João Eduardo Leite e P. Barbosa	7807564
Maria Fernanda Leite Guimarães	6823226
Maria Teixeira Barros	3810581
Ar. San Riquel Ramos Barros	11534871
Esther dos Santos Ramos	3200462
Walter Riquel Ramos Louka	9827838
Caetano Alberto Neves da Louka	3070034
Luiz Carlos de Souza	4372747
Cláudia Regina Faria Trigo	3699973
Jose dos Santos São Trigo	3169263
Maria de Fátima Aparecida dos Santos	9820758
Isabel de Almeida de Sousa Neves	10623519
Polina Manuel Pio Fernandes Vieira	848459
Luiz Carlos de Almeida	11205454
Luiz Carlos de Almeida	10337739
Fernanda Maria Vieira Azeredo	3720883
Giuliana Alexandra de Sousa Rê Trigo	77458728

Nome:

B. I. N.º:

Verissimo Fereira da Silva

3425325-11/06/200.

Faria Faria Juncal B.I.

3333280-26/2/93

Manuel Oliveira de Almeida

5781966

Manuel Rufino Sousa Silva

7827760

Manuel Gallegos da S. Costa -

1819140

Adelino dos Santos Almeida

Eduardo Viana Santos

Joaquim Ferreira Santos -

3356930

Francisco Silva do Castro Garrido

7899222

José Maria Neves dos Santos

7506952

Manuel Albano Santos Silva

- BI-716307

Joaquim Santos Cunha Santos Maria -

5947884

CARLOS MANUEL GOMES RODRIGUES -

7260857

Manuel Faria Faria -

844885

Manuel Martins Lopes Cardoso -

846069

Balduino Ferreira

191989

Joaquim DA-SILVA RIBEIRO -

8221051

Nome:

B. I. N.º:

Fernando Oliveira Vieira

Fernando da Silva Vieira Hegene

Joaquim Madalena Silva Vieira

Rosa Alice Nunes da Silva

Elvira de Oliveira Mata Sousa e Alves

Amélia Oliveira Mata Sousa e Alves

Maria da Conceição Mariana Faria

Gregório da Silva Magalhães

António dos Santos 31 098099 / 4x

Nelson Joaquim de Sousa

Joaquim José da Rocha Barbosa

Fernando Afonso Barbosa de Almeida

António Santos Ferreira Silva

Vicente Joaquim Santos Pereira

Mário Moreira da Silva

Sónia Susana da Rocha Barbosa

Maria da Conceição da Rocha Oliveira

Amélia Maria da Rocha Barbosa

Luís Antero Pereira de Sousa

Alma Maria Pereira de Sousa

Maria Isabel Vieira Pereira

Luís Pereira de Sousa

Luís Antero Pereira de Sousa

Episódio Faria dos Santos Faria

Jose Filipe dos Santos Monteiro



Nome:

B. I. N.º:

Adelino Antunes Santos Silva
 Vera Lúcia Oliveira da Silva
 Adélia Oliveira da Silva
 Ana Celeste de Sousa Monteiro
 Esperança Conceição Cardoso da Silva
 Joaquim Carralho Conceição
 Uanis Patúcia Cardoso Carralho
 Paulo Fernando dos Santos Monteiro
 Nuno Miguel da Silva Santos
 Paulo Vítor Monteiro dos Santos Silva
 Manuel Luís Sousa Costa
 Cláudia Jerónimo dos Santos
 Dora Glória Martins Oliveira
 Clara Martins Oliveira
 Diana Filipa Oliveira Silva
 Nárcia Maria Oliveira Silva
 Fernanda Jerónima Martins Oliveira
 Alice Maria Martins Oliveira ~~Alves~~
 Francisco Carlos Sousa Alves
 Jerónimo Oliveira Silva
 Maria da Conceição Martins Oliveira Silva
 Amândio Teófilo Oliveira Teixeira
 Mária José de Sousa Oliveira Barbosa
 José Fernando dos Santos Barbosa
 Graçinda Martins de Sousa
 Domingos de Sousa Oliveira

Nome:

B. I. N.º:

Artur Samuel Carneiro Costa e Sá

João Manuel Antunes - 3558611

Francisco Sá - 3499530

Francisco Paulo de Sá - 3058041

Francisco Rodrigues Silva - 10665354

Cláudio Ferreira - 3566554

(7)

(7)

Nome:

B. I. N.º:

José Joaquim Pedreira

1.636.159

Luís Filipe Ferreira
Cecília Margarida Pereira

4705831

Sónia Cristina Rocha Pedreira
EMANUEL SILVA MOREIRA

12626553

Carla Herculina da Rocha Pedreira
Ismaelene Rocha Pedreira

10.662471
12134354

Paulo Renato Alcina do Sousa 10400720

ALEXANDRINO PAULO FERREIRA RAMADA/ASTE
Emanuel Emanuel dos Santos Ribeiro

José Paulo Martins de Carvalho

10333314

António Armando dos Santos Ribeiro 10218

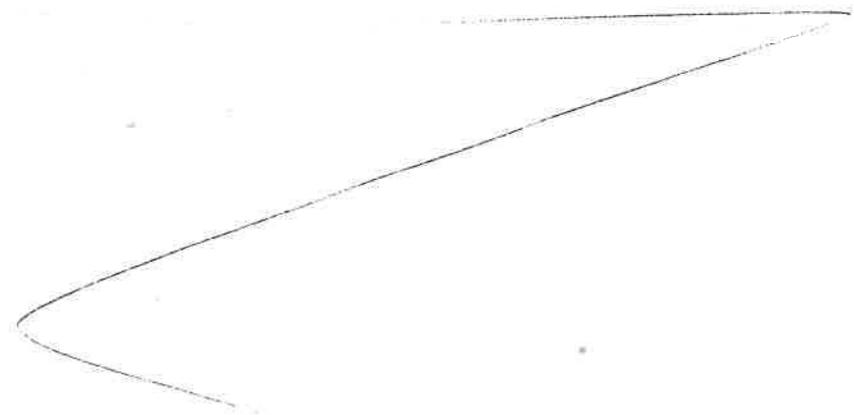
Mónica Cristina Ferreira da Silva - 11016849

António Augusto Albuquerque Carvalho - 3822784

Frederico Vinha Pinto - B.I. 2781991

João Guilherme da Cruz - B.I. 8514275

Paulo Augusto da Cruz 9200608



Nome:

B. I. N.º:

Fátima Margarida Gonçalves da Silva

11943560

Arnaldo José de Faria Pereira

11552247

Helder Manuel Sousa Ribeiro

11924840

Sofia Maria Rocha Soares

11678680

Vitor Damiana Tronca Almeida

11883644

Bruno José Ribeiro Oliveira

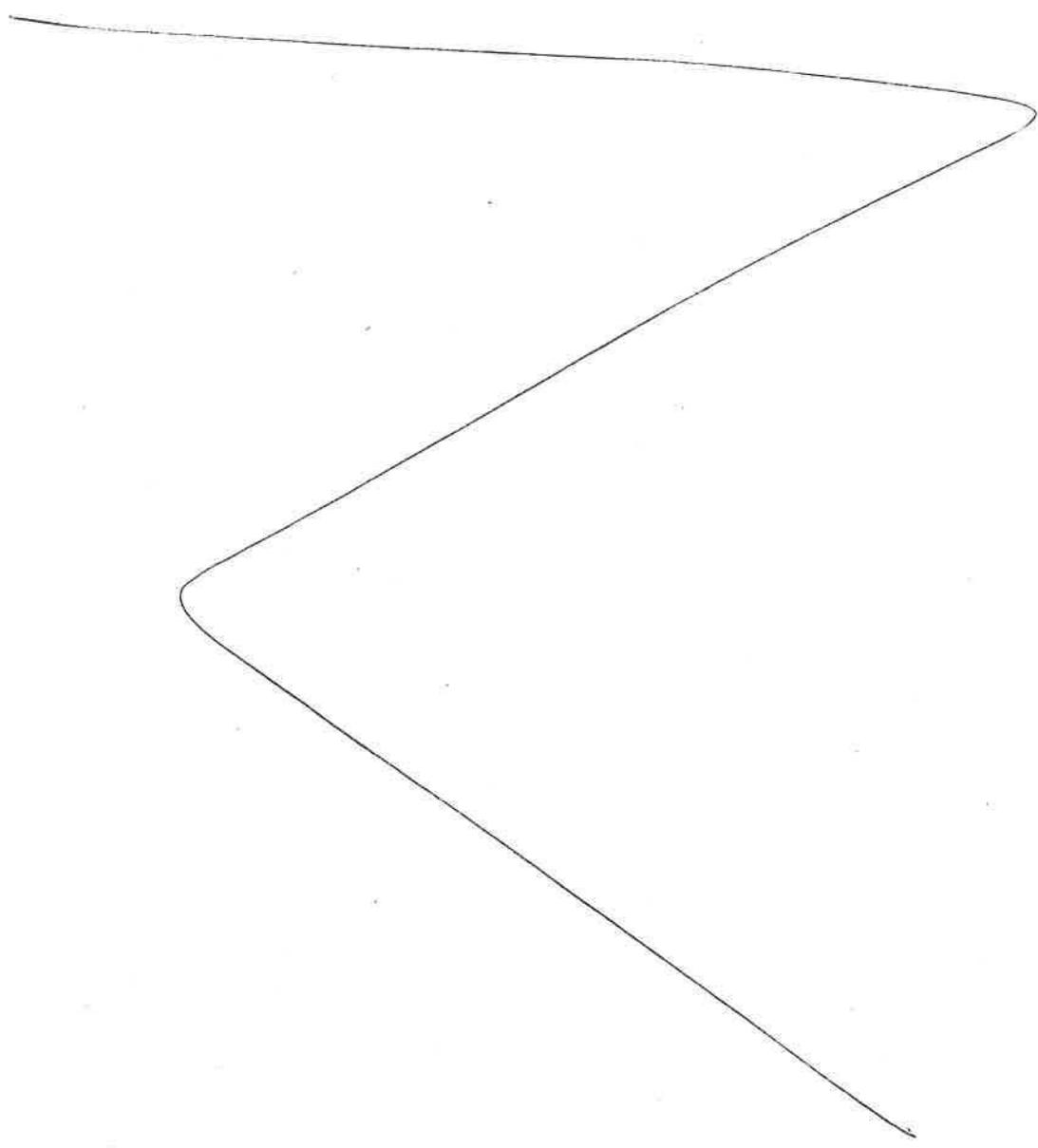
12356300

João Manuel Vieira Moreira

11925558

Carla Luísa de Fátima França Monteiro

11028099



Nome:	B. I. N.º:
Ana Maria Ribeiro Carvalho	5799002
Elvira Maria Castro Rosas C. Pinto	2728437
Maria do Céu de Almeida Lemos	2451747
Maria do Rosário C. Pinto da Costa Nogueira	694490
Conceição Pereira do Castelo	3189805 Lisboa
Vitor Manuel Marques Magalhães	2054054 - Porto
Paula Maria Lusa de Quintas de Sousa	3845721 - Lisboa

Nome:

B. I. N.º:

Alfredo de Castro Lima dos Santos - 3385274

Luiz Carlos Oliveira

Alfredo Lima Almeida Brito - 5138150

Henrique de Saun - 7401504

Antonio Oliveira Santos - 10590110

Antonio Carlos Lima - 9034513-6/3/93

João Paulo de Almeida - N= 124210

Antonio Carlos de Almeida - N= 9034791

João Carlos de Almeida - N= 9524303

Fernando Lima - N= 6708402

Armando de Oliveira do Costa - N= 109800

Antônio Carlos de Almeida - 9838218

Henrique Travençolo Pereira - 3459917

Nome:

B. I. N.º:

Áida Rosa dos Santos Rodrigues

10519730

Luís dos Santos Rodrigues

3075708

Maria Cândida Martins dos Santos

3250045-

Jos. Henrique

10519128

Francisco Fernandes Rodrigues Almeida

10575061

Vitor Manuel de Castro Silva

Tyła Cristina Queiroz Sousa

10636877

Maria da Conceição Teixeira [↑] Conceição de Sousa

3195777

Nome: Antônio Carlos Lima

B. I. N.º:

Antônio Carlos Lima

Jorge Henrique Vieira Marques

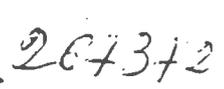
MARIA DOLORES FERREIRA 990784

João Carlos de Almeida

João Carlos de Almeida

Nome:

B. I. N.º:

Gracia Lucia Traves de Almeida  267372

Helia Jose Almeida Nunes

11264838

Francisco Claudio Alexu Alves B.I. 6625108
 Elva Bernarda Moura e Silva Alves B.I. 7054150

Maria Alice das Neves Pinto
 Rosa Alice Jesus Santos

8564769
 3703880

Luiz Manuel e Pinto
 Maria Estima Almeida Alves

6790306
 9905718

Roberto Almeida Nunes

8489561

Fátima Cecília de S. dos Reis

11662962

Artur Manuel da Silva Gomes 8579727

Albertine Maria de S. D. M. Modais

11679460

Luiz Manuel Santos Oliveira

10433541

Manuel Joaquim Cavallho da Costa

35996552

Manuel Silva Oliveira

3172386

Maria Madalena de Costa Lima

3732551

Ana Lucia da Silva Henriques de Souza B.I. 9201832

Alvaro Fernando Marques Magalhães - B.I. - 8553348

Nome:

B. I. N.º:

Valentim dos Santos Silva = 3500361

Maria Teresia Moreira Vieira da Silva - 0703924

Rosemary Maria Cunha Santos Soares - 8973858

João Silva Ferreira - 7856928

Leonor de Fátima Saeudo Silva 3696782

João Maria da Silva 3036593

João Maria Martins Almeida Costa = 8898442

Rosa de Oliveira Matos da Silva 3801914

Estor Teixeira dos Santos Gonçalves - 6505644

Silvia Maria Oliveira Macedo - 10621300

João dos Santos Gomes

João Manuel Sousa Vieira Silva 7223363

Amélia Miguel Vieira Silva - 12076403

Maria Teresa Silva 11255809

Luís Alberto de Castro Almeida 6565880

Assis Maria Rosa da Silva Neves 10555346

António José Almeida Silva 968115

Margarida Conceição de Castro Almeida

Luís Maria Almeida 0148628

Stáucia Dora Oliveira Santos 814862

Luís Maria Almeida Almeida 8978381

Maria de Fátima Almeida S. Almeida 6631713

Nome:

B. I. N.º

Luís António Romão Junco

5240767

Manuela Teixeira

8571080

Jerónimo dos Santos

6685152

Luís António dos Santos

3408753

Esse José Alberto Santos

10068462

Elvira Teixeira Soares

3095450

Carolina Conceição Santos Ramos

3432996

Luís António dos Santos Silva Frutas

7328098

Austina dos Anjos Bate dos Santos Oliveira

10248230

Luís António dos Santos Frutas

Francilina Eulália dos Santos Oliveira 8629739

Marganda Bate Silva Soares Neods

Luís António dos Santos Oliveira

Luís António dos Santos Oliveira

5995717

Maria da Conceição dos Santos Paço Trigo

Manuel de Sousa Pereira

Luís António dos Santos Oliveira ~~6666199~~

Luís António dos Santos Oliveira ~~8452874~~

Luís António dos Santos Oliveira ~~3787960~~

Luís António dos Santos Oliveira ~~1970843~~

Luís António dos Santos Oliveira ~~10334841~~

Rosa Pereira de Sousa ~~3787461~~

Manuel Espírito de Sousa Vieira ~~7827760~~

Luís António dos Santos Oliveira

Luís António dos Santos Oliveira

Nome:

B. I. N.º:

F.
 H.
 P.
 R.

- F.
- H.
- P.
- R.
- (C) go
- Delas
- Cl.
- Ch.
- Sen.

Nome:

B. I. N.º:

Maria Joã. da Silva Santos Cardoso

11217621

Albino Oliveira e Silva

Luiz Felipe Cardoso Lima e Silva

4675212

2824916

Francisco dos Santos Cardoso

Francisco Pedro Neves Moreira Carneiro

3651625

Francisco Pedro Neves Moreira Carneiro

Luiz Felipe Cardoso Lima e Silva

Francisco dos Santos Cardoso

P. 667103

706655

Maria Lygia

Adelino Nuno Franca de Mattos Charco

3962681

Francisco Antonio Fernandes Oliveira Carneiro

Manoel Santos Lima

Francisco Fernando Ferreira Silva 8074572

Daniel de Jesus Silva

Luiz Alberto Santos Lima

Antonio Oliveira Alves

Adelino Nuno Franca de Mattos Charco

1538942

Monteiro 11259069

Nome:

B. I. N.º:

Carolina Silva Neves
Alicia Faria Silva Neves

7408115
20539646

João Paulo Silva Faria
Serafim Marques da Fonseca

11742700
5972287

Liana Elisa Jesus Gomes Silva

8017875

Lilisa de Jesus

8246855

Alice Faria Barbosa Vieira Neves

9112742

Antonio Augusto Neves

2512979

Luís Miguel Silva Neves

8223333

António José Faria

6702417

João Paulo de Jesus Santos

134598

Francisco Teófilo Gonçalves

9007123

Fernando Augusto

8044171

António Manuel da Silva

3924261

Luís Miguel

3444999

Fernando Teófilo Silva

5229701

Francisco António

7513239

Alberto Jorge Ferreira dos Santos

9440222

Lernora José Jesus Almeida Silva

2222222

Trina da Silva Neves

1400222

Luis Teófilo Rodrigues Monteiro Neves

5255592

Renata Fátima de Castro Faria

7501054

Liana Adelaide Moreira Cunha

2222222

Francisco José Neves Silva

2222222

Nome:

B. I. N.º:

Maria Nazaré Trigo P Sousa

3701114

Aurora Maria Nogueira Ayo da Silva

9972289

~~Severina Maria da Luz P Cavaleiro~~

9630556

Aurora da Luz Barreira

3822441

~~Severina Maria da Luz P Cavaleiro~~

2721277

Floripa Conceição Correia Almeida 5203052

Dina Inês Brandão Brito Duarte Monteiro 1967592

Maria Antónia dos Santos Moura Quinteiro 5706923

Fernanda Maria Conceição de Freitas 6876748

~~António~~

Adelina Regina Reis da Silva

5659288

Dina Antónia

3560044

Adelina Francisca Antónia

6740105

996144

Nome:

B. I. N.º:

Araceli Barbosa Ferreira
com Marinho Sampaio de ~~...~~
José Paulo de Cruz Ferreira
Gilberto Farias

710 98 76

Luís Paulo de El. ...
... Instituto de Estudos de ...

3308936
9711554

Luís S. ...
... Silva ...

... Casimiro

829

Albino Roberto ...

... Manuel Fernandes ...
... Santos Cardoso

... Heredes ...
José da Conceição Rodrigues

9531807

... Faria

... Santos
Arliane da Costa Mendes

... Santos

José Ferreira Santos
Antônio Ferreira Teixeira

8022704

... Santos

Nome:

B. I. N.º:

Fernando Aguiar - Silveira Soares

5407623

Altares para Oliveira Soares

7223350

José Maria Marques Ferreira Soares

7332363

Joaquim Filipe Teixeira Soares
- esposa da Cury Martins Castro

11 86 2329

Manuel Joazeiro Silva Martins

6565849

Luís Henriques de Sousa

6575605

Luís Henriques de Sousa Castro

5494635

Altares de Oliveira Soares Castro

3699168

Luís Henriques de Sousa Castro

10215316

Luís Henriques de Sousa Castro

3988422

Manuel de Jesus Filipe

1722487

Ana Maria da Cury Pereira Santos

Luís Henriques de Sousa Castro 2809852

Luís Henriques de Sousa Castro 37748

~~Luís Henriques de Sousa Castro~~

Luís Henriques de Sousa Castro 266652

Luís Henriques de Sousa Castro 5935020

Luís Henriques de Sousa Castro 7091522

Nome:

B. I. N.º:

Sônia Marisa Teixeira Ferreira

11886738

Manuel Fernando Barbosa Ferreira 38.77740

José Antonio de Jesus 12832911

José Francisco Passos de Jesus 544468

Eduardo José de Jesus 5469261

José Manoel de Jesus Marques Andrade 8594721

Helga Maria Rodrigues dos Santos 484966

Mareline Barbosa Ferreira 710987

Francisco José dos Santos Ferreira 5807599

Mariana Evangelina Sousa Filande 627414

Isabel Cristina da Costa 7380016

Rosa de Magalhães Oliveira 6374519

Nome:

B. I. N.º:

Francisco Manuel Dias Afonso	7692989
Anna Delfina H. Oliveira	8150187
Abel Torcato Leite Neto	6939963
Francisco José da Silva Almeida	9480430
Victor Manuel Alves Oliveira	11188897
Francisco Alberto G. Guimarães	10859840
Antônio José Oliveira Almeida	10476147
Manuel Santos Pereira Almeida	8822029
Elvira da Conceição Freitas	5813914
Yonguir Pinto das Neves	3669076
João Carlos Cruz Ribeiro	10515630
Fernanda da Saúde Cruz Ribeiro	9474821
Helena Manuela Pinto Rocha	10749435
Líria Cecília Gaspar Bezerra	9549099
FERNANDO BORGES MACEDO	3590687
ANTÔNIO JOSÉ VIEIRA DA CUNHA	3442577

Nome:

B. I. N.º:

C.

11 22 2091

Pr. ... Helena Silva Campos

63 ... 14

Rt. ... Roquef Campos Vieira

12 4 53200

Juiza Maria Neves Segueira

58 12068

VIOLANTA MARIA ERNEIRA

3288071

Renata dos Santos Lacerda Ferricou

507406R

Ab.

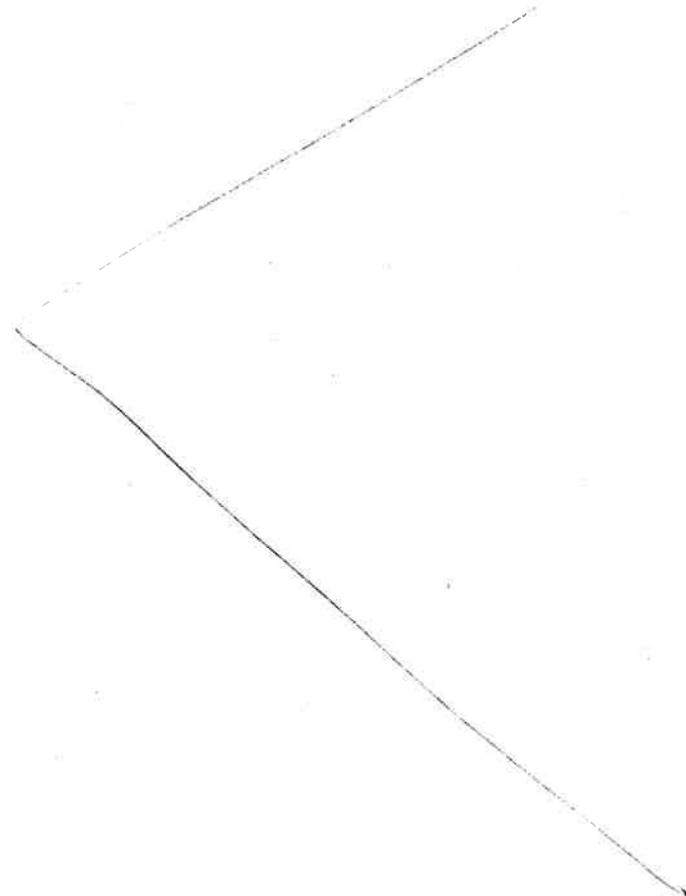
63 5 123

Ab. ... 17.09.57. 21 L.L.S

3039296

(1) Id. ... Silva de S. Francisco ...

11883049



Nome:

B. I. N.º:

Jose das Santos Leps
Marta Leps
Marta Leps S. A.
Marta Leps da Fonseca Barbosa

3367747
4563055
11390716
10081900

Jose Joaquim Pinto Fuldant
Marta Leps da Fonseca Barbosa

3982135
6998788

Sandra Maria Gregorio Leps

9667794

Marta Leps da Fonseca Barbosa

3702882

Marta Leps da Fonseca Barbosa

4181732

Marta Leps da Fonseca Barbosa

2837208

Marta Leps

10729059

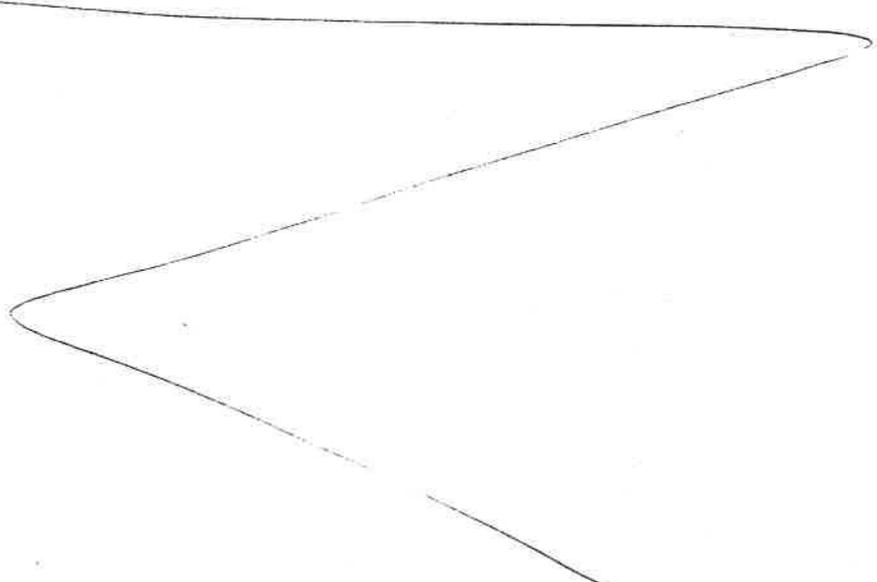
Virgínia Vilhena

432456

Julia Monteiro

2981547

423255



Nome:

B. I. N.º:

Albino José Gregório Lopes

1768856

Antônio Machos da Costa

720509

José

2701736

Antônio Joaquim Santos Neves

3324457

José Manuel Santos Pacheco

963421

José Elio Vieira (B3354)

5407444

Maria Inês Almeida Teles

3704215

Mônica Hercúlio Correia dos Santos Silva

7645393

Márcia Rêbe Fines de Silva

5951106

Ricardo Augusto Rêbe R

(48071)
2870113

Laura Martins Franca

9039077

19/58

Nome: FERNANDO DA SILVA CASTRO B. I. N.º: 10136246

Luís Maria Ferreira Costa Silva Tagalhães 7108888

Itávia Itadalena da Silva Pereira 7453540

Lucinda dos Santos Silva Neves 5-733339

Tomaz Oliveira da Almeida 2948487

João James Araujo 0832586

Esca Teodoro de A. Tavares 7352244

João Emanuel B. de A. Pereira 7597050

Antônio Alberto da Silva 309801

João Filipe Ribeiro Silva 11070334

Luís Maria da Silva 1945954

João Pinto Ab 8120874

Luís Fernando Freitas Sousa Lima 187020

Antônio Carlos Manuel Guimarães Bazeira Bonfim 15/9

Quaria de Fátima Moreira Proença 3133432

Paulo Jorge Martins Freitas 1107594

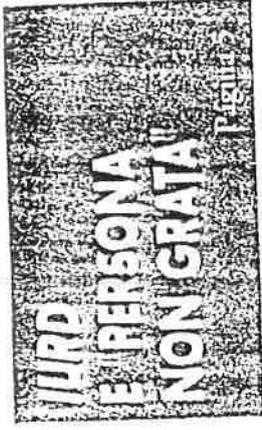
Antônio David Teixeira Coelho 10752459

Filipe Jorge Moreira da Silva 11202319

Antônio Fernando Ribeiro Lima Alexandre 11239894

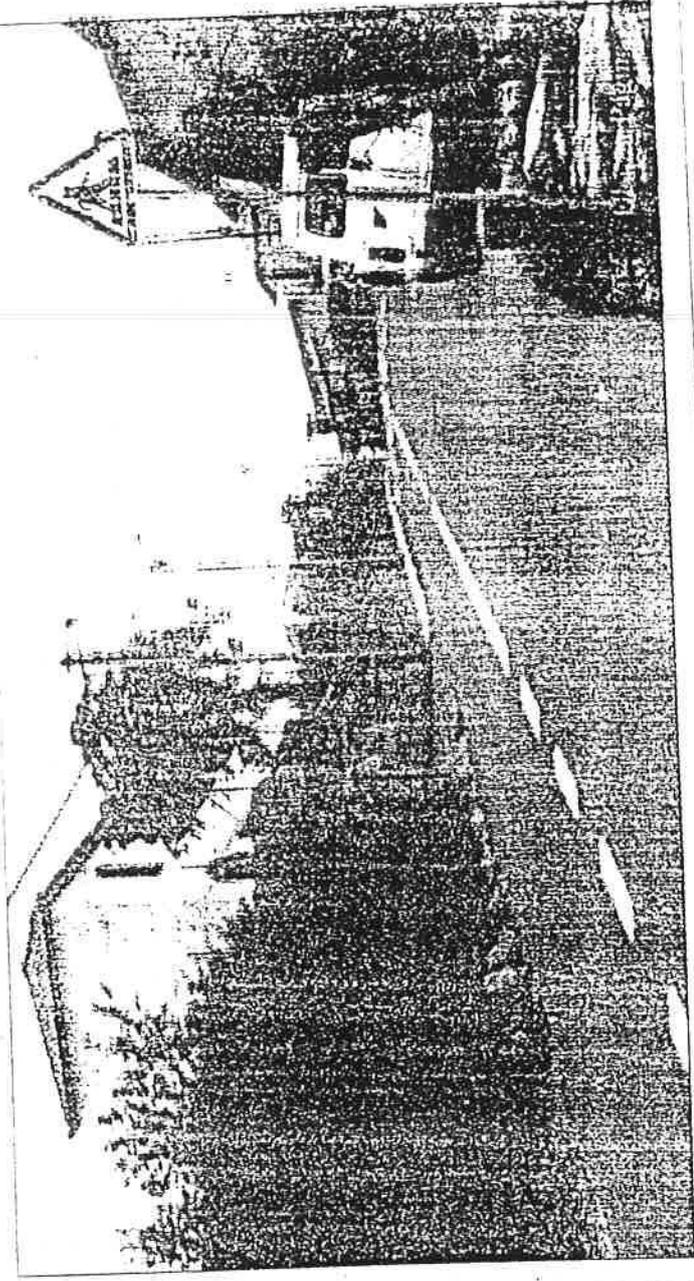
MOSQUITOS POR CORDAS NA ÚLTIMA SESSÃO SEGURANÇA SUSPENDE ASSEMBLEIA

Página 2



SUCEDEM-SE OS ACIDENTES

ESTRADA DE MORTES(S)



PROTECÇÃO DE MENORES
LEVADA A SÉRIO

Página 10

ROTÁRIOS: FUNDOS
A CANTAR O FADO

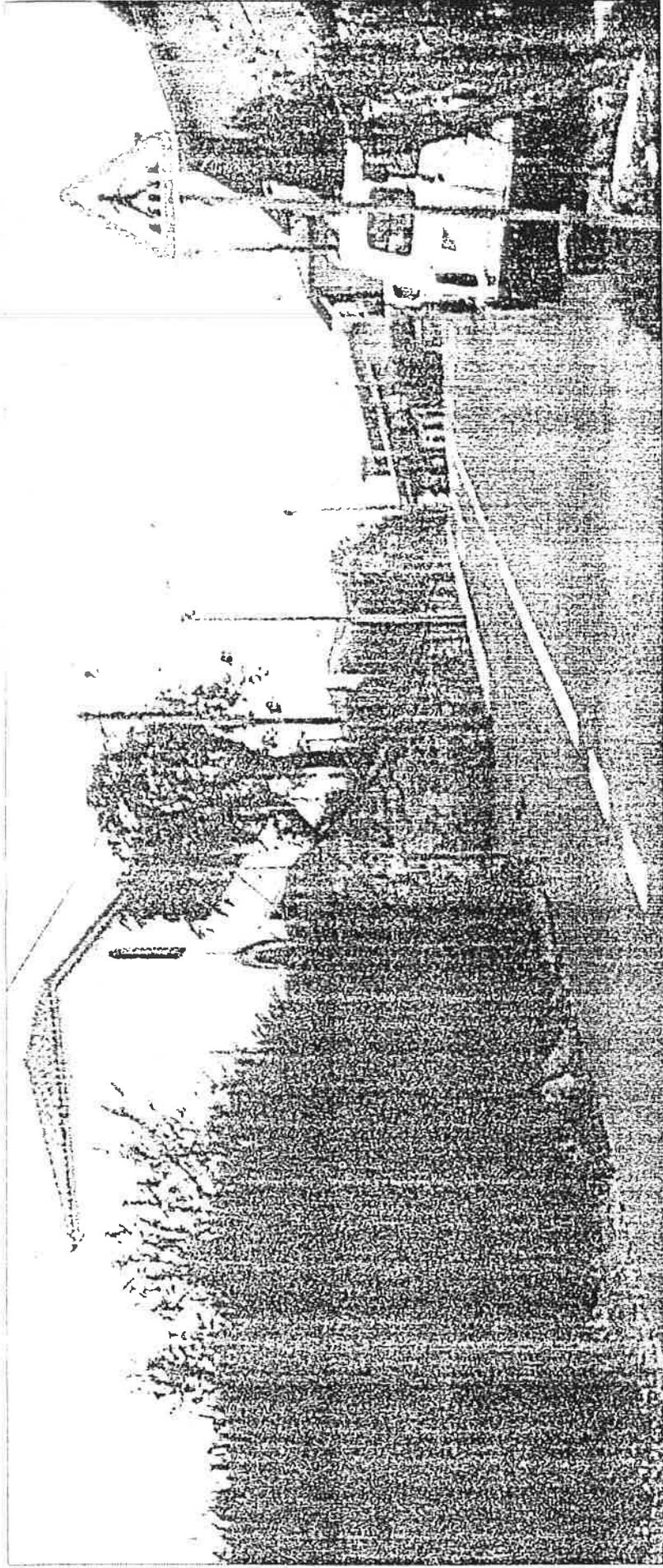
Página 4

PRÉMIO NACIONAL DE PINTURA
JÚLIO RESENDE

Página 14

BCP INAUGURA SUCURSAL

Página 17



MORTE ESTÁ À ESPREITA NA ESTRADA D. MIGUEL

*A população de Jovim
está revoltada com a falta
de condições de segurança*



de condições de segurança no troço da Estrada D. Miguel que atravessa aquela freguesia. Se o abaixo-assinado, com mais de trezentas assinaturas, enviado para o presidente da edilidade gondomarense, não merecer qualquer resposta positiva, os moradores prometem, inclusivamente, barrar a estrada.

Texto: Cláudia Azevedo

Ds acidentes sucedem-se na Estrada D. Miguel, a uma cadência espantosa. Depois do atropelamento que vitimou mortalmente o Bruno Alexandre, de apenas oito anos de idade, já se verificaram, pelo menos, mais quatro acidentes graves.

O "Notícias de Gondomar" sabe que uma das últimas vítimas, um jovem de 28 anos chamado Albino Lopes, deu entrada no Hospital de S. João, onde lhe foi diagnosticado um edema cerebral. Na passada semana, o jovem permanecia, ainda, na neurocirurgia daquele hospital.

Uns dias depois, um outro atropelamento "mandou" para o hospital outra pes-

soa, sem que, no entanto, tenhamos conseguido apurar o seu estado.

Entretanto, sabe-se que ocorreram, pelo menos, mais um acidente e o capotamento de um automóvel, este no lugar da Touca. Não se conhecem vítimas mortais, mas os ocupantes dos veículos envolvidos não ganharam para o susto.

Moradores reivindicam medidas urgentes

Enfim, depois da descrição verdadeiramente assustadora do que têm sido os últimos quinze dias na Estrada D. Miguel, não admitam que há muito já a tenham rebaptizado como a "estrada da morte".

Antes, porém, que haja mais vítimas inocentes, os moradores dos lugares da Barraca, Estrada e Tronco, em Jovim, decidiram escrever ao presidente da edilidade gondomarense, considerando que, "para além do condutor da moto, existem outros responsáveis pela morte do Bruno Alexandre e de outros acidentes".

No abaixo-assinado, mais de trezentas pessoas reconhecem que "esta estrada não tem as mínimas condições de segurança para a circulação diária de tanto trânsito" e pedem a tomada de soluções com a máxima urgência.

"Levar as crianças a Lisboa e reformados a passetos é, sem dúvida, aceite por todos com grande alegria,

mas, no momento, o mais aceite seria uma maior segurança para todos." - pode ler-se na carta.

Os moradores reivindicam, nomeadamente, a colocação de bandas sonoras ou lombas e de passetos em todo o comprimento da estrada, bem como de sinalização que impeça, de forma segura, que os carros estacionem em sítios onde não passa uma camioneta por outra, por falta de largura normal para uma estrada de grande movimento, como é o caso desta.

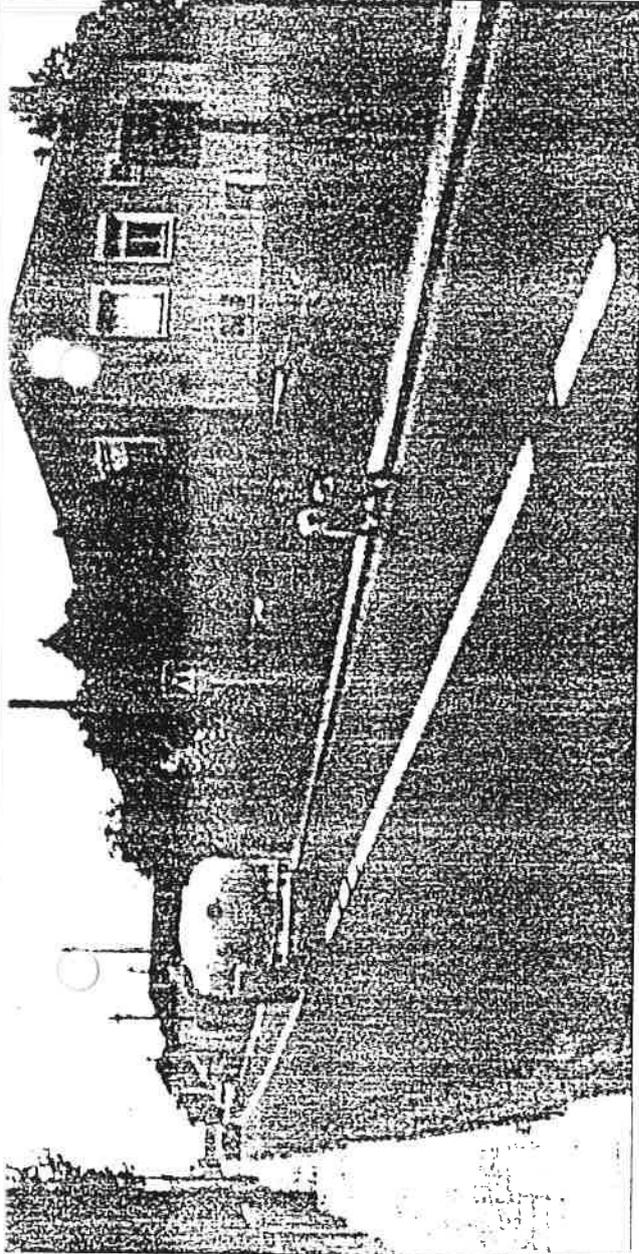
A colocação de passadeiras e de linhas contínuas junto às escolas é outra das reivindicações da população, contrariando, assim, declarações recentes de responsáveis camarários segundo as

quais esta questão estava já completamente ultrapassada. Para os moradores, as linhas pintadas no local pres-tam-se a muitos erros e a dúvidas fundadas.

Embora os acidentes dos últimos dias tenham vitimado crianças e adultos, não admira que os pais com filhos em idade escolar estejam particularmente preocupados com esta situação.

Assim, relembram que várias crianças que frequentam a Escola C+S de Jovim têm de esperar a camioneta na beira da estrada, uma vez que "não houve o cuidado de fazer passetos, nem uma paragem adequada".

As mais de trezentas pessoas que assinaram a carta consideram "urgente que se faça alguma coisa para me-



do, por exemplo, a transformação do antigo parque infantil, que nunca chegou a funcionar, num parque de estacionamento, onde as camionetas possam parar em segurança, ficando, assim, as crianças longe do perigo do trânsito existente na estrada".

População ameaça barricada

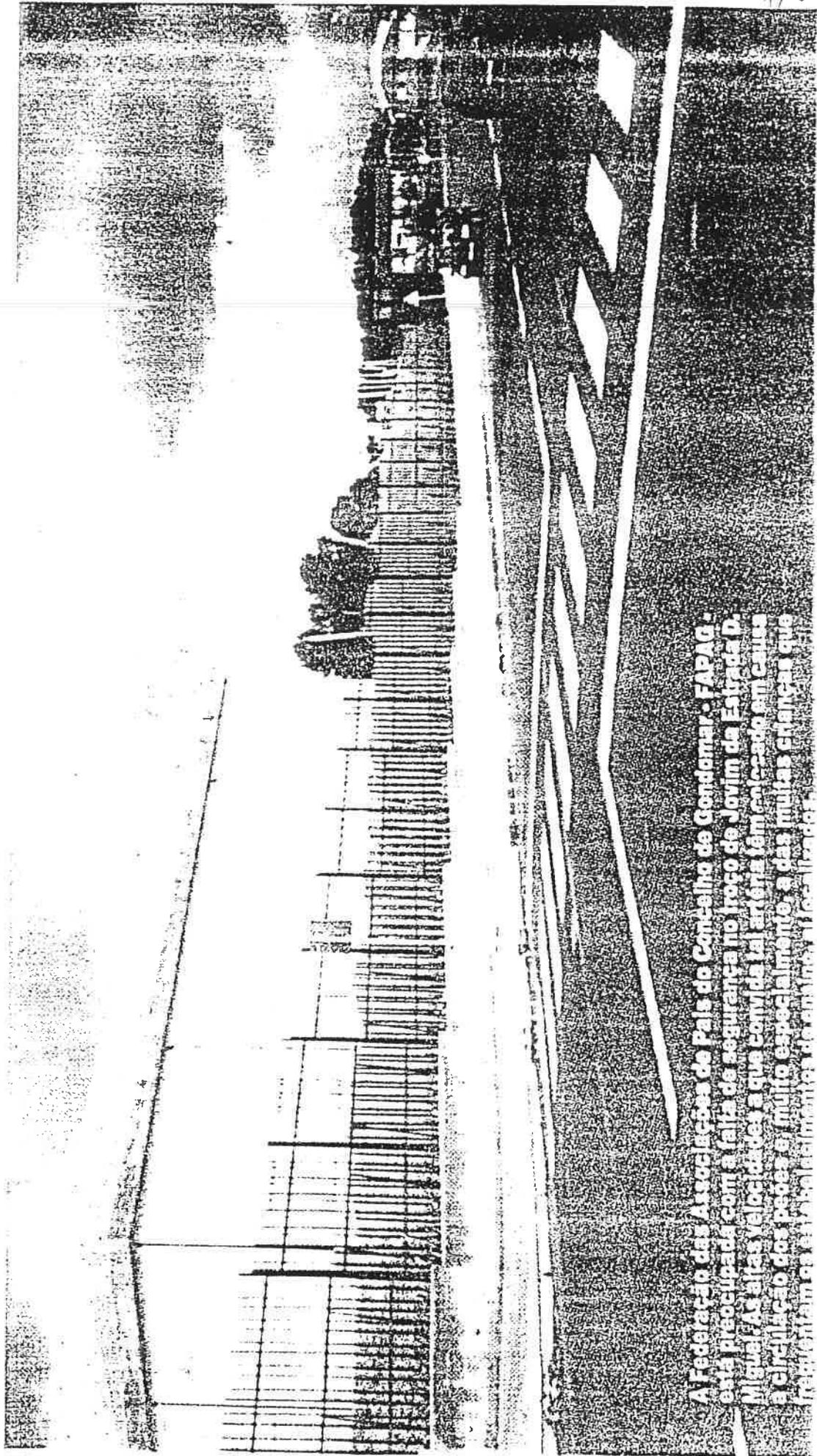
Esta não é, porém, a primeira carta que os moradores escreveram ao presidente da Câmara. Já em 24 de Julho deste ano, endereçaram uma carta registada, com aviso de recepção, não só para Valentim Loureiro, mas também para o presidente da Junta de Freguesia de Jovim. Até à data, porém, dizem que não só não obtiveram qualquer resposta, como "nada foi feito para proteger a vida das crianças".

Os moradores não estão, por isso, dispostos a esperar muito mais tempo por uma resposta de que, até ontem, não havia quaisquer sinais.

De acordo com o senhor Defensor Oliveira de Sousa, para quem a resposta deverá ser enviada, a população poderá aguardar mais uns dias. Findo esse prazo, se não houver qualquer novidade dos Paços do Concelho, promete avançar para outras formas de luta, sendo o bloqueio da estrada uma hipótese mais que provável.

Em causa a Estrada D. Miguel

INSEGURANÇA PREOCUPA FAPAG



A Federação das Associações de Pais do Conselho de Gondomar - FAPAG - está preocupada com a falta de segurança no troço de Jovim da Estrada D. Miguel. As altas velocidades a que convide tal artéria têm provocado em causa a circulação dos peões e muito especialmente a das muitas crianças que frequentam os estabelecimentos de ensino localizados.

O atropelamento mortal do Bruno, em Novembro do ano transacto, foi a gota de água que fez transbordar o oceano de reclamações de moradores e, sobretudo, dos muitos encarregados de educação, que têm filhos a estudar nas escolas de Jovim.

O problema que se coloca pode resumir-se a este dilema: ou há más estradas, que não convidem a altas velocidades e, por conseguinte, mais segurança para peões e crianças ou, por outro lado, existem troços de estradas em boas condições, capazes de facultar uma circulação mais rápida, mas que colocam em cheque as condições de segurança dos seus utentes. No entanto, qualquer indivíduo de bom senso se recusará a acreditar que não será possível compatibilizar as duas possibilidades, o que não veio, ainda, a acontecer, porém, na via que rasga Gondomar de ponta a ponta.

Velhos problemas

A Estrada D. Miguel veio marcar esse dilema, no concreto, tendo a história começado, em plena vigência de Aníbal Lira, aquando da inauguração do primeiro

troço, com o primeiro foco de controvérsia a incidir na Bela Vista (Fânzeres) - Alto da Serra (S. Pedro da Cova).

Como as melhores memórias se recordarão, os populares saíram à rua para manifestar a sua total discordância em relação a uma via que, supostamente, seria "rápida", mas que colocava em perigo, alegaram os populares, as muitas crianças e utentes dos lugares circunvizinhos. A inauguração ficou-se, então, pelas meras intenções, tendo que ser adiada até que fosse construída uma passagem área para peões e colocados semáforos com (muito duvidosos) sinalizadores de ultrapassagem dos limites mínimos de velocidade.

Tal não veio, de forma alguma, dissipar os receios da população. Contudo, atenuou a ira dos locais, o que não obsta, no entanto, que os acidentes se sucedam a um ritmo vertiginoso, com muito sangue já derramado.

Agora, três anos quase volvidos, um outro epicentro de revolta se levanta um pouco mais adiante, mais justamente na freguesia de Jovim.

Morte do Bruno foi gota de água

O atropelamento mortal de uma criança de nome Bruno Alexandre, no dia 6 de Novembro de 1995, provocou o despoletar dos protestos dos jovinenses, que expressaram, na altura, diversas exigências para evitar novos derramamentos de sangue. As reivindicações eram várias: semáforos nas passadeiras, linhas contínuas, em especial junto das passadeiras, placas limitadoras de velocidade, lombas que impeçam velocidades excessivas, passeios que substituam as antigas bermas, abrigos adequados nas paragens que servem as escolas e vigilância policial durante as horas de maior fluxo de alunos.

Disto deram conta, através de carta e abaixo-assinado, ao presidente da Câmara e, salienta a FAPAG, "sem ter conseguido sensibilizar os responsáveis autárquicos para uma atitude de abertura e compreensão".

A Federação das Associações de Pais surge, agora, a juntar-se aos protestos das associações de pais dos estabelecimentos de ensino

directamente afectados: Escola do 1º Círculo da Estrada e Escola do 2º e 3º Círculo de Jovim

Através de um comunicado enviado ao Ministério da Educação e ao Governo Civil, entre outras entidades (das quais não consta qual quer órgão autárquico), a FAPAG parece decidida: "não reclamamos segurança absoluta, mas apenas condições mínimas exigíveis para pôr cobro à situação de contínuo sobresalto em que vive a população de Jovim".

População pode sair à rua

E lá vão avisando: "pensamos chegada a altura de procurar outros meios de fazer sentir a urgência na satisfação rápida e total das nossas pretensões à edificação. Noutros troços da estrada, e por preocupações idênticas, mas não menos justificadas do que as nossas, as populações impediram o trânsito até à satisfação das suas exigências". Uma informação bem ao jeito de "ultimatum" que poderá ser evitado. Para isso, os responsáveis pela FAPAG

estão "a diligenciar o estabelecimento de um movimento de opinião favorável a satisfação das pretensões", junto das entidades contactadas.

Entre os moradores, este clima de revolta já há muito existe, o que não é de surpreender. Habituaados ao sossego e a uma circulação viária não muito intensa e pouco rápida, devido ao percurso sinuoso e ao mau piso do traçado, o alvo imediato da sua ira recaiu sobre os novos "invasores". Por outro lado, as crianças, desde sempre acostumadas, a circular sem grandes receos dos "monstros motorizados" vêm-se, agora, confrontadas com o problema sem terem tido o indispensável tempo de adaptação.

Todos sabem o código...

Aliás, segundo José Luis Oliveira, o número dois da Câmara, há todas as condições para haver segurança. E vai mesmo mais longe: "se lá não existe segurança, não sei, então, onde é que há". Quanto à instalação de semáforos, o vereador salientou que não estão previstos no projecto da obra.

Por sua vez, os sinais indicativos e limitativos de velocidade "estão lá todos, para além de que toda a gente deveria saber que a velocidade máxima é de 50 quilómetros", disse Oliveira, que destacou, igualmente, o facto de existir junto à escola um passete de quase quatro metros de largura, que não existe, ainda, em direcção à Sousa, "porque vai ser feito um alargamento". Neste momento, as negociações estão a decorrer para o efeito.

Finalmente, José Oliveira informou a nossa reportagem que a edilidade está em contacto com a empresa de transportes "Gondomarense", que assegura as deslocações dos alunos de Jovim para que os autos arros entrem na Rua, agota, aberta, que entra em direcção da Escola C+S e faça lá o retorno, de forma a garantir maior segurança no transporte dos jovens estudantes.

À estrada faltaria, portanto, algumas medidas de prevenção. Mas a segurança, essa, nunca seria, certamente, como era dantes... progresso "oblique".

ESTRADA DE D. MIGUEL

- VALENTIM GARANTE SEGURANÇA

O presidente da Câmara Municipal de Gondomar prometeu todo o apoio às "justas reivindicações" manifestadas pela comissão de pais que criticam a falta de segurança na estrada de D. Miguel, sobretudo no troço compreendido entre os lugares da Touca e do Tronco.

Manuel Vitorino

No final do encontro realizado nos Paços do Concelho, o major Valentim Loureiro não se ficou pelas palavras: fez questão de ir ao local e testemunhar a perigosidade da zona. Só estranhou que os vereadores que fazem parte do Executivo não tenham sido sensíveis aos protestos...

Demorou pouco tempo, mas foi "bastante produtiva" a reunião que ontem, ao fim da manhã, decorreu no salão nobre da autarquia gondomarense, entre os encarregados de educação que têm filhos a estudar nas escolas de Jovim e o presidente da Câmara.

No final da conversa, o major Valentim Loureiro concordou com a lista de reclamações. Coisas simples, como, por exemplo, a colocação de semáforos nas passadeiras, linhas contínuas, placas limitadoras de velocidade, lombas que impeçam velocidades excessivas, passeiros que substituam as antigas bermas, abrigos nas paragens dos transportes públicos.

A tudo o autarca disse "sim". Só não "oube" precisar quando é que as obras vão começar. "Algumas, podem ser resolvidas de imediato; outras, teremos que ver com os técnicos", afirmou.

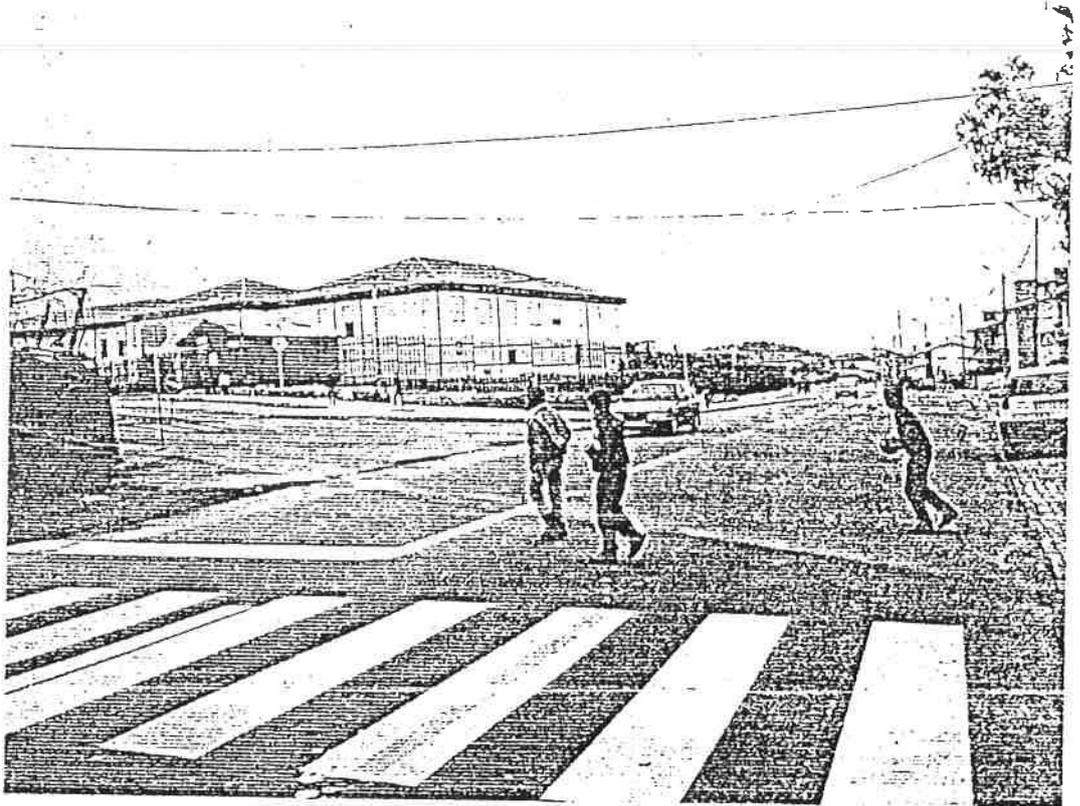
Uma coisa é certa: a Câmara está vivamente empenhada em solucionar a falta de segurança existente na zona. "Todos os dias passo por lá: só não sabia a existência de tantos problemas", disse o major.

Outra questão relacionada com a perigosidade do local, tem a ver com a falta de policiamento. Também aqui o presidente da Câmara anunciou que ia enviar um ofício ao Comando da PSP a solicitar maior vigilância policial, sobretudo durante as horas de maior afluência de alunos.

Com tanta benevolência e atenção manifestadas, os pais dos alunos desistiram logo ali de levarem avante qualquer tipo de manifestações ou "formas superiores de luta".

Defensor de Oliveira e Sousa, presidente da Associação de Pais da Escola C+S de Jovim, bateu palmas ao que ouviu e congratulou-se com os resultados da reunião.

O encontro foi bastante produtivo. Todas as nossas reclamações foram ouvidas. Estamos em erer que



Excesso de velocidade e falta de civismo dos automobilistas estão na origem de muitos acidentes. Agora, a Câmara prometeu colocar placas de sinalização para evitar mais problemas.

Foto: Marco

as palavras vão ser levadas à prática", afirmou ao JN o representante dos encarregados de educação.

O mesmo sentimento foi partilhado pelo presidente da Federação das Associações de Pais do Concelho de Gondomar (FAPAG), Salvador Espírito Santo.

Segundo o responsável desta estrutura, a reunião "correspondeu às expectativas e só pecou por ser tardia. Apesar de tudo, valeu a pena e agora só esperamos que as promessas sejam concretizadas no mais curto espaço de tempo", salientou.

No final da reunião, ficaram as estatísticas como alerta: de Setembro do ano passado até ao corrente mês, registaram-se cerca de vinte acidentes de viação na Estrada de D. Miguel. Quatro deles de alguma gravidade e um provocou mesmo a morte do pequeno Bruno Alexandre.

Actualmente e segundo números avançados pelas associações de pais de Gondomar, frequentam as escolas da zona (Escola Primária e C+S de Jovim) mais de 400 estudantes. No próximo ano lectivo, espera-se que a frequência ascenda a mil jovens. Ambos os estabelecimentos de ensino ficam junto à "estrada da morte" e muitos automobilistas nem sempre revelam o civismo e o respeito pelas vidas alheias. Não passam, não ouvam e, muitas vezes, fazem da zona uma pista de rali.

CÂMARA DE GONDOMAR REALIZA CINCO FEIRAS

Potencializar um espaço destinado à promoção de feiras de várias actividades do concelho de Gondomar, será um dos grandes objectivos da Câmara Municipal de Gondomar.

Ao todo, serão cinco as feiras que a autarquia se propõe divulgar: a "Turisport", dedicada ao turismo, lazer e desportos, que decorrerá juntamente com a mostra do Artesanato; a "Decomóvel", salão vocacionado para a decoração e o mobiliário; e a "Hobbytrónica", dedicada a artigos de electrónica e lazer. Ambos os salões estão programados para ocorrer de 26 a 30 de Junho.

Por último, a "Agridústria", ou seja a grande feira de actividades económicas do concelho gondomarense e que costuma ser cartaz entre os dias 18 e 22 de Setembro.

Segundo o vereador Joaquim Viana, a Câmara pretende atrair o maior número de realizações que contribuam para o desenvolvimento económico da região.

"As feiras fazem parte desta estratégia. Não só fomentam o tecido empresarial, como ajudam a divulgar as potencialidades do concelho", afirmou.

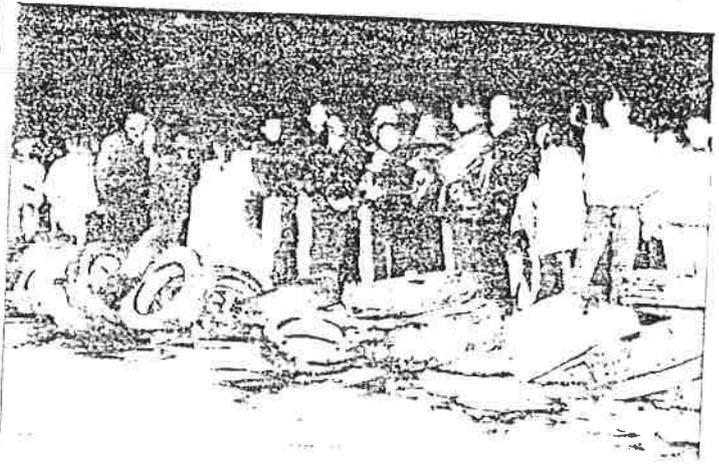
A exemplo do que já sucedeu no ano passado, o conjunto de iniciativas, agora divulgado, será realizado pela Câmara e uma empresa especializada neste tipo de eventos.

"Não queremos concorrer com a Exponor ou com os salões da FIL. Apenas desejamos criar um poio de interesse para os comerciantes e industriais que aqui trabalham e tentam criar riqueza", referiu ao JN, um dos responsáveis da empresa "Certame", encarregada das feiras.

Outro pormenor divulgado pelo vereador Joaquim Viana tem a ver com os custos das feiras: "Só a Agridústria custava mais de 50 mil contos. Agora, as despesas atingem os oito mil contos. A diminuição do orçamento só foi possível porque há uma outra política de incentivos e mais planeamento".



População revoltada interrompeu Estrada D. Miguel



O final de tarde do passado dia 19 de Dezembro viu a Estrada D. Miguel, via que "liga" os "extremos" do concelho, a acolher uma manifestação popular. Na sequência dos constantes acidentes que se verificam na D. Miguel, em virtude de excesso de velocidade dos automobilistas e da inexistência de um maior número de passagens superiores, moradores das freguesias de Fânzeres e de S. Pedro da Cova optaram pelo "corte" da estrada.

Sinal de que esta decisão não surgiu num previsto foi o facto de as forças policiais terem sido informadas do que ia acontecer, recavendo e limitando o acesso ao último troço da Estrada D. Miguel. De uma forma calma a manifestação teve início cerca das 3 horas com a colocação de pneus na via, impedindo a passagem de viaturas (excepto casos de urgência). O facto já vem de há uns anos. Aquando da inauguração da Estrada pelo anterior

presidente da Câmara, já a população reclamava pela necessidade de mais passagens superiores. Três anos depois, com um infundável número de acidentes a ensombrar a via, a população, indignada com mais uma morte, tomou a decisão que consideram mais acertada, mas também mais radical. Poucos minutos depois de ter sido interrompida a Estrada D. Miguel, compareceram ao local o vice-presidente da autarquia gondomarense, José Luís Oliveira,

acompanhado do presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres, José Martins. Na ocasião foram discutidas soluções alternativas, sendo, de seguida, mandatado (pela população presente) o autarca fânzerense para defender, junto da Câmara Municipal, as reivindicações da população. Visto terem conseguido, pelo menos, estabelecer diálogo com as entidades responsáveis, em poucos minutos a manifestação foi desmobilizada e o tráfego normal restabelecido.

Eleições e eleitos...

...e apresentada, na sua totalidade, a Assembleia dos Órgãos Sociais, relativos ao ano 1997-98, eleitos no passado dia 28 Setembro, para o «Centro de Convívio eebol Clube».

- Assembleia Geral**
 presidente - Jorge Mateus Cabo
 secretário - Manuel Moutinho Castro
 secretário - Arnaldo Rocha
Direcção
 presidente - José Bragança
 vice-presidente - Delfim Pires Alves
 secretário - Belmiro Carvalho
 secretário - Vitor Delindro
Conselho Fiscal
 presidente - José Gestó Ferreira
 secretário - Joaquim Fonseca

Órgãos Sociais, eleitos para 1997-98, referentes à «Cooperativa de Consumo de Fânzeres».

- Assembleia Geral**
 presidente - João Lima
 vice-presidente - António Oliveira
 secretário - Damião Ferreira
Direcção
 presidente - António Ribeiro
 vice-presidente - Carlos Meireles
 1º secretário - Joaquim Bessa
 2º secretário - Gil Carvalhinho
 tesoureiro - Aurélio Neves
 1º vogal - José Padilha
 2º vogal - Júlio Barbosa
Conselho Fiscal
 presidente - Jaime Cavaleiro
 secretário - Agostinho Machado
 vogal - António Vilela
suplentes
 (Direcção) - Eduardo Monteiro;
 Joaquim Silva; António Teixeira
 (Conselho Fiscal) - António Freire

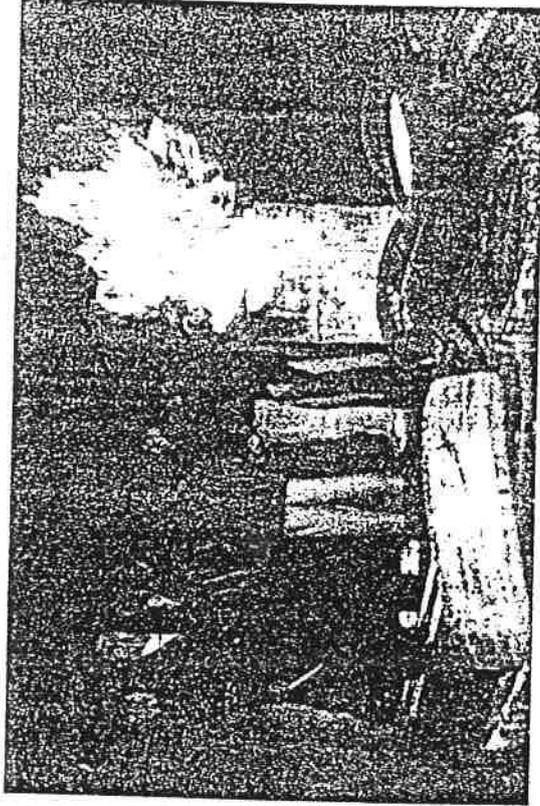
O «Centro Republicano e Democrático de Fânzeres» elegeu, no passado dia 13 de Dezembro, em Assembleia Geral, os Corpos Gerentes para o presente mandato. Esta colectividade, que ainda há poucos dias assinalou a passagem de mais um aniversário, aposta assim na renovação de parte da equipa de dirigentes.

- Assembleia Geral**
 presidente - José Martins
 1º secretário - António Ribeiro
 2º secretário - Álvaro Neves
Direcção
 presidente - Adelino Marques
 vice-presidente - Manuel Cardoso
 1º secretário - Arménio Souto
 2º secretário - Agostinho Machado
 tesoureiro - António Alves
 1º vogal - José Gandra
 2º vogal - Joaquim Sousa
Conselho Fiscal
 presidente - David Martins
 vice-presidente - João Araújo
 secretário - José Pereira
 1º vogal - Joaquim Teixeira
 2º vogal - Carlos Inácio

Moradores cortaram novamente D. Miguel

“ESTRADA DA MORTE”

O último acidente mortal ocorrido na Estrada D. Miguel motivou mais um levantamento popular. No passado dia 18, aquando da realização do funeral da vítima, os moradores, revoltados com o elevado número de acidentes naquela artéria, saíram para a rua e barricaram a estrada com pneus a arder. Mais segurança é a sua (justa) reivindicação.



A Estrada D. Miguel já ficou na história recente de Gondomar. Aquando da sua inauguração, o então presidente da Câmara, Amador Lara, viu-se a braços com uma verdadeira revolta popular por causa da alegada falta de segurança daquela via, que veio a separar duas freguesias extremamente populosas (Fânzeres e S. Pedro da Cova) com uma faixa de rodagem, onde os veículos, não raras vezes, circulam a mais de 150 quilómetros por hora.

Na última, foram prometidas diversas medidas para minorar a perigosidade da via e a situação, momenta-

neamente, acalmou.

Só que, agora, como resultado de uma série interminável de acidentes, os problemas voltam a figurar na ordem do dia.

Por isso, no passado dia 18 reviveu-se o “boicote” da inauguração (gorada) da D. Miguel.

A gota que fez transbordar o copo

Os munícipes barricaram a estrada, junto ao último semaforo, em direcção a Valongo, desde as 17 até cerca das 20 horas, como forma de protesto em relação aos inúmeros acidentes ocor-

ridos no local e, em especial, ao derradeiro, por sim, mortal, que colheu um pedestre, alguns dias antes, deixando-o em estado muito grave, vindo a falecer no dia 18 de Dezembro.

Foi, aliás, o funeral desse habitante de S. Pedro da Cova que despoletou os ânimos. Os moradores, extremamente agastados, decidiram, ao que parece, logo após a cerimónia fúnebre, que se realizou no princípio da tarde do dia 19, tomar medidas drásticas.

Pelo que nos foi relatado no local, a vítima teria sido colhida mortalmente, em plena travessia da pass-

deira! Passadeira essa que os moradores das áreas circunvizinhas não têm divididas em apelidar de “passadeira da morte”. Desconhece-se, ainda, até à data, se o infractor terá ou não de proceder a uma indemnização.

Semáforos meramente decorativos?

Os moradores queixam-se de que ninguém respeita as passadeiras e nem sequer os semáforos: “só um em cada dez é que para”, disse, fúrioso, um dos moradores que saiu à rua para barricar a estrada. É o pior que pode acontecer e que, muitas

vezes, regista-se que se um veículo para ao sinal encarnado, para deixar passar o peão, há outro que vem lançando, podendo atropelar, mortalmente, quem vai a atravessar.

A questão é que não é raro observar veículos automóveis a circular a mais de 120 quilómetros por hora e, o que é mais grave, a passadeira em questão é a primeira no sentido Valongo - Gondomar (vindo quase todos os automóveis “lançados”) e (porque duas desgraças nunca vêm só) existe uma lombada pronunciada que tapa completamente a visibilidade aos peões, não lhes permitindo mais do que um campo de visão de 200 metros.

Foram estes os motivos que levaram os moradores, novamente, a sair à rua, barricando, com pneus a arder, a estrada. E nem a chuva torrencial que se abateu sobre eles os demoveu.

Querem (justamente) mais segurança. Se possível, que se construa mais uma passagem aérea.

Jose Martins, presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres, foi o primeiro a ir a chegar ao local. Cerca das 19 horas, partiu em direcção a Câmara Municipal,

num veículo da autarquia, com dois elementos dos contestanos.

Entretanto, a Brigada de Trânsito da GNR já tinha cortado a circulação, à esquerda da D. Miguel, em Braga do Monte e junto do viaduto, em S. Pedro da Cova.

De acordo com um motorador, um elemento ligado a GNR teria, inclusivamente, incentivado a população a tomar medidas de reivindicação mais drásticas: “é a única hipótese de parar com esta chatina”, ter-lhe-á afirmado o mesmo.

A comprovar esta necessidade de parar com as mortes, está o facto de, há bem pouco tempo, uma brigada das autoridades ter “apunhado” em flagrante delicto (desrespeito ao sinal vermelho), num curto espaço de tempo, uma dúzia de infractores.

Uma série de acidentes à qual urge colocar um termo. Na passada segunda-feira, de manhã, representantes dos moradores foram recebidos, na edilidade, para tentar pôr em prática algumas medidas que, desde que a artéria abriu ao público, já deviam estar no terreno. Segundo o velho adágio, ovaldinars valha tanto do que nunca.

MOTOCICLISTA MORRE NA ESTRADA DE D. MIGUEL

Na Estrada de D. Miguel, em Gondomar, morreu, ontem, cerca das 16 horas, o condutor de uma bicicleta motorizada que, naquela via de grande movimento e de circulação difícil, chocou com um automóvel conduzido por Dino Alexandre Paiva Bessa, da Avenida da Carvalha, 321-2º esq., em Fânzeres, Gondomar.

O condutor da motorizada, Mário Manuel Sousa Norinha, de 18 anos,

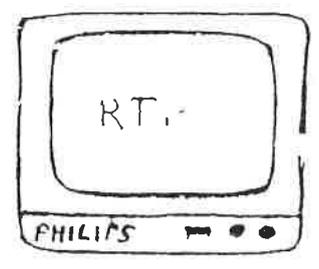
da Rua da Baleira, 133, na Foz do Douro, levava, ainda, consigo, Pedro Augusto Carvalho Ramos, da Rua da Costa, 35, em Zebreira, também na Foz do Douro.

Foram ambos transportados pelos Bombeiros Voluntários de S. Pedro da Cova ao Hospital de S. João onde o Mário Norinha já chegou morto, enquanto que o seu colega deu entrada na sala de observações com vários traumatismos.

NOTÍCIAS

10/2

R.T.P. na Nossa Escola



Dia 7 de Janeiro, Os alunos do 1.º e 4.º ano enviaram pelo correio, à R.T.P. - Porto, desenhos sobre o tema "Segurança na estrada".

Os trabalhos foram dirigidos ao programa "Bom Dia", rubrica "Trânsito".

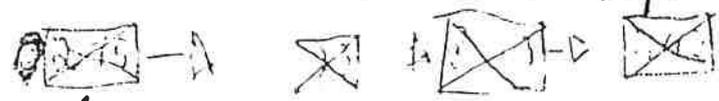
Dia 12 de Janeiro - No programa "Bom dia", foram apresentados os nossos desenhos. Nesse mesmo dia, pelas 9h 30m fomos visitados por uma equipa de reportagem da R.T.P. Canal 1.

Dia 14 de Janeiro - A R.T.P. passou o filme sobre a segurança no caminho "Casa/Escola" - feito na nossa escola.

Todos nós vimos o referido filme, no vídeo da Escola.

Visitas de Estudo

Dia 26 de Janeiro, de tarde, os alunos do 4.º ano, fizeram uma visita de Estudo, a pé, por govim, o objectivo principal era observar o Tipo de povoamento, na sequência do tema de M. F. Social "A População - tipos de povoamentos."



Dia 5 de Fevereiro, os alunos do 3.º ano efectuam uma visita à cidade de Gondomar. Fomos e viemos de camioneta saímos da escola →

71/24

10.11.95
Lourida

EXM^{as}. SENHOR

PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Vimos por este meio solicitar a V^{as}. Ex^{as}. a transferência imediata das crianças da Escola Primária (Lugar da Estrada - Jovim), para a Escola C + S desta mesma freguesia.

Face á impossibilidade imediata da dita transferência se for o caso admita-nos no entanto que o problema poderá ser resolvido com lombas e semáforos na proximidade da Escola, mas que em nosso entender não é suficiente.

Informa-mos V^{as}. Excelência que dado a enormes acidentes ocorridos frente à Escola e suas proximidades já resultam infelizmente para nós pais a morte de uma criança de 8 anos.

Informa-mos também que é vontade expressa de todos os pais que as crianças passem de imediato para a Escola C + S dado que os acessos à primária são simplesmente mortais.

Despedimo-nos sem outro assunto de momento sientes que os nossos pedidos serão atendidos.

Jovim, 8 de Novembro de 1995

Manoel Fernando Fialho Santos
 Rufino de Oliveira Ferreira
 Agostino Ezer de Silva
 Valisimo Farias da Silva
 Manoel Carrido

Antonio Fernando Ferraz dos Reis
 Manoel Pequito Sousa Vieira

José Romão Pereira
 Joaquim Ferreira Santos
 José Maria dos Santos
 Fernando José Marques Pereira
 Adelino dos Santos Almeida

Ricardo Pereira Ferreira
 Manuel Antunes Lopes Cardoso
 Americo Pereira Ferreira

Sérgio Manuel Oliveira Almeida
 Evandro Ribeiro Pereira

Paulo Romão Pereira Santos
 Armando Fernando Melo Sousa Guedes

Oscar Ferraz de Ferreira de Sousa
 Alberto Jorge da Silva Moraes

Rosa de Sotima Bastos Martins Mendes

Maria Alice Mariana - Mota

Maria Joaquina Santos Pereira

Amis Belinda Castro Sousa Silvius

Engenheiro Jorge Costa

Notário Fernando Paiva

Revisão Oliveira

Rosa Antimo dos Santos Silva Freitas

Maria Evoluda S. S. Vieira

Virginia Rodrigues de Oliveira Moreira

Amelia Rodrigues Oliveira Silva

Maria da Conceição dos Santos Neves

Maria Rosa Lima Pereira da Silva Moreira

Ramiro Vitali Vieira Silva

Jorge Emanuel Pereira da Silva

Luiz Carlos dos Santos

Antônio Martins Gomes

Jose dos Santos Paes Trigo

Agostinho dos Santos Paes Trigo

Roberto Nelson Ferreira dos Santos

Maria Lucia Pereira da Rocha Paes Trigo

Luiz Carlos dos Santos

Maria Magalhães Pereira de Rocha Silva

Rosa Sousa Silva Magalhães

Teresa Maria Santos Mendes Costa

Alameda Oliveira Gonçalves Neves

Antônio Alfredo Oliveira Neves

Maria do Céu Santos Neves Oliveira

Emília Isabel Marques dos Santos

Francisco José Augusto Oliveira

Manoel dos Santos Silva

Manoel dos Santos Silva

Delinda Gonçalves Oliveira dos Santos
 Maria Jacinta Oliveira dos Santos
 Daniel Augusto Oliveira dos Santos

Rox August Sousa da Silva

Maria Fernanda F. de Castro Santos

Augusto Manuel António BARBOSA

António Fernando Sousa Moreira

João Manuel Oliveira Pereira

António Miguel Pereira de Sousa

Adelina Oliveira de Sousa Neves

António Manuel do Carmo Pereira

Lucia Rosa dos Santos Pereira

Maria Celeste dos Santos Ferreira Figueiredo

Maria Isabel Vieira Pereira

Luísa Maria Moreira Ferreira Mendes

Elisabete Rosa dos Santos Monteiro

José Gandra Ferreira Barbosa

Fernando José Oliveira Rocha

Maria da Glória Ferreira de Castro

Abelina de Sousa Ferreira Oliveira

Luísa do Socorro

Maria Isabel Magalhães dos Santos

Edelina Alves de Castro Neves

Luísa Henriques da Silva Guerra

Fernando Augusto Sousa Santos

Antonio Fernando de Sousa Santos

George Samuel de Sousa Santos

Reinaldo Emanuel da Rocha Santos

Yoaquim Fernando Moreira das Neves

Pedro Filipe Santos Cardoso

José Alberto Magalhães Silva

Fernando José da Silva

Alcides Magalhães de Silva

Alcides Manuel Martins Sousa Santos

George Luis Soares Moreira

Antonio Carlos de Costa

George Alberto Oliveira Sousa

Fernando da Silva Marques

Antonio Ramos

Manuel Soares Pereira

Carilo Oliveira Almeida

Maria Alice da Silva Sousa

Volando Manuel Vieira da Cunha

Emmanuel das Santos Silva

Eduardo Sarmiento Rodrigues

Manuel Sousa Santos

George Luis Silva Vieira

Manuel Rodrigues Silva

Maria da Conceição das Santos Lourenço

José Fernando Neves da Silva

Yvattina Moreira Silva Costa

José Francisco

Adelino da Conceição Sousa Santos

Seomon Cunha Martins

Clara Cecília dos Santos Silva

Maria da Conceição Ferreira de Sousa

Ana Rosa Ferreira Sousa Mourina

António Joaquim de Sousa Horcica

Alminda Fernando Ribeiro

Joaquim Fernando dos Neves Patrício

José Oliveira de Sousa

Estêvão Assunção Partus

Aurelia Pereira Almeida Louçã

Ana Maria Martins Moreira Conde

Lucre Elizabete Castro Neves Oliveira

Maria Teresa Gonçalves Pinto Freitas

Rosa Maria Oliveira Barbosa Moreira

Maria Paula Cardoso Cavalho Santos

Maria Martins de Oliveira

António Maria

Jelmir Fernando da Silva Oliveira Vieira

Jerónima Fernanda Santos Sousa Sardinha

Maria Fernanda Pinto de Castro Oliveira

José António Castro Bazon de Sá

Janúcio Fernando Pereira Gonçalves

Maria Antónia Cunha dos Santos Oliveira

Dua Beate Partus Oliveira

Maria da Conceição Martins O. Silva

Fernanda Jerónima Martins Oliveira

Benjamin Sousa e castros

Comissao Instaladora da Associacao de Pais da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico da Estrada, Jovim.

Jovim, 12 de Janeiro de 1996

Exmo. Senhor
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Na sequencia dos contactos, alertas e solicitações anteriormente estabelecidos pelos pais e encarregados de educação que nos propomos representar e apoiar, vem esta Comissao, solicitar a V.Exa., as diligências necessárias para que se adoptem medidas urgentes e eficazes na resolução do problema já por várias vezes explanado e objecto até de notícias em jornais locais, relativo às condições de insegurança física e moral a que as pessoas e fundamentalmente as crianças, algumas de tenra idade, das escolas do 1º e 2º Ciclos, desta localidade, são obrigadas quando se deslocam a pé na caminhada escolar.

Como já foi prometido em resposta a uma anterior carta endereçada à CMG em 8/11/96, os pais e encarregados de educação aguardam ansiosamente que os Serviços Municipais instalem lombas ou bandas sonoras ao longo de todo o percurso escolar, essencialmente nos locais que oferecem maior perigo, de modo a obrigar os automobilistas e motociclistas a circularem com velocidades moderadas. No nosso entender os espaços que oferecem maior perigo estão configurados nos seguintes locais: Na recta (estreita para quem circula com velocidades muito para além dos limites permitidos) que começa logo a seguir à descida do lugar da Touta; na curva que surge após a descida do Tronco, pouco antes do local onde tragicamente foi vitima de atropelamento e morte uma criança, e também na rua que ladeia a Escola do 2º Ciclo que, por ser larga, estimula conduções desenfreadas.

Creemos que estas medidas, por si só, não surtirão o efeito desejado, pelo que propomos e solicitamos que as lombas ou bandas sonoras sejam instaladas juntamente com semáforos e outros sinais luminosos que disciplinem o tráfego, que é bastante intenso desde que esta via serviu de ligação entre a via rápida que se prolonga pela estrada D.Miguel e a nova via que liga Jovim, a partir do Tronco à Foz do Sousa.

De facto, como V.Exa. deve ter tido conhecimento, esta via que se prolonga por duas ruas, foi já conotada por "ESTRADA DA MORTE" num artigo muito recente publicado pelo Jornal Notícias de Gondomar, o que não é de estranhar dada a quantidade de acidentes, alguns mortais de que a estrada foi já palco.

.....

Não é só o problema do atropelamento das pessoas e esmagamento de veículos que nos preocupa, mas também todo um conjunto de condições ambientais que muito prejudica as gentes desta localidade. Citemos mais um caso que merece ser reparado:

- O número insuficiente de sarjetas para o escoamento das águas pluviais, ocasiona em dias de chuva que os automóveis e camiões dêem banho a quem vai nos passeios ou está nas paragens dos transportes públicos, resultando que muitas vezes as crianças cheguem à escola completamente encharcadas;

- Outro exemplo, que demonstra por si só o ânimo-leve com que os técnicos do trânsito urbanístico tratam estas matérias, é o sinal colocado poucos metros antes de uma passadeira que serve a entrada principal da escola do 2º Ciclo, que informa os automobilistas do fim de proibição de ultrapassagem. Não se entende !

- Outra questão é a das obras da Escola prometidas e planeadas, havendo até placa informativa afixada no local há meses, mas a chuva continua a cair em algumas salas de aula e a prejudicar intensamente o trabalho da professora e das crianças.

Estamos cientes que este rol de "queixas" e tragédias é, infelizmente e dum modo geral, comum ao povo e país que somos. Não temos ilusões. Mas também é um facto que, permita-nos este desabafo, há freguesias em que as escolas e os alunos são tratados de melhor forma. Talvez dependa das pessoas que querem ou não ver os problemas resolvidos.

Apelando mais uma vez à boa vontade e compreensão do Sr. Presidente e dos responsáveis mais directamente ligados aos problemas em causa, vimos pela presente solicitar o melhor acolhimento na resolução destes problemas que a todos, directa ou indirectamente, prejudica, subscrevemo-nos,

Com cordiais cumprimentos,

A COMISSAO INSTALADORA

Maria Hava Santos Guedes Costa
 Maria Fernanda S.S. Suelinela
 Nelson Alves
 João Euzébio
 Joaquim P.N. Patrício
 João Manuel
 José Miguel Torres
 João de Oliveira de Sousa
 Maria de Fátima Santos Pinheiro
 Maria da Conceição Ferreira de Sousa
 António Joaquim de Sousa Horta

António Jorge
 Manuel Carneiro

C/C a FAPAG (Federação das Associações dos Pais de Gondomar)



FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS DO CONCELHO DE GONDOMAR

Comunicado
de
Escolas
do
Concelho

V/ Ref

Comunic.

II Ref

14/95-96

Data

1996.01.30

ASSUNTO

Estrada D. Miguel - insegurança no troço de Jovim

As obras efectuadas na Estrada de D.Miguel originaram várias reclamações por parte da população de Jovim, localidade onde o incremento súbito da insegurança rodoviária é mais patente. Em representação dos Pais e Encarregados de Educação dos Alunos das Escolas de Jovim directamente afectadas por este problema (Escola do 1º Ciclo da Estrada e Escola do 2º e do 3º Ciclo de Jovim), vimos salientar perante V. Ex^{as} a lista de necessidades de cuja satisfação depende a segurança das crianças e jovens destas Escolas e da população em geral:

1. semáforos nas passadeiras;
2. linhas contínuas, em especial junto das passadeiras;
3. placas limitadoras da velocidade;
4. lombas que impeçam velocidades excessivas;
5. passeios que substituam as antigas bermas;
6. abrigos adequados nas paragens que servem as escolas;
7. vigilância policial durante as horas de maior fluxo de Alunos.

Desde há meses (em especial depois do atropelamento mortal de uma criança de nome Bruno Alexandre, em 6/11/95) que a população de Jovim



FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS DO CONCELHO DE GONDOMAR

tem expressado estas necessidades através de carta e abaixo-assinados endereçados ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, sem ter conseguido sensibilizar os responsáveis autárquicos para uma atitude de abertura e compreensão.

Pensamos chegada a altura de procurar outros meios de lhes fazer sentir a urgência na satisfação rápida e total das nossas pretensões. Noutros troços da estrada, e por preocupações idênticas mas não menos justificadas do que as nossas, as populações impediram o trânsito até à satisfação das suas exigências.

Para evitar intentos deste género, estamos a diligenciar o estabelecimento de um movimento de opinião favorável à satisfação das nossas petições, para o qual pedimos encarecidamente o contributo de V. Ex^{as} no âmbito das competências de que dispõem e ou da actividade que desenvolvem.

Não reclamamos a segurança absoluta, mas apenas as condições mínimas exigíveis para pôr cobro à situação de contínuo sobressalto em que vive a população de Jovim.

Com os melhores cumprimentos

Pela Associação de Pais da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico da Estrada

João Fernando do Nascimento
João Fernando do Nascimento

Pela Associação de Pais da Escola do 2º e do 3º Ciclo de Jovim

João Paulo do Oliveira
João Paulo do Oliveira

Pela Federação das Associações de Pais do Concelho de Gondomar

João Paulo do Oliveira
João Paulo do Oliveira



Jovim, 12 de Abril de 1996

Exmo Sr. José Oliveira,
Vereador do Pelouro das Obras e Toponímia da CMG;

Tendo decorrido aproximadamente 2 meses após a visita do Sr. Presidente da Câmara, acompanhado de V.Exa. e dos representantes das associações de pais da Escola Básica da Estrada, da Escola C+S de Jovim e da Federação das Associações de Pais de Gondomar, constatamos que as promessas e reparos feitos pelo Sr. Major Valentim Loureiro estão, quase na sua globalidade, à espera de serem cumpridos.

De facto interrogamo-nos acerca da evolução dos trabalhos, sobretudo após as justas promessas do Sr. Presidente. Tendo em conta que as bandas sonoras já colocadas não passam dum décimo das medidas então apontadas, é nosso dever questionar os serviços competentes quanto à razão ou razões que justificarão tal atraso.

Sem dúvida que "Roma e Pavia não se fizeram num dia". Contudo muito estranhámos que após a instalação das bandas sonoras e o ajuste à linha contínua nada mais tenha sido feito, nem tampouco passadeiras no percurso da rua Prof. Egas Moniz, onde o trânsito é demasiado e completamente descontrolado, sendo esta rua também percurso escolar percorrido por dezenas de crianças que não têm outro caminho alternativo. Também é um facto que as lombas junto à Escola da Estrada, além de serem de fundamental importância, não acarretarão elevados custos, quer sociais quer financeiros e poderão poupar vidas.

Creemos também que a Associações supra, quer pela idoneidade dos seus representantes quer pelo direito que lhes assiste, bem assim como pela integridade física e moral das crianças, têm com certeza toda a legitimidade de questionar os vossos serviços e serem esclarecidas sobre a evolução dos acontecimentos.

Deste modo muito gratos ficaríamos se V.Exa. se dignasse responder à presente carta, com a maior brevidade possível.

Com os nossos melhores cumprimentos, subscrevemo-nos,

Respeitosamente,

A Direcção

C/C: FAPAG
Associação de Pais da Escola C+S de Jovim
Presidente da CMG

GOVERNO CIVIL DO PORTO
COMISSÃO DISTRITAL DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA

CDSR 99/96
1996/06/03

Federação das Associações de Pais do
Concelho de Gondomar
Rua Serafim Rosas, 308
S. Cosme
4420 GONDOMAR

Ass: Prevenção e Segurança Rodoviária
Ref.: Ofício Nº 11433 / 8.5.0. - A, de 17/05/96

A Federação das Associações de Pais do Concelho de Gondomar remeteu a este Governo Civil, em 30/01/96, uma carta na qual manifestava preocupação no que respeita falta de segurança existente nas vias de acesso s Escolas do 1º, 2º e 3º Ciclo, sediadas em Jovim.

Foi de imediato solicitada a colaboração da Câmara Municipal de Gondomar no sentido de eliminar eventuais riscos em termos de segurança rodoviária, implementando as medidas necessárias para o efeito, nomeadamente as apontadas na v/carta supra mencionada.

Na sequência dessa diligência, foi recebido neste Governo Civil o ofício de referência, de que envio a V. Exª., para conhecimento, a correspondente fotocópia, no qual dá conta de algumas medidas que já foram tomadas e da deliberação que foi aprovada em reunião daquela Câmara sobre as que ainda irão ser implementadas nos arruamentos que lhe dão acesso.

Com os melhores cumprimentos.

O Governador Civil



Carlos Jorge Barral



Ao Exmº Senhor Presidente
da Junta de Freguesia de Jovim

Jovim, 25 de Julho de 1996

Exmº Senhor Presidente

Na sequência da reunião que, na noite de 10 de Maio de 1996, Sexta-feira, o senhor e os restantes membros da Junta nos proporcionaram, vem esta Associação, por este meio agradecer a oportunidade que lhes foi concedida de, conjuntamente com alguns moradores desta freguesia, expor algumas das suas preocupações e questões relacionadas com a problemática via que no seguimento da Estrada D. Miguel, atravessa esta nossa povoação.

Permita-nos lembrar mais uma vez os factos que, no nosso entendimento, mais pesam numa realidade que se pretenderia justa e equilibrada e que nem sempre é vislumbrada por aqueles que têm o poder de condicionar os nossos destinos e as nossa vontades. É um facto que a rua Prof. Egas Moniz e a rua de Santa Cruz estavam desajustadas à sua função após o ritmo de crescimento e intensidade de tráfego dos últimos dez anos.

Havia pois necessidade de se proceder aos arranjos necessários de forma a melhor satisfazer as populações. A evolução e desenvolvimento obrigam a um trabalho interactivo e social. Foi com grande satisfação que as pessoas, dum modo geral, acompanharam com curiosidade as obras de melhoramento das referidas vias. Contudo, como foi comentado na reunião, no pensamento de alguns de nós logo surgiram nuvens negras a anunciar tempestade, que de facto não tardou.

Como o Sr. Presidente sabe, têm ocorrido inúmeros acidentes com graves prejuízos humanos e materiais que acabam directa ou indirectamente por afectar todos nós. Adultos e crianças, cães e gatos são abatidos por veículos desenfreados; os muros e portões, postes e sinais de trânsito são derrubados; quando chove a água que enche as ruas é atirada para as pessoas que circulam nos passeios (onde eles existem) e para as que se encontram nas paragens dos transportes públicos, por todos os veículos que passam a altas velocidades.

Por outro lado o trânsito aumenta de forma desmedida. Todos nos apercebemos que a quantidade de veículos que circulam não é a mesma que se verificava antes das duas ruas estarem alcatroadas. Os paralelos que antes cobriam o piso de ambas as ruas contribuíam para uma circulação mais moderada em velocidade e intensidade de tráfego.

Tudo isto por que as obras não foram planeadas e executadas com tempo necessário e de acordo com as regras definidas para este tipo de obras públicas. Não foram tomadas as necessárias medidas de segurança nem foram esgotadas todas as hipóteses de se fazer uma nova via em terrenos



apropriados e afastados dos aglomerados habitacionais, como se faz nos países ditos evoluídos e cujo nível e qualidade de vida nós "invejamos". Parece que o passado, cheio de cenas e exemplos dignos da nossa meditação, de pessoas estropiadas e inutilizadas para toda a vida, de milhares de mortos em acidentes brutais, vítimas inocentes deste tipo de vias rápidas que atravessam as povoações, não pesa na consciência daqueles que mais obrigação têm de a ter, pois são aqueles a quem o povo confia os seus destinos. São também os que têm todo o tempo para frequentarem colóquios, cursos, conferências, etc., e que deveriam ver mais longe que o resto do povo. Contudo algo os cega?!

Não é nossa intenção julgar os responsáveis técnicos e políticos, mas cremos profundamente que a Providência os julgará. Infelizmente para nós mais mortes haverá e, conseqüentemente, mais desgostos para aqueles que, de entre nós, irão chorar os seus familiares e amigos.

Não pretendemos ir além da medida que caracteriza esta mensagem. Depois de recordados os factos que nos propusemos apresentar na referida reunião queremos agradecer a paciência e interesse com que fomos ouvidos e de oferecer solidariamente os nossos recursos e a nossa vontade em participar no que a vossa Junta achar por bem realizar.

Aproveitamos também para dar conhecimento à Junta dos trabalhos e acções desenvolvidas pela nossa associação conjuntamente com a Associação de Pais da Escola EB 2, 3 e com FAPAG (Federação das Associações de Pais do Concelho de Gondomar) anexando fotocópias de todo o nosso "dossier", onde consta também reportagens relativas às promessas feitas pelo Presidente da Câmara, já lá vão cinco meses e uma recente carta do Governo Civil dirigida á FAPAG com fotocópia anexa da carta da Câmara.

Queríamos também aqui lembrar um trabalho de louvar, levado a cabo por antiga professora da Escola Básica da Estrada, a D^a Clementina, que juntamente com crianças fez lembrar ás autoridades da Brigada de Transitó um acidente que na altura ocorreu e que envolveu um dos alunos da Escola. Nesse trabalho que compreendia um concurso de desenhos participaram a Radio Televisão Portuguesa no Programa Bom Dia e o comandante Quesada da referida Brigada. Resta acrescentar que a Escola ganhou primeiro o prémio mas tudo ficou por ali. Se for necessário existe uma cassette vídeo onde tudo isso se encontra documentado. Felizmente essa criança não morreu, mas o mesmo não aconteceu á seguinte que teve um acidente na mesma via, em frente á escola, que não sobreviveu.

Alguma coisa tem de ser feito Senhor Presidente da Junta, e por isso vimos solicitar o envolvimento do Orgão mais representativo da Freguesia já que a uma simples associação de pais, sejamos realistas, neste país e neste contexto político não é dada ainda a importância e peso que terá concerteza num futuro longínquo.

Certos da vossa compreensão, e com os nossos respeitosos cumprimentos, subscrevemo-nos

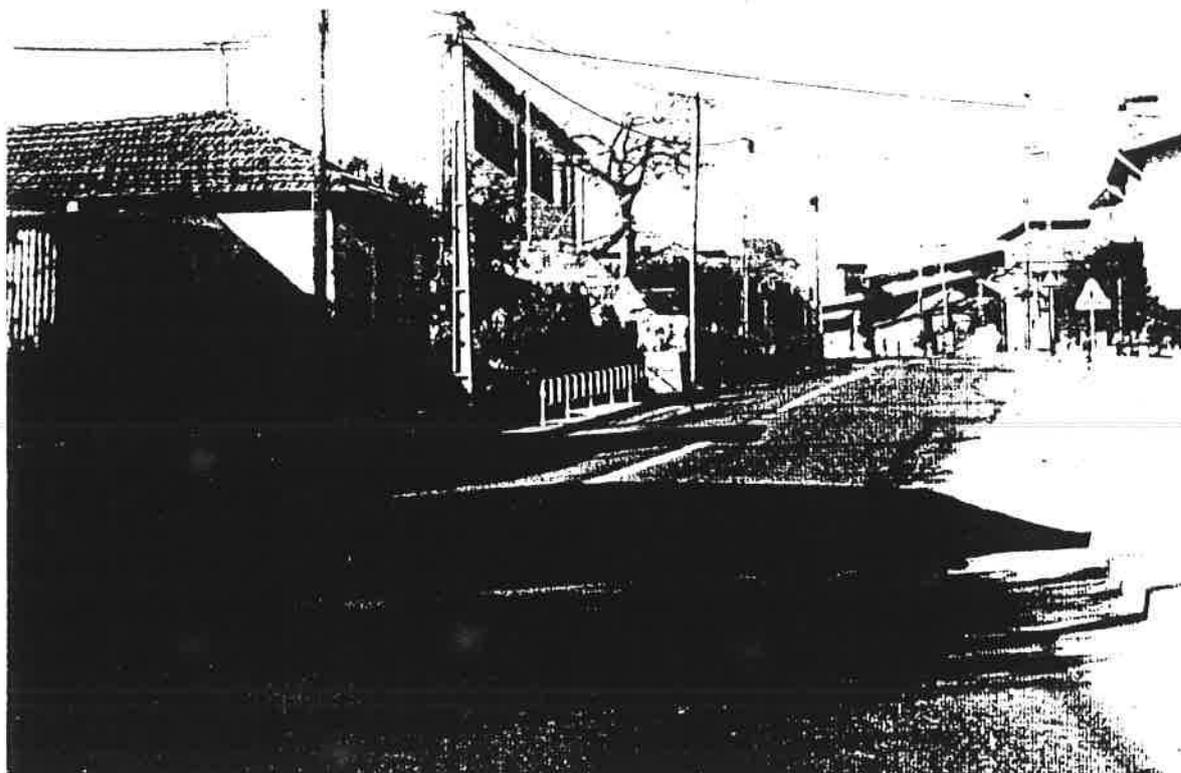
OS MORADORES
José Miguel Magalhães Lopes
João Soares Ribeiro Couto

De V. Ex^a
Atentamente.

Defensor do Oliveira Sousa
Jesús Fernandes

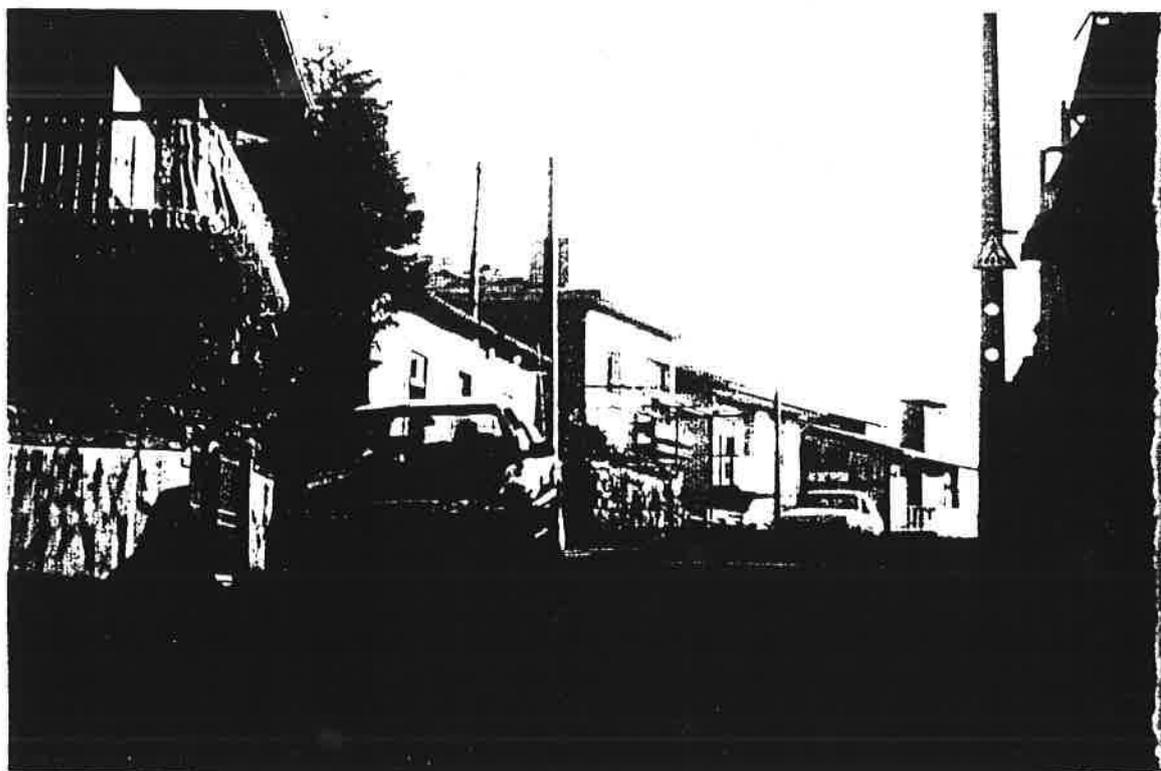
A Direcção

António Sérgio Cabrita



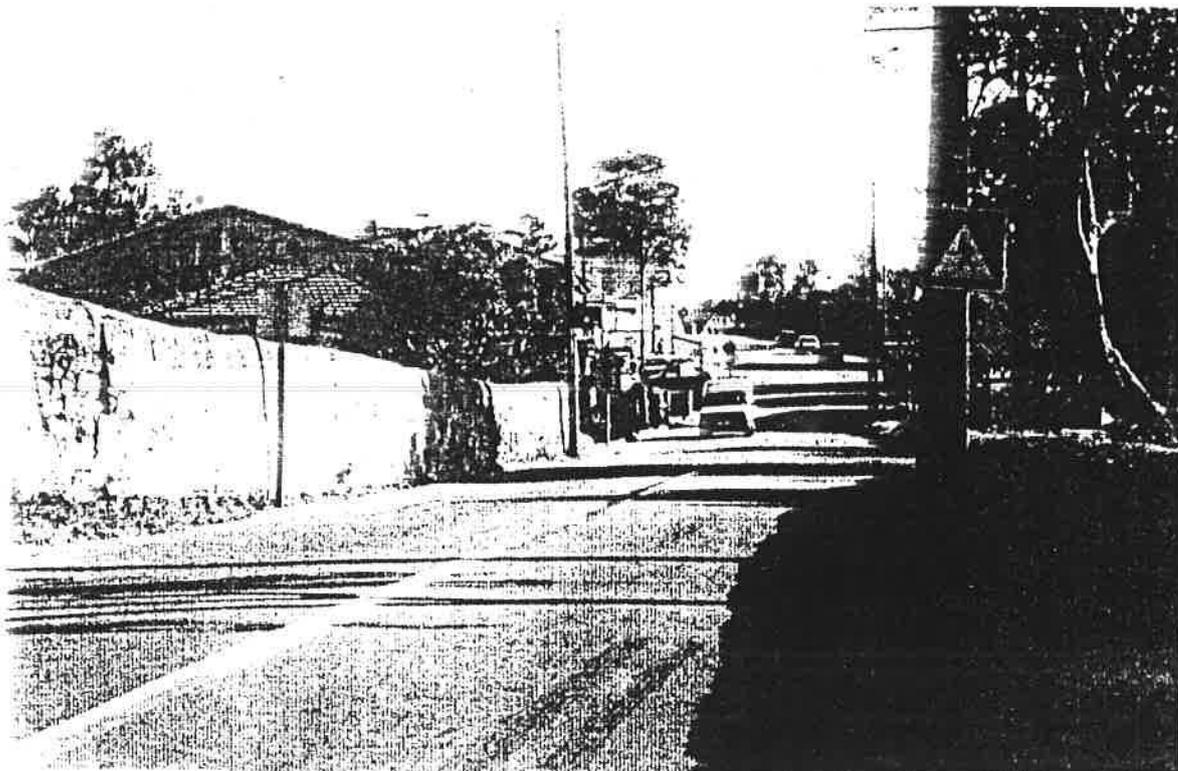
Parte Sul da escola primária da Estrada.

Local onde morreu, por atropelamento, o pequeno *Bruno Alexandre*.
Só após a "casa roubada - trancas à porta". Infelizmente, as grades estão a "proteger" a valeta durante uma grande extensão. Na parte inferior da rua não existe passadeira e na parte superior a mesma encontra-se a escassos metros de uma curva e lomba sem o mínimo de visibilidade.



Parte Norte

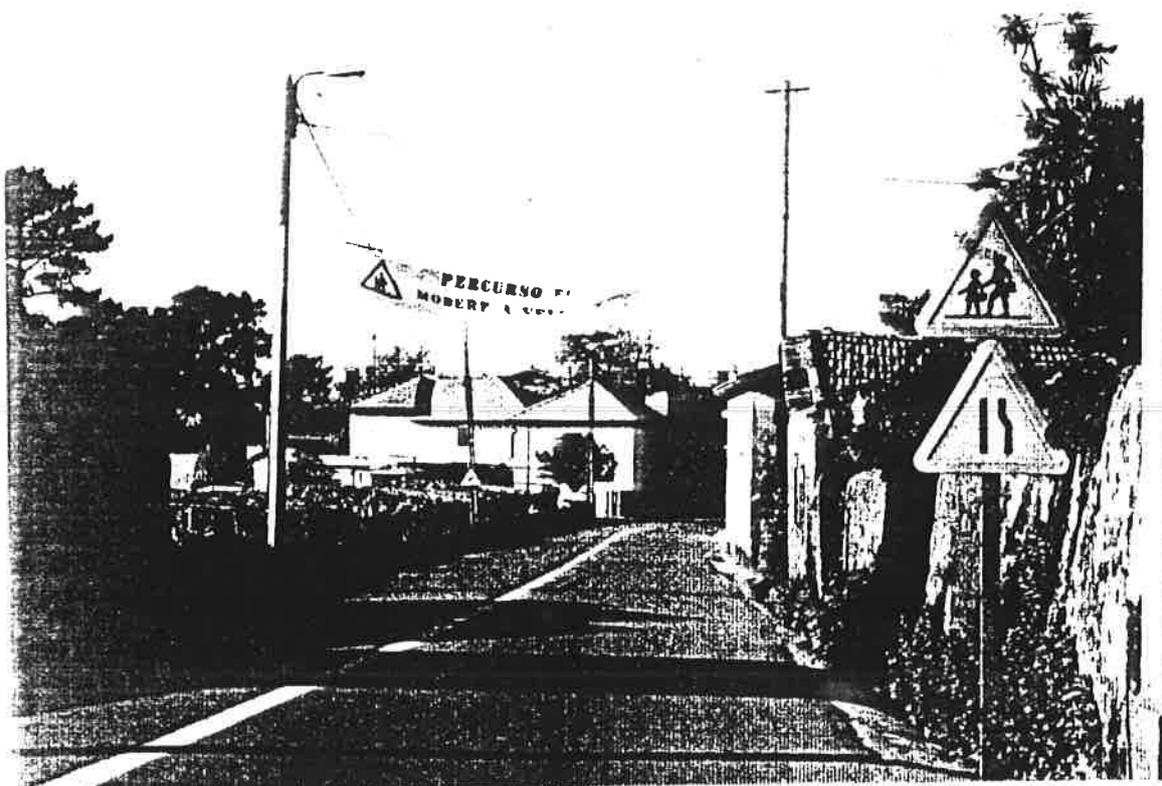
Curva e lomba que precede a escola, reduzida largura da rua.



Falta de sinalização horizontal (passadeira) e de passeios.



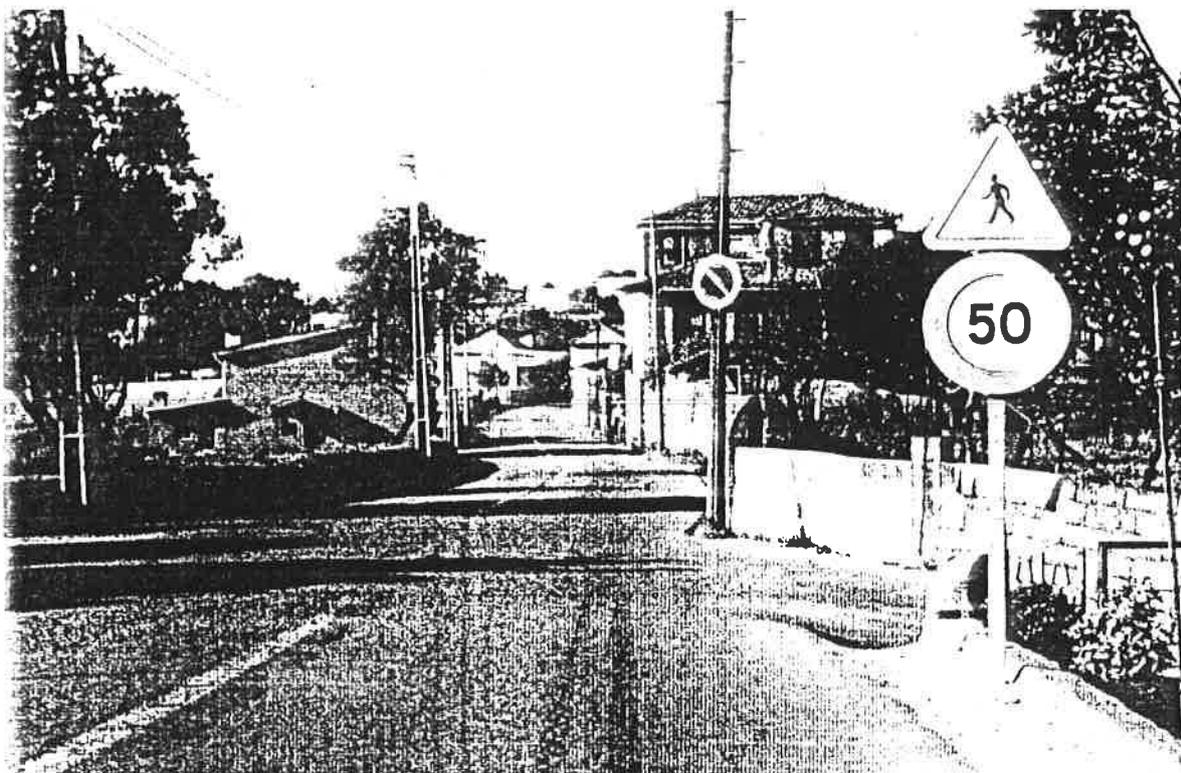
Falta de sinalização horizontal (passadeira.)
Local onde foi arropelado gravemente um peão.



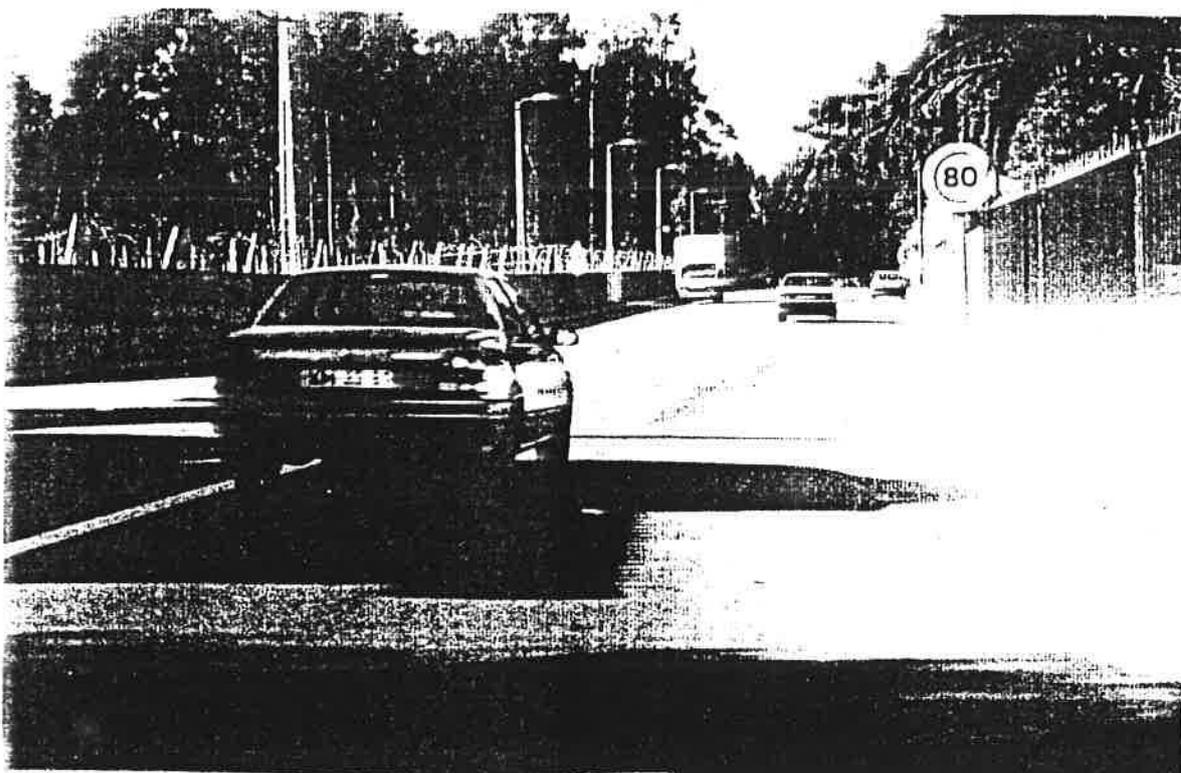
Estrangulamento da rua e falta de passeios proximo da escola primária de Estrada.



Sinal posicionado mesmo em "cima" do local de perigo.



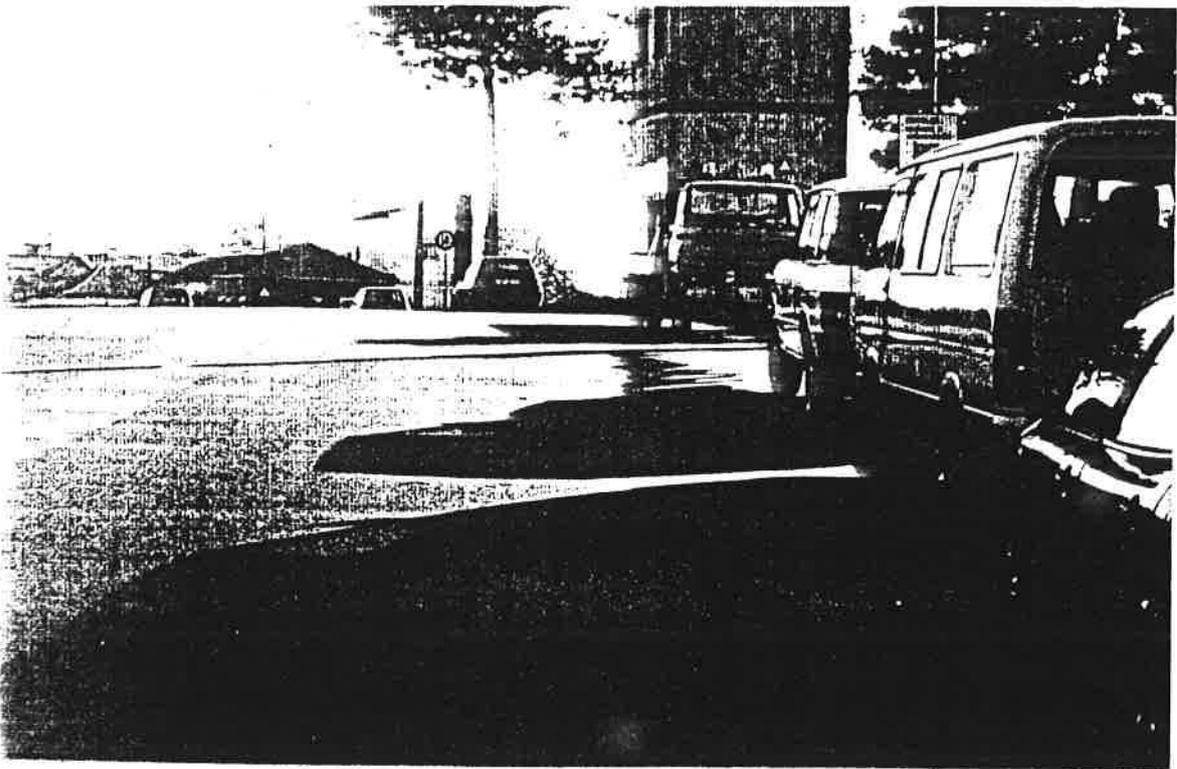
Falta de passeios e de condições da rua para "escoar" tráfego intenso.



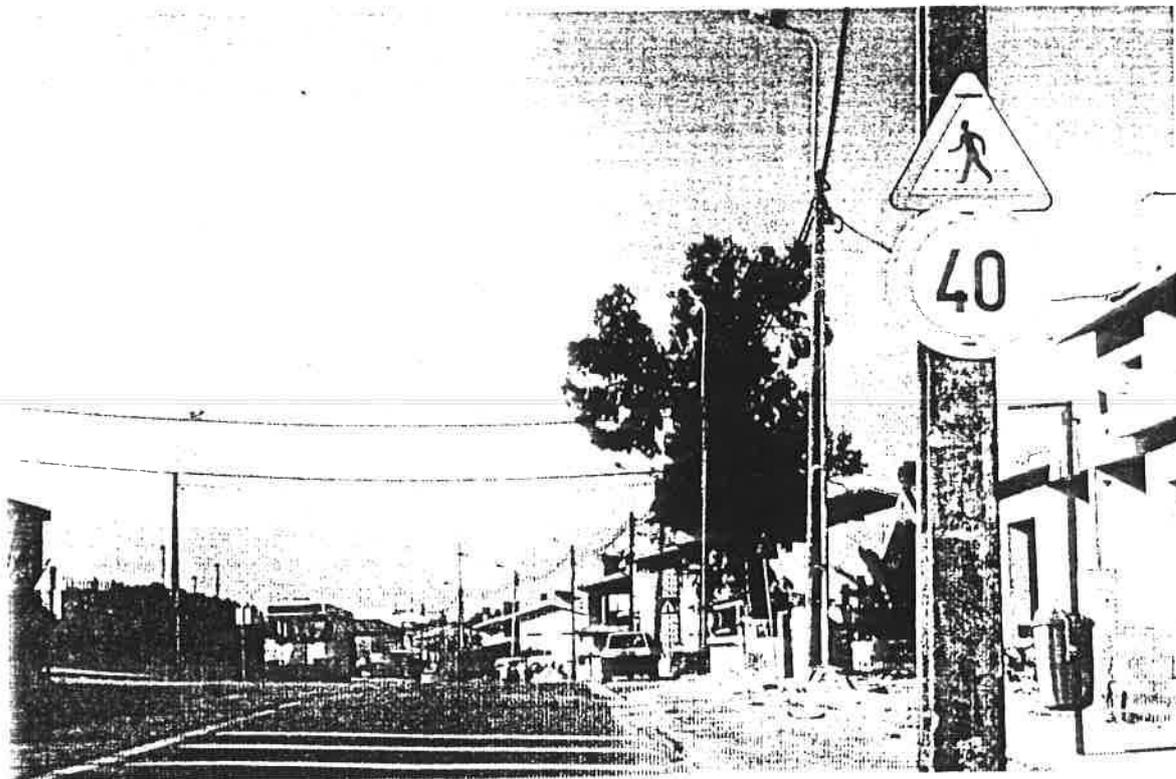
Limite de velocidade em desacordo para uma localidade



Sinalização quase oculta!



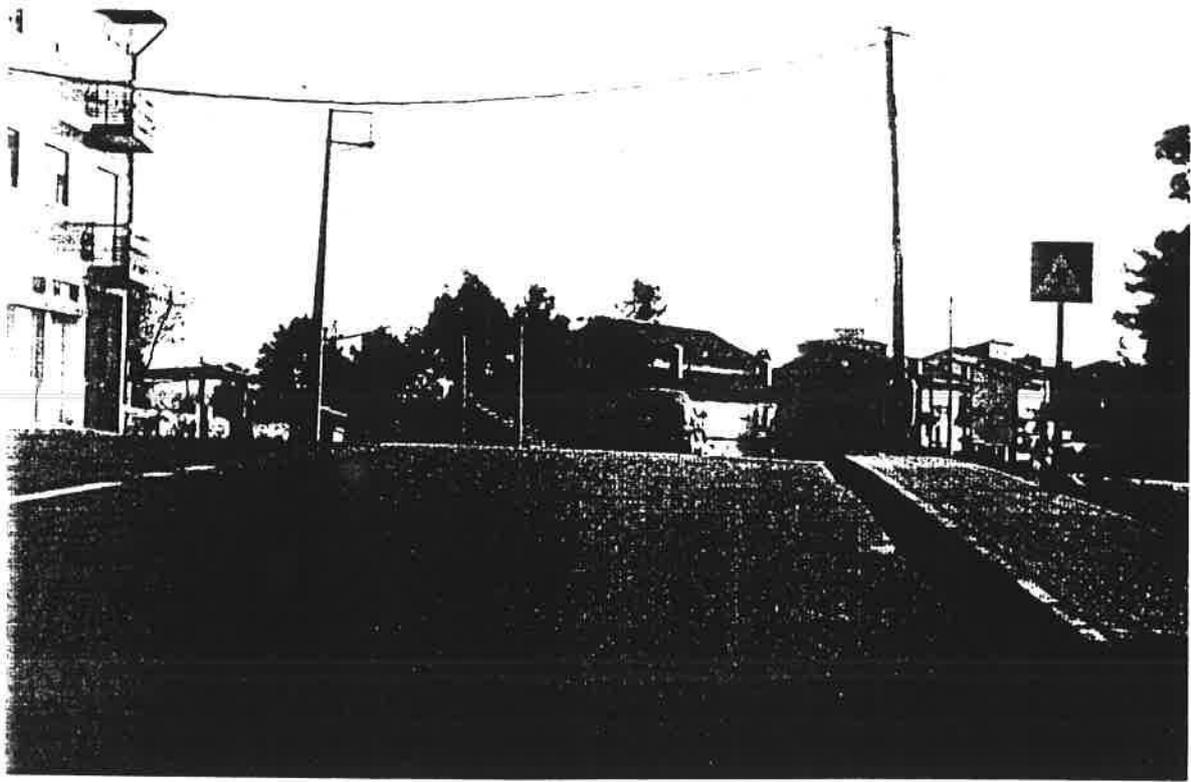
Sinal "oculto" indicando a proximidade de uma Escola.



Velocidade não respeitada, pela maioria dos condutores, junto à escola C-S de Jovim



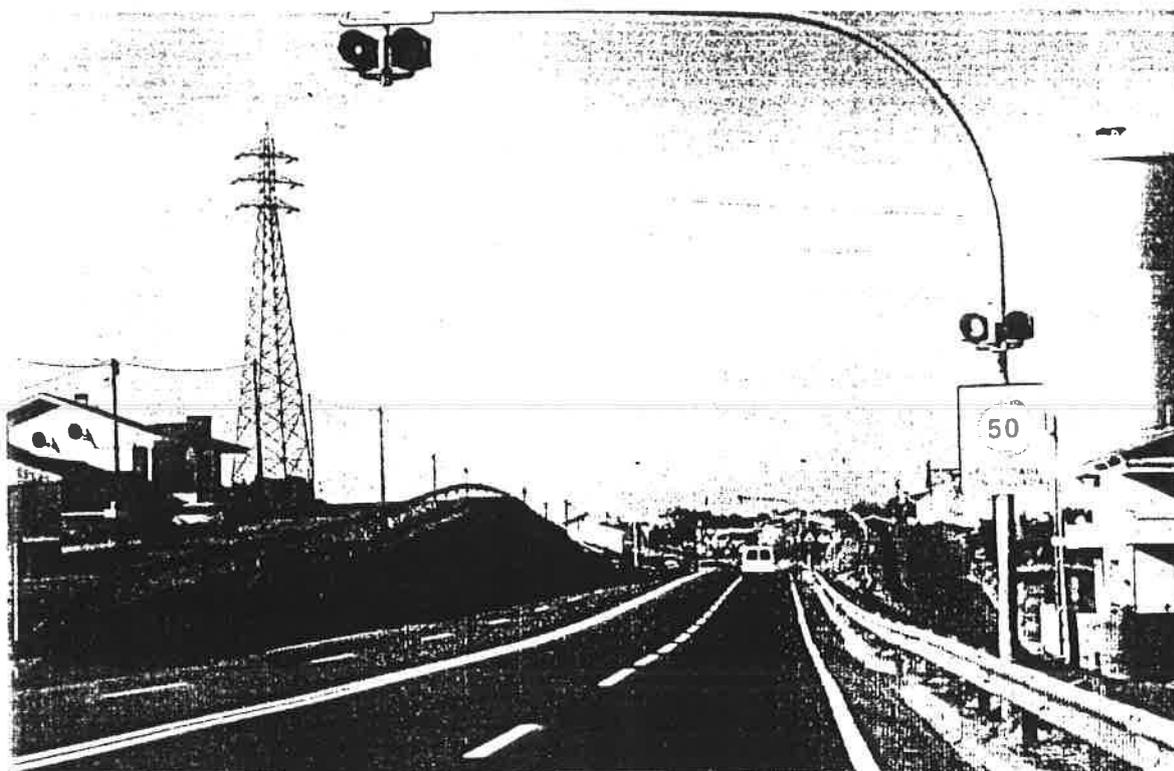
Exercício do limite de velocidade localizado em cima de uma árvore e poucos metros de uma escola primária.



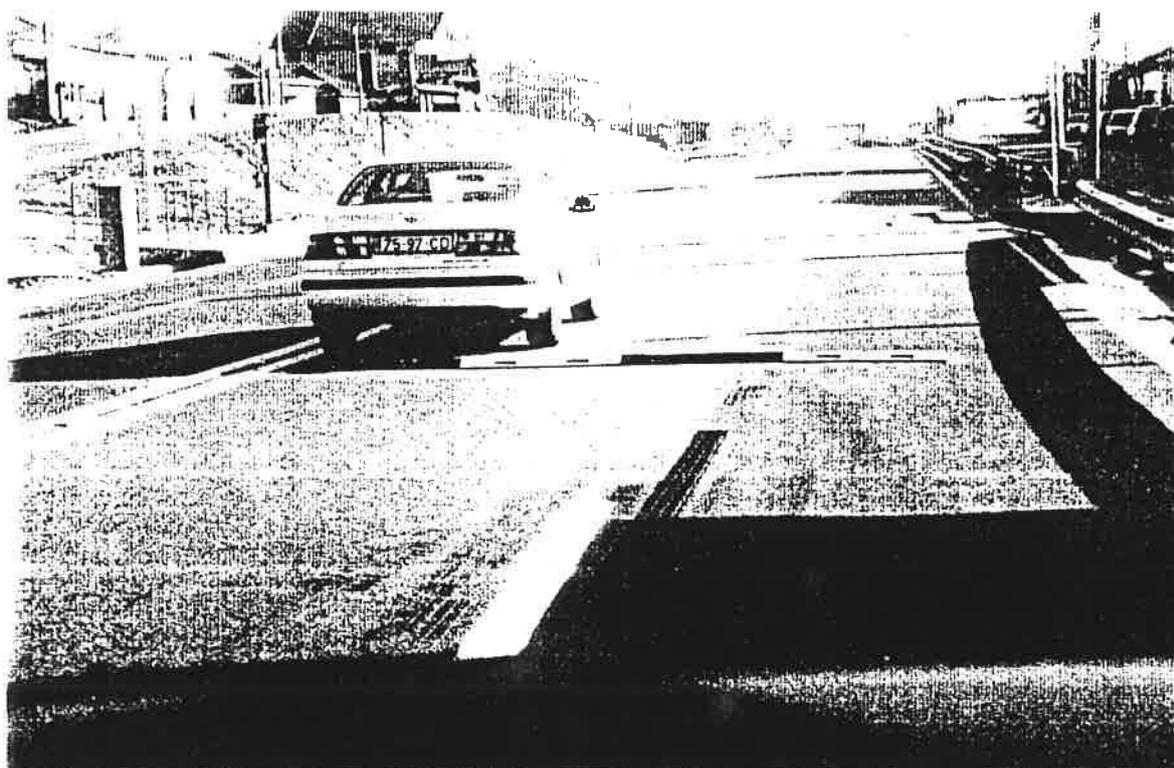
Falta de sinalização horizontal (passadeira).



Falta de sinalização horizontal (passadeira).
Local com muita frequência de acidentes, onde ocorreu a última morte.



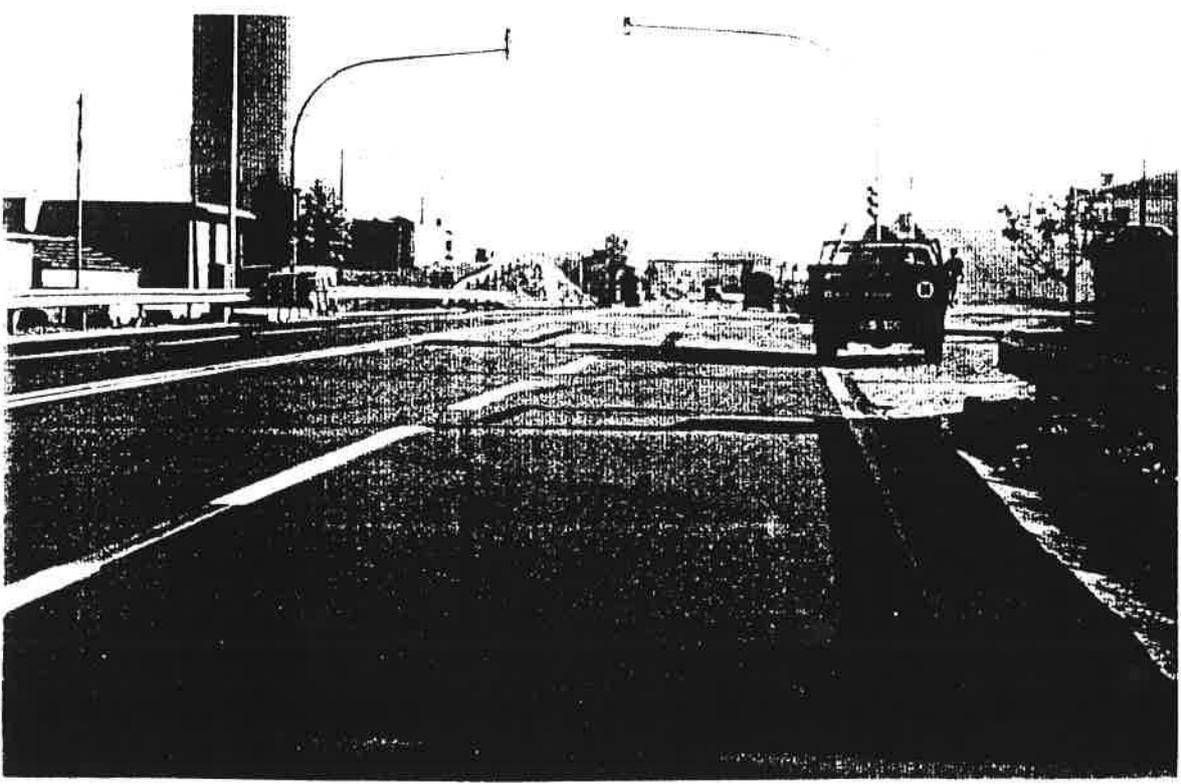
Local onde o trânsito se processa a grandes velocidades.



Baras metálicas cravadas no pavimento, após revolta da população, para "travar" a mortalidade.



Local onde faleceu um jovem devido ao excesso de velocidade, falta de passadeira, estrangulamento da rua e acentuado declive no sentido Norte-Sul.



A maioria dos condutores aproveitam a paragem dos autocarros para "contornar" as barras metálicas cravadas no pavimento.

Subject: Impacto do IC25

Date: Thu, 6 Feb 1997 20:34:13 +0100

From: "Joaquim Santos" <patopolis@mail.telepac.pt>

To: <np46qc@mail.telepac.pt>

Ex.mo(s) Senhor(es)

Tendo recebido o estudo relativo ao impacto da construção do IC25, agradeço que me informem a localização exacta do mesmo relativamente a minha casa, situada na rua do pinheiro manso 396 - S.Cosme - Gondomar, uma vez que sei que passará muito perto de minha casa mas não consigo quantificar tal proximidade, pelo que agradeço uma resposta objectiva.

Com os melhores cumprimentos

Joaquim Santos

pudera@mail.telepac.pt

Joaquim Santos - Apartado 55025 - 4150 Porto

Fax. 02.4648977

Tel. 02.4645232

Subject: Re: Impacto do IC25

Date: Fri, 14 Feb 1997 10:57:23 +0100

From: IPAMB <Ipamb@mail.telepac.pt>

Organization: Instituto de Promocao Ambiental

To: Joaquim Santos <patopolis@mail.telepac.pt>

Joaquim Santos wrote:

>

> *Ex.mo(s) Senhor(es)*

> *Tendo recebido o estudo relativo ao impacto da construção do IC25, agradeço*

> *que me informem a localização exacta do mesmo relativamente a minha casa,*

> *situada na rua do pinheiro manso 396 - S.Cosme - Gondomar, uma vez que sei*

> *que passará muito perto de minha casa mas não consigo quantificar tal*

> *proximidade, pelo que agradeço uma resposta objectiva.*

> *Com os melhores cumprimentos*

> *Joaquim Santos*

>

> *pudera@mail.telepac.pt*

> *Joaquim Santos - Apartado 55025 - 4150 Porto*

> *Fax. 02.4648977*

> *Tel. 02.4645232*

Exmo Senhor

Em resposta ao seu pedido de esclarecimento enviamos duas páginas do volume do Estudo de Impacte Ambiental relativo às medidas de protecção acústica.

Convidamo-lo ainda a estar presente na audiência pública sobre o IC 25 que irá ter lugar na próxima 2ª feira, dia 17 de Fevereiro no Auditório Municipal (São Cosme - Gondomar), pelas 20h30. Nesta sessão pública estarão presentes os responsáveis pelo projecto e estudo de impacte ambiental, para responderem às questões colocadas pelo público.

Com os melhores cumprimentos.

Drª Margarida Grossinho

DP/425-

VIA RÁPIDA DE GONDOMAR - DEBATE POUCO PARTICIPADO



A mesa que moderou o debate sobre o impacto ambiental da Via Rápida de Gondomar.

Tal qual prevê a lei, os gondomarenses foram convidados a participar e a pronunciar-se sobre o estudo de impacte ambiental do projecto "IC 25 - Via Rápida de Gondomar". A sessão decorreu no Auditório Municipal, mas a participação dos cidadãos de Gondomar foi escassa e nada polémica.

Soares Novais

Compreende-se: os gondomarenses desejam, sobretudo, que a obra arranque. Fartos que estão de viver num concelho que **"tem apresentado níveis de desenvolvimento inferiores aos dos restantes municípios da Área Metropolitana do Porto"**, como é unanimemente reconhecido.

Assim, a melhoria da acessibilidade entre Gondomar e o Porto, isto é, através da criação de **"eixos de penetração rápida nas ligações aos principais centros"**, bem como pela melhoria das vias actuais, torna-se urgente. Todavia, quer os autarcas gondomarenses quer os responsáveis da Junta Autónoma das Estradas (JAE), não sabem ao certo quando a obra passará dos projectos de engenharia para o terreno, pois

continua a faltar a indispensável **luz-verde** governamental.

A IC 25 - Via Rápida de Gondomar obriga a um investimento que ronda os 7,5 milhões de contos, e tudo aponta para que venha a assumir importância regional. Explique-se: será por intermédio deste itinerário que **"será estabelecida a ligação entre a parte Oriental da cidade do Porto e o IC 24"** funcionando, assim, como importante radial à saída do IP1, para poente e, consequentemente, actuando como um eixo de **"penetração transversal entre o litoral e o interior, até Chaves, libertando a rede viária local desta função."**

Com uma extensão total de quase 6,3 quilómetros, a Via Rápida de Gondomar localizar-se-á na parte oriental do concelho do Porto - freguesia de Campanhã - e nas freguesias gondomarenses de S. Cosme e Valbom. A "IC 25" será uma via alternativa à EN 209, actualmente saturada, pelo que as freguesias de Rio Tinto e Baguim do Monte também serão beneficiadas com a sua construção.

O traçado da Via Rápida de Gondomar foi dividido em dois trechos: o 1º sublanço (com duas alternativas de traçado) terá cerca de 1,7 km, que se iniciará após o nó do Freixo e terminará na Rua das Areias; e o 2º sublanço, com cerca de 4,6 km, que se desenvolverá desde a Rua das

Areias até à intersecção com a EN 209-1. O projecto prevê ainda uma ligação, com cerca de 900 metros, da Via Rápida de Gondomar à Estrada de D. Miguel. O primeiro sublanço, tal qual já referimos, tem a seguinte alternativa: ou a proposta pelo Gabinete de Planeamento Urbanístico (GPU) da Câmara Municipal do Porto ou a que resulta do Estudo Prévio, que é datado de 1990. As duas propostas são coincidentes nos primeiros 500 metros, mas a da Câmara Municipal do Porto obrigará **"a mexer com a malha urbana do Bairro do Cerco do Porto"**, e os técnicos da JAE **torcem o nariz** essa possibilidade. Quanto ao impacte ambiental, o estudo levado a efeito aponta, claramente, para **"a melhoria da qualidade do ar e redução dos níveis sonoros ao longo da EN 209"**, garantindo, também, deslocações mais rápidas, confortáveis e **"seguras por parte dos utentes"**.

A obra é absolutamente necessária e os aspectos negativos, garantem os técnicos, pesam bem menos dos que os positivos. Daí, talvez, a pouca participação dos cidadãos de Gondomar e a ausência de polémica. Afinal, agora o que está em jogo é o arranque da obra. E, também, as indemnizações que terão de beneficiar todos aqueles que forem afectados pelo traçado da Via Rápida de Gondomar - a estrada do século XXI.

JAD
Dr. Luís
Gomes
3/3/97

Tal qual prevê a lei, os gondomarenses foram convidados a participar e a pronunciar-se sobre o estudo de impacte ambiental do projecto "IC 25 - Via Rápida de Gondomar". A sessão decorreu no Auditório Municipal, mas a participação dos cidadãos de Gondomar foi escassa e nada polémica.

Soares Novais

Compreende-se: os gondomarenses desejam, sobretudo, que a obra arranque. Fartos que estão de viver num concelho que "tem apresentado níveis de desenvolvimento inferiores aos dos restantes municípios da Área Metropolitana do Porto", como é unanimemente reconhecido.

Assim, a melhoria da acessibilidade entre Gondomar e o Porto, isto é, através da criação de "eixos de penetração rápida nas ligações aos principais centros", bem como pela melhoria das vias actuais, torna-se urgente. Todavia, quer os autarcas gondomarenses quer os responsáveis da Junta Autónoma das Estradas (JAE), não sabem ao certo quando a obra passará dos projectos de engenharia para o terreno, pois

continua a faltar a indispensável luz-verde governamental.

A IC 25 - Via Rápida de Gondomar obriga a um investimento que ronda os 7.5 milhões de contos, e tudo aponta para que venha a assumir importância regional. Explique-se: será por intermédio deste itinerário que "será estabelecida a ligação entre a parte Oriental da cidade do Porto e o IC 24" funcionando, assim, como importante radial à saída do IP1, para poente e, consequentemente, actuando como um eixo de "penetração transversal entre o litoral e o interior, até Chaves, libertando a rede viária local desta função."

Com uma extensão total de quase 6.3 quilómetros, a Via Rápida de Gondomar localizar-se-á na parte oriental do concelho do Porto - freguesia de Campanhã - e nas freguesias gondomarenses de S. Cosme e Valbom. A "IC 25" será uma via alternativa à EN 209, actualmente saturada, pelo que as freguesias de Rio Tinto e Baguim do Monte também serão beneficiadas com a sua construção.

O traçado da Via Rápida de Gondomar foi dividido em dois trechos: o 1.º sublanço (com duas alternativas de traçado) terá cerca de 1.7 km, que se iniciará após o nó do Freixo e terminará na Rua das Areias; e o 2.º sublanço, com cerca de 4.6 km, que se desenvolverá desde a Rua das

Areias até à intersecção com a EN 209-1. O projecto prevê ainda uma ligação, com cerca de 900 metros, da Via Rápida de Gondomar à Estrada de D. Miguel. O primeiro sublanço, tal qual já referimos, tem a seguinte alternativa: ou a proposta pelo Gabinete de Planeamento Urbanístico (GPU) da Câmara Municipal do Porto ou a que resulta do Estudo Prévio, que é datado de 1990. As duas propostas são coincidentes nos primeiros 500 metros, mas a da Câmara Municipal do Porto obrigará "a mexer com a malha urbana do Bairro do Cerco do Porto", e os técnicos da JAE torcem o nariz essa possibilidade. Quanto ao impacte ambiental, o estudo levado a efeito aponta, claramente, para "a melhoria da qualidade do ar e redução dos níveis sonoros ao longo da EN 209", garantindo, também, deslocações mais rápidas, confortáveis e "seguras por parte dos utentes".

A obra é absolutamente necessária e os aspectos negativos, garantem os técnicos, pesam bem menos dos que os positivos. Daí, talvez, a pouca participação dos cidadãos de Gondomar e a ausência de polémica. Afinal, agora o que está em jogo é o arranque da obra. E, também, as indemnizações que terão de beneficiar todos aqueles que forem afectados pelo traçado da Via Rápida de Gondomar - a estrada do século XXI.

J. de M. Fernandes

Proposta de traçado da Câmara do Porto envolve maior impacto

Estudo prévio da Via de Gondomar leva vantagem em termos ambientais

A alternativa de traçado da «Via Rápida de Gondomar» (IC 25) proposta pela Câmara do Porto tem consequências mais graves em termos de impacto ambiental do que a que consta do estudo prévio daquela estrada.

De acordo com o estudo de impacto ambiental da via, não foram identificadas condições ambientais que inviabilizem qualquer uma das duas alternativas de traçado, sendo ambas ambientalmente viáveis com a adopção de

medidas mitigadoras. O documento acrescenta que, apesar das duas alternativas de traçado serem bastante semelhantes, a que consta do estudo prévio apresenta-se como mais vantajosa para a maioria dos aspectos ambientais analisados.

As duas alternativas de traçado referem-se ao primeiro sublanço da futura via rápida, numa extensão de 1,7 quilómetros, entre a Estrada da Circunvalação e a Rua das Areias, em Gondomar. Ambas as soluções são coincidentes nos primeiros 500 metros (entre a Circunvalação e o primeiro nó da via rápida). A proposta da Câmara do Porto segue, depois daquele nó, sobre a Circunvalação em direcção do Bairro do Cerco do Porto, inflectindo para nascente para interceptar em túnel a praca junto à Rua de Vidago, cruzando depois a Estrada da Circunvalação e atravessando o vale do Rio Tinto em viaduto até à zona das Areias, onde ficará o segundo nó de ligação.

A alternativa que consta do estudo prévio, depois do primeiro nó, inflecte para nascente, desenvolvendo-se em aterro no vale do Rio Tinto sobre o lugar de Tirares, num traçado paralelo à Circunvalação que depois intercepta, seguindo em viaduto até ao segundo nó, onde ambas as propostas são coinciden-

tes. O segundo sublanço da Via Rápida de Gondomar, numa extensão de cerca de 4,6 quilómetros, desenvolve-se desde a Rua das Areias até à intersecção da estrada nacional 209/1, estando ainda prevista naquele local a construção de uma ligação da via rápida à denominada «Estrada D. Miguel», com uma extensão de 900 metros. A via rápida seguirá depois na direcção noroeste/sudeste até à Rua dos Carregais, invertendo para Sul no local onde será construído o terceiro nó de ligação. Retomará depois a direcção noroeste/sudeste, passando por baixo da estrada nacional 209 e da Rua Ferreira de Cosme até ao quarto nó de ligação, que dará acesso à Via Direccional de Gondomar.

A última parte da via rápida será feita em viaduto. O traçado desenvolve-se em zonas de relevo pouco acentuado, mas de carácter urbano, defendendo o projecto uma velocidade de circulação de 80 quilómetros/hora. Segundo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Via Rápida de Gon-

domar, o traçado proposto pelo estudo prévio para o primeiro sublanço é considerado "mais favorável" no que se refere aos aspectos geológicos e geomorfológicos e relativamente a quantidade e qualidade dos recursos hídricos. Os aspectos ecológicos (fauna e flora) e paisagísticos, o impacto na qualidade do ar e dos níveis de ruído e a análise da vertente sócio-económica também são mais favoráveis a esta alternativa.

INTEGRAÇÃO NA PAISAGEM. A solução defendida pela autarquia portuense perde em termos da qualidade do ar e dos níveis de ruído por implicar a passagem do traçado junto ao Bairro do Cerco do Porto, enquanto ao nível paisagístico, o estudo considera que a utilização de um aterro (proposto pelo estudo prévio) "pode ser mais facilmente integrada na paisagem", por oposição ao viaduto defendido pela autarquia. Em termos sócio-económicos, a proposta da Câmara do Porto implicaria o realojamento de 38 famílias (enquanto a